



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2107

Sexta-feira - 21 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaramirim.....	285	Ponte Serrada.....	380
Anchieta.....	6	Herval d'Oeste.....	286	Porto União.....	388
Antônio Carlos.....	7	Ibiam.....	288	Pouso Redondo.....	390
Arabutã.....	8	Ilhota.....	290	Presidente Castello Branco.....	404
Arroio Trinta.....	9	Imbituba.....	293	Princesa.....	405
Atalanta.....	10	Indaial.....	297	Rio dos Cedros.....	415
Balneário Piçarras.....	15	Ipuacú.....	298	Rio do Sul.....	406
Balneário Rincão.....	16	Ipumirim.....	300	Rio Fortuna.....	416
Barra Bonita.....	17	Irineópolis.....	301	Santa Terezinha do Progresso.....	418
Barra Velha.....	21	Itá.....	320	Santiago do Sul.....	419
Biguaçu.....	26	Itaiópolis.....	321	São Bento do Sul.....	426
Blumenau.....	36	Itapema.....	322	São Domingos.....	433
Bom Jesus do Oeste.....	52	Itapiranga.....	323	São Joaquim.....	434
Bom Retiro.....	54	Itapoá.....	325	São José.....	435
Botuvera.....	55	Ituporanga.....	330	São José do Cedro.....	439
Braço do Trombudo.....	56	Jaraguá do Sul.....	331	São Lourenço do Oeste.....	440
Brusque.....	204	Joaçaba.....	333	São Miguel do Oeste.....	450
Caçador.....	210	Lages.....	341	São Pedro de Alcântara.....	455
Campo Alegre.....	221	Laguna.....	343	Schroeder.....	456
Campo Erê.....	223	Lauro Muller.....	346	Seara.....	483
Canoinhas.....	224	Lebon Regis.....	347	Serra Alta.....	486
Caxambu do Sul.....	249	Luzerna.....	349	Timbó.....	487
Cocal do Sul.....	252	Mafra.....	350	Três Barras.....	495
Concórdia.....	253	Massaranduba.....	355	Treze Tílias.....	496
Cordilheira Alta.....	268	Modelo.....	358	Trombudo Central.....	497
Correia Pinto.....	269	Mondaí.....	359	Tunápolis.....	499
Corupá.....	270	Navegantes.....	360	Turvo.....	514
Curitibanos.....	272	Nova Trento.....	362	Vidal Ramos.....	516
Forquilha.....	273	Novo Horizonte.....	363	Videira.....	518
Fraiburgo.....	274	Orleans.....	369	Vitor Meireles.....	528
Garopaba.....	279	Palhoça.....	370	Xanxerê.....	529
Garuva.....	280	Paulo Lopes.....	373	Xavantina.....	530
Gaspar.....	282	Penha.....	375	Xaxim.....	539
Grão Pará.....	284	Pinheiro Preto.....	376		

Associações

AMERIOS.....	540	AMFRI.....	540
--------------	-----	------------	-----

Consórcios

AGIR.....	543
CIGAMERIOS.....	543
CIS/AMERIOS.....	544

Água Doce

PREFEITURA

PORATRIA 258/2016

PORTARIA Nº 258/2016 – DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE TAREFAS PARA CUMPRIMENTO DO TAC RELATIVO AO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia comissão para atender no prazo de 90 dias os artigos 2.1, 2.2, 2.3, 3.1 e 3.6 da cláusula segunda do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que tem por objetivo investigar a realidade do sistema de saneamento básico do Município de Água Doce, assim composta:

- CAMILA JOHANN SIMÃO
- BELMIR DOTTA
- CILES PAULO DE MORAES JUNIOR
- LEANDRO DE MATOS

Parágrafo único: A comissão também ficará responsável para encaminhar as providências que atenderá as demais cláusulas conforme o prazo estipulado no TAC.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de outubro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 259/2016

PORTARIA Nº 259/2016 de 20 de outubro de 2016

CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de Emanueli Scolari Rossetto, referente ao cargo em caráter temporário de Odontólogo - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de outubro de 2016

Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Danguí
Diretora Dpto de Recursos Humanos

BALANCETE FINANCEIRO FMA SETEMBRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	74.889,18	ORÇAMENTÁRIAS	62.170,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.857,18	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	62.170,39
RECEITA PATRIMONIAL	20.149,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.170,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.397,60		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.484,72		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	124.396,26	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	122.944,41
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	55,48	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62,32
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	62.170,39	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	62.170,39
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	62.170,39	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.711,70
SALDOS ANTERIORES	2.123.915,03	SALDOS ATUAIS	2.138.085,67
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.060.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.080.149,68
BANCO C/ MOVIMENTO	63.915,03	BANCO C/ MOVIMENTO	57.935,99
TOTAL	2.323.200,47	TOTAL	2.323.200,47

AGUA DOCE, 29/09/2016

ELIAS VIEGELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMAS SETEMBRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.102,00	ORÇAMENTÁRIAS	13.325,38
RECEITA PATRIMONIAL	672,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.325,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.430,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.951,14
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.374,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	29.979,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.577,85
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	600,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	600,69
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	13.401,98	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.053,74
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	15.977,14	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	15.923,42
SALDOS ANTERIORES	96.026,17	SALDOS ATUAIS	92.204,75
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	89.706,28	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	85.069,93
BANCO C/ MOVIMENTO	6.319,89	BANCO C/ MOVIMENTO	7.134,82
TOTAL	138.107,98	TOTAL	138.107,98

AGUA DOCE, 29/09/2016

ROSEMARY INES HEBERLE
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página: 1

BALANCETE FINANCEIRO FMS SETEMBRO/2016

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	154.388,08	ORÇAMENTÁRIAS	515.398,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	593,01	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	511.585,46
RECEITA PATRIMONIAL	10.336,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	231.511,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	143.458,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	202.371,98
		INVESTIMENTOS	77.701,93
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.812,70
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.812,70
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	380.871,94		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	380.871,94		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.441.241,76	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.366.213,56
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	61.415,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	61.215,06
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	744.126,86	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	657.687,40
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	635.156,67	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	647.311,10
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	543,00		
SALDOS ANTERIORES	1.260.195,37	SALDOS ATUAIS	1.355.085,43
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	262.878,80	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.028.549,42
BANCO C/ MOVIMENTO	997.316,57	BANCO C/ MOVIMENTO	326.536,01
TOTAL	3.236.697,15	TOTAL	3.236.697,15

AGUA DOCE, 29/09/2016

ROSEMARY INES HEBERLE
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS - 021_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 021/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de um aparelho de Ultrassom com Doppler Colorido e Cardiologia para uso em exames que são realizados aos pacientes do SUS atendidos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso reutilizado do Ministério da Saúde, da Proposta nº 11243.552000/1130-04, Proposta nº. 11243.552000/1140-01 e Proposta nº. 11243.552000/1140-07. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 08/11/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 20 de outubro de 2016.

Magli Gisele Roscete – Gestora do FMS

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2016

DECRETO Nº 000096/16 de 20 de Outubro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 125.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 110.000,00

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra Orçamentárias 5.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 125.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 097/2016

DECRETO Nº 000097/16 de 20 de Outubro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Outubro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 111/2016; Origem: Processo de Licitação nº 56/2016 – Dispensa de Licitação nº 05/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: PORTAC ELEVADORES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, aditar quantitativamente do presente contrato, que consiste na “aquisição e instalação de um elevador/plataforma elevatória, para atendimento aos portadores de necessidades especiais, a ser instalado no prédio da Unidade Básica de Saúde, situado à Rua 6 de Novembro, no município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Fica alterada a cláusula Terceira do presente contrato – cujo valor originário de R\$ 26.980,00 (vinte e seis mil, novecentos e oitenta reais), deve ser acrescido a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), ante a necessidade de alteração de cabine aberta para fechada, passando a constar nesta cláusula a soma de R\$ 30.980,00 (trinta mil, novecentos e oitenta reais). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 232/2016

PORTARIA Nº. 232/2016

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 30 DE NOVEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termo do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de novembro de 2016 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	01 a 07/11/2016
VANDERLEI VORTMANN	Motorista	08/ a 16/11/2016
MARCELO KIEKOW	Motorista	17 a 23/11/2016
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	24 a 30/11/2016

II – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
VILSON FIAMETTI	Motorista	31/10/2016 a 06/11/2016
OLIVER FEDRIZZI	Motorista	07/11/2016 a 13/11/2016
ANDRE WENTZ	Motorista	14/11/2016 a 20/11/2016
LAURY HAEFLIGER	Motorista	21/11/2016 a 27/11/2016

III– Para atendimentos de urgência e emergência, na vigilância sanitária e ambiental, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
LUCIA LUECKEMEIER	Vigilante Sanitário	01 a 15/11/2016
GILMAR COUSSEAU	Vigilante Sanitário	16 a 30/11/2016

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 20 de outubro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pelas publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2016 - AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E AVENTAIS PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DAS OFICINAS DO CRAS E JALECOS PARA OS PROFISSIONAIS DO CRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0029/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E AVENTAIS PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DAS OFICINAS DO CRAS E JALECOS PARA OS PROFISSIONAIS DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 09/11/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/11/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 20 de outubro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1481/2016

LEI Nº 1481/2016

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 141, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, compreendendo:

I – as Metas Fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 2º. - As Metas Fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 de que trata o artigo 4º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estão identificadas no ANEXO I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas na Planilha de Identificação de Projetos, Atividades e Operações Especiais, que integra esta Lei. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas ou valores estabelecidos nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º, do artigo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações

que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental; IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental; V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagarem já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007, e seus anexos e demais alterações.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº. 688/05).

§ 4º - A modalidade de aplicação identificada pelos códigos 71 e 93 – Transferência à Consórcios Públicos, será programada a fim de atender as despesas realizadas através dos Consórcios Públicos.

§ 5º - As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 – Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 – Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º - A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 5º. - O Orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. – A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº.

42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 212/01, 325/01, 519/01, 688/01, 869/05, 340/06 e seus anexos, 338/06, 406/06, 504/06, 245/07 e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V – Programa de Trabalho;

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX – Demonstrativo da Despesa (QDD) por Órgãos e Funções;

X – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e identificação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, conforme disposto no artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa de seu Impacto Orçamentário e Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017;

XVII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2017;

XIX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 3º - A Planilha da Despesa de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 7º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária de que trata o Artigo 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, previsão para 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2017, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Princípio da transparência – Artigo 12 da LRF)

II – Quadro demonstrativo da evolução da Despesa em nível de função e Grupo de Natureza de Despesa, dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 fixadas para 2016 e 2017; (Princípio da transparência

– Artigo 48 da LRF)

III – Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31 de agosto de 2016, e programação de amortização no exercício de 2017; (Princípio da transparência – Artigo 48 da LRF)

IV – Quadro demonstrativo da dívida fluante, com identificação das contas e saldos na posição em 31 de agosto de 2016; (Princípio da transparência – Artigo 48 da LRF)

V – Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro na sua posição em 31 de agosto de 2016; (Princípio da transparência – Artigo 48 da LRF);

VI – Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2017;

VII – Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015, 2016 e 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento; (Art. 20 e 48 da LRF)

VIII – Quadro demonstrativo da despesa por Unidade Orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017;

IX – Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

X – Quadro demonstrativo dos recursos destinados a saúde e a programação de aplicação; (Art. 77 dos ADCT)

XI – Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. - O orçamento para o exercício de 2017 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 9º. - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2017 deverão observar as alterações da legislação tributária e a evolução da receita nos últimos três anos.

§ 1º. - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. - Em atendimento ao disposto no Parágrafo 3º., do Artigo 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 10 - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo Único – A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º., inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 11 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observados a destinação dos recursos, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º. da LRF):

I – redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

II – eliminação ou redução de despesas com horas extras;

III – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

IV – zeramento de serviços realizados a terceiros;

V – exoneração de ocupantes de cargos comissionados;

VI – outras até o restabelecimento da situação planejada.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do

exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2017, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2016. (ART. 4º, § 2º da LRF).

Art. 13 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 14 – Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5,00% (cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais, conforme ANEXO desta lei. (ART. 5º, III “b” da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 15 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16 – O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação. (ART. 8º da LRF).

Art. 17 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes de destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com a utilização do excesso de arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recursos poderão ser realizadas mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18 – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, são as constantes do Demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 19 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e

dependerá de autorização em lei específica.(ART. 4º, I, “f” da LRF). § 1º. – Não se aplicam o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º. - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 20 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 21 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 22 – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo Único – A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Fórum da Comarca, quando os custos são do próprio ente.

Art. 23 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 24 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações.

§ 1º. – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada órgão/unidade orçamentária, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

§ 2º. – Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência também poderão ser utilizados pelo Executivo Municipal, através de Decreto, para suplementação de Modalidades de Aplicação que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 25 – Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, do Excesso de Arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recurso, devidamente comprovado, de convênios ou de operações de crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos fundos.

Parágrafo Primeiro – As suplementações com os recursos de que trata o “caput” deste artigo, poderão ser realizadas através de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Segundo – Para a abertura de crédito suplementar com recursos do superávit financeiro utilizar-se-á obrigatoriamente o Grupo de Destinação de Recursos 3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores.

Parágrafo Terceiro – A abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2017 ficam limitadas a 50% (cinquenta por cento) do valor da Receita Total do Município.

Art. 26 – Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta Lei (Artigo 167, I, da Constituição Federal)

Art. 27 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino

fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das ações básicas de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 28 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 29 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento (Artigos 30,31 e 32, da LRF)

Art. 31 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica. (Artigo 32, I, da LRF)

Art. 32 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 - O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, bem como nomear servidores para cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 34 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação ou redução das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "319034.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para

o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Atalanta, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de Dezembro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até o término da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua

cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 47 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º. de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 20 de outubro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 336/2016

PORTARIA N.º 336/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 156/2016 de 03 de maio de 2016, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de CHEFE DE ATENDIMENTO A MULHER, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Senhora, RUTH WANZUITA, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF nº 644.913.409-78 e CI nº. 745.387 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 19 de outubro de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 -PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 -PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por global, para aquisição de fogos de artifício com show pirotécnico (instalação e remoção dos fogos bem como a queima efetuada por técnico especializado comprovado através de licença blaster) incluso, para os eventos como o Natal de Cor e Emoção no dia 14 de dezembro 2016, Réveillon 31 de dezembro 2016, e Piçarraíá 2017 no início de julho. Recebimento dos Envelopes até: 08/11/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 08/11/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 19 de outubro de 2016. Susan Correa– Secretaria de Turismo e Cultura.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/GP/Nº 428

DECRETO/GP/Nº 428 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Eu, Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município:

DECRETO:

Art.1º - Designa ao Sr. RENATO DA SILVA VITCHE, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, por prazo indeterminado.

Art. 2º - A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Balneário Rincão, 20 de outubro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 20 de outubro de 2016.

PORTARIA PGM Nº 008/2016

PORTARIA PGM Nº 008/2016

A Procuradora Geral do Município de Balneário Rincão, no uso das atribuições previstas no DECRETO/GP/Nº 409/2016,

CONSIDERANDO a ocorrência de revelia da acusada, nos autos do processo nº 003/2016;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 14 do Decreto nº 422, de 06 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ALBERTO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Contador, matrícula funcional nº 106, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo da acusada MAGDA VAZ FRANCO DA ROSA, matrícula funcional nº 916, no processo de sindicância acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 20 de outubro de 2016.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

Procuradora Geral - OAB/SC 16.580

Barra Bonita**PREFEITURA****DISTRATO CONTRATO Nº80/2014**

DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO ASS/JUR Nº080/2014

LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, LOCALIZADA NA LINHA TATETO, TENDO POR FINALIDADE EXCLUSIVA O FUNCIONAMENTO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES VOLUNTÁRIAS NOVA ESPERANÇA.

Pelo presente instrumento de contrato, Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Buenos Aires CNPJ n. 01.612.527/0001/30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ADÉLIA MASSMANN KARPINSKI, com sede na Rua Duvidor, centro, do município de Barra Bonita - SC., CEP: 89909-000, sob o CPF n.º220.037.389-91, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA,, conforme dispõe o do Contrato ASS/JUR nº080/2014, bem como a Lei nº8666/93 tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

Cláusula I

Pelo presente e, na melhor forma de direito, em conformidade ao Contrato ASS/JUR nº080/2014 e a Lei 8666/93, resolve de forma unilateral rescindir o contrato objeto do presente instrumento.

Cláusula II

A presente rescisão é feita nesta data de 10 de outubro de 2016, pelo que cessam-se todos os direitos e obrigações de ambas as partes contratantes nesta data.

Clausula III

Que, pelo ora descrito e ajustado, tornando-se sem efeitos a partir da assinatura do presente Distrato o referido contrato, as partes dão plena e geral quitação uma a outra, cessando assim todos os compromissos e responsabilidades, de parte de ADÉLIA MASSMANN KARPINSKI. E assim por estarem certos e ajustados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas e também assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

Barra Bonita/SC, 10 de outubro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
PREFEITO MUNICIPAL
p/ contratante

ADÉLIA MASSMANN KARPINSKI
p/ contratada

Testemunhas:

Nome: ALENCAR BARBIERI Nome: TAIS DERES
CPF – 003.503.869-45 CPF – 078.234.939-00

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2016

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Termo de Ajuste de Conduta nº6.2011.003224/5, assinado com o MP/SC;

Considerando que no quadro de servidores publico municipais possui servidor contratado temporariamente, ocupando vaga de caráter efetivo, não se tratando de vaga de excepcional interesse publico;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar os aprovados no Concurso Público Edital 001/2014, de 30 de julho de 2014, cujo resultado foi homologado pelo decreto nº720, de 22 de outubro de 2014, a seguir relacionados:

Professor de Educação Infantil

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	Titulos		Classif.
170	Diana Marcia Wieczorek Caneppele	4,76	0,96	0,64	6,36	00		5º

Art.2º Os convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 18 de novembro de 2016, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

Carteira de Identidade
CPF
Título eleitoral e comprovante da última votação
Certidão de Casamento
Certidão de nascimento dos filhos
Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho
01 Foto 3x4
Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros)
Certificado de reservista (terceira)
Comprovante de Escolaridade
CNH válida na categoria exigida (cargos específicos)
Alvará de Folha Corrida (obtida na Distribuição no Fórum)
Declaração de Bens feita junto a Prefeitura Municipal
Declaração de ter sofrido ou não penalidades
Declaração de Conta bancária para depósito salarial no Banco do Brasil
Declaração nepotismo
Declaração de não acúmulos de cargos

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importará em renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita-SC em 19 de outubro de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 302, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016. "ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 302, de 20 de outubro de 2016.

"Altera carga horária de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Considerando o ofício 19/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Educação de Barra Bonita, datado em 27.04.2016, bem como a frequência de trabalho e respectivo pagamento;

Resolve;

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da Servidora, Jezica Guaragni, ocupante do Cargo de Professora, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, para 35 horas semanais com exercício na Unidade Escolar CEIM Pingo de gente, pelo período de 27 de abril até o final do ano letivo de 2016, para substituição dos professores do ensino infantil das Unidades Escolares Pingo de Gente e Creche durante as horas que os mesmo estiverem em horas atividades, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27.04.2016, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 20 de outubro de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º 303, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 303, de 20 de outubro de 2016.

"Exonera servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Diana Marcia Wieczorek Caneppele ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura,

Esporte e Turismo,, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 20 de outubro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 304 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016. "DISPENSA SERVIDORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 304 de 20 de outubro de 2016.

"Dispensa servidora temporária e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar a servidora, Ariane Devicari matricula nº418002, ocupante do cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 20 de outubro de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 306, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016. "NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 306, de 21 de outubro de 2016.

"Nomeia servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2014, de 30 de julho de 2014 , resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, a senhora Diana Marcia Wieczorek Caneppele, portadora do CPF nº051.761.849-40, para ocupar o Cargo de Professor, do quadro de pessoal do Magistério Publico Municipal com lotação no Órgão Central de Administração, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 21 de outubro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

PORTARIA Nº 305, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015. "CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 305, de 20 de outubro de 2015.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária a servidora Sirley Maria Trevisan, matrícula nº19903, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$121,00 (cento e vinte e um reais), para viagem a cidade de São Carlos – SC, conforme memorandos nº07/2016 e nº08/2016 e roteiros de viagens nº07/2018 e nº08/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO

13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO

5ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº003/2015 Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 003/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, através do Decreto nº 1091/2016, de 21 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 5ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 003/2015, para os seguintes cargos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Médico da Família

Cirurgião Dentista da Família

Médico Psiquiatra

Enfermeiro da Família

Professor de Educação Física

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

Técnico em Higiene Dental

Nível Médio

Atendente de Consultório Dentário II

Nível Fundamental Completo

Agente Comunitário da Saúde Centro – Equipe II

Agente Comunitário da Saúde São Cristóvão - Equipe I

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe I

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe II

Agente Comunitário da Saúde Pedras Brancas

Nível Alfabetizado

Agente da Dengue

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

i) Para os cargos de Atendente de Consultório Dentário II, os candidatos deverão apresentar cópia autenticada do Registro no respectivo Conselho.

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados no local determinado no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de “apto”, os seguintes exames: (realizados no prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, com laudo,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (preventivo realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescentados eletrocardiograma com laudo médico (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescentados Colesterol Total e Triglicerídeos (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos ao cargo de professor de educação física, fica acrescentado exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia (realizado no prazo (máximo de 30 dias), com laudo.

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescentados os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungos e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Prefeitura ou por e-mail leis@barravelha.sc.gov.br, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Médico da Família

6º Lielli Carine Fischer Pollheim

7º Mateus Oliveira De Souza

8º Morgana Pereira Balbinot

Cirurgião Dentista da Família

7º Bianca Carla Bianco

8º Carolina Peruzzo Pereira Barrera

9º Ana Elisabeth De Rezende Martins

Médico Psiquiatra

4º Alexandre F Laffitte

Enfermeiro da Família

13º Adiane Regina Machado

Professor de Educação Física

3º Helio Cidade Filho

4º Adriano Flugel

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

21º Eliz Cristina Machado

22º Mario Cesar Da Silva

23º Maricelia Da Silva Cabral

24º Selda Burdella Bonfim

25º Emanuelle Amanda Zella

26º Janete Aparecida De Oliveira Zella

27º Maria Ines Villas Boas

28º Juliana Santos Weber

29º Jennifer Amabel Severino

30º Robson Venero

31º Sabrina Sgrott

Técnico em Higiene Dental

6º Joedina Moraes

7º Gabriela Trierweiler Odelli

8º Aline Mendes Da Silva

Nível Médio

Atendente de Consultório Dentário II

2º Daniel Schiavoni

3º Rafaela Sayuri Ribeiro

4º Surya Namaskar De Oliveira

Nível Fundamental Completo

Agente Comunitário da Saúde Centro – Equipe II

8º Realina De Freitas

9º Solimar Aparecida De Abreu

Agente Comunitário da Saúde São Cristóvão - Equipe I

7º Leonardo Gomes Batista

8º Cristiane Machado Dos Santos

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe I

6º Maristela Franceschini Baldissera

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe II

6º Kate Dave Gomes De Oliveira

Agente Comunitário da Saúde Pedras Brancas

6º Juliana Rengel Vieira

Nível Alfabetizado

Agente da Dengue

9º Marcos Vinicius Lopes Amorim

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois)

dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 003/2015, que normatiza o Concurso Público – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento da Prefeitura de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 03/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 19 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Prefeito Secretário Mun. Adm. e Finanças

18º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015 6ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº002/2015

18º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015

6ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº002/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 002/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1088/2016, de 07 de março de 2016, e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 6ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 02/2015, para os seguintes cargos:

PREFEITURA
Nível Superior na Área da Saúde
Médico Cirurgião Geral
Fisioterapeuta

Nível Médio Técnico
Técnico em Enfermagem

Nível Fundamental Completo
Eletricista

Nível Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços Gerais

EDUCAÇÃO
Nível Superior na Área Pedagógica
Supervisor Escolar
Psicopedagogo

Nível Fundamental Completo
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Eletricista

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- e) Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- g) Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 002/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 002/2016 (disponível em www.iobv.org.br);
- k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.
- n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 002/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- o) Para os cargos de professor, deverão apresentar curso superior com licenciatura específica para o cargo;

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames: (realizados no prazo máximo de 60 dias)

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,

- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, (com laudo)
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador, Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Segurança Escolar, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescidos exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia, com laudo (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Prefeitura ou por e-mail leis@barravelha.sc.gov.br, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima

elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior na Área da Saúde

Médico Cirurgião Geral

2º Elcio Rogerio Kuhn

Fisioterapeuta

3º Cassio Noboro Fuginami

4º Viviane Castiel Silva

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

31º Beatriz Krause Dutsol

32º Tatiane Rocha De Lima

Nível Fundamental Completo

Eletricista

1º Zair Carmelino Vicentin

Nível Fundamental Incompleto

Auxiliar de Serviços Gerais

25º Maria Margareti Borges

EDUCAÇÃO

Nível Superior na Área Pedagógica

Supervisor Escolar

1º Selma Fatima Ferreira Soares

Psicopedagogo

1º Mariana Arend De Paula Xavier

2º Katia Maria Alves

Nível Fundamental Completo

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Eletricista

1º Max Willian Lopes Amorim

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 02/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 02/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 20 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Prefeito Secretário Mun. Adm. e Finanças

CONTRATO 024/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI ME

Licitação: Proc. Administrativo 066/2016 Pregão Presencial nº 051/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 25.180,00 (vinte e cinco mil cento e oitenta reais)

Data da assinatura: 20/10/2016

Data do vencimento: 20/10/2017

Barra Velha, 20 de outubro de 2016

SIDNEI MOISÉS FREITAS –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

CONTRATO 025/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: AGROWERNWER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 066/2016 Pregão Presencial nº 051/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 20/10/2016

Data do vencimento: 20/10/2017

Barra Velha, 20 de outubro de 2016

EDSON CARLOS WERNER –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

CONTRATO 026/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 066/2016 Pregão Presencial nº 051/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha. conforme

especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha Valor do Contrato: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 20/10/2016

Data do vencimento: 20/10/2017

Barra Velha, 20 de outubro de 2016

JAKSON PEREIRA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

CONTRATO 027/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: ALTAIR FABRO & CIA LTDA EPP

Licitação: Proc. Administrativo 066/2016 Pregão Presencial nº 051/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 27.450,00 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 20/10/2016

Data do vencimento: 20/10/2017

Barra Velha, 20 de outubro de 2016

ALTAIR FABRO –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

CONTRATO 028/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: NILO MEURER EPP

Licitação: Proc. Administrativo 066/2016 Pregão Presencial nº 051/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 23.140,00 (vinte e três mil cento e quarenta reais)

Data da assinatura: 20/10/2016

Data do vencimento: 20/10/2017

Barra Velha, 20 de outubro de 2016

MARCIANO WIGGERS MEURER –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 04/2016

CONTRIBUINTE:	GO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
ENDEREÇO:	R. MANOEL MARIANO FERREIRA, Nº 87, BAIRRO RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU/SC – CEP 88.165-064		
Inscrição no CMC:	722740	CPF/CNPJ:	12.745.936/0001-20
Processo Fiscal:	6066/2016	IF/AI/NL/TIF:	NL nº 92/2016

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que foi lançado, com base nos arts. 113 e 281, da LC 03/2007, a Taxa de Licença de Obras – Habite-se, de um imóvel residencial multifamiliar com área de 1.905,55 m², com 7 pavimentos na rua Eurico Garbelotto, SN, bairro Rio Caveiras.

Informações:

a. Base legal do tributo: Art. 113, LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 6.212,09

Prazo:

Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 20 de outubro de 2016.

Egberto Resende Lages
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 9460

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 005/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 05/2016

CONTRIBUINTE:	NANA BRASIL CONSTRUÇÕES		
ENDEREÇO:	RUA SÃO PEDRO, Nº 2, AREIAS, SÃO JOSÉ/SC		
Inscrição no CMC:	525952	CPF/CNPJ:	82.147.182/0001-92
Processo Fiscal:	8973/2015	IF/AI/NL/TIF:	NL nº 93/2016

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que foi lançado, com base nos arts. 113 e 281, da LC 03/2007, a Taxa de Licença de Obras – Análise de Projetos, de um imóvel com área de 750,00 m², na rua Rodovia SC-407, nº 113, bairro Vendaval.

Informações:

a. Base legal do tributo: Art. 113, LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.837,50

Prazo:

Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 20 de outubro de 2016.

Egberto Resende Lages

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 9460

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 06/2016

CONTRIBUINTE:	NANA BRASIL CONSTRUÇÕES		
ENDEREÇO:	RUA SÃO PEDRO, Nº 2, AREIAS, SÃO JOSÉ/SC		
Inscrição no CMC:	525952	CPF/CNPJ:	82.147.182/0001-92
Processo Fiscal:	8973/2015	IF/AI/NL/TIF:	NL nº 94/2016

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que foi lançado, com base nos arts. 113 e 281, da LC 03/2007, a Taxa de Licença de Obras – Análise de Projetos, de um imóvel com área de 750,00 m², na rua Rodovia SC-407, nº 113, bairro Vendaval.

Informações:

a. Base legal do tributo: Art. 113, LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 3.060,00.

Prazo:

Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 20 de outubro de 2016.

Egberto Resende Lages

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 9460

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07/2016

CONTRIBUINTE:	NANA BRASIL CONSTRUÇÕES		
ENDEREÇO:	RUA SÃO PEDRO, Nº 2, AREIAS, SÃO JOSÉ/SC		
Inscrição no CMC:	525952	CPF/CNPJ:	82.147.182/0001-92
Processo Fiscal:	8973/2015	IF/AI/NL/TIF:	NL nº 94/2016

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que foi lançado, com base no

art. 55, LC 03/2007 e Decreto nº 131/2009, o ISS sobre Construção Civil referente ao projeto nº 13, de um imóvel com área de 750,00 m², na rua Rodovia SC-407, nº 113, bairro Vendaval.

Informações:

a. Base legal do tributo: Decreto 131/2009

Montante Devido:

Tributo: R\$ 5.978,70.

Prazo:

Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 20 de outubro de 2016.

Egberto Resende Lages
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 9460

EXTRATO CONTRATO Nº 10.109/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 53/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.109/2016
Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 53/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO ACUDIRAM INTERESSADOS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS ANTERIORES.

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 972,00 (novecentos e setenta e dois reais).

Vigência: 28/09/2016 a 28/09/2017

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 3681/2016

LEI Nº 3681/2016 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2017 e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2017 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- IX – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Receita;

II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2017 e Metas Financeiras para 2017, 2018 e 2019;

III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa por Programa de Governo;

IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;

V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Resultado Primário;

VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Meta Fiscal de Resultado Nominal;

VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal do Montante da Dívida;

VIII – Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2015;

IX - Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2016;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das obras que passarão para 2017 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;

XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no

tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX – execução orçamentária – arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira – efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2017. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido o remanejamento de dotação por decreto do chefe do Poder Executivo: de um grupo de natureza de despesa para outro dentro da mesma ação de governo e de uma ação de governo para outra quando as ações envolvidas integrarem programas de governo relacionado à saúde, ensino e assistência social, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação na ação de governo por ato do Chefe do Poder Executivo.

§5º Para fins desta lei e da Lei Orçamentária Anual para 2017 entende-se por categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, as despesas classificadas por programas de governo nas suas diversas ações de governo que a compõem.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

- I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;
- III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2014 e 2015 e despesa fixada para 2016 e 2017;
- IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2014 a 2017;
- VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico em 2017;
- VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em 2017;
- VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2016;
- IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2013 a 31/10/2016.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2017.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora BiguaçuPrev será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2017 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2017 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos

de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e
- IV – Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2017, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2017 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2017 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2017 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 serão realizados em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2017, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços projetados para 2017.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2017, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2017 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades

de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 No exercício de 2017 os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício e na fonte de recursos 0.1.81.000001 – Receita de Remuneração de Depósitos Bancários – Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 – Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 40%; e 0.1.81.000001 – Receita de Remuneração de Depósitos Bancários – Fundeb, comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§5º As despesas não liquidadas só serão consideradas para efeito de apuração dos gastos mínimos se houver cobertura financeira na respectiva fonte de recurso.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2017 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2017 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3681 /2016, de 19/10/2016

Sancionada em 19/10/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.334/2016

LEI Nº 8.334, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DOS BEBÊS PREMATUROS", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia dos Bebês Prematuros, a ser realizado, anualmente, no dia 17 de novembro, visando a conscientização sobre os riscos envolvidos com o nascimento prematuro, assistência e proteção dos direitos dos bebês prematuros e seus familiares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 19 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.335/2016

LEI N. 8.335, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI

Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 17.493.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procom

Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 66.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pág.Honor.de Sucumbência Advogados

Modalidade 3.1.90 (32) Aplicações diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 92.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.1.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 451.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patr.

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 1.224.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atend. Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Manut. Ativ. Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público

Modalidade 3.1.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administr. Sefaz

Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 595.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 410.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0603 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Manut. Ativ. Atend. ao Empreendedor

Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administrativas da Segg

Modalidade 3.1.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0703 – Diretoria de orçamento

Atividade 07.03.04.121.0002.2273 – Manut. Ativ. Orçamento

Modalidade 3.1.90 (116) Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0705 – Diretoria de Captação de Recursos

Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos

Modalidade 3.1.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 – Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos
Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 58.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestrutura Tecnolog.
Modalidade 3.1.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 114.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
0801 – Administrativo do Gabinete
Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administr. Secom
Modalidade 3.1.90 (134) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0803 – Diretoria de Jornalismo
Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo
Modalidade 3.1.90 (142) Aplicações Diretas R\$ 192.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 2.527.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Manut. Desenv. Ens.Educ.Básica Fundeb/EF
Modalidade 3.1.90 (190) Aplicações Diretas R\$ 2.960.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Manut. Desenv. Ens.Educação Básica Fundeb/EI
Modalidade 3.1.90 (214) Aplicações Diretas R\$ 1.624.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Modalidade 3.1.90 (215) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0118.00000
Modalidade 3.1.90 (216) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
Fonte de Recursos 0119.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO
1001 – Administrativo do Gabinete
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci
Modalidade 3.1.90 (233) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil
Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil
Modalidade 3.1.90 (245) Aplicações Diretas R\$ 92.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1003 – Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Naturais
Atividade 10.03.15.127.0012.2258 – Manut. Ativ. Geologia, Anal. Riscos Nat
Modalidade 3.1.90 (256) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Atividade 11.02.15.451.0006.2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas
Modalidade 3.1.90 (406) Aplicações Diretas R\$ 155.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1201 – Diretoria de Regularização Fundiária
Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária

Modalidade 3.1.90 (424) Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.1.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 649.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
1204 – Diretoria Proteção Básica
Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 3.1.90 (444) Aplicações Diretas R\$ 992.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares
Modalidade 3.1.90 (460) Aplicações Diretas R\$ 217.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo-Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Admin.Financ.da Semudes
Modalidade 3.1.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 633.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1302 – Diretoria de Planejamento Urbano
Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano
Modalidade 3.1.90 (509) Aplicações Diretas R\$ 51.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1305 – Diretoria de Planejamento Viário
Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário
Modalidade 3.1.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 264.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Desenv.de Projetos
Modalidade 3.1.90 (525) Aplicações Diretas R\$ 97.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administr. Financ. Sesur
Modalidade 3.1.90 (537) Aplicações Diretas R\$ 177.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico
Modalidade 3.1.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 279.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural
Atividade 15.03.20.606.0003.2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
Modalidade 3.1.90 (603) Aplicações Diretas R\$ 157.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 – Administrativo do Gabinete
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur
Modalidade 3.1.90 (646) Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Modalidade 3.1.90 (653) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg

Modalidade 3.1.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.90 (4) aplicações diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 02.01.04.122.0002.2003 – Manut. Ativ. Junta Militar

Modalidade 3.1.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. Ativ. Controle Interno

Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administrativas do Gavice

Modalidade 3.1.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.91 (25) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Consult.Adm. e Legisl.

Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.000000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Modalidade 3.1.90 (42) aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedead

Modalidade 3.1.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 2.129.000,00

Modalidade 3.1.91 (57) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0702 – Diretoria de Planejamento de Governo

Atividade 07.02.04.121.0002.2272 – Manut. Ativ. Planejamento de Governo

Modalidade 3.1.90 (113) Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0704 – Diretoria de Escritório de Projetos

Atividade 07.04.04.122.0002.2274 – Manut. Ativ. Escritório de Projetos

Modalidade 3.1.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0708 – Diretoria de Sistemas

Atividade 07.08.04.126.0002.2314 – Manut. Ativ. Sistemas

Modalidade 3.1.90 (128) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 – Manut. Ativ. Publicidade

Modalidade 3.1.90 (138) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0804 – Diretoria de Relacionamento Institucional

Atividade 08.04.04.131.0002.2320 – Manut. Ativ. Relac.Institucional

Modalidade 3.1.90 (146) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administrativas da Semed

Modalidade 3.1.90 (149) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Modalidade 3.1.91 (150) Aplicações Diretas R\$ 564.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Progr.Projetos Integrados

Modalidade 3.1.90 (165) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 660.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Manut. Desenv.Ensino Educ. Básica Fundeb/EF

Modalidade 3.1.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Modalidade 3.1.90 (192) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0119.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 3.300.000,00

Modalidade 3.1.91 (205) Aplicações Diretas R\$ 1.687.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 – Diretoria de Projetos

Atividade 10.04.15.127.0012.2259 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.1.90 (263) Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu
Atividade 10.05.15.127.0012.2260 – Manut. Ativ. Sistema de Alerta
Modalidade 3.1.90 (269) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1101 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Admin.Financ.da Semob
Modalidade 3.1.90 (285) Aplicações Diretas R\$ 315.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras
Atividade 11.04.15.451.0006.2052 – Manut. Ativ. Obras
Modalidade 3.1.90 (421) Aplicações Diretas R\$ 240.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1202 – Diretoria de Habitação
Atividade 12.02.16.482.0005.2284 – Manut. Ativ. Habitação
Modalidade 3.1.90 (431) aplicações Diretas R\$ 262.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Manut. Ativ. Atenção a Cça.e ao Adoles
Modalidade 3.1.90 (457) Aplicações Diretas R\$ 217.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo-Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Admin.Financ. Semudes
Modalidade 3.1.91 (466) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1301 – Administrativo do Gabinete
Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan
Modalidade 3.1.90 (496) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
Modalidade 3.1.91 (497) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.
Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Manut. Ativ. Cart.,Cadastro Mult. Inf.
Modalidade 3.1.90 (513) Aplicações Diretas R\$ 88.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
Modalidade 3.1.90 (516) Aplicações Diretas R\$ 52.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos
Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Análise de Projetos
Modalidade 3.1.90 (522) Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administr. Financ. Sesur
Modalidade 3.1.91 (538) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos
Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.1.90 (543) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros
Modalidade 3.1.90 (548) Aplicações Diretas R\$ 427.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária
Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Manut. Ativ. Ilum.Públ.e Sinal. Viária
Modalidade 3.1.90 (561) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 15.01.04.122.0002.2078 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedec
Modalidade 3.1.90 (568) aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
Atividade 15.04.11.334.0003.2087 – Manut. Ativ. Micro e Pequenas Empresas
Modalidade 3.1.90 (608) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 01 – Gabinete do procurador Geral

Código: 04.01.03.091.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 160.000,00

Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procom

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 66.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Código: 04.02.03.091.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2007 – Pagamento de Honorários de Sucumbência dos Advogados

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 42.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
Código: 04.04.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 92.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 – Diretoria de Compras e Licitações
Código: 05.02.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 72.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal
Código: 05.03.04.128.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2020 – Manut. Ativ. Pessoal
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 451.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Patrimonio
Código: 05.04.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização administrativa do Governo
Ação: 2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
Produto: Atividade Executada
Unidade: Unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.224.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público
Código: 05.05.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2269 – Manut. Ativ. Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 82.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 06.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2022 – Manut. Ativ. Administrativa da Sefaz
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 595.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Receita
Código: 06.02.04.129.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2023 – Manut. Ativ. Receita
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 410.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor
Código: 06.03.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do governo
Ação: 2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 95.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 07.01.04.121.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2271 – Manut. Ativ. Administrativa da Segg
Produto: atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 98.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Orçamento
Código: 07.03.04.121.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2273 – Manut. Ativ. Orçamento
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 39.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Captação de Recursos
Código: 07.05.04.121.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2275 - Manut. Ativ. Captação de Recursos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 40.000,00

Unidade: 06 – Diretoria de Custos
Código: 07.06.04.121.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2276 – Manut. Ativ. Custos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 58.000,00

Unidade: 09 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
Código: 07.09.04.126.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2315 – Manut. Ativ. Infraestrutura Tecnológica
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 114.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 08.01.04.131.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2029 – Manut. Ativ. Administrativa da Secom
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 24.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Jornalismo
Código: 08.03.04.131.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2270 – Manut. Ativ. Jornalismo
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 192.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica
Código: 09.03.12.361.
Programa: 0004 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente
Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Produto: atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.527.000,00

Ação: 2043 – Manut. Desenv. Ensino de Educação Básica Funde/EF
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.960.000,00

Ação: 2046 – Manut. Desenv. Enino Educação Básica Fundeb/EI
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.624.000,00
 Valor Vinculado (2016): R\$ 2.400.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 10.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 16.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Defesa Civil
 Código: 10.02.06.182.
 Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
 Ação: 2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 92.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Geologia, análise e Riscos Naturais
 Código: 10.03.15.127.
 Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
 Ação: 2258 – Manut. Ativ. Geologia, Análise e Riscos Naturais
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 21.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas
 Código: 11.02.15.451.
 Programa: 0006 – Blumenau 2050
 Ação: 2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 155.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 Unidade: 01 – Diretoria de Regularização Fundiária
 Código: 12.01.16.482.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 68.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Proteção Especial
 Código: 12.03.08.244.
 Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
 Ação: 2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 649.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Proteção Básica
 Código: 12.04.08.244.
 Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
 Ação: 2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 992.000,00

Ação: 2299 – Manut. Ativ. Conselhos tutelares
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 217.000,00

Unidade: 06 – Diretoria Administrativo Financeira
 Código: 12.06.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 633.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
 Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento Urbano

Código: 13.02.15.127.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 51.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Planejamento Viário
 Código: 13.05.15.451.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 264.000,00

Unidade: 07 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
 Código: 13.07.15.451.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2281 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 97.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira
 Código: 14.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Sesur
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 177.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMETNO ECONOMICO
 Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
 Código: 15.02.11.334.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 279.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural
 Código: 15.03.20.606.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
 Produto: atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 157.000,00

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 16.01.23.695.
 Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
 Ação: 2098 – Manut. Ativ. Administrativa da Sector
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 115.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção
 Código: 16.02.23.695.
 Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
 Ação: 2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 85.000,00

Órgão: 18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
 Unidade: 01 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
 Código: 18.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo 3º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02- GABINETE DO PREFEITO
 Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação
 Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 42.000,00

Ação: 2003 – Manut. Ativ. Junta Militar
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 42.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Controle Interno
 Código: 02.02.04.124.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2006 – Manut. Ativ. Controle Interno
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 16.000,00

Órgão: 03 – GABINETE DO VICE PREFEITO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 03.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2268 – Manut. Ativ. Administrativa do Gavice
 Produto: atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 150.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 Unidade: 01 – Gabinete do procurador Geral
 Código: 04.01.03.091.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 300.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
 Código: 04.02.03.091.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2010 – Manut. Ativ. Consultoria Administrativa e Legislativa
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 300.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Contencioso Judicial
 Código: 04.03.03.092.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2011 – Manut. Ativ. Contencioso Judicial
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 05.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedead
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.829.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
 Unidade: 02 – Diretoria de Receita
 Código: 06.02.04.129.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2023 – Manut. Ativ. Receita
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 500.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
 Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento de Governo
 Código: 07.02.04.121.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2272 – Manut. Ativ. Planejamento de Governo
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 27.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Escritório de Projetos
 Código: 07.04.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2274 – Manut. Ativ. Escritório de Projeto

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Unidade: 08 – Diretoria de Sistemas

Código: 07.08.04.126.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2314 – Manut. Ativ. Sistemas

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 12.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Publicidade

Código: 08.02.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2030 – Manut. Ativ. Publicidade

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 42.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Relacionamento Institucional

Código: 08.04.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2320 – Manut. Ativ. Relacionamento Institucional

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 14.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 09.01.12.122.

Programa: 0004 – Promover os direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2035 – Manut. Ativ. Administrativas da Semed

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 1.064.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Código: 09.02.12.122.

Programa: 0004 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente

Ação: 2039 – Manut. Ativ. Programas e Projetos Integrados

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 400.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica

Código: 09.03.12.361.

Programa: 0004 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente

Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Produto: atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 660.000,00

Ação: 2043 – Manut. Desenv. Ensino de Educação Básica Funde/EF

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 2.400.000,00

Código: 09.03.12.365.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Produto: atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): 4.987.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 04 – Diretoria de Projetos

Código: 10.04.15.127.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 2259 – Manut. Ativ. Projetos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 69.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Sistema de Alerta – Alerta Blu

Código: 10.05.15.127.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 2260 – Manut. Ativ. Sistema de Alerta – Alerta Blu

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 11.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2277 – Manut. Ativ. Administrativas e Financeiras da Semob

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 315.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Obras

Código: 11.04.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 2052 – Manut. Ativ. Obras

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 240.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Habitação

Código: 12.02.16.482.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2284 – Manut. Ativ. Habitação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 262.000,00

Unidade: 05 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Código: 12.05.08.243.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2297 – Manut. Ativ. Atenção a Criança e ao Adolescente

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 217.000,00

Unidade: 06 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 12.06.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 600.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 13.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 507.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.
 Código: 13.03.15.127.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2066 – Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Multif. Inform.
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 88.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Fiscalização
 Código: 13.04.15.125.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 52.000,00

Unidade: 06 – Diretoria de Análise de Projetos
 Código: 13.06.15.125.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2069 – Manut. Análise de Projetos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 115.000,00
 Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira
 Código: 14.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Sesur
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 300.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Serviços Urbanos
 Código: 14.02.15.452.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 130.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros
 Código: 14.03.15.451.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 427.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária
 Código: 14.04.15.452.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2278 – Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 170.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 15.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2078 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedec
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
 Código: 15.04.11.334.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2087 – Manut. Ativ. Micro e Pequenas Empresas
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 26.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de outubro de 2016.
 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

LEI Nº 8.336/2016

LEI N. 8.336, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.
 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 2.236.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
 Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Cons. Adm. e Leg.
 Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 0502 – Diretoria de Compras e Licitações
 Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações
 Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000000

0503 – Diretoria de Pessoal
 Atividade 05.03.04.128.0002.2322 – Manut. Concessão de Benef. Serv. Público
 Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000000

0504 – Diretoria de Patrimônio
 Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. Pat.
 Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 360.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 454.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Aliment. Escolar – Educação Infantil Pnaec
Modalidade 3.3.90 (161) Aplicações Diretas R\$ 776.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1402 – Diretoria de Serviços Urbanos
Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Modalidade 3.3.90 (544) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
0401 – Gabinete do Procurador Geral
Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procon
Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos
Modalidade 3.3.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede
Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal
Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal
Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atend. Público
Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Manut. Ativ. Serv. Ouv. e Atend. Público
Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 09.01.12.361.0004.2037 – Alim. Esc. – Ens. Fundamental Pnaef
Modalidade 3.3.90 (159) Aplicações Diretas R\$ 776.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1104 – Diretoria de Obras
Projeto 11.04.15.451.0006.1022 – Exec. Obras Pav. Dren. - Sistema Mutirão
Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 1.254.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administr. Financ.

Sesur
Modalidade 3.3.90 (539) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária
Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Manut. Ativ. Ilum. Pública e Sin. Viária
Modalidade 3.3.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 2.150.652,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
2301 – Fundação Cultural de Blumenau
Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manutenção das Ativ. da Fundação
Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão
Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 1.468.652,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade 31.01.10.301.0009.2170 – Pab – Estrat. Saúde da Família/Cofinan
Modalidade 3.1.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 121.000,00
Fonte de Recursos 0238.00064
Atividade 31.01.10.301.0009.2172 – Pab Agentes Comunitários de Saúde
Modalidade 3.1.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 241.000,00
Fonte de Recursos 0238.00064
Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – Cerest – Centro Ref. Saúde do Trabalho
Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065
Atividade 31.01.10.304.0009.2191 – Vigilância Sanitária
Modalidade 3.3.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
2301 – Fundação Cultural de Blumenau
Projeto 23.01.13.392.0007.1064 – Const. Rest. de Inst. Prediais
Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 23.01.13.392.0007.2131 – Banda Municipal
Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 23.01.13.392.0007.2235 – Promoção de Eventos Culturais
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 23.01.13.392.0007.2306 – Pres. Dif. de Acervo Pat. Cultural
Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

2302 – Centro Cultural da Vila Itoupava
Atividade 23.02.13.391.0007.2132 – Man. Ativ. Centro Cult. da Vila Itoup.
Modalidade 3.3.50 (39) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

2303 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Atividade 23.03.13.392.0007.2129 – Fundo Municipal de Apoio à Cultura
Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0002.2166 – Manut. Ativ. Conselho Mun. de Saúde
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 7.520,00
Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Projeto 31.01.10.301.0009.1052 – Obras Prog. Invest. Rede Serv. Saúde
Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 1.351.132,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 362.000,00
Fonte de Recursos 0238.00064
Atividade 31.01.10.301.0009.2197 – Exec. Ação Proj. Convênios da União
Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0102.000000
Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – Cerest – Centro Ref. Saúde do Trab.
Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Modalidade 4.4.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000
Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – Faec – Cirurgias ao Apar. Circulatório
Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, nas seguintes ações:

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Código: 04.02.03.091.
Ação: 2010 – Manut. Ativ. Consultoria Administrativa e Legislativa
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 6.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 02 – Diretoria de Compras e Licitações
Código: 05.02.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 40.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal
Código: 05.03.04.128.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2322 – Manut. Da Concessão de Benefícios ao Servidor Público
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 500.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Patrimônio
Código: 05.04.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização administrativa do Governo
Ação: 2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
Produto: Atividade Executada
Unidade: Unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 360.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 02 – Diretoria de Receita
Código: 06.02.04.129.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2023 – Manut. Ativ. Receita
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 454.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo-Financeira
Código: 09.01.12.365.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2038 – Alimentação Escolar – Educação Infantil Pnaec
Produto: Criança Beneficiada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): 776.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 02 – Diretoria de Serviços Urbanos
Código: 14.02.15.452.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Órgão: 23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
Unidade: 01 – Fundação Cultural de Blumenau
Código: 23.01.13.392.
Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas
Ação: 2130 – Manut. das Ativ. da Fundação
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 40.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Código: 31.01.10.301.
Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.468.652,00

Ação: 2170 – Pab Estratégia Saúde da Família/Cofinanciamento
Produto: Usuário Sus Atendido
Unidade: usuário
Valor Vinculado (2016): R\$ 121.000,00

Ação: 2172 – Pab Agentes Comunitários de Saúde

Produto: Família Visitada
 Unidade: Famílias
 Valor Vinculado (2016): R\$ 241.000,00

Código: 31.01.10.302.
 Programa: 0009 – Vida Saudável
 Ação: 2184 – Cerest – Centro de Referência Saúde do Trabalhador
 Produto: Município Atendido
 Unidade: Municípios
 Valor Vinculado (2016): R\$ 150.000,00

Código: 31.01.10.304.
 Programa: 0009 – Vida Saudável
 Ação: 2191 – Vigilância Sanitária
 Produto: Licenciamento sanitário de Estabelecimentos
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 130.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 Unidade: 01 – Gabinete do procurador Geral
 Código: 04.01.03.091.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procon
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 5.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
 Código: 04.04.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 05.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 40.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal
 Código: 05.03.04.128.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2020 – Manut. Ativ. Pessoal
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Código: 05.05.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2269 – Manut. Ativ. Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira
 Código: 09.01.12.361.
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2037 – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental Pnaef
 Produto: Aluno Beneficiado
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): 776.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 Unidade: 04 – Diretoria de Obras
 Código: 11.04.15.451.
 Programa: 0006 – Blumenau 2050
 Ação: 1022 – Exec.Obras de Pavimentação/Dren.Sistema Mutirão
 Produto: Obra de Mutirão
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.254.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo-Financeira
 Código: 14.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Sesur
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária
 Código: 14.04.15.452.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 2278 – Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Órgão: 23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
 Unidade: 01 – Fundação Cultural de Blumenau
 Código: 23.01.13.392.
 Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas
 Ação: 1064 – Const/Rest. de Inst. Prediais
 Produto: Obra Executada
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2016): R\$ 15.000,00

Ação: 2131 – Banda Municipal
 Produto: Banda em Atividade
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.000,00

Ação: 2235 – Promoção de Eventos Culturais
 Produto: Eventos Realizados
 Unidade: Eventos
 Valor Próprio (2016): R\$ 9.000,00

Ação: 2306 – Preservação Dif. de Acervo/Pat. Cultural
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.000,00

Unidade: 02 – Centro Cultural da Vila Itoupava
 Código: 23.01.13.391.
 Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas
 Ação: 2132 – Manut. Ativ.Centro Cult. Vila Itoupava
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Unidade: 03 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Código: 23.01.13.392.
Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas
Ação: 2129 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Produto: Projetos Culturais
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 11.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Código: 31.01.10.301.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativas do Governo

Ação: 2166 – Manut. Ativ. Conselho Municipal de Saúde
Produto: Conselho Deliberativo
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 17.520,00

Ação: 1052 – Obras do Prog. Invest. De Serviços de Saúde
Produto: Obra Executada
Unidade: m2
Valor Próprio (2016): R\$ 1.351.132,00

Ação: 2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica
Produto: Usuário do Sus Atendido
Unidade: usuários
Valor Vinculado (2016): R\$ 362.000,00

Ação: 2197 – Execução de Ação/Projetos de Convênios da União
Produto: Ação/Projeto Executado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Código: 31.01.10.302.
Programa: 0009 – Vida Saudável
Ação: 2184 – Cerest – Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador
Produto: Município Atendido
Unidade: Municipios
Valor Próprio (2016): R\$ 130.000,00

Ação: 2188 – Faec – Cirurgias ao Aparelho Circulatório
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 150.000,00

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 238/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 238/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua Santa Cecília, localizada no Bairro Velha – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – SEMOB (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-009/2016.

PREÇO: R\$ 37.560,94 (trinta e sete mil quinhentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos).

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 20 de setembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 239/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 239/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Osvaldo de Andrade, localizada no Bairro Fidélis em Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – SEMOB (LOTE 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-009/2016

PREÇO: R\$ 134.860,10 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta reais e dez centavos).

PRAZO: 210 (duzentos e dez) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 20 de setembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 240/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 240/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua José Alves localizada no Bairro Itoupava Central em Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – SEMOB (LOTE 04).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-009/2016

PREÇO: R\$ 93.888,02 (noventa e três mil oitocentos e oitenta e oito reais e dois centavos).

PRAZO: 210 (duzentos e dez) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 20 de setembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 247/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 247/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área de 20,21m², situada no piso térreo do TRPPHD – Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke, para instalação de agência emissora de passagens e despacho de mercadorias/cargas rodoviárias - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-94/2016.

PREÇO: R\$1.111,55 (um mil, cento e onze reais e cinquenta e cinco centavos), totalizando R\$ 13.338,60 (treze mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 29 de setembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 253/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 253/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI – EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza, com fornecimento de equipamentos, previsão de 76.000 (setenta e seis mil) horas para o evento 33ª Oktoberfest e 34ª Oktoberfest, ou seja, 38.000 (trinta e oito mil) horas para cada edição da festa, conforme especificações constantes no edital - PROEB (Convênio Estadual) - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 046/2016.

PREÇO: R\$ 1.884.997,60 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

PRAZO: de 01 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

DATA: 05 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 265/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 265/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária na Rua Mississippi, Bairro Itoupavazinha, no Município de Blumenau/SC - conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no

Processo de Dispensa de Licitação nº 164/2016 - Programa Pavimentação - SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa n. 08-164/2016

PREÇO: R\$ 53.121,46 (cinquenta e três mil cento e vinte e um reais e quarenta e seis centavos).

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 07 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 268/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 268/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU – URB.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção predial dos espaços da Fundação Cultural de Blumenau, pelo período de 12 (doze) meses, conforme pedido descrito no processo – FCB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-158/2016

PREÇO: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sua vigência, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

DATA: 10 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 270/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 270/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para construção de 01 (uma) escola de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, na Rua Jardim Germânico - Bairro Itoupavazinha, conforme especificações constantes no edital - RECURSOS FEDERAIS, TC PAC 2 09049/2014, e contrapartida PMB (ITEM 01) - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 012/2016

PREÇO: R\$ 1.334.141,00 (um milhão trezentos e trinta e quatro mil e cento e quarenta e um reais).

PRAZO: 09 (nove) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 13 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 271/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 271/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para construção de 01 (uma) escola de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, na Rua Antônio Treis - Bairro Vorstardt, conforme especificações constantes no edital - RECURSOS FEDERAIS, TC PAC 2 09049/2014, e contrapartida PMB (ITEM 02) - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 012/2016.

PREÇO: R\$ 1.312.093,65 (um milhão, trezentos e doze mil, noventa e três reais e sessenta e cinco centavos).

PRAZO: 09 (nove) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 13 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 272/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 272/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para construção de 01 (uma) escola de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, na Rua Da Glória - Bairro Da Glória, conforme especificações constantes no edital - RECURSOS FEDERAIS, TC PAC 2 09049/2014, e contrapartida PMB (ITEM 03) - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 012/2016.

PREÇO: R\$ 1.299.152,07 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e sete centavos).

PRAZO: 09 (nove) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 13 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 274/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 274/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social, junto ao Residencial Itoupavazinha, sito na Rua

Frederico Bohering, nº 860, Bairro Itoupavazinha, Blumenau - SC., conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 (doze) meses. Convênio CEF - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV – fase 02), - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 117/2016.

PREÇO: R\$ 132.800,00 (cento e trinta e dois mil e oitocentos reais).

PRAZO: 12 meses a contar da data estabelecida para o início de sua vigência

DATA: 14 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 278/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 278/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LEGO FEIRAS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos de organização e realização dos desfiles da 33ª Oktoberfest, a realizar - se entre os dias 05 e 23 de outubro de 2016, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa (LOTES 01, 02 e 03) - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-161/2016.

PREÇO: R\$ 566.098,92 (quinhentos e sessenta e seis mil noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

PRAZO: 05 de outubro até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 17 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 279/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 279/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ASKNEW CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos de organização e realização dos desfiles da 33ª Oktoberfest, a realizar - se entre os dias 05 e 23 de outubro de 2016, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa (LOTE 04) - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-161/2016.

PREÇO: R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).

PRAZO: 05 de outubro até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 17 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 280/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 280/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RENTAL SERVICE LTDA - EPP.

OBJETO: Serviços de recuperação asfáltica em vias urbanas do Município de Blumenau, pelo período de 06 (seis) meses, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa nº 08-178/2016 – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-178/2016.

PREÇO: R\$ 2.164.948,00 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 18 de outubro de 2016.

RESOLUÇÃO COPE Nº 004/2016

RESOLUÇÃO COPE Nº. 004/2016

APROVA TOMBAMENTO EM EDIFICAÇÕES DE INTERESSE CULTURAL.

O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares ns. 793 e 794, ambas de 19 de abril de 2011, e considerando a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 27 de julho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar:

I – O tombamento do imóvel situado na Rua Pastor Oswaldo Hesse, 294, Bairro Ribeirão Fresco, matriculado sob nº. 35.388, no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, classificado como P2, conforme Processo Administrativo de Tombamento nº. 2014/008.

II – O tombamento do imóvel situado na Rua Bonfim, s/nº, Bairro Salto, matriculado sob nº. 1.529 e nº. 1.525, no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, classificado como P2, conforme Processo Administrativo de Tombamento nº. 2012/002.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 25 de agosto de 2016.

JULIANO GONÇALVES
Presidente**RESOLUÇÃO CMAS Nº 61/2016**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 61/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2016 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 DA ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de

2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 19 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 012/2011 que aprova a inscrição da Entidade Associação Casa de Apoio no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Associação Casa de Apoio pela Comissão Permanente de Políticas em reunião realizada no dia 19 de setembro de 2016

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Associação Casa de Apoio para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de outubro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EDITAL 06 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016 DE PUBLICIDADE DE CHAMAMENTO PARA REQUISIÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2017.

EDITAL Nº. 006/2016

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CHAMAMENTO PARA REQUISIÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2017.

O Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, localizado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 120, centro, através do Prefeito Municipal Sr. Airtton Antonio Reinehr e da Assistente de Tributação Janiara Keller Ceccon, com fundamento na Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011 (Código Tributário Municipal), tornam público e comunicam aos contribuintes, proprietários e/ou possuidores de imóveis situados no perímetro urbano do Município de Bom Jesus do Oeste/SC, e enquadrados no artigo 136 do CTM para tomarem as providências do artigo 137 do CTM.

Considerando o rol de isenções do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU descritas no artigo 136 da Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011 (Código Tributário Municipal), quais sejam:

I - O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Bom Jesus do Oeste, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados;
II – Sociedades sem fins lucrativos, representativas de classes trabalhadoras, que não remunerem seus diretores e sócios, e que utilizem o(s) imóvel (eis) para atingir os seus fins sociais;
III – Aposentado e pensionista que residem no município de Bom Jesus do Oeste SC, com renda familiar mensal de no mínimo 3 (três) salários mínimos nacionais, que possuam um único imóvel e que o mesmo sirva como sua residência e de sua família.
IV – o imóvel sem edificação quando cedido ao município de Bom Jesus do Oeste, através de comodato, havendo interesse deste, para fins diversos, durante o período em que durar o empréstimo a título gratuito.
V - o imóvel de interesse histórico, artístico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, com observância da legislação específica, respeitadas as suas características.

Considerando o que preceitua o parágrafo único do artigo 136 do CTM, de que a isenção de que trata os incisos I, II e III deste artigo, será concedida em 100% (cem por cento) do valor do imposto;

Considerando o que preceitua o artigo 137 caput e seus § 1º e § 2º para fazer jus ao benefício legal, o contribuinte que for abrangido pela Lei 820/2011, de 22 de dezembro de 2011, deverá apresentar requerimento e documentação comprobatória junto ao Setor de Tributação do município de Bom Jesus do Oeste – SC, que deverá ser renovado anualmente.

Serão beneficiados em 100% (cem por cento) de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU os seguintes imóveis:

I - O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União, ao Estado de Santa Catarina e ao Município

de Bom Jesus do Oeste, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados;
II – Sociedades sem fins lucrativos, representativas de classes trabalhadoras, que não remunerem seus diretores e sócios, e que utilizem o(s) imóvel (eis) para atingir os seus fins sociais;
III – Aposentado e pensionista que residem no município de Bom Jesus do Oeste SC, com renda familiar mensal de no mínimo 3(três) salários mínimos nacionais, que possuam um único imóvel e que o mesmo sirva como sua residência e de sua família.

Serão abrangidos pelo benefício legal os imóveis a baixo relacionados em quanto perdurar a condição descrita, quais sejam:

IV – o imóvel sem edificação quando cedido ao município de Bom Jesus do Oeste, através de comodato, havendo interesse deste, para fins diversos, durante o período em que durar o empréstimo a título gratuito.

V - o imóvel de interesse histórico, artístico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, com observância da legislação específica, respeitadas as suas características.

Para fazer jus ao benefício o proprietário do imóvel que se enquadra nos critérios descritos, deverá Requerer a Isenção no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC impreterivelmente até 30 de dezembro de 2015 apresentando os seguintes documentos:

I – Requerimento;

II - Documentação comprobatória do enquadramento nas hipóteses do artigo 136, desta Lei Complementar;

III - Estudo socioeconômico realizado por Assistente Social do município para os casos do inciso “III” do artigo 136 do CTM.

Ressalta-se que este pedido de isenção deverá ser renovado anualmente, para o ano seguinte.

A Secretaria Municipal de Fazenda reserva-se o direito de fiscalizar e rever os casos que apresentarem irregularidades, podendo lançar em dívida ativa as informações enviadas em vício.

Município de Bom Jesus do Oeste/ SC, 20 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

JANIARA KELLER CECCON

Ass. de Tributação.

PORTARIA Nº 187/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 187/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

INDENIZA SERVIDORA MUNICIPAL REFERENTE A LICENÇA PREMIO VENCIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Premio na forma de indenização em pecúnia para servidora Municipal Sra. Roseli Simone Jandt, inscrita na matrícula sob nº 160-0, admitida em 03/09/2001, após o vencimento do 3º período (03/09/2001 a 03/09/2006), conforme

solicitação, de acordo com as Leis 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores) e Lei 890/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 188/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidor Municipal Sra. Roseni Machado de Souza Bruxel, inscrita no CPF sob nº 026.966.599-40 e matrícula sob nº 350-6, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, sendo do período aquisitivo de 06/02/2015 a 05/02/2016 e período de concessão de 24/10/2016 a 12/11/2016 (20 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 177 E 179/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 177/2016 Pregão Presencial 20/2016 (FMS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratado: Edson Luiz Moretti.

Objeto: Locação de imóvel em alvenaria com área entre 90 e 120m², contendo mínimo 5 (cinco) cômodos incluindo banheiro, com estacionamento fechado, com localização no Centro do Município de Bom Retiro/SC, em condições de funcionalidade, instalações elétricas e hidráulicas regulares compatíveis e condições de segurança para a instalação da sede do SAMU de Bom Retiro

Valor Mensal: R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais).

Extrato Contrato 179/2016 Dispensa de Licitação 02/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Kairós- Serviços Em Meio Ambiente Ltda.

Objeto: Serviço de Elaboração de Projeto de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão com área de 4.420,92m².

Valor Total: R\$ 12.411,69 (doze mil quatrocentos e onze reais e sessenta e nove centavos).

Bom Retiro, 21 de outubro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.953/2016**

DECRETO Nº 1.953/2016

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.80(253)	Outras Especificações – CFEMR\$ 29.494,38
15-452-0130-2.40	Manutenção e Funcionamento da Iluminação Pública do Município
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.08(31)	COSIP R\$ 55.505,62

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 20/10/2016.

Botuverá, 20 de outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito em Exercício

LEI Nº1347/2016-DEFINE VALOR DO REPASSE PARA SAMU

LEI Nº 1.347/2016.

“Autoriza o repasse mensal de até R\$ 0,29 (vinte e nove centavos) per capita por habitante, ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque, para o custeio do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, no Município de Botuverá e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, faço saber a todos os habitantes, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 0,29 (vinte e nove centavos) per capita, por habitante, para o Fundo Municipal de Saúde de Brusque, baseando-se na planilha de custos referentes à implantação do Serviço Médico de Urgência – SAMU, para o atendimento por ambulâncias de suporte básico aos usuários do Sistema Único de Saúde neste Município.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, se necessário, crédito especial ou suplementar para atender as despesas decorrentes desta Lei.

Art. 3º - Os valores da presente Lei serão reajustados anualmente, por decreto do Prefeito Municipal, pelo IGPM, ou outro índice que o suceder.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em específico a Lei Municipal nº 980/2006 de 29 de março de 2006.

Botuverá, 19 de Outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito Municipal Em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0106/2016

DECRETO Nº. 0106/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(11) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(10) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 17 de Outubro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

DECRETO 0107/2016

DECRETO Nº. 0107/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(25) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0696.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor

de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(26) – 3.3.93.00.00.00.00 0.1.0696.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 17 de Outubro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 13/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 13/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Gisiane Matilde Vieira ME

CNPJ: 10.790.021/0001-01

sito a Rua Francisca das Neves, 45 - Centro

Penha -SC

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de mobiliário para a Unidade Basica de Saúde do Centro e KM 15 do município de Braço do Trombudo, conforme especificações no anexo I do Edital.

Valor: 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)

Vigência: 31/12/2016

Data da assinatura: 20/10/2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Sito A Rua Guaianazes, 1238, Campos Eliseos

Centro Histórico

São Paulo/SP

Objeto Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 3.806,76 (Três mil, oitocentos e seis reais e setenta e seis)

Data da assinatura: 18.10.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2016

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 1.572,83 (hum mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos).

Data da assinatura: 19.10.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

LEI 0872/2016

LEI Nº. 0872/2016

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 596/2013.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei, que está publicado na página 1495 da edição n.º 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (edição de 31 de maio de 2016 - http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 18 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2016

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Corte de Leis, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o Processo Legislativo, Projeto de Lei que propõe a ratificação do texto do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), o qual é integrado pelo nosso Município.

Esta Casa Legislativa ratificou por meio da Lei Municipal n.º 596/2013, o Protocolo de Intenções do CIGA, autorizando a participação do Município no Consórcio.

Considerando que já se passaram mais de 8 (oito) anos desde a formalização do Protocolo de Intenções até os dias atuais, o Consórcio Público CIGA teve de realizar revisões no texto do Contrato de Consórcio Público original, por meio de sua Assembleia de Prefeitos, para melhor se adequar às exigências da Lei Federal n.º 11.107/05, do Decreto Federal n.º 6.017/07 e do Prejulgado n.º 1776 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

De tal modo, a Assembleia de Prefeitos (Assembleia Geral) resolveu consolidar as alterações promovidas no texto original do Contrato de Consórcio Público, conforme o texto que ora apresentamos a Vossas Excelências, notadamente por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe:

Art. 12. A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos)

Nesse norte, o artigo 29 do Decreto n.º 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos):

Art. 29. A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos)

Esclareço que a consolidação foi aprovada na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, Conselho de Prefeitos do CIGA, que ocorreu no dia 28 de janeiro de 2016 (Ata da 14ª AGO – publicada em http://edicao.dom.sc.gov.br/1455642240_edicao_dom_1933.pdf#page=895).

Os seguintes documentos acompanham este Projeto:

ANEXO I – Contrato de Consórcio Público do CIGA com as alterações realizadas até o momento;

ANEXO II – Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

A implementação das alterações propostas possibilitará que o Consórcio adote regras de funcionamento que lhe possibilitarão desenvolver suas atividades com maior efetividade, o que contribuirá, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, usando a tecnologia da informação, e para a otimização dos recursos financeiros.

Por fim, nunca é demais lembrar que compete ao estado democrático de direito atender, direta ou indiretamente, as necessidades sociais por meio da definição e execução de políticas públicas, em consonância com as normas objetivas, de natureza principiológica e programáticas consignadas na Lei Maior.

Assim, tais normas devem ser atualizadas para se adequar às dinâmicas e inovações sociais.

Diante do acima exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência, na forma da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a importância da matéria, dado o seu relevante interesse municipal e a necessidade de se concluir o mais breve possível essa etapa, a fim de possibilitar a regularização dos procedimentos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), que está em plena atividade.

São essas, Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara de Vereadores e Senhores Vereadores, as bases da formulação e os motivos da apresentação do comentado Projeto de Lei, que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossas Excelências os protestos de minha alta consideração.

Romildo Teske
Prefeito Municipal
PROJETO DE LEI Nº. 016/2016

ANEXO I – Contrato de Consórcio Público do CIGA - com as alterações realizadas até o momento:
CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIGA adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIGA é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIGA.

§ 3º A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do CIGA.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4º A área de atuação do CIGA será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIGA vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7º São finalidades do CIGA:

I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados "softwares" em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II - promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;

III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;

V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013);

VII - representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio;

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013);

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos municípios;

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII – desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV – planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV – instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provindos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIGA poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integram ou não o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIGA;

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII – adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o CIGA e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8º Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIGA;

IV – compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CIGA nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do CIGA.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades do CIGA dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O CIGA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei n.º 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIGA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIGA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIGA estará organizado a partir da seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Conselho Fiscal;

IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 6º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do CIGA.

§ 7º Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do CIGA com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no CIGA de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do CIGA;

X - aprovar as alterações do Estatuto; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do CIGA é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I - Um Presidente;

II - Um Primeiro Vice-Presidente;

III - Um Segundo Vice-Presidente;

IV - Um Primeiro Secretário;

V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais do CIGA, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III - representar o CIGA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;

IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIGA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do CIGA;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIGA.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIGA e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIGA;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor

ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades e gestão do CIGA;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA;

III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do CIGA;

IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIGA;

V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA;

VII - executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA;

IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

X - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

XI - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;

XII - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIGA;

XIII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os empregados do CIGA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 1º O emprego de Diretor Executivo do CIGA deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§ 2º Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§ 3º A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

§ 5º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o CIGA mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do CIGA obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do CIGA será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do CIGA:

I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do CIGA a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIGA.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CIGA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CIGA;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CIGA;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do CIGA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIGA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao CIGA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do CIGA não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O CIGA será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O CIGA poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios - FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Adilson Luis Schmitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Nestor Sprícego
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Ênio Reckziegel
Prefeito Municipal de Paraíso

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio

PROJETO DE LEI Nº. 16/2016

ANEXO II – Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016 - a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), no uso das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o artigo 16 do Contrato de Consórcio Público e o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral, nos termos do artigo 16, inciso III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, reunida na 14ª Assembleia Geral Ordinária, em 28 de janeiro de 2016:

Art. 1º. O Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), formalizado em 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

[...]

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 7º.

[...]

Parágrafo único.

[...]

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93;

[...]

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

[...]

Art. 9º. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;

[...]

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14.

[...]

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

[...]

Art. 16.

[...]

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;

VII - autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

[...]

X – aprovar as alterações do Estatuto do CIGA.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[...]

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado por esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI – deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA;

XII – a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA;

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes;

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida;

XV – aprovar, ad referendum da Assembleia Geral:

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

[...]

DA DIRETORIA EXECUTIVA

[...]

Art. 26.

[...]

XII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27.

[...]

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA.

[...]

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

[...]

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

[...]

Art. 33.

[...]

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior.

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal.

[...]

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato.

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato.

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

[...]

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.

[...]

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato.

[...]

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

Art. 47.

[...]

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

[...]

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

[...]

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio Público CIGA:

Abdon Batista/SC
Agrolândia/SC
Agronômica/SC
Água Doce/SC
Águas de Chapecó/SC
Águas Frias/SC
Alfredo Wagner/SC
Alto Bela Vista/SC
Anchieta/SC
Anita Garibaldi/SC
Anitápolis/SC
Antônio Carlos/SC
Arabutã/SC
Araquari/SC
Araranguá/SC
Armazém/SC
Arroio Trinta/SC
Arvoredo/SC
Ascurra/SC
Atalanta/SC
Aurora/SC
Balneário Arroio do Silva/SC
Balneário Barra do Sul/SC
Balneário Camboriú/SC
Balneário Gaivota/SC
Balneário Piçarras/SC
Balneário Rincão/SC
Barra Bonita/SC
Barra Velha/SC
Bela Vista do Toldo/SC
Belmonte/SC
Benedito Novo/SC
Biguaçu/SC
Blumenau/SC
Bocaina do Sul/SC
Bom Jardim da Serra/SC
Bom Jesus do Oeste/SC
Bom Jesus/SC
Bom Retiro/SC
Bombinhas/SC
Botuverá/SC
Braço do Norte/SC
Braço do Trombudo/SC
Brunópolis/SC
Brusque/SC
Caçador/SC
Caibi/SC
Calmon/SC
Camaçari/BA
Camboriú/SC
Campo Alegre/SC
Campo Erê/SC
Campos Novos/SC
Canelinha/SC
Canoinhas/SC
Capão Alto/SC
Capinzal/SC
Capivari de Baixo/SC
Catanduvas/SC
Caxambu do Sul/SC
Celso Ramos/SC
Chapadão do Lageado/SC
Chapecó/SC
Cocal do Sul/SC
Concórdia/SC

Cordilheira Alta/SC
Coronel Freitas/SC
Coronel Martins/SC
Correia Pinto/SC
Corupá/SC
Criciúma/SC
Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Eral Velho/SC
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC
Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imaruí/SC
Imbituba/SC
Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuacu/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC
Jupia/SC

Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC
Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macieira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC
Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondaí/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC
Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC

Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC
Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC
Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tílias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC
Urussanga/SC

Vargeão/SC
 Vargem Bonita/SC
 Vargem/SC
 Vidal Ramos/SC
 Videira/SC
 Vitor Meireles/SC
 Witmarsum/SC
 Xanxerê/SC
 Xavantina/SC
 Xaxim/SC
 Zortéa/SC

[...]

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 11.375,12	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

[...]

Organograma da estrutura administrativa do CIGA:

Art. 2º. Esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.
 Ludovino Labas
 Prefeito Municipal de Lebon Régis
 Presidente do CIGA

LEI 0873/2016

LEI Nº 0873/2016

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

Demonstrativo I – Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1), com os seguintes anexos:

- Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, §2º, inciso I);
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art.4º, §2º, inciso II);
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art.4º, §2º, inciso III);
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art.4º, §2º, inciso III);
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V);
- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LRF, Art. 4º, § 3º).

ANEXOS COMPLEMENTARES

- Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo Demonstrativo das Prioridades das Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);
- Anexo com a Discriminação das Receitas;
- Anexo com a Discriminação das Despesas;
- Anexo contendo as Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2017;

XII – Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2017.

§ 1º O Orçamento dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterà: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e fluente, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificativa da política econômica-financeira do Governo; justificativa da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (dez décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2017 – ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, segurança e bombeiros, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF); Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatórios das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 28 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, obras e serviços urbanos e Estação de Tratamento de Água - ETA; quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação das despesas com horas extras;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constante do DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 1º de janeiro de 2017, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2016.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Braço do Trombudo, em 18 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 0131/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 0131/2016.

“Fixa normas e institui as taxas para prestação dos serviços ambientais no município de Braço do Trombudo/SC, e dá outras providências.”

Romildo Teske, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei fixa normas para prestação de serviços ambientais no âmbito do Município de Braço do Trombudo e institui as respectivas taxas de serviços ambientais.

Art. 2º A exploração ou a instalação de atividades que possam de alguma forma, interferir no meio ambiente, somente serão permitidas após a emissão do competente licenciamento ou autorização por parte do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Considera-se, no âmbito municipal, como órgão ambiental competente, o Departamento Municipal de Meio Ambiente, que atuará por seus agentes e unidades a ela integradas.

Art. 3º Ficam criadas as taxas de serviços ambientais (anexo III), que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, a prestação de serviços pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente para estudos de impacto ambiental, corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos, e a atuação do órgão ambiental municipal nas diversas fases e procedimentos do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de poluição local, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental local, e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

§ 1º A base de cálculo da Taxa Ambiental é o custo do serviço e o seu valor é apurado mediante a aplicação das UFM's próprias de acordo com cada tipo de licença ou autorização.

Art. 4º As atividades sem o devido Licenciamento ou Autorização Ambiental, e as que de alguma forma causarem Impacto Ambiental serão aplicadas as sanções previstas nesta lei.

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Contribuinte de Taxa de Prestação de Serviços Ambientais: é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

II - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza ou licencia a localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

III - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental, que deverão ser obedecidas pelo proprietário ou empreendedor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para localizar, construir, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

IV - Licença Ambiental Prévia (LAP): concedida na fase preliminar de planejamento do estabelecimento, empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos, condicionantes, restrições e medidas de controle a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação;

V - Licença Ambiental de Instalação (LAI): autoriza a instalação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

VI - Licença Ambiental de Operação (LAO): autoriza a operação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

VII - Conformidade Ambiental: cadastra atividades com porte abaixo dos limites fixados para licenciamento ambiental, mediante apresentação de Declaração de Conformidade Ambiental. Declaração de Conformidade Ambiental: subscrita por profissional legalmente habilitado, obrigatoriamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ATR) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional comprova junto ao órgão ambiental que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, que trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel possui Reserva Legal averbada, desde que localizado em área rural.

VIII - Autorização Ambiental: aprova a localização e autoriza a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, de caráter temporário ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

IX - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, construção, instalação, ampliação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimento ou atividades, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como:

- a) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme definido em regulamento próprio e termo de referência;
- b) Plano de Controle Ambiental (PCA);
- c) Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD);
- d) Relatório Ambiental Preliminar (RAP);
- e) Relatório Ambiental Simplificado (RAS);
- f) Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA);
- g) Estudo de Risco (ER);
- h) Estudo de Passivo Ambiental (EPA);
- i) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
- j) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- l) Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE).

X - Impacto Ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e que, direta ou indiretamente, afetem as atividades sociais e econômicas, a saúde, a segurança ou o bem-estar da população, assim como os recursos naturais, artificiais, culturais e do trabalho;

XI - Termo de Referência (TR): roteiro apresentando o conteúdo e tópicos mais importantes a serem tratados em determinado estudo ambiental.

XII - Impacto Ambiental Local: aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território do Município de Agronômica, sem ultrapassar o seu limite territorial.

XIII - Degradação Ambiental: alteração adversa das características do meio ambiente.

XIX - AuC – Autorização para Corte de Vegetação – Autotiza e controla: o corte, a supressão ou exploração de vegetação natural, o corte eventual ou isolado de árvores, corte de árvores que acarretam risco a vida ou ao patrimônio, bem como aproveitamento de árvores mortas

ou caídas em função de causas naturais para benfeitorias na propriedade, em vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração.

XV - CONSEMA- Conselho Estadual de Meio Ambiente.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO E DO FATO GERADOR

Art. 6º São considerados sujeitos passivos das taxas de serviços ambientais todas as pessoas físicas ou jurídicas que pretendam ou venham a desenvolver empreendimentos ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ou impacto ambiental local no âmbito do Município de Braço do Trombudo.

Parágrafo único. A localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que se enquadrem nos termos do caput deste artigo dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental, a ser realizado pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 7º Estão sujeitos ao licenciamento ou autorização ambiental, os empreendimentos e atividades definidos na forma do artigo anterior, e aqueles previstos em Leis Estaduais e Federais, concedidos através de convênio específico com o órgão licenciador.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 8º Compete à Prefeitura do Município de Braço do Trombudo, por intermédio do Departamento Municipal de Meio Ambiente, a fiscalização, a autorização e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, de que trata esta lei e seus regulamentos, e daquelas que lhe forem delegadas pelos demais entes federativos, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. A expansão de atividade licenciada que implicar alteração ou ampliação do seu potencial poluente também necessita do competente licenciamento ambiental.

Art. 9º A avaliação prévia dos impactos ambientais é realizada por meio do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, do Estudo Ambiental Simplificado - EAS, do Relatório Ambiental Prévio - RAP, os quais constituem documentos que subsidiam a emissão da Licença Ambiental Prévia - LAP e a elaboração dos programas de controle ambiental.

Art. 10. Ao Município, no exercício de sua competência de controle, compete expedir as seguintes licenças:

I - Autorização Ambiental (AuA): Licenciamento ambiental simplificado, ato administrativo precário de outorga, concedido por tempo determinado, desde que resguardado o interesse público de preservação do ambiente, das atividades relacionadas no Anexo II, e nos casos de atividades ou empreendimentos potencialmente causadores de pequeno impacto ambiental, assim definido por Resolução do CONSEMA. A AuA será expedida após avaliação acerca da viabilidade locacional e técnica, contendo condicionantes de implantação e de operação do objeto autorizado.

II - Conformidade Ambiental (CA): atividades com porte abaixo dos limites fixados para licenciamento ambiental, mediante apresentação de Declaração de Conformidade Ambiental. Declaração de Conformidade Ambiental: subscrita por profissional legalmente habilitado, obrigatoriamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional comprova junto ao órgão ambiental que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, que trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel possui Reserva Legal averbada, desde que localizado em área rural. (Anexo I).

III - Licença Ambiental Prévia (LAP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

IV - Licença Ambiental de Instalação (LAI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

V - Licença Ambiental de Operação (LAO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

VI - Autorização para Corte de Vegetação (AuC) – Autoriza e controla: o corte, a supressão ou exploração de vegetação natural, o corte eventual ou isolado de árvores, corte de árvores que acarretam risco a vida ou ao patrimônio, bem como aproveitamento de árvores mortas ou caídas em função de causas naturais para benfeitorias na propriedade, em vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração.

§ 1º Nos casos em que o pedido de autorização de corte de vegetação estiver vinculado a uma atividade licenciável, a AuC deve ser analisada com a Licença Ambiental Prévia - LAP e expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação - LAI ou Autorização Ambiental - AuA da atividade.

§ 2º As Atividades Consideradas Potencialmente causadoras de degradação ambiental e respectivos estudos Ambientais são listadas em

resolução do CONSEMA.

Art. 11. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Autorização Ambiental (AuA): será estipulado pelo órgão Ambiental Municipal dependendo do porte e grau de poluição da atividade, não ultrapassando um prazo de 4 (quatro) anos contados a partir de sua expedição;

II - O prazo de validade da Conformidade Ambientall (CA) será 02 (dois) anos contados a partir da sua expedição.

III - O prazo de validade da Licença Ambiental Prévia (LAP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

IV - O prazo de validade da Licença Ambiental de Instalação (LAI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

V - O prazo de validade da Licença Ambiental de Operação (LAO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º A Licença Ambiental Prévia (LAP) e a Licença Ambiental de Instalação (LAI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos III e IV.

§ 2º O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença Ambiental de Operação (LAO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores àqueles estabelecidos no inciso V.

§ 3º Na renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso V.

§ 4º A renovação das licenças deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Art. 12. Caberá ao órgão municipal competente, por ato próprio, definir os critérios de exigibilidade, os estudos ambientais necessários, o detalhamento e demais complementações necessárias, levando em consideração as especificidades, os fatores culturais, os riscos ambientais, o porte, o grau de impacto e outras características dos estabelecimentos, empreendimentos ou atividades.

Art. 13. A licença ambiental para estabelecimentos, empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativo impacto ou degradação ambiental, dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).

§ 1º O responsável pelo empreendimento, estabelecimento ou atividade dará publicidade aos instrumentos de gestão de que trata o caput deste artigo, garantindo a realização de audiências públicas, de acordo com a regulamentação.

§ 2º Serão definidos pelo órgão municipal competente, o respectivo processo de licenciamento e as condicionantes ambientais para as atividades ou empreendimentos considerados não potencialmente causadores de significativo impacto ou degradação ambiental.

§ 3º A dispensa de apresentação do estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA) no processo de licenciamento ambiental, definido na forma do parágrafo anterior, implica na apresentação de Plano de Controle Ambiental – (PCA) ou outro estudo previsto, a ser elaborado pelo próprio requerente da licença ou por profissional por aquele escolhido, na forma do regulamento.

Art. 14. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

SEÇÃO I DAS TAXAS

Art. 15. Os valores correspondentes à taxa de licenciamento ambiental estão fixados no Anexo IV desta Lei.

Art. 16. A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 17. O pagamento da taxa de licenciamento ambiental será devido:

I - Na hipótese de Licença de Operação (LO), no momento de sua expedição observando-se o nível de enquadramento da atividade da ou empreendimento, conforme anexo III;

II - Nos demais casos, por ocasião de seu requerimento, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

§ 1º Também será devida a taxa de licenciamento ambiental nos casos de renovação e emissão de segunda via.

§ 2º A renovação da licença ambiental terá o valor correspondente a 80% do valor original da licença, segundo o Anexo III desta Lei.

§ 3º A emissão de segunda via de licença expedida terá o valor correspondente a 20% do menor valor fixado para cobrança de taxa de licenciamento.

§ 4º Nos casos em que o empreendimento licenciado envolver mais de uma tipologia de atividades, o porte limite será a soma dos portes limites definidos para cada atividade e o potencial de poluição será o da atividade mais poluidora (mais alto).

§ 5º Fica autorizada a isenção dos valores mencionados no Art. 3º desta Lei, nos casos e em consonância com as leis de incentivo ao desenvolvimento e à industrialização do Município, mediante despacho fundamentado do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º Ficam isentos do pagamento das taxas previstas nesta lei, os órgãos da administração pública municipal, as instituições de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei, e as entidades da utilidade pública, reconhecidas por lei Municipal.

Art.18. Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a cobrança das taxas de Licenças Ambientais e ao Departamento Municipal de Meio Ambiente a expedição da taxa e das Licenças.

Art. 19. Os recursos oriundos do pagamento das taxas de serviços Ambientais e das multas de que trata esta lei serão assim destinados: 70% ao órgão Municipal de Meio Ambiente, para o desenvolvimento de sua capacidade técnica e operacional e 30% para o FUMTUMA (Fundo Municipal do Turismo e Meio Ambiente) para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e Proteção Ambiental.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 20. Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática das infrações administrativas previstas nesta Lei, incide nas penas a estas cominadas na medida da sua culpabilidade.

Art. 21. Serão responsabilizadas administrativamente todas as pessoas físicas ou jurídicas que de qualquer forma concorrerem à prática das Infrações;

Art. 22. Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 23. Nos casos de risco de dano ao meio ambiente e à saúde pública e de infração continuada, bem como na iminência de grandes impactos ambientais, serão adotadas medidas preventivas como: suspensão, interdição ou embargo de forma parcial ou total. Tais medidas prevalecem até a decisão final ou a revisão do ato pela autoridade ambiental.

§ 1º A suspensão das atividades será:

a) parcial, em caso de potencial poluidor leve; e

b) total, para todas as atividades de grau alto.

SESSÃO I DAS SANÇÕES

Art. 24. Caso sejam identificadas atividades sem o licenciamento ambiental necessário, as sanções serão assim prosseguidas:

I - Notificação;

II - Auto de Infração: multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor total da licença necessária, caso não atendido o especificado na Notificação.

Art. 25. Autuação por Impacto Ambiental causado, valor de até 50 UFMs, caso necessidade de embargo, suspensão ou interdição, considerando a gravidade do Impacto.

Art. 26. Além das sanções previstas, as infrações podem ser punidas com:

I - obrigação de promover a recuperação ambiental;

II - suspensão ou cassação da licença ou autorização ambiental;

III - participação em programa de educação ambiental, limitada ao montante da multa cominada.

§ 1º Na ocorrência de dano ambiental independente da aplicação das sanções administrativas, a pena de reparação ou recuperação deve sempre ser aplicada e sempre que possível no mesmo local do ocorrido, não o sendo, fica condicionado a medidas compensatórias.

§ 2º Independentemente de existência de culpa, fica o infrator obrigado a recuperar o dano causado ao meio ambiente, afetado por sua atividade.

Art. 27. Sempre que de uma infração ambiental não tenha decorrido dano ambiental relevante, serão as penas de multa convertidas em

advertência, salvo em caso de reincidência.

Parágrafo único. Dano ambiental relevante é aquele que causa desocupação da área atingida pelo evento danoso, afeta a saúde pública das pessoas do local, ou causa mortandade de fauna e flora.

SESSÃO II

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 28. Das penalidades aplicadas cabe recurso administrativo:

I - em primeira instância, ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ciência do despacho; e

II - em segunda instância, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;

Art. 29. O pagamento de penalidade somente será devida após esgotado o trânsito do recurso administrativo.

Parágrafo único. O Município de Braço do Trombudo, após o transito do recurso administrativo improvido, fará a inscrição em dívida ativa dos autuados devedores, bem como a cobrança judicial do referido valor.

Art. 30. As multas previstas nesta lei podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

§ 2º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado.

§ 3º Os valores apurados serão recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação.

Art. 31. Os danos ambientais irreversíveis que devem ser compensados serão definidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

CAPITULO IV

DAS AUDITORIAS AMBIENTAIS

Art. 32. O órgão ambiental licenciador pode exigir a qualquer momento auditoria ambiental de atividades ou empreendimentos licenciáveis mediante Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA, sem prejuízo de outras exigências legais.

Art. 33. A finalidade das auditorias ambientais deve se restringir à avaliação da implementação dos programas ambientais, de controle, compensação e monitoramento ambiental, bem como das condicionantes técnicas das licenças, não substituindo a fiscalização ambiental pelo órgão licenciador.

Art. 34. As atividades que possuem sistema de gestão ambiental certificada por entidades credenciadas pelo Sistema Brasileiro de Certificação Ambiental, poderão utilizar esta certificação para o atendimento à exigência disposta no art.32 desta Lei, desde que o escopo da auditoria e seu relatório incluam a avaliação dos Programas Ambientais e dos condicionantes das licenças emitidas.

Art. 35. No caso dos auditores ambientais constatarem uma situação de risco ambiental iminente, de dano ou de irregularidade normativa, eles devem notificar imediatamente o responsável da atividade ou empreendimento, registrar este fato em seu relatório e dar conhecimento ao órgão fiscalizador.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida. A documentação que deverá ser apresentada será de acordo com cada modalidade de licença requerida ou determinado pelo órgão ambiental local.

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

§ 2º No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao estudo de impacto ambiental - EIA, se verificada a necessidade de nova

complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos III e IV, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 37. Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, a expensas do empreendedor.

Art. 38. Os pedidos e recebimentos de licença ambiental, em quaisquer de suas modalidades, bem como sua renovação, serão objeto de publicação no Diário Oficial do Estado e em jornal local de circulação diária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do pedido.

§ 1º A publicação de que trata o caput deste artigo deverá seguir os critérios definidos na Resolução nº 6, de 24 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou do instrumento legal que a vier substituir.

§ 2º É de responsabilidade do requerente do licenciamento a promoção da publicação de que trata o caput deste artigo junto ao jornal local de circulação diária e, em qualquer caso, as despesas correm às suas expensas.

§ 3º As conformidades ambientais, e as autorizações ambientais devem ser publicadas no site do órgão ambiental.

Art. 39. Além das taxas legalmente incidentes, correrão por conta do proponente do projeto, se necessário, todas as despesas e custos referentes à realização dos estudos ambientais, tais como: coleta e aquisição de dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração dos estudos e relatórios de impacto ambientais (EIA/RIMA).

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTA DE ATIVIDADES A SEREM SUBMETIDAS AO CADASTRAMENTO/DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTE
00.40.00	Captação de água em poços tubulares profundos	$Q(1) < 1 \text{ m}^3/\text{h}$
00.40.01	Captação de água em poços tubulares profundos em atividades agropecuárias e silviculturais	$Q(1) < 1 \text{ m}^3/\text{h}$
01.12.01	Pomares e cultivos de palmáceas e musáceas	$AU < 30\text{ha}$
01.35.00	Florestamento e reflorestamento de essências arbóreas	$AU < 50\text{ha}$
01.40.00	Projeto agrícola irrigado por inundação	$AU < 10\text{ha}$
01.51.00	Criação de animais confinados de grande porte	$C_{\text{máx}}C < 100$
01.52.00	Criação de animais confinados de médio porte	$NC < 500$
01.70.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura)	$C_{\text{máx}}C < 12.000$
01.70.01	Projetos de assentamento para reforma agrária	$AU < 30\text{ha}$
01.70.10	Criação de animais confinados de pequeno porte	$C_{\text{máx}}C < 12.000$
01.80.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (ranicultura)	$AU < 0,1\text{ha}$
10.10.00	Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras	$AU < 0,2\text{ha}$
10.40.10	Fabricação de telas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica	$AU < 0,01\text{ha}$
10.50.10	Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso	$AU < 0,2\text{ha}$
11.00.15	Produção de forjados, arames e relaminados de aço, a frio, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico	$AU < 0,1\text{ha}$
11.10.00	Metalurgia de metais não-ferrosos em formas primárias – inclusive metais preciosos	$AU < 0,1\text{ha}$
11.50.02	Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação	$AU < 0,1\text{ha}$
11.60.02	Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeiro, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.	$AU < 0,1\text{ha}$
12.80.00	Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos	$AU < 0,1\text{ha}$
12.80.10	Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos, com pintura	$AU < 0,05\text{ha}$
13.20.00	Fabricação de material, equipamentos e aparelhos elétricos	$AU < 0,1\text{ha}$
13.60.00	Fabricação de máquinas, aparelhos, componentes e equipamentos eletrônicos	$AU < 0,1\text{ha}$
13.70.00	Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios	$AU < 0,1\text{ha}$
13.90.00	Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais e elétricos e eletrônicos	$AU < 0,2\text{ha}$

14.10.00	Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores	AU<0,1ha
14.30.00	Fabricação de veículos rodoviários, aeroviários e navais, peças e acessórios	AU<0,1ha
15.11.00	Desdobramento secundário de madeiras – exclusive serrarias	AE<3.000m ²
15.31.00	Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não com material plástico	AE<1.000m ²
15.55.00	Fabricação de molduras, esquadrias e casa pré-fabricadas	AE<3.000m ²
16.10.00	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	AU<0,2ha
16.20.00	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas – inclusive estofados	AU<0,2ha
16.50.00	Fabricação e acabamento de artigos diversos de mobiliário	AU<0,2ha
17.30.00	Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel	AU<0,5ha
17.40.00	Fabricação de artefatos de papelão cartolina e cartão, impressos ou não simples ou plastificados, não associada à produção de papel, cartolina e cartão.	AU<0,5ha
17.60.00	Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.	AU<0,5ha
19.90.00	Fabricação de calçados de couros e peles	AU<0,01ha
20.81.00	Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas	AU<=0,01ha
20.85.00	Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético	AU<=0,02ha
23.21.00	Fabricação de artigos de material plástico	AU<0,1ha
23.22.00	Fabricação de flocos e grãos (pellets) de material plástico	AU<0,1ha
24.11.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais	AU<=0,1ha
24.12.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis, artificiais e sintéticas	AU<0,3ha
24.13.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de materiais têxteis de origem animal	AU<0,3ha
25.20.10	Confecções de roupas e artefatos de têxteis de cama, mesa, copa e banho, com estamparia	AU<0,2ha
26.00.00	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	AU<0,05ha
26.43.00	Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas à alimentação	AU < 0,05ha
26.50.01	Industrialização de produtos de origem animal	AU<0,05ha
26.50.02	Industrialização de produtos de origem vegetal	AU<0,2ha
26.60.00	Preparação de pescado e fabricação de conserva de pescado, exceto entreposto	AU<0,02ha
26.70.00	Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios	AU<0,02ha
26.70.10	Resfriamento e distribuição de leite	AU<0,01ha
26.91.00	Fabricação de sorvetes	AU<0,2ha
27.10.00	Fabricação e engarrafamento de vinhos	AU<0,03ha
27.20.00	Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólica	AU<0,03ha
27.40.00	Fabricação de bebidas não alcoólicas – exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet	AU<0,02ha
27.40.10	Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes	AU<0,02ha
29.10.00	Todas as atividades de indústria editorial e gráfica	AU<0,05ha
30.30.00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	AU<=0,1ha
30.40.00	Fabricação de abrasivos	AU<=0,1ha
30.60.10	Fabricação de carvão vegetal	VUF< = 50m ³
30.80.00	Fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos	AU<=0,01ha
30.90.00	Fabricação de tênis e calçados de qualquer material, exceto em couro	AU<=0,02ha
30.90.10	Fabricação de partes de calçado de qualquer material	AU<=0,01ha
33.13.00	Reservatórios artificiais para múltiplos usos (açudes).	AI<3ha
33.13.05	Canais de irrigação	L<0,5Km
15.55.00	Fabricação de molduras, esquadrias e casa pré-fabricadas	AE<3.000m ²
16.10.00	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	AU<0,2ha
16.20.00	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas – inclusive estofados	AU<0,2ha
16.50.00	Fabricação e acabamento de artigos diversos de mobiliário	AU<0,2ha
17.30.00	Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel	AU<0,5ha
17.40.00	Fabricação de artefatos de papelão cartolina e cartão, impressos ou não simples ou plastificados, não associada à produção de papel, cartolina e cartão.	AU<0,5ha
17.60.00	Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.	AU<0,5ha
19.90.00	Fabricação de calçados de couros e peles	AU<0,01ha
20.81.00	Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas	AU<=0,01ha
20.85.00	Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético	AU<=0,02ha
23.21.00	Fabricação de artigos de material plástico	AU<0,1ha
23.22.00	Fabricação de flocos e grãos (pellets) de material plástico	AU<0,1ha
24.11.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais	AU<=0,1ha

24.12.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis, artificiais e sintéticas	AU<0,3ha
24.13.00	Beneficiamento, fiação e tecelagem de materiais têxteis de origem animal	AU<0,3ha
25.20.10	Confecções de roupas e artefatos de têxteis de cama, mesa, copa e banho, com estamparia	AU<0,2ha
26.00.00	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	AU<0,05ha
26.43.00	Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas à alimentação	AU < 0,05ha
26.50.01	Industrialização de produtos de origem animal	AU<0,05ha
33.13.15	Estruturas de apoio Náutico I	NVB<=5
34.12.00	Linhas e redes de transmissão de energia elétrica	V<69 KV
34.41.15	Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos	QT<=0,5ton/dia
34.41.16	Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva	QT<=1ton/dia
34.41.17	Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos	QT<=0,5ton/dia
43.30.00	Comércio atacadista e depósitos de combustíveis e lubrificantes de origem vegetal e mineral	AU<0,1ha
47.51.10	Ramais para transporte de combustíveis	L<0,1km
47.84.00	Terminal rodoviário de carga	AU<0,5ha
70.25.00	Estabelecimentos prisionais	AU< 4ha
71.11.01	Condomínios de casas ou edifícios horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NH<10
71.11.02	Atividades de hotelaria, com capacidade de 100 ou mais hóspedes, localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<100
71.11.03	Condomínios residenciais horizontais rurais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou Zoneamento que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AU<=2ha
71.11.04	Empreendimentos turísticos sustentáveis com área útil da propriedade superior a 02 (dois) hectares, localizados em áreas rurais de municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou zoneamento Municipal que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<=1 e AU<=2ha
71.11.06	Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AE<2.000m ²
71.70.10	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.	AU<3,0ha
71.60.08	Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo	AU<=0,03ha
33.13.15	Estruturas de apoio Náutico I	NVB<=5
34.12.00	Linhas e redes de transmissão de energia elétrica	V<69 KV
34.41.15	Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos	QT<=0,5ton/dia
34.41.16	Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva	QT<=1ton/dia
34.41.17	Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos	QT<=0,5ton/dia
43.30.00	Comércio atacadista e depósitos de combustíveis e lubrificantes de origem vegetal e mineral	AU<0,1ha
47.51.10	Ramais para transporte de combustíveis	L<0,1km
47.84.00	Terminal rodoviário de carga	AU<0,5ha
70.25.00	Estabelecimentos prisionais	AU< 4ha
71.11.01	Condomínios de casas ou edifícios horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NH<10
71.11.02	Atividades de hotelaria, com capacidade de 100 ou mais hóspedes, localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<100
71.11.03	Condomínios residenciais horizontais rurais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou Zoneamento que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AU<=2ha
71.11.04	Empreendimentos turísticos sustentáveis com área útil da propriedade superior a 02 (dois) hectares, localizados em áreas rurais de municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou zoneamento Municipal que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<=1 e AU<=2ha

71.11.06	Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AE<2.000m²
71.70.10	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.	AU<3,0ha
71.60.08	Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo.	AU<=0,03ha

LEGENDA

AU = área útil (hectares) - área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc).

AE = área edificada (m²)

NC = número de cabeças

CmáxC = capacidade máxima de cabeças

Q = vazão máxima prevista (l/s)

ANEXO II

LISTA DE ATIVIDADES A SEREM LICENCIADAS COM AuA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTE
01.54.00	Criação de suínos - terminação	CmáxC < 500
01.54.01	Unidade de produção de leitão - UPL	CmáxM < 120
01.54.02	Granja de suínos - creche	CmáxC < 1.200
01.54.03	Granja de suínos de ciclo completo	CmáxM < 60
03.31.00	Unidade de produção de peixes em sistema policultivo em açude (Sistema I)	AI < 2,0
03.31.01	Unidade de produção de peixes em sistema policultivo em viveiro (Sistema II).	AI < 2,0
03.31.02	Unidade de produção de peixes em sistema monocultivo em águas mornas (Sistema III)	AI < 2,0
03.31.03	Unidade de produção de peixes em sistema monocultivo em águas frias (Sistema IV)	AI < 0,06
03.33.00	Unidade de produção de moluscos	AU < 2,0
15.10.00	Serrarias e beneficiamento primário da madeira.	AU < 0,1
26.05.00	Fabricação de fécula, amido e seus derivados	MP < 1.000
33.12.02	Retificação e melhorias de rodovias pavimentadas	L < 30
34.11.04	Produção de energia solar fotovoltaica no solo	P <= 1
34.31.00	Captação, adução de água bruta e/ou tratamento de água para abastecimento público	Q(2) <= 15
42.32.20	Tanques autônomos de consumidor final de combustíveis líquidos e gasosos	VT <= 15
43.20.00	Produtos químicos – inclusive agrotóxicos	AU < 0,02
43.20.10	Comércio atacadista e depósitos de agrotóxicos	AU < 0,02
71.60.02	Armazenamento temporário de resíduos industriais de classe II e III e/ou embalagens de agrotóxicos	AU <= 0,05
42.32.30	Substituição de tanques no comércio de combustíveis em postos de abastecimento, postos de revenda, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista	único
42.40.00	Comércio Varejista de Agrotóxicos	único
43.40.00	Postos de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos	único
54.10.00	Aplicação de agrotóxicos em plantações, por aeronaves.	único
54.20.00	Aplicação de agrotóxicos em ferrovias, rodovias, linhas de transmissão, gasodutos e pátios industriais fora do perímetro urbano.	único
54.30.00	Aplicação de agrotóxicos em ambientes de armazenagem (expurgo) em contêineres, porões de navios e áreas portuárias.	único
71.10.00	Parcelamento do solo urbano: desmembramento exclusivo ou predominantemente residencial, localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica.	único
71.60.09	Disposição final de rejeitos, considerados classe I e IIA, oriundos de outros estados, em aterros e por incineração sem aproveitamento energético.	único

LEGENDA:

Ae= área edificada (m²)

AI = área inundada (hectares)

AU = área útil (hectares) - área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc).

AU(1) = área útil (hectares) titulada pelo DNPM

CN = capacidade nominal do equipamento (ton/h)

CP = capacidade de produção

CmáxA = capacidade máxima de abate

CmáxC = capacidade máxima de cabeças

Cmáxm= capacidade máxima de matrizes

FR = faixa de rádio frequência (kHz)

L = comprimento (km)

mP = matéria prima (ton/safra)

NC = número de cabeças
 NH = número de unidades habitacionais
 NL = número de leitos
 NV = número de veículos
 NVb= número de vagas para barcos
 P = potência instalada (mW)
 PA = produção anual de ROm(m³/ano)
 Pm= produção mensal de ROm(m³/mês)
 Pm(2) = produção mensal (m²/mês)
 Q = vazão máxima prevista (l/s)
 Q(1) = vazão de bombeamento (m³/h)
 Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)
 QP = vazão de projeto em m3/s para tempo de recorrência de 50 anos
 Qt= quantidade de resíduos (ton/dia)
 V = tensão (kV)
 VC = volume coletado (ton/dia)
 VD = volume dragado (m³)
 Vt= volume do tanque (m³)
 VUF = volume do útil do forno (m3)
 ANEXO III

TAXAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS EM UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL

Tabela I

	UFM
Certidões	0,3
Autorização Ambiental - AuA	0,5
Autorização Ambiental – AuA/Suinocultura	0,3
Conformidade Ambiental -CA	1,5
Autorização de Corte	0,5
Parecer Técnico	1.1

Tabela II

P		POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL		
		M	G	
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

Tabela III

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UFM (Unidade Fiscal Municipal)									
LICENÇAS	CLASSE								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,5	2,6	4,6	8.1	12.1	14.1	20,2	24,7	43,3
LAI	3.7	6.6	11.5	20,1	30.2	35.2	50.3	61.6	107.8
LAO	7.4	13.2	23	40.3	60.4	70.5	100.7	123.3	215.7
TOTAL	12.6	22.4	39.1	68.5	102.7	119.8	171.2	209.1	366.8

Tabela IV

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM (Unidade Fiscal Municipal) para atividades agrícolas, pecuária e florestais.						
	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G OU G,M	G,G
LAP	1	1.1	2.2	2.7	4.9	6
LAI	3.6	4.4	7.7	9.3	5.9	19.2
LAO	2.2	2.7	4.9	6	10.4	12,6
TOTAL	6.8	8.2	14.8	18	21,2	37.8

Nas Classes das tabelas acima, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

Tabela V

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em reais (R\$) para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
0.75 UFM	1.8 UFM	2.3 UFM	4.9 UFM

UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Aplica-se à Tabela IV (anexo III) para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:

Atividade de aplicação aérea de agrotóxico

Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos

Autorizações Ambientais:

Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves:

Pr = UFM 0,2 por propriedade/ano.

Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos:

Pr = R\$ UFM 0,2

Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo):

Pr = UFM 0,75

Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos:

Pr = UFM 0,2

Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos:

Pr = UFM 0,2

FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO- AuC E REPOSIÇÃO FLORESTAL

Pr (UFM) – 0.75 + 0,03 X AM para Zona Urbana

Pr (UFM) – 0.6 para Zona Rural em que AU ≤ 3,0 há

Pr (UFM) – 0.75 + 20 x AU para Zona Rural com AU de 3,0 até 50,0 ha

Pr (UFM) – 0.75 + 50 x AU para Zona Rural com AU acima de 50,0 há

Pr (UFM) – 0.41 para árvores mortas ou caídas que acarretam risco

Pr (UFM) – 0.75 para corte eventual (15 m³ ou 20 unidades)

AuC para Florestas Plantadas em Áreas Protegidas(APP, UC, etc), com reposição florestal

Pr (UFM) – 0.75 para AU até 3,0 ha

Pr (UFM) – 0.75 + 20 x AU para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 há

Pr (UFM) – 0.75 para área útil em hectare acima de 10,0 há

CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela III. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela IV.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

DETERMINAÇÃO DO VALOR DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA):

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme determina a legislação ambiental em vigor, na determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, sem prejuízo dos valores estabelecidos nesta lei, serão acrescidos, em cada uma das fases do licenciamento, os seguintes custos dos serviços de análise:

Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA + AP, onde:

a) trabalho técnico

TT = T x H (UFM 0.64/hora)

b) vistoria técnica

VT = T x H (UFM 0.64/hora) + T x D (UFM 0.83/dia) + V x R (UFM 0.0063/Km)

c) consultoria externa
 $CE = T \times H$ (UFM 1.13/hora)
d) custo administrativo
 $CA = (TT + VT + CE + AP) \times 0,30$
e) audiência pública
 $AP = T \times H$ (UFM 0.64/hora) + $T \times D$ (UFM 0.83/dia) + $V \times R$ (UFM 0.0063/Km)

Legenda:

CT	custo total
TT	trabalho técnico
VT	vistoria técnica
CE	consultoria externa
CA	custo administrativo
H	número de horas trabalhadas
D	número de dias trabalhados
R	total de quilômetros rodados
T	número de técnicos
V	número de veículos
AP	custo de audiência pública

Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

01.54.00	- Granja de suínos - terminação Pr = UFM 0.15 + 0,09 x NC
01.54.01	- Unidade de Produção de Leitoão - UPL Pr = UFM 0.15 + 0,16 x NM
01.54.02	- Granja de suínos - Creche Pr = UFM 0.15 + 0,04 x NC
01.54.03	- Granja de suínos - Ciclo Completo Pr = UFM 0.15 + 0,50 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

ANEXO IV

LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03:

01.12.01	- Culturas Permanentes Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas Pr = UFM 0.15 + 2,0 x AU
01.35.00	- Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas Pr = UFM 0.15 + 2,0 x AU
01.40.00	- Projeto Agrícola Irrigado Pr = UFM 0.15 + 2,05 x AU
01.51.00	- Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, eqüinos, etc.) Pr = UFM 0.15 + 0,15 x NC
01.52.00	- Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.) Pr = UFM 0.15 + 0,15 x NC
01.70.00	- Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura) Pr = UFM 0.15 + 0,008 x NC
01.70.01	- Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos Pr = UFM 0.15 + 15 x AU
01.80.00	- Incubatório de Aves Pr = UFM 0.15 + 35 x AU

03.31.00	- Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I): $Pr = UFM\ 0.15 + 3,5 \times AU$
03.31.01	- Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II): $Pr = UFM\ 0.15 + 35 \times AU$
03.31.02	- Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III): $Pr = UFM\ 0.15 + 7 \times AU$
03.31.03	- Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV) $Pr = UFM\ 0.15 + 210 \times AU$
03.31.05	- Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI) $Pr = UFM\ 0.15 + 7 \times AU$
03.32.00	- Carcinicultura - Produção de Camarão $Pr = UFM\ 0.15 + 7 \times AU$
03.33.00	- Malacocultura - Produção de Moluscos $Pr = UFM\ 0.15 + 3,5 \times AU$
26.50.00	- Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal $Pr = UFM\ 0.15 + 0,14 \times NC/dia$ Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m ²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 PMBT

Página: 1/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400 gr. (9650)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NINHO	0	10,9574	1
2							
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRACANJUB	0	10,9195	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	itambe	0	11,0000	3
2	Acucar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	14,5421	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CARAVELAS	0	14,5507	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sabor doce	0	14,6600	3
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMIGO	0	11,9524	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	IGUAÇU	0	12,3572	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	pele	0	12,4500	3
4	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9636)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUAÇU	0	11,9524	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CABOCLO	0	11,8708	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	paladar	0	12,2200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 2/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LANGUIRU	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRACANJUB	0	3,5235	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	italac	0	3,5500	3
6	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (16830)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
7	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva (16831)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
8	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja. (16832)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3

Página: 3/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi. (16833)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,6600	3
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,6600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 4/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	4,1833	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	4,1786	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	4,2100	3
14	Chá em sachês, no sabor IMAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,9841	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,9702	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	4,0000	3
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 5/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,5857	1
19	Chá em sachês, no sabor HORTELÃ, caixa com 10 unidades com 1 (14730)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6724	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,7000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
20	Adoçante Dietético Líquido Cidamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 20ml (7703)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,5831	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6100	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ADOCYL	0	8,3667	1
21	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct de 700 gr. (14731)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGRO	0	8,3870	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	adocyl	0	8,4500	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	12,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DORI	0	12,5557	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 6/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	12,6500	3
22	Bala com caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 750 gr. (14732)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	13,6457	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	13,6475	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	13,7500	3
23	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de coco, pct de 750 gr. (14733)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,1437	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1735	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,2800	3
24	Bala caramelo, recheados com creme sabor artificial de caramelos de leite, pct de 750 gr. (14734)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,1437	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1735	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,2800	3
25	Bala caramelo com cacau recheado com creme sabor trufas, pct de 750 gr. (14735)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,2433	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1934	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 7/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor cappuccino, pct de 750 gr. (14736)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,7373	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,7318	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,8500	3
27	Bala caramelo com cacau, recheados com creme artificial de menta, pct de 750 gr. (14737)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,4385	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,4241	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,5400	3
28	Bala caramelo de leite, recheado com chocolate, pct de 750 gr. (14738)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,4385	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,3844	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,5000	3
29	Biscoito doce tipo caseiro, sabor nata, pct de 250 gr. (14739)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	9,6615	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	9,4788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bocone	0	9,7500	3
30	Biscoito doce sortidos sabores amantigados, chocolate e recheado com chocolate pct de 400 gr. (14740)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	6,9722	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 8/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÃ	0	6,8585	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	orquidea	0	7,0500	3
31	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	13,9413	1
32	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	23,8994	1
33	Copo descartável estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (16812)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CRISTAL COP	0	4,0147	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,9623	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	real	0	4,0231	3
34	Copo térmico isopor branco 180 ml pcd c/25 unid. (14741)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOBRAS	0	5,7922	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	embrast	0	5,8091	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DART	0	5,8444	3
35	Fósforo, confeccionado em madeira de 1º qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6 cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. (16813)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FIAT LUX	0	3,8947	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gaboardi	0	3,8564	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 9/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
36	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZALEANA	0	3,9646
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	QUELUZ	0	3,8632
37	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZALEANA	0	3,9646
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	3,9623
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabellai	0	3,9741
38	Palito de Dente de madeira, rolipo. Embalagem: caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. (14745)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GABOARDI	0	1,0486
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	THEOTO	0	0,9906
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	fiat lux	0	1,0499
39	Limpa fornos, 500 ml, removendo a gordura incrustada sem raspar, com aplicador interno, contendo soda caustica como elemento (14746)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	10,3161
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DUNAMIS	0	9,9058

Página: 10/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	diabo verde	0	10,3425	3
40	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (9683)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	5,1031	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	polvax	0	5,1222	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,1510	3
41	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEROBA	0	10,2561	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PEROBA	0	9,9058	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	peroba	0	10,0775	3
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	21,3312	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VERDESAN	0	19,8115	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	classimp	0	21,3915	3
43	Álcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro, conforme exigências do INMETRO (11874)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULMAR	0	5,8820	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tupi	0	5,8974	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 11/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,9435	3
44	Alcool em gel, etílico hidratado 70° INPM, neutro, embalagem de 500 ml, ideal para limpeza em geral. Conforme exigências do INMETRO (14747)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FLOPS	0	5,9020	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tupi	0	5,9170	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,9435	3
45	Gel acendedor, ideal para churrasqueira, 80° INPM, embalagem de 600 ml. Conforme exigências do INMETRO (14748)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMIX	0	11,7441	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ilha	0	11,7751	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	11,8869	3
46	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromadas, aço inox, porcelanais e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (9677)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	4,4140	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	class	0	4,4353	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	4,4576	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 12/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	4,8538	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ilha	0	4,8965	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	9,0078	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	9,0276	2
49	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,1133	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	9,0078	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	9,0276	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,1133	3
50	Cera em Pasta vermelha, lata de 400 gramas (14750)	LAT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	11,6243	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	11,6574	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREA	0	11,6888	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	2,3169	1
51	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	2,2783	2

Página: 13/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	chemix	0	2,3256	3
52	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira qualidade. (18662)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BREEZE	0	8,0291	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dass	0	8,0561	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GRANDO SOI	0	8,1227	3
53	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (8699)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	5,7722	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	5,7453	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bueno	0	5,7894	3
54	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZAVASKI	0	5,5525	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	5,5472	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lar	0	5,5637	3
55	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% (p/p), aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	4,8734	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	4,8538	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 14/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bueno	0	4,8867	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANY	0	1,7976	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	1,7830	2
57	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, frasco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9705)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sany	0	1,7859	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ULTRA FRESH	0	9,6270	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultrafresh	0	9,6556	2
58	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ULTRA FRESH	0	9,7077	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU	0	12,9625	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	12,8775	2
59	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	13,0017	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU	0	7,9993	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 15/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	7,8501	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	7,9246	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JHONSON	0	8,9879	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	8,8313	2
61	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	8,9152	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JHONSON	0	9,9865	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	9,8126	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	9,9058	3
62	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETTANIN	0	1,2483	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	1,1887	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	1,2560	3
63	Espanja de limpeza, material lã aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9686)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INOVE	0	2,4996	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 16/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx66cm. (16807)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INOVE	0	2,4764	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	inove	0	2,5022	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	6,3614	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabelta	0	6,3782	2
65	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	6,4387	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	6,8408	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ESFREBOM	0	6,8350	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabelta	0	6,8590	3
66	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	4,7636	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,7548	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabelta	0	4,7787	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	QUALILUX	0	10,3260	1
67	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	qualitux	0	10,3523	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 17/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GUIPEL	0	10,4011	3
68	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALIMATA	0	4,1244	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dalmata	0	4,1311	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	4,1604	3
69	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 m de comprimento e 10 cm de largura, pacote com 8 rolos. (9674)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FOFINHO	0	11,5444	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	fofinho	0	11,5789	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FOFINHO	0	11,5897	3
70	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MONTANA	0	6,5611	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	qualitux	0	6,5744	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRIMAVERA	0	6,6369	3
71	Saco plástico para lixo, biodegradável capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 58x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	12,8426	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	12,8741	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 18/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	12,8775	3
72	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	14,2607	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	14,2970	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	14,3634	3
73	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	14,3606	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	14,3853	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	14,4624	3
74	Luva de borracha de, tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (16811)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	5,3428	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dany	0	5,3577	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	5,4085	3
75	Luva descartável, confeccionada em látex natural, sem adição de pigmentação, na cor natural, não estéril, sem talco, tamanho M. Caixa contendo 100 unidades (14753)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESCARPACH	0	25,0362	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	24,6002	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 19/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC	0	24,7644	3
76	Touca descartável, branca, tamanho único, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT (Têxto Não Tecido) para uso em refeitórios (14754)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESCARPAC	0	13,4318	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TALGE	0	13,3728	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	13,4727	3
77	Vassoura de nylon com cerdas miadas, cabo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,1277	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	9,1552	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DEAFIO	0	9,2124	3
78	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral (12568)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	20,2227	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	colonial	0	20,2728	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	20,4059	3
79	Escoiva de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	10,0464	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 20/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	9,9058	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	10,0775	3
80	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base de plástico com cabo de madeira plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes (14757)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,8567	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	9,8813	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	9,9058	3
81	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo, De 1ª qualidade. (12564)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,6669	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	9,6948	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	9,7077	3
82	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 60 cm, com cabo de 1ª qualidade (14760)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	11,7641	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	11,7947	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	11,8869	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 21/2016

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 22/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	21,8330	3
87	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	12,0138	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	11,8869	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	12,0499	3
88	Bacia de Plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 6 litros (14761)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	7,7395	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	6,9340	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	7,7618	3
89	Bacia de plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 3,9 litros (14762)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	5,8321	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	4,9529	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	5,8483	3
90	Saco plástico descartável 5 kg, 28x42 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14763)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOMPACK	0	6,3714	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	6,3880	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	6,4387	3

Página: 23/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Saco plástico descartável 8 kg, 35x50 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14764)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	EMBALE BEM	0	8,1989	1
92	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14766)		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	8,2218	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	8,2230	3
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOREDA	0	6,0518	1
		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TERMICA	0	5,7057	2	
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)		NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	6,0740	3
		UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	59,0000	1
94	Bota de borracha branca nos n.º 35, n.º 36 n.º 37, n.º 38, n.º 39, n.º 40, n.º 41, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, soleado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana; sem cadarço, sem gravação. (15066)	PAR	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	7 LEGUAS	0	59,7662	1
95	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	54,4817	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sete leguas	0	58,7284	3
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARQPLAST	0	6,6211	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	6,6369	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 24/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Prato papelão descartável, tamanho Nº 03 com 18,0 cm com 10 (18663)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ITUPEL	0	4,4339	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desaifo	0	6,6431	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	4,4157	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RAFAELA	0	4,4576	3
97	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,1452	1
98	Água mineral 500ml com gás (14771)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,3941	1
99	Filme de Poliéster para assar em churrasqueira, microondas e forno convencional, rolo 60 cm x 5 metros (14772)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALFA SEVEN	0	6,7409	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	6,6235	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TERMICA	0	6,6369	3
100	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SQ	0	2,7962	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	condor	0	2,7966	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	2,8231	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 25/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TRALALA	0	3,7250	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tandy	0	3,6601	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FREDENT	0	3,6651	3
102	Limpador desengorçante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	7,1104	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DUNAMIS	0	6,9340	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lau	0	7,1338	3
103	Sabão em barra glicerinado, neutro - Pacote de 1kg com 5 unidades de 200 g cada. (9701)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,7309	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BEBRIL	0	6,7359	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	zavaski	0	6,7511	3
104	Filtro Coador De Papel, Para Café, De 1ª Qualidade, Tamanho Nº 103, Em Caixas Com 30 Unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (9702)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BRIGITTA	0	3,3854	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIGUIDA	0	3,3680	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	brigitita	0	3,4050	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 26/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Estregão de aço (8225)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GAUCHITO	0	1.8475	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	inove	0	1.8546	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUX	0	1.8722	3
106	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MUNDO MÁGI	0	14.2807	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	anjinho	0	14.2970	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COTTON	0	14.3634	3
107	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	123 BABY	0	2.7163	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	123 BABY	0	2.6746	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	123baby	0	2.7279	3
108	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	2.6464	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	2.6494	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUX	0	2.6746	3
109	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	4.3042	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 27/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	4,3175	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	POLICORDA	0	4,3585	3
110	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão nº 100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	3M	0	3,3255	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tau	0	3,2676	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NORTON	0	3,2689	3
111	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	18,0057	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabelli	0	18,0552	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	18,2266	3
112	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não esconregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas.Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GOULART	0	4,0545	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	3,9623	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	4,0919	3
113	alvejante sem doro, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	6,8507	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 28/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lar	0	6,8888	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	6,9340	3
114	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15089)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	8,9879	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desaifo	0	8,8313	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NOVICA	0	8,9152	3
115	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	14,1409	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	mazzardo	0	13,8946	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	13,9671	3
116	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	7,5398	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	7,5284	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	7,5557	3
117	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33 cm,pct com 50 unds. (18816)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALIMATA	0	1,8076	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ndbre	0	1,8153	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 29/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 80 cm) (16817)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	41,9433	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	41,2129	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	41,6042	3
119	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (16818)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOZAN	0	3,0259	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	2,9717	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	real	0	3,0321	3
120	Refil para Mop Po de 80cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizada. (16819)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETTANIN	0	26,9636	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	26,4940	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	26,7456	3
121	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades composição: 39 cm x 58 cm. Material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (16820)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	9,6170	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	9,6458	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 30/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	9,7077	3
122	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal basculante (16821)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	39,1471	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	39,2504	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	39,6231	3
123	Lixeira plástica 30 litros com tampa e pedal (16822)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	48,9339	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	49,0630	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	49,5288	3
124	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (16823)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	59,3598	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	58,3261	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	58,4440	3
125	varal de chão com abas 1,50 cm em aço branco. (16824)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MOR	0	127,2280	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	127,5638	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SUPREMA	0	128,7750	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 31/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Bala banana pct 700gr (11267)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OLIVEIRA	0	11,9524	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SCHUMACKER	0	11,9105	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	12,0000	3
127	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	8,9643	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	8,9329	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bocone	0	9,0000	3
128	Bolacha de leite, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8710)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	8,9643	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	8,8833	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	luam	0	9,1300	3
129	Bolacha salgada tipo craker, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8711)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	8,6655	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NINFA	0	9,2307	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	luam	0	9,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 32/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	8,6655	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NINFA	0	9,2108	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	Iuam	0	9,2800	3
131	Bobina saco plástico picotado 40x60 cm rolo com 400 und (18864)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ORLEPLAST	0	19,9730	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	19,6252	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	19,8115	3
132	Bobina saco plástico picotado 50x70 cm rolo com 100 und (18865)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ORLEPLAST	0	9,9865	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	9,8126	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 21/2016

Página: 33/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	9,9058	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 34/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016
- PROCESSO Nº 39/2016
- (7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
- (8903) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (9465) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 20 de Outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2015 FMAS

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Condicionador de ar split 9.500BTUS, ciclo quente e frio, com controle, função refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação, silencioso, com no mínimo 3 velocidades, direcionador de ar horizontal e vertical, cor branca, classificação energética A, voltagem 220 v, instalado, (4969) (1770)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	komeco	0	1.410,0000	1
2	COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3,5 GHZ, DOIS NÚCLEOS, 3MB CACHE, 54W POTÊNCIA, 220mm, 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOTS DE MEMÓRIA SUPORTANDO O MÁXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL, SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VIDEO VGA/HDMI/DVI/RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE ÁUDIO, 1 x SAÍDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 4x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA PS2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM/GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAÍAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS/2 OU USB ÓPTICO PRETO, TECLADO PS2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (1772)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6149)	PAUTA	0	1.610,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	KOMECCO	0	1.420,0000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	ELECTROLUX	0	1.610,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	CENTRUM	0	1.612,0000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	SPACEBR	0	1.616,0000	3

Página: 2/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto (ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização: óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), máximo 152 X 114 mm, velocidade de digitalização (normal, A4) até 7 ppm (preto e branco), até 5 ppm (colorido), capacidade do alimentador automático de documentos de 35 folhas, características da transmissão digital: digitalizar para e-mail; digitalizar para aplicativo; digitalizar para arquivo, formato de arquivo admitido PDF; TIFF; BMP; GIF; JPG, velocidade de cópia (normal) Preto de até 21 com, resolução de cópia (texto em preto) até 600 x 400 dpi, resolução de cópia (gráficos e texto em cores) até 600 x 600 dpi, configurações de redução/ampliação de cópia 25 até 400% número de cópias até 99 cópias, envio/recepção de faxes, velocidade de transmissão de fax 3 seg. por página, memória do fax de até 500 páginas, resolução de fax de até 300 x 300 dpi, discargas rápidas, número máximo de até 100 números, tensão de entrada 110 a 127 VCA (+/-12%), 60 Hz (+/-3), consumo de energia 480 watts (imprimindo), 186 watts (cópia), 4,5 watts (desligada), conteúdo da caixa: impressora laser, cabo de alimentação; cabo de telefone; cabo USB; cartucho de impressão preto; CD(s) com software e documentação, garantia de um ano para o hardware. (1773)

3	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto (ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização: óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), máximo 152 X 114 mm, velocidade de digitalização (normal, A4) até 7 ppm (preto e branco), até 5 ppm (colorido), capacidade do alimentador automático de documentos de 35 folhas, características da transmissão digital: digitalizar para e-mail; digitalizar para aplicativo; digitalizar para arquivo, formato de arquivo admitido PDF; TIFF; BMP; GIF; JPG, velocidade de cópia (normal) Preto de até 21 com, resolução de cópia (texto em preto) até 600 x 400 dpi, resolução de cópia (gráficos e texto em cores) até 600 x 600 dpi, configurações de redução/ampliação de cópia 25 até 400% número de cópias até 99 cópias, envio/recepção de faxes, velocidade de transmissão de fax 3 seg. por página, memória do fax de até 500 páginas, resolução de fax de até 300 x 300 dpi, discargas rápidas, número máximo de até 100 números, tensão de entrada 110 a 127 VCA (+/-12%), 60 Hz (+/-3), consumo de energia 480 watts (imprimindo), 186 watts (cópia), 4,5 watts (desligada), conteúdo da caixa: impressora laser, cabo de alimentação; cabo de telefone; cabo USB; cartucho de impressão preto; CD(s) com software e documentação, garantia de um ano para o hardware. (1773)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	XEROX	0	840.0000	1
4	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatomicamente com densidade de 45 a 50 Kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamentos polipropileno injetado de alta resistência com alça de apo. rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104 cm e profundidade total de 59 cm. (1774)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	patniflex	0	180.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Cadeira tipo secretária, couro/vim, estrutura metálica fixa 4 pés, na cor preta, largura total de 43 cm, altura total de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. (1775)	UND	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	285,0000	2
			PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	328,0000	3
			PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	65,0000	1
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	67,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	petriflex	0	75,0000	3
6	Arquivo de aço, com 4 (quatro) gavetas para pasta suspensa (1776)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	lunasa	0	248,0000	1
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	metal ponta	0	249,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	LUNASA	0	514,0000	3
7	Tela LED Wide, tamanho da tela 18,5" Resolução 1366x768, Tempo de Resposta 5ms, Furacão VESA 75mm, Bafino 200 CD/m2, Contraste 5.000,000:1,01 conexão DVI, 01 conexão vga (1777)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	aoc	0	350,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	AOC	0	359,0000	2
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	aoc	0	370,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015	Válido até: 20/10/2016	Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Notebook com processador 1,70 GHz, dois núcleos, 3MB de cache, 15 w de potência, 22nm, DIM2 5GT/s, 4GB de memória DDR3, 1600 MHz, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, Web cam integrada, rede 10/100/1000Mbps, Wi-Fi 802.11b/g/n, tela de 15,6" LED, HD sata 500GB, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para fone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lítium íon com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 8, 164 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano, com maleta na cor preta. (1778)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	ACER	0	1.755.0000	1
9	ESTABILIZADOR 300 VA -Auto diagnóstico de partida (auto teste), partida com zero crossing , filtro de linha (modo comum e diferencial), proteção contra sub e sobre tensão com desligamento e rearme automático de saída, tensão de entrada 115v ou 220v e tensão de saída somente 115v (bivolt na entrada e monovolt na saída), proteção de surtos de tensão e sobrecorrente. (759)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	asus	0	1.760.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	ACER	0	2.125.0000	3
		UND	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	ragtech	0	69.0000	1
10	Nobreak 1500 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 HZ, faixa de tensão de entrada 95v-245v, sub-tensão 95V/180V, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 1500VA/750W, potência de pico nominal 900W, tensão de saída nominal 120 V (220V) configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/-1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda interna de 58A/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 490 x 192 x 236 (mm), peso aproximado 31 Kg, cabo AC plugue padrão NBR 14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/-5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7min redin. rede/50s inversor 160%; 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor por sub-tensão e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos tensão. (1779)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	apc	0	810.0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	TS SHARA	0	72.0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sms	0	77.9900	3

Número do Registro de Preços: 8/2015 **Data do Registro:** 20/10/2015 **Válido até:** 20/10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 6/9

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 20/10/2015 Válido até: 20/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Mesa de 1,80 de comprimento - 0,80m de largura - 0,75 de altura, MDF espessura de 40 mm. Pé e estrutura painel em MDF de espessura 40mm, com sapata reguladora de altura, gaveteiro com duas gavetas e com chave (1764)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	310.0000	1
16	Mesa auxiliar, tampo encaixado de 40 mm, 900x450x670mm, pés e estrutura painel em MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura. (1765)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	195.0000	1
17	Gaveteiro volante com 1 gavetão para pasta suspensa e 2 gavetas - altura 0,71m - largura 0,47m - profundidade 0,45m. - Com 4 com rodízio nos pés e chave na lateral. Espessura do MDF: tampo e estrutura 40mm; gavetas 18mm. (1771)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	280.0000	1
18	Câmera digital, resolução 20.1 MP, tamanho do display LCD 20.1 MP, foto panorâmica, reconhecimento de rosto, reconhecimento de sorrisos, zoom óptico 8x, zoom digital 32x, grava vídeo c/ áudio, estabilizador de imagem, cartões de memória compatíveis: SD Memory Stick Duo, SDHC, SDXC, Memory Stick pro duo. (1786)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SONY	0	409.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 79

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	<p>Nobreak 700 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 Hz, faixa de tensão de entrada 95V-140V/180-245V, subtenção 95V/180, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120 V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi-senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x93,4 x168 (mm), peso aproximado 7 Kg, cabo AC plugue padrão NBR 14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +-5% (220V +- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7 min rede/50s inversor, 160% 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtenção e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão (17/87)</p>	UND	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	ragtech	0	310.0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	nikon	0	410.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6188)	SONY	0	582.0000	3
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	SONY	0	585.0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sms	0	410.0000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	NHS	0	580.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	NHS	0	580.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015								Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015
PROCESSO Nº 9/2015

- (6148) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (6149) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6163) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
- (6167) - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (6186) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6219) - ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME
- (6220) - PAULINEIA LOTTERMANN REIS

Braço do Trombudo, 20 de Outubro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015 PMBT

Página: 1/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 **Data do Registro: 21/10/2015** **Válido até: 21/10/2016**
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	1,0478	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	0,8973	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONFLEX	0	1,0103	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		0	1,0949	4
2	Mangueira corrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	0,9199	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONFLEX	0	0,8910	2
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	0,9786	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		0	1,0038	4
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6258	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	0,6046	2
			Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	0,6524	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	0	0,7300	4
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6219	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 2/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonel materiais de construção (9236)	rioplast	0	0,8155	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	0,8513	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	0	0,9125	4
5	Mangueira Preta 1 parede 2,00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	1,1762	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	1,1456	2
			Tonel materiais de construção (9236)	rioplast	0	1,2233	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpas	0	1,3688	4
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	1,7116	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IBIRA	0	1,6707	2
			Tonel materiais de construção (9236)	maesi	0	1,7126	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,8250	4
7	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	3,2422	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARQUA	0	3,3016	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 3/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	3.5068	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3.6501	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2.3787	2
9	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	harc	0	2.4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2.8744	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,3787	2
10	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	harc	0	2.4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2.8744	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,2997	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	2,2276	2
			Tonet materiais de construção (9236)	harc	0	2.4466	3

Página: 4/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
11	Tomeira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	9,6511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	11,4175	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	11,4561	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	14,3265	4
12	Tomeira bóia 3/4 (7274)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUPIN	0	6,8086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	VIQUA	0	4,6381	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	7,3398	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipl	0	8,2126	4
13	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3977	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PLASBOHN	0	2,3469	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,9018	4

Página: 5/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2895	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GRAP	0	2,2355	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,6588	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GOOL	0	1,5752	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	1,6311	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,0075	4
16	AREIA FINA (1958)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	83,1497	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	87,5647	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	92,8762	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	93,2782	4
17	AREIA MEDIA (7)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	81,3017	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 6/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	86,8768	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	88,1376	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	77,6062	1
19	Brita n 1 (8844)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	77,7319	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	77,6062	1
20	P6 brita (8845)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	80,4753	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 7/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Predisco (8846)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	85,0478	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
			Tonet materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WIESS	0	80,4164	2
22	Cimento 50 Kg qp2 (8647)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	82,3043	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORANTIM	0	28,8700	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	votoram	0	29,0066	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8648)	SC	Tonet materiais de construção (9236)	supremo	0	30,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SUPREMA	0	30,5000	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	7,4712	1
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	7,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	7,5065	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 8/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	7,9900	4
24	Argamassa ac2 20Kg (8649)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	14,2566	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	14,8277	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	15,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	15,8000	4
25	Argamassa ac3 20Kg (8650)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	27,2097	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	27,3385	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	28,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	29,0000	4
26	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERAMFIX	0	2,5088	1
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	2,4000	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	2,5000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	2,5022	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 9/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 **Data do Registro: 21/10/2015** **Válido até: 21/10/2016**

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CER.FERREIF	0	0,4606	1
			Tonet materiais de construção (9236)	conzati	0	0,4815	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	braco novo	0	0,5153	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRACO NOVC	0	0,5900	4
28	Telhas germânicas (8852)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	1,4656	1
			Tonet materiais de construção (9236)	tailo	0	1,5476	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	bom Jesus	0	1,6419	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HOBUS	0	1,8800	4
29	Goivas (8853)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	2,6799	1
			Tonet materiais de construção (9236)	tailo	0	2,6653	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	bom Jesus	0	3,0568	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HOBUS	0	3,5000	4
30	Telhas de fibrodimento 122X4mm (8854)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	6,3396	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 10/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	5,1587	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	6,9607	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	7,9700	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	7,4116	1
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	7,7381	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	8,0961	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	9,2700	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	8,6511	1
32	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND					
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	7,7381	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	9,4323	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	10,8300	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	10,6945	1
33	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND					
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	10,3175	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 11/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Madeira de pinus para Calçaria (8858)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	etenit	0	11,6594	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	13,3700	4
			Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	423,1818	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	486,5785	2
35	ARAME RECOZIDO Nº18 (6450)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	530,1608	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5736	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,4616	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARCELOR	0	7,6000	3
36	Barra de ferro (8859)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	5,6974	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,9772	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	7,0500	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,2553	1
37	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,2553	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	12,6813	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 12/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	14,9900	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	16,6539	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	17,5277	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	20,9500	3
39	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	24,5425	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	26,5743	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	31,8500	3
40	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	36,5508	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	40,9519	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	48,9900	3
41	Trelça 6x6 (8861)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	concrelon	0	22,7895	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	19,3855	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	26,8500	3
42	Trelça 6x8 (8862)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	concrelon	0	22,7895	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 13/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Treliça 6x12 (8863)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	21,2433	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,2000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	concretlon	0	31,5547	1
44	Malha pop 3.4 (8864)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	29,7487	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	35,2000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	21,0364	1
45	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	22,7214	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	27,0500	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	179,6863	1
46	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,9500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	185,7776	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	271,7207	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	243,9341	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	319,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 14/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	4,9875	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	5,3250	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	5,4675	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	6,0300	4
48	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,6500	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	7,0062	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	7,3193	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	8,0700	4
49	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,3101	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	9,8087	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	10,2108	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,2700	4
50	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,9626	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 15/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	15,8808	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	16,3373	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	18,0300	4
51	Broca Vedea 5mm (8868)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	5,8188	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	6,0721	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	6,4032	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	7,0700	4
52	Broca de vídea 8mm (7133)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,1438	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	9,8087	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	9,9436	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,0200	4
53	Broca de vídea 10mm (7132)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,2170	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	13,0783	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 16/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Cadeado 30mm (7136)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	14,9822	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	15,9700	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	10,5795	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	11,0615	2
55	Cadeado 40mm (7137)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	12,2895	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	12,6090	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	13,7548	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	13,9292	2
56	Cadeado 50mm (8869)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	15,9046	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	16,1315	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	18,8184	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	19,6648	2
57	Cadeado 60mm (8870)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	21,7826	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 17/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	22,1360	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0881	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,2234	3
58	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,2547	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,2848	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	1,2291	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,5086	3
59	Abraçadeira com chave 1 polegada (8872)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,5504	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9825	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,1314	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,1651	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 18/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	11,6614	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	11,4711	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SOPRANO	0	13,4761	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	13,8283	4
61	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	24,4110	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	24,5810	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MGM	0	28,2309	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	28,9471	4
62	Dobradilha zincada 3 polegadas (8874)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1,6627	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	1,6387	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1,9501	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,9985	4
63	Dobradilha zincada 2 polegadas (8875)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1,5115	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 19/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	1,5568	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1,8122	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,8551	4
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	11,4653	1
65	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	11,4367	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	14,2500	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,6466	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	10,6200	2
66	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	12,6000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
67	Prego 18x30 (7223)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 20/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Prego 22x48 (7224)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gardau	0	7,3707	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	7,5974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
69	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	18,7697	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	18,8033	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	19,2540	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	20,5310	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	21,5300	5
70	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	20,5468	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	20,6658	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	21,8002	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 21/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Tubo de concreto 30 cm (8876)		Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	22.0087	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	23.6700	5
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	25.3521	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Frónza	0	25.4011	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	26.5939	3
72	Bloco de concreto (8008)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	frónza	0	27.7952	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	29.9000	5
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1.5741	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Frónza	0	1.5756	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	1.6507	3
73	Blocos calha de concreto (8877)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	frónza	0	1.7258	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	1.8100	5
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1.9635	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 22/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	Tonel materiais de construção (9236)	wjf	0	1,9258	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Fronza	0	1,9654	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	2,0892	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	2,2500	5
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7518	1
75	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7694	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8196	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amanco	0	0,9000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1205	1
76	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1508	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2088	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amanco	0	1,3000	4
77	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0529	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 23/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1031	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2449	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4291	1
78	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,4841	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7025	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	3,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6031	1
79	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6428	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,7268	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	2,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4455	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5000	2

Página: 24/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7197	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	3,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,0873	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,1983	2
81	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,6121	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	6,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,7252	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,8491	2
82	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,3633	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	7,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	6,2487	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,3888	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,9073	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 25/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	8,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MALLTON	0	112,6642	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cpila	0	94,9748	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GS	0	115,0776	3
			Tonet materiais de construção (9236)	fibertbu	0	140,0000	4
84	Dobradilha zincada 3 (7150)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMADRI	0	2,1756	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	2,2222	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	2,4175	3
85	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	3,0916	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,1587	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	3,4364	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	3,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 26/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,6172	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6746	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,8924	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	3,0000	4
87	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,9793	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0238	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,1585	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,5000	4
88	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,2923	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3254	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,4246	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	1,5000	4
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,3528	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 27/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,5158	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,1160	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	9,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	6,7149	1
91	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8650	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	7,4253	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	8,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,8299	1
92	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8868	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,1083	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	3,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,2737	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3254	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 28/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2.5039	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2.9000	4
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,7503	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7857	2
94	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1.8995	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2.0000	4
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,7046	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25.9282	2
95	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	28,1471	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	30.0000	4
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1778	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2063	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2951	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 29/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	1,4000	4
96	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	86,8843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	88,4907	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	96,5289	3
			Tonel materiais de construção (9236)	krona	0	108,0000	4
97	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	33,4271	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,1265	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	37,1265	3
			Tonel materiais de construção (9236)	KRONA	0	42,0000	4
98	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	31,0961	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7694	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	34,5363	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	39,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 30/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,5492	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	23,0393	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,0388	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	28,0000	4
100	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	13,6751	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	13,9680	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	15,1960	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	17,0000	4
101	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	4,8992	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	0	4,9999	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	5,4395	3
			Tonet materiais de construção (9236)	blukit	0	6,0000	4
102	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLENA	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 31/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Assento sanitário simples (8892)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	alumasa	0	20,0486	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	21,3322	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ciplá	0	22,6015	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	15,3333	1
			Tonet materiais de construção (9236)	alumasa	0	14,8833	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	15,6819	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	16,9742	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	34,1667	1
104	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	35,0195	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	35,5537	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	37,8229	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	155,3133	1
			UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	155,3133
105	Caixa d água 300 litros (8890)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	bakof	0	131,3869	2

Página: 32/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

106	Caixa d'água 500 litros (7139)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	148,1946	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	192,8054	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	184,1851	2
			Tonet materiais de construção (9236)	imbralit	0	199,5134	3
107	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ANTARES	0	27,6783	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	24,6217	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	26,6600	3
108	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TERRA PLAS	0	7,3074	1
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	6,6663	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	7,1636	3
109	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALOSA	0	91,0427	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	65,1812	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	89,5448	3
110	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METASUL	0	40,2824	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 33/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Alicate universal (7185)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	38,5161	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	39,5489	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MEGAFORT	0	17,9689	1
112	Alicate de bico (7187)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	18,1470	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6552	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	19,2148	1
113	Alicate de corte (7186)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	18,5174	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6552	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	21,4429	1
114	Alicate arebriador (8895)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	20,7395	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	21,0430	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MACFER	0	20,6363	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	19,9988	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	20,1476	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 34/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	7,6827	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	7,4070	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	7,4621	3
116	Broxa nº 1 (7134)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,2966	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	3,7035	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	4,4549	3
117	Broxa nº 2 (7135)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,3490	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,2457	3
118	Aplicador de silicone (7188)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STARFER	0	13,9758	1
			Tonet materiais de construção (9236)	unifix	0	13,3325	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,7302	3
119	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	4,0171	1
			Tonet materiais de construção (9236)	staretti	0	3,7035	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 35/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Cabo de enxada (8897)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	3,9549	3
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
			Tonet materiais de construção (9236)	pessati	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
121	Cabo para pá de ajuntar (7191)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
		UND	Tonet materiais de construção (9236)	pessati	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSOM	0	9,3039	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	11,1104	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	11,4916	3
123	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CDK	0	6,5008	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famasiti	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,3428	3
124	Disco diamantado para corte seco (7195)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NITACHI	0	18,7356	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 36/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	18,1470	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multitit	0	18,4313	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	15,7568	1
126	Enxada com cabo (7197)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	15,4465	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	32,7514	1
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	31,8499	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	32,0869	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	BRASFORT	0	1,5893	1
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	1,4814	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	faber castel	0	1,4924	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	14,2554	1
			Tonet materiais de construção (9236)	belota	0	13,3325	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,0287	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 37/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	Mantão 25mm (7200)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDI	0	17,5217	1
	Tonel materiais de construção (9236)			belota	0	17,0360	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	17,2374	3
130	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	17,0745	1
	Tonel materiais de construção (9236)			metisa	0	16,2953	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	16,7896	3
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	19,5901	1
	Tonel materiais de construção (9236)			metisa	0	18,5174	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	19,2521	3
132	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	28,8781	1
	Tonel materiais de construção (9236)			farnstall	0	27,4057	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			cavalito	0	27,6096	3
133	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CLASSIC	0	17,7693	1
	Tonel materiais de construção (9236)			vonder	0	17,0360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 38/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,1627	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	10,7894	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	10,3697	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	10,5961	3
135	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	8,3535	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	8,1476	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,5068	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EKILON	0	7,1876	1
136	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,7159	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	25,1725	1
			Tonet materiais de construção (9236)	belita	0	25,1836	2
137	Trena 30 metros (8901)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	25,5203	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	YELING	0	3,8334	1
			Tonet materiais de construção (9236)				
138	Luva látex (8902)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 39/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Pruvo 500gr (8903)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	perviflex	0	3,7035	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,8803	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	13,4168	1
140	Escova de aço com cabo (8904)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	15,2226	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	COMPEL	0	4,9195	1
141	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	4,8145	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,9986	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	26,3465	1
142	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	25,9243	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multitit	0	26,5649	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FAMA-STIL	0	20,7561	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	19,9988	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montfort	0	20,2222	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 40/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Espátula 06cm (8907)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAX	0	4,3924	1
	Tonel materiais de construção (9236)		vonder		0	4,0738	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		monforte		0	4,4026	3
144	Mareta 500grs (8908)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	15,8925	1
	Tonel materiais de construção (9236)		famastil		0	15,5546	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		monforte		0	15,8942	3
145	Mareta 1 Kg (8909)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TENACE	0	20,8839	1
	Tonel materiais de construção (9236)		famastil		0	20,3691	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		monforte		0	21,1176	3
146	Mareta 3 Kg (8910)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	46,2401	1
	Tonel materiais de construção (9236)		famastil		0	44,8120	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		monforte		0	45,4440	3
147	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ST CATARINA	0	12,0592	1
	Tonel materiais de construção (9236)		menaco		0	116,2891	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 41/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	117,8260	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAESTRO	0	81,1797	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	78,8840	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	79,8441	3
149	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	4,4557	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kalfacil	0	4,8820	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LIQUIKAL	0	4,9547	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LIQUIKAL	0	5,2897	4
150	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	Tonet materiais de construção (9236)	novacal	0	7,0545	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HIDRA	0	6,7866	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sinha	0	7,5863	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CALCIM	0	8,1384	4
151	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	5,1980	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 42/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durepoxi	0	5,9113	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUREPOXI	0	5,9345	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PULVITEC	0	6,3327	4
			Tonet materiais de construção (9236)	fimecs	0	15,5941	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	17,0505	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	17,1400	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL	0	17,7179	4
			Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
153	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4
			Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2
154	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4
155	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 43/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUROCEL	0	7,5085	1
			Tonet materiais de construção (8236)	ecofor	0	7,4370	2
156	Rolo de lá 5cm d/ cabo (7225)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ADERE	0	7,5055	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,2465	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,5672	1
			Tonet materiais de construção (8236)	roma	0	4,3060	2
157	Rolo de lá 9cm d/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,7961	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	4,9732	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,8200	1
			Tonet materiais de construção (8236)	roma	0	5,8719	2
158	Rolo de lá 1,5cm d/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	6,1078	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,2465	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 44/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	6,3823	4
158	Rolo de lá 15cm c/ cabo (7227)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	8,5318	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	8,6121	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,2446	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	9,6978	4
159	Rolo de lá natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	14,8592	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	16,0498	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	16,4585	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	17,2405	4
160	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	12,6311	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	12,9181	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	13,2506	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	13,8421	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 45/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,5742	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	5,4804	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,8470	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	6,1336	4
162	Trincha cerdas médias 1 polegada (8914)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	2,8386	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	2,7402	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	2,9788	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	3,0668	4
163	Trincha cerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	4,0439	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	3,9146	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,2430	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	4,3930	4
164	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,7239	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 46/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	romã	0	6,6548	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	7,0559	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	romã	0	7,3769	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	9,0154	1
166	Silicone 280gr (7947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	romã	0	9,0036	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,4579	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	9,8635	4
			Tonet materiais de construção (9236)	unifix	0	10,3960	1
167	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	11,3111	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	11,4171	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TEKBOOD	0	12,2923	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	9,3405	1
168	Solvente (1 litro) (7257)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	9,3950	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 47/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
168	Tiner 1 litro (8918)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	9,7977	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gol	0	10,2780	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	6,8270	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	6,6548	2
169	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	7,1665	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gol	0	7,4598	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	55,9004	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	57,9359	2
170	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	58,6834	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	61,5602	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DACAR	0	17,3965	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	17,6157	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	18,2521	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 48/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	19,1469	4
171	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	47,4083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	48,1983	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	48,5409	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	52,1359	4
172	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI	0	66,5889	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	68,8968	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	69,8480	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	73,2721	4
173	Registro de pressão soldável (7246)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	14,1238	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	12,5412	2
			Tonet materiais de construção (9236)	lekak	0	15,5998	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	21,0600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 49/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI	0	271,1211	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	256,9496	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	281,4591	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	282,8887	4
175	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	88,8856	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	71,1122	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	89,5179	3
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	91,9929	4
176	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	58,5012	1
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	60,2847	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	61,3699	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	62,1652	4
177	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	OSMOCOLOR	0	111,9357	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 50/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	Osmocolor cores (8926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	82,0881	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	115,8719	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	117,4142	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	OSMOCOLOR	0	147,9577	1
179	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	120,1861	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	153,4520	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	155,2064	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	10,3158	1
180	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	10,5694	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	10,8249	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	11,3555	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL PR	0	18,4511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	18,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2015

Página: 51/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	19,3883	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	20,3073	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	167,0194	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	173,0249	2
182	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	175,1969	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	183,7853	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SHERWIN WILL	0	203,8185	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	190,6400	2
183	MASSA ACRILICA (1097)	GL	Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	207,0819	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	209,3860	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI PREM	0	31,9861	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	26,5238	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	32,8626	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 52/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
184	Corante para tinta cores (8931)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	33,5571	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	2,6563	1
			Tonet materiais de construção (9236)	xadrez	0	2,3488	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORSIL	0	2,7892	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	2,9259	4
185	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,8760	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herk	0	4,8286	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	5,3301	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	6,5200	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,2245	1
186	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	5,9429	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	6,8194	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	8,3300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 53/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,7755	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	12,6286	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,1091	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	17,1000	4
188	Cap soldável 20mm (7232)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5580	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,5350	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5770	3
189	Cap soldável 25mm (7233)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6396	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6398	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6874	3
190	Luva soldável 20mm (7242)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,4797	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4927	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5281	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 54/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	Luva soldável 25mm (7243)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5597	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,5369	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5784	3
192	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5991	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5297	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6513	3
193	Luva soldável 50mm (7245)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,9989	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0537	3
194	Curva soldável 50mm (8946)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	4,7972	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,9274	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,3312	3
195	Curva soldável 25mm (8947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5191	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 55/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	Joelho RI 20x1/2 (8948)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4341	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,5507	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3555	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2207	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,2407	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7324	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6009	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,6259	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,7000	4
197	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	0,6172	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6471	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	0,6172	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6471	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
198	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6471	3

Página: 56/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	0,7000
199	JOELHO SOLDÁVEL 25MM (1517)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7349
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6877
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6940
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	0,7000
200	Joelho soldável 40mm (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2330
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	2,0000
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0895
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,1101
201	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7136
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	2,5000
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5392
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,5603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 57/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
202	Joelho Soldável 85 mm (13830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	34,6734	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,8149	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	35,0000	4
203	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	47,1107	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	53,0490	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6068	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	58,0000	4
204	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7726	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7221	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7230	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,8000	4
205	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8197	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 58/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7670	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7690	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,8000	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,8248	1
207	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	9,3493	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	9,9259	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	47,6739	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	38,8922	2
208	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	40,0352	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	101,8990	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	93,8929	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	105,0060	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	105,2350	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2015

Página: 59/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,2279	1
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	13,2292	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	13,8419	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,6438	4
210	Flange pvc 60mm (16710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	33,4231	1
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	33,0730	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	34,4724	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	36,6096	4
211	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,5976	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	10,6227	2
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	10,7487	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,2844	4
212	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,1547	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 60/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
213	Selador acrílico - 3,6 lt (7284)	UND	Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	8,6817	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	9,1027	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	9,6736	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	22,9707	1
			Tonel materiais de construção (9236)	killing	0	23,4875	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	24,0991	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	29,8393	4
			Tonel materiais de construção (9236)	gerdau	0	9,0086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	9,5580	3
214	Prego 25x72 (10709)	KG	Tonel materiais de construção (9236)	gerdau	0	9,0086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	2
215	Caixa da água Fibra 10.000 lt (10709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	2,945,6376	1
			Tonel materiais de construção (9236)	bakof	0	3,007,2593	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	3,102,8609	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 61/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
216	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	36,6838	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	37,2072	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	37,4526	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	39,6245	4
217	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	89,6716	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	97,5595	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	97,5655	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	103,3683	4
218	Registro Esfera Sold 60 mm (10712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	30,2450	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,4496	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	28,5102	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,0000	4
219	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	184,6738	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 62/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
220	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	167,5138	2
			Tonet materiais de construção (9236)	viqua	0	169,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	175,1880	4
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,9816	1
221	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,4757	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,6244	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,1821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	48,5387	2
222	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6894	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	7,1959	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,4017	3
223	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8299)	multit	0	168,9232	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 63/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
224	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	164,9971	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	167,2637	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	218,6617	1
225	Lona Preta. (10717)	MT	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	251,4241	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	254,4488	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NORTENE	0	1,9167	1
226	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m (13831)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	ecocidade	0	1,5555	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,9401	3
			Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	906,8182	1
227	Serra marmore 220 voltz 1450 watz (13832)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	943,2215	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	1,007,8392	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	341,6667	1
			Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	362,0253	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	365,8893	3

Página: 64/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
228	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz (13833)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSHC	0	367,8571	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	658,3333	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	662,1429	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	663,1107	3
229	Serra Circular 220 voltz 2000 watz 9 polegadas (16711)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	bosch	0	737,9747	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	1,090,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	1,180,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAKITA	0	1,189,0000	3
230	Rocadeira Costal 50 Cilindradas (13835)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GARDEM	0	1,294,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GARTHEN	0	1,295,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2015

Página: 65/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		garthen		0	1.300,0000	3

Página: 66/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015

PROCESSO Nº 55/2015

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (9236) - Tonet materiais de construção
- (9429) - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me

Braço do Trombudo, 21 de Outubro de 2015.



Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2462/2016

PORTARIA Nº 2462/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CHRISTIANI KEMPT, matrícula nº 3727-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19/10/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2473/2016

PORTARIA Nº 2473/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. KELLI KARINA KORMANN MAURICI, matrícula nº 444855-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/10/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013.

Espécie: 13º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 10/10/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na Execução das obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, de 15/10/2016 a 14/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 043/2015, entre o Município de Brusque e a empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, em 07/10/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo e alteração qualitativa do contrato, cujo objeto é a execução das obras de construção de ponte sobre o rio Itajaí Mirim, fazendo a ligação entre a Rua Maximiliano Fürbringer e o Bairro Rio Branco, município de Brusque - Valor Quantitativo R\$ 203.709,51 Fundamento legal: Art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 020/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Marcelo Pavan e Gisiele Adaise de Souza.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2014.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 016/2014, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 10/10/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO PEDRO, LOCALIZADA NA RUA CATARINA VISCONTI IMHOF, N. 121, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 30/10/2016 a 29/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 002/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO À ATA 047/2016

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO À ATA 047/2016

Espécie: 2º Termo Aditivo à Ata nº 047/2016, entre o Município de Brusque e a empresa JAMES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA, em 14/10/2016. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - HORTIFRUTIGRANJEIROS. Valores: laranja pêra: R\$ 2,29, maçã R\$ 4,99, mamão R\$ 4,90, melância R\$ 1,99, tangerina R\$ 2,90 e tomate R\$ 4,50. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 033/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e James Patricio Rudolfo.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 015/2014, entre o Município de Brusque e a empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 07/10/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO ZANTÃO, LOCALIZADA NA RUA ARNALDO RISTOW, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 29/10/2016 a 28/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 004/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e IVO RODRIGUES CAMARGO.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2013

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2013.

Espécie: 3º Termo Aditivo ao contrato nº 112/2013, entre o Município de Brusque e a empresa JHONITUR TURISMO LTDA-ME, em 05/10/2016. Objeto: prorrogação e reajuste do prazo de vigência do Contrato nº 112/2013, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS VIA TERRESTRE ATRAVÉS DE 'VANS de 21/11/2016 a 20/11/2017 no valor de R\$ 97.717,00 - Fundamento legal: no artigo 57, inciso II c/c artigo 55, III da Lei 8.666/93 Origem: Pregão nº 126/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ROGÉRIO ADILSON LANA e JOÃO LUIZ PORTO.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2014.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2014.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2014, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 10/10/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO LIMEIRA ALTA, LOCALIZADA NA RUA ALBERTO MULLER, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 29/10/2016 a 28/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 005/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2012

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2012.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 101/2012, entre o Município de Brusque e a empresa CELERE SISTEMAS LTDA, em 30/09/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na contratação de serviço de software para manutenção do sistema de gerenciamento da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, de 04/10/2016 a 03/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 025/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Marcelo Pavan e Manuela Dalke.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014.

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2014, entre o Município de Brusque e a empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 07/10/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE EMA II, LOCALIZADO NO BAIRRO LIMOIEIRO, RUA B LOTEAMENTO SANTA MONICA, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 30/10/2016 a 29/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 007/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e IVO RODRIGUES CAMARGO.

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2016

Espécie: Contrato nº 049/2016, entre o Município de Brusque e a empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, em 29/09/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA 31ª FENARRECO, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Pregão n. 057/2016 e proposta comercial apresentada pela Contratada, parte integrante do contrato – Valor: R\$ 76.350,00 - Fundamento legal: artigo 54 e seguintes, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 057/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 meses - Signatários: Rolf Kaestner e Sérgio Luciano Kuehl.

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2016

Espécie: Contrato nº 050/2016, entre o Município de Brusque e o NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE em 04/10/2016. Objeto: Contratação da Empresa "Nosso Sistema de ônibus Brusque", para o fornecimento de crédito para transporte de alunos da rede de Ensino do Município de Brusque SC, que utilizam o transporte coletivo dentro dos limites do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação - Valor: R\$ 1.360.000,00 - Fundamento legal: artigo 25, "caput" da Lei 8666/93 e Prejulgado nº 1124 do TCE/SC Origem: Inexigibilidade nº 009/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Gleusa Luci Fischer, Norival Comandolli e Hermes Artur Klann.

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2016

Espécie: Contrato nº 051/2016, entre o Município de Brusque e a empresa JHONITUR TURISMO LTDA ME, em 05/10/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS VIA TERRESTRE ATRAVÉS DE VANS, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Pregão n. 088/2016 e proposta comercial apresentada pela Contratada, parte integrante do presente contrato – Valor: R\$ 259.200,00 - Fundamento legal: artigo 54 e seguintes, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 088/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses - Signatários: Rogério Adilson Lana e João Luiz Porto.

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2016

Espécie: Contrato nº 052/2016, entre o Município de Brusque e a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI – EP, em 18/10/2016. Objeto: INSTALAÇÃO DE REDES DE GÁS EM UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, de acordo com o memorial descritivo, planilha orçamentária e demais especificações constante do edital Tomada de Preços 006/2016 - Valor R\$ 70.937,13. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 006/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Rogério Adilson Lana e Jaime Flávio da Silva Cesário.

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2016

Espécie: Contrato nº 053/2016, entre o Município de Brusque e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, em 18/10/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS ÔNIBUS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR – PMUTE - Valor R\$ 23.713,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 096/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Douglas Tillmann.

EXTRATO CONTRATO Nº 054/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 054/2016

Espécie: Contrato nº 054/2016, entre o Município de Brusque e a empresa ELETRO TÉCNICA CENTRO SUL LTDA EPP, em 18/10/2016. Objeto: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO MUNCK, para atender a necessidade da Administração - Valor R\$ 525.000,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 098/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Rogério Adilson Lana e Jaime Flávio da Silva Cesário.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 075/2016, em 10/10/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS, FERRAMENTAS E DISCO DE CORTE, para atender as necessidades da Administração Pública. Valor: R\$ 217.352,01. Origem: Pregão nº 087/2016 - Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretário de Orçamento e Gestão Rogério Adilson Lana.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 076/2016, em 18/10/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE DEFENSAS SEMI-MLEÁVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Valor: R\$ 63.229,95. Origem: Pregão nº 089/2016 - Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Diretor da Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 077/2016, em 18/10/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO ESCOLAR BRANCO. Valor: R\$ 37.600,00. Origem: Pregão nº 085/2016 - Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Educação Gleusa Luci Fischer.

EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 008/2015EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO Nº 008/2015

Espécie: 3º Termo de Apostilamento de retificação de valores ao Contrato nº 008/2015, entre o Município de Brusque e CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, em 11/07/2016. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM NA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO (POÇO FUNDO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE - Valor: R\$ 462.970,25 - Fundamento legal: artigo 65, § 8º da Lei 8666/93. Origem: Concorrência Pública nº 017/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Secretário de Obras Carlos Henrique Beuting.

PORTARIA Nº 11.443/2016

PORTARIA nº 11.443 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Francisco de Assis Joaquim da Silva, matrícula 4278178, do cargo de Agente de Endemias, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/10/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.444/2016

PORTARIA nº 11.444 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Greyce de Souza Lobo Mayer, matrícula 4242130, do cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/10/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.445/2016

PORTARIA nº 11.445, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Samara do Socorro Ferreira Ataíde do cargo de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.446/2016

PORTARIA nº 11.446, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Manoela Krieger, matrícula 831964, do cargo de Educador Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.390/2016 ERRATA

ERRATA

Na Portaria nº 11.390 de 06 de outubro de 2016, publicada em 10 de outubro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

“Art. 1º Exonerar Darci Romeio Reale Junior do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.”

Leia-se

“Art. 1º Exonerar Darci Romeo Reale Junior do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.”

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.432/2016

PORTARIA nº 11.432, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Torna sem efeito as Portarias nºs 11.424/16, 11.412/16, 11.417/16, 11.384/16, 11.371/16, 11.367/16, 11.364/16 e 11.360/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeitos as Portarias nºs 11.424/16, 11.412/16, 11.417/16, 11.384/16, 11.371/16, 11.367/16, 11.364/16 e 11.360/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.433/2016

PORTARIA nº 11.433, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ciro Francisco Imhof para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.436/2016

PORTARIA nº 11.436, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa servidor para exercer as funções de fiscal de obras de drenagem e pavimentação da Rua Bulcão Vianna, neste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Decreto Municipal nº 7866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Anderson Buss, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC 129039-9, para exercer as funções de fiscal de obras de drenagem e pavimentação da Rua Bulcão Vianna, neste Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2421/2016

PORTARIA Nº 2421/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. VERA DA CUNHA MORITZ, matrícula nº 495085-07, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 15/10/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 51/2016 LEGISLATIVO

Portaria Nº 51, de 20 de outubro de 2016.

Substitui membro da Comissão Especial de Ética e Decoro Parlamentar – Processo Administrativo nº 02/2016 - Corregedoria.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Silvana Machado para substituir o membro da Comissão Especial de Ética e Decoro Parlamentar - Processo Administrativo nº 02/2016, Senhor Jefferson Silveira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro do corrente.

Brusque, 20 de Outubro de 2016.

Ver. Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 52/2016 LEGISLATIVO

Portaria Nº 52, de 20 de outubro de 2016.

Altera o art. 5º da Portaria nº 49, de 17 de outubro de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 5º da Portaria nº 49, de 17 de outubro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Comissão executará seus trabalhos por um período de 60 (sessenta) dias, podendo este ser prorrogado, mediante solicitação motivada”.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 20 de outubro de 2016.

Ver. Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Direto Geral

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES DE RECURSOS DA CC 03-2015 – PREFEITURA CAÇADOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES DE RECURSOS DA CC 03-2015 – PREFEITURA CAÇADOR

POCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015, EDITAL: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2015, OBJETO: OUTORGA DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NO PERÍMETRO URBANO E DISTRITO DE TAQUARA VERDE, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC, COM BASE NO PARECER JURIDICO Nº 254/2016, A COMISSÃO ESPECIAL ATRAVES DE SEU PRESIDENTE ABRE PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS UTEIS, PARA APRESENTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES REFERENTE AO ENVELOPE Nº 1 PROPOSTA TECNICA- Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: pregoeiro@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de outubro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.926

DECRETO Nº 6.926, de 20 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, exercício de 2016, na importância de R\$ 11.375,33 (onze mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos):

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.196 – BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.3.65 (350).....
.....R\$ 11.375,33

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 11.375,33 (onze mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), conforme segue:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.196–BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.65 (347).....

.....R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas 0.3.65 (351).....
.....R\$ 7.375,33
TOTAL.....
.....R\$ 11.375,33

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de outubro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08 - 16 – CONCORRÊNCIA Nº 01 – 16 - FUNDEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ERRATA - Processo Licitatório Nº 08 - 16 – Concorrência nº 01 – 16 - FUNDEMA

EDITAL: Processo Licitatório Nº 08/16 – Concorrência nº 01/16
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES; COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO INDUSTRIAIS), E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITARIO DO MUNICÍPIO;

1. No item 2.1.2, alínea “b” onde consta: b) Apresentar Licença Ambiental de Operação ou Dispensa da empresa, emitida pela FATMA, para serviço de coleta e transporte rodoviário de resíduos domésticos e comerciais;
Passa ser excluída

A abertura passa ser para o dia 12 de dezembro de 2016 às 14:00 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 20 de outubro de 2016.
DENISE CHIARELLO HARTMANN
Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente

RELATÓRIO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90-2016 PREGÃO Nº 57-2016, PARA COMPRA DE MATERIAIS ESCOLAR 2016

Certificamos que a empresa: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constantes no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação.

ITEM	QUANTI-DADE	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
1.	300	UNIDADES	Almofada para carimbo: - almofada formulada com aditivos e corantes, tinta de ótimo rendimento, inovador tecido que proporciona melhor absorção. Nº3.	STAR	APROVADO
2.	1000	UNIDADES	Apagador de quadro branco: - Apagador de quadro branco com suporte para dois marcadores; - Em plástico de alta resistência; - Base em feltro.	STAR	APROVADO
8	300	ROLOS	Bobina papel Kraft: - Bobina de papel Kraft de 15 kg com 1,20 altura e gramatura 80.	SAFRA	APROVADO
14	30	UNIDADES	Calculadora: - Visor de 12 dígitos; - Energia solar + bateria; - autodesligamento; - função de cálculos básicos; - visor grande; - Dimensões aproximadas: largura 14,7 cm Altura 19,3 cm.	MJ	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
15	8.000	UNIDADES	Caneta esferográfica azul: - Caneta esferográfica na cor azul, com tampa e furinho a 6 cm da base final; - Ponta fina 0.8mm, de tungstênio; - Corpo hexagonal e tampa transparente.	CARIMBRAS	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
16	7000	UNIDADES	Caneta esferográfica preta: - Caneta esferográfica na cor preta, com tampa e furinho a 6 cm da base final; - Ponta fina 0.8mm, de tungstênio; - Corpo hexagonal e tampa transparente.	CARIMBRAS	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
17	2500	UNIDADES	Caneta esferográfica vermelha: - Caneta esferográfica na cor vermelha, com tampa e furinho a 6 cm da base final; - Ponta fina 0.8mm, de tungstênio; - Corpo hexagonal e tampa transparente.	CARIMBRAS	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
19	2000	UNIDADES	Canetinha Hidrocor : - 12 cores de boa qualidade; - Tampa na mesma cor da tinta e com respiro antiasfixiante; - Tinta lavável, não mancha; - Atóxica; - Ponta fina e macia.	JOCAR	REPROVADO Amostra apresentada (marca LEO LEO)
23	5000	UNIDADES	Cartolina: - Dimensões: 500x660mm; - 150gm - Nas cores: - branca: 2000 unidades; - amarela: 1000 unidades; - verde: 1000 unidades; - azul: 1.000 unidades.	ALLFORM	REPROVADO Amostra apresentada muito fina não apresentou especificações da marca quanto a espessura
36	1000	UNIDADES	Envelope 114 X 229 mm: - Envelope medindo aproximadamente 114 x 229 mm; - Cores variadas; - Formato: Ofício; - Gramatura: 80g/m²	IPECOL	APROVADA

39	100	PACOTES	Espiral 25 mm: - espiral em plástico preto - espessura 25 mm - Pacote com 48 unidades - Composição: plástico	IPECOL	REPROVADO Fora das especificações (quantidades)
43	3000	UNIDADES	EVA com glíter: - Tamanho: 40 x 60 cm: - Espessura: 2 mm; - Estampas várias, sendo 300 unidades de cada MODELO	MILIU	REPROVADO Amostra apresentada (marca Make +)
56	150	UNIDADES	Grampeador: - Utiliza grampos do tipo: 26/6; - Dimensões aproximadas: 20,1 x 5x 9,5cm; - Grampeia até 30 folhas.	CAVIA	REPROVADO Fora da especificações (medidas)
57	100	CAIXAS	Grampo para grampeador: - Tipo: 26/6; - Feito em metal galvanizado; - Caixa com 5.000 unidades; - Características: Macio, resistente e com pontas divergentes.	RAFA	REPROVADO Fora da especificações
63	7.000	UNIDADES	Marcador para quadro branco: - Marcador de quadro branco recarregável, com carga adaptável, contendo 5,5 ml de tinta líquida; - Ponta média - Compatível com as recargas utilizadas nas escolas - Nas cores: - preto: 2.500 unidades - azul: 2.500 unidades - vermelho: 2.000 unidades	RADEX	REPROVADO Amostra apresentada de difícil manuseio para recarga e cores muito fracas dificultando a visão do aluno
65	30	UNIDADES	Organizador porta correspondência: - Caixa para correspondência articulável, tripla em acrílico; - Cor: transparente; - Dimensões aproximadas: Altura: 37 cm Largura: 26 cm Profundidade: 14 cm	BELLA	APROVADO
73	3.000	UNIDADES	Papel Camurça: - Folha medindo: 60 X 40 cm; - 300 unidades das seguintes cores: vermelho - verde claro - azul claro - lilás - rosa - marrom - uva - violeta - amarelo claro – laranja.	VMP	APROVADO
75	100	PACOTES COM 50 UN	Papel celofane: - Folha medindo: 85x100 cm; - Pacote com 50 UN; - gramatura fina; - maleável; - cores fortes e transparentes. Disponíveis nas cores azul, verde, preto, branca, amarela, vermelho, lilás e rosa.	VMP	APROVADO
77	3.000	UNIDADES	Papel Crepom: - Folha medindo: 0,48 X 2m: - 300 unidades de cada uma das seguintes cores: vermelho - verde claro - azul claro - lilás - rosa -pink - marrom - violeta - amarelo claro – laranja.	VMP	APROVADO
78	6000	UNIDADES	Papel Dobradura: - Folha medindo: 48 X66cm, 63G; - 500 unidades de cada uma das seguintes cores: vermelho - verde claro - azul claro - lilás - rosa - marrom - uva - violeta - amarelo claro - laranja; -1000 unidades na cor preta.	VMP	APROVADO
79	4000	UNIDADES	Papel Dupla face: - 1000 unidades na cor preta; - 300 unidades de cada uma das seguintes cores: vermelho - verde claro - azul claro - lilás - rosa - pink - marrom - violeta - amarelo claro – laranja.	VMP	APROVADO

82	100	UNIDADES	Pasta A/Z OFÍCIO: - com ferragem e visor lateral cor preta, tamanho: 285 X 344 X 73mm.	MARCARI	REPROVADO Fora das especificações (Falta ferragens laterais)
102	500	ROLOS	TNT liso: - rolo com 50 metros, 100% PP 40 G 1,40M X 50M DKN liso; - cores - preto- azul escuro – azul claro - vermelho - verde escuro – verde claro – rosa – lilás – amarelo - branco – roxo – laranja – marrom.	SANTA FÉ	REPROVADO Amostra apresentada fina e de pouca resistência rasga muito fácil

Certificamos que a empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constantes no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	QUANTIDADE	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
7	100	UNIDADES	Bloco autoadesivo: - Nas cores: amarelo- verde - rosa - laranja; · - Embalagem com 4 blocos,100 folhas dimensões :76 X76 cm	INFORMS	APROVADO
11	8000	UNIDADES	Caderno desenho Grande: - Dimensões aproximadas: 275mm X 200mm; - 48 folhas em espiral; - Sem pauta; - Capa dura.	PANAMERICANA	APROVADO
13	1000	UNIDADES	Caderno Universitário - Caderno universitário em espiral; - 10 matérias; - 200 folhas; - capa dura decorada; - formato da folha 200x275; - folhas pautadas.	CREDEAL	APROVADO
24	30000	UNIDADES	Cartucho de reposição para marcador de quadro contendo 5,5 ml de tinta líquida adaptável ao marcador; - Nas cores: - preto: 12500 unidades - azul: 12500 unidades - vermelha: 5000 unidades	RADEX	REPROVADO Amostra apresentada (cor muito fraca para alunos de baixa visão os marcadores de quadro branco utilizados nas escolas municipais não são compatíveis com estas recargas
30	50	UNIDADES	Cola em bastão: - 10 g sem solvente (Não Tóxico)	LEONORA	APROVADO
34	500	UNIDADES	Destaca Texto: - Ponta de poliéster Chanfrada; - Tinta de composição Especial Fluorescente; - Nas cores: - amarelo: 100 unidades; - verde: 100 unidades;- rosa: 100 unidades; - laranja: 100 unidades.	JOCAR	APROVADO
41	200	UNIDADES	Estilete: - Estilete retrátil; - Estrutura em plástico; - Lâmina 9mm; - Lâminas desgastadas removíveis.	FOSKA	REPROVADO Fora das especificações (medidas)

44	3000	UNIDADES	EVA estampado: - Tamanho: 40 x 60 cm; - Espessura: 2 mm; - Estampas várias, sendo 300 unidades de cada modelo, estampas e cores diferentes.	MAKE +	APROVADO
45	3000	UNIDADES	EVA natureza: - Tamanho: 40 x 60 cm; - Espessura: 2 mm; - Estampas várias, sendo 300 unidades de cada modelo, estampas e cores diferentes.	MAKE +	APROVADO
46	3000	UNIDADES	EVA Plush: - Tamanho: 40 x 60 cm; - Espessura: 2 mm; - Estampas várias, sendo 300 unidades de cada cor	MILLIU	APROVADO
60	200	UNIDADES	Livro Ata: - Folhas: 100; - capa dura (preto) - Dimensões aproximadas: 206 mm x 297 mm.	MEGA LIFE	APROVADO
67	100	PACOTES COM 100 UN	Palito para Churrasco: - Dimensões: 3.5x250mm; - pacote com 100 palitos.	GABOARDI	APROVADO
95	50	CAIXINHAS COM 12 UN	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip": - com 1-1/4"-32 mm – capacidade para 100 folhas - embalado em caixa cartão com 12 unidades".	BRW	APROVADO
101	100	ROLOS	TNT diversos: - rolo com 50 metros, 1,40M X 50M; - 20 unidades Dourado - 20 unidades prata – 20 unidades dourado mesclado - 40 unidades estampado (diversas estampas).		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
104	50	CAIXINHAS COM 50 UN	Visor para Pasta Suspensa: - com 50 visores e 50 etiquetas	CEMIL	APROVADO

Certificamos que a empresa: ELMO PAPELARIA LTDA EPP apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constantes no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação.

ITEM	QUANTIDADE	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
3	50	UNIDADES	Apagador de quadro de giz: - Apagador para quadro de giz com estojo de madeira (depósito); - Feltro na parte inferior.	SOUSA	APROVADO
5	500	PACOTES COM 50 UN	Balão nº9: - Pacote com 50 unidades nas cores: azul escuro – azul claro- vermelho – verde escuro – verde claro – rosa – lilás – amarelo – branco – marrom (30 pacotes de cada cor) Laranja - 100 pacotes Preto- 100 pacotes	RIBERBOLL	APROVADO
6	500	ROLOS	Barbante: - Barbante cru - nº8; - 100% algodão; - Embalagem com 1 kg.	CORBATEX	APROVADO
9	10000	UNIDADES	Borracha: - Borracha escolar branca nº 40 macia.	REDBOR	APROVADO

10	3000	UNIDADES	Caderno Caligrafia: - Caderno de caligrafia brochura com 40 folhas; - Tamanho aproximado: 200x140 mm; - Grampeado com 2 grampos ; - Capa em off-set 90g/m²; - Folhas Internas: Papel Off-set 56 g/m².	PANAMERICANA	APROVADO
12	5.000	UNIDADES	Caderno linguagem pequeno: - Caderno de linguagem pequeno com 48 folhas e 23 pautas; - Capa e contra capa; - Folhas internas papel offset 56g/m 2 brochura.	PANAMERICANA	APROVADO
20	100	UNIDADES	Capa para encadernação preta: - Capa para encadernação PP (polipropileno) - Cor: PRETA - Formato: A-4 (21 x 297 mm) - Tolerância: 0,2%	EJR	APROVADO
22	100	PACOTES COM 20 FOLHAS	Cartolina A4: - Cartolina Branca Simples - Tamanho A-4 (210x297 mm) - 20 folhas - 180gr	JANDAIA	APROVADO
31	1000	EMBALAGENS COM 06 UN	Cola Glitter: - caixa com 06 unidades (23gr cada unidade); - Possui bico aplicador; - Material não tóxico; - cores com brilho intenso.	KOALA	REPROVADO Amostra fora das especificações (gramas)
32	500	KG	Cola Quente: - Grossa; - Transparente; - Medida aproximada de 30 cm	RENDICOLA	APROVADO
33	70	UNIDADES	Corretivo líquido: - corretivo a base de água com 18 ml; - Lavável.	DELTA	REPROVADO A amostra muito líquida não cobre a escrita.
35	10	EMBALAGEM COM 100 UN	DVD - R Gravável: - 120 minutos; - 4.7 GB/Go - Velocidade: 16x; - Embalagem com 100 unidades.		Não apresentou amostra
40	100	PACOTES	Espiral 50 mm: - espiral em plástico preto - espessura 50 mm - Pacote com 12 unidades - Composição: plástico	EJR	APROVADA
42	15000	UNIDADES	EVA liso: - Tamanho: 40 x 60 cm: - Espessura: 2 mm; - 1000 unidades de cada uma das seguintes cores: pele, vermelho, preto, verde claro, azul claro, azul escuro, rosa claro, Pink, marrom, branco, violeta, lilás claro, laranja, amarelo, cinza.	MAKE	APROVADA
47	3000	UNIDADES	EVA premium Listrado: - Tamanho: 40 x 60 cm: - Espessura: 2 mm; - Estampas várias, sendo 300 unidades de cada cor.	MILIU	REPROVADO Amostra apresentada fora das especificações (tamanho)
48	100	UNIDADES	Extrator de grampo: - extrator de grampo tipo espátula; - fabricado em chapa de aço - Comprimento 15 cm - Largura 2 cm	JAPAM	REPROVADO Amostra apresentada já foi utilizada em nossas escolas e dobra com muita facilidade

49	500	UNIDADES	Fita adesiva fina: - Tamanho: 12x50m; - Tipo: empacotamento; - Cor: transparente.	FLAX	REPROVADO Amostra apresentada não apresenta resistência pouca visão não fixa cartaz na prede, este material já foi utilizado em nossas escolas
50	1500	UNIDADES	Fita adesiva Larga: - Tamanho: 48mmx45m; - Tipo: empacotamento; - Cor: transparente.	FLAX	REPROVADO Amostra apresentada não apresenta resistência pouca visão não fixa cartaz na prede, este material já foi utilizado em nossas escolas
51	500	UNIDADES	Fita adesiva marrom: - 45 mm x 45 m - Composição: polipropileno.	FLAX	REPROVADO Amostra apresentada não apresenta resistência pouca visão não fixa cartaz na prede, este material já foi utilizado em nossas escolas
52	1.500	UNIDADES	Fita crepe adesiva: - Tamanho: 48mmx50metros - Cor: Branca	FLAX	REPROVADO Amostra apresentada não apresenta resistência pouca visão não fixa cartaz na prede, este material já foi utilizado em nossas escolas
53	50	UNIDADES	Fita dupla face: - Dimensões aproximadas: 50 X 50 mm - Filme de polipropileno coberto com adesivo à base de água de ambos os lados. - Liner de papel siliconizado.	EUROCEL	APROVADO
61	100	UNIDADES	Livro de protocolo: - com 100 folhas	FORONI	APROVADO
62	100	UNIDADES	Livro ponto: - Livro de ponto com 4 assinaturas 100 folhas; - 215 x 315 mm; - Capa/contra Capa: Papelão 700grs Revestido papel 90grs Plastificado; - Folhas internas Papel Off-set 63grs	SD	APROVADO
66	100	PACOTES COM 100 UN	Palito de picolé: - com 100 unidades.	ESTILO	APROVADO
70	10	PACOTES COM 400 FOLHAS	Papel Almaço com pauta: - Embalagem com 400 folhas.	PANAMERICANA	REPROVADO Amostra menor que uma folha A4 não atendendo as necessidades das escolas
71	10	PACOTES COM 400 FOLHAS	Papel Almaço sem pauta: - Embalagem com 400 folhas.	PANAMERICANA	REPROVADO Amostra menor que uma folha A4 não atendendo as necessidades das escolas
74	4.000	UNIDADES	Papel Cartão: - Folha medindo 50 X 70 cm, 240G; - 400 unidades das seguintes cores: preto - vermelho - verde claro - azul claro - lilás - rosa - marrom - violeta - amarelo claro - laranja	VMP	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
76	200	ROLO	Papel contact: - Estampado (diversas estampas); - rolo com 45 cm e 10 metros. Obs: cada rolo deve apresentar uma estampa diferente.	VMP	APROVADO
84	1000	UNIDADES	Pasta plástica ofício com elástico: - 250 unidades de cada uma das seguintes cores: azul, preto, vermelho e amarelo.	ALAPLAST	REPROVADO O material apresentado já foi utilizado em nossas escolas (pouco durável)

85	100	UNIDADES	Pasta Polionda: - Dimensões aproximadas: 25 X 32X 3 mm; - 25 unidades de cada uma das seguintes cores: azul, preto, vermelho e verde	ALAPLAST	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
87	500	CAIXINHAS COM 100 UN	Percevejo: - Composto de ferro niquelado.	BRW	REPROVADO Fora das especificações (A amostra não é niquelada)
89	2.000	UNIDADES	Pincel Atômico: - 500 unidades de cada uma das seguintes cores: azul - pretos – verde – vermelho.	JAPAM	APROVADO
90	1000	UNIDADES	Pincel para pintura (pelo) em guache nº08	LEO LEO	REPROVADO Amostra apresentada contém cerdas muito moles de difícil manuseio para as crianças da educação infantil dificultando os contornos
91	1000	UNIDADES	Pincel para pintura (pelo) em guache nº10	LEO LEO	REPROVADO Amostra apresentada contém cerdas muito moles de difícil manuseio para as crianças da educação infantil dificultando os contornos
92	1000	UNIDADES	Pincel para pintura (pelo) em guache nº12	LEO LEO	REPROVADO Amostra apresentada contém cerdas muito moles de difícil manuseio para as crianças da educação infantil dificultando os contornos
94	30	UNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Prancheta de Eucatex; • - Prancheta para trabalhos em escola; • - Com garra de metal de forte pressão; • - Medidas: 23x34x0, 3 cm. 	• NOVA CRIL	• APROVADO

Certificamos que a empresa: SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constantes no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	QUANT	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
4	5.000	UNIDADES	Apontador: - Apontador com reserva tubo retangular com dimensões aproximadas de 6x2,5x1,5 cm; - Cores variadas.	LIKE	APROVADO
28	500	EMBALAGENS COM 06 UN	Cola Colorida: - caixa com 06 unidades (23gr cada unidade); - material não tóxico; - cores vivas e intensas; - secagem rápida	ACRILEX	REPROVADO Marca apresentada (SPLASH COLOR)
29	500	UNIDADES	Cola Dimensional Metálica: - 35 ml cores variadas.	ACRILEX	APROVADO
54	5000	UNIDADES	Giz de cera gizão: - Formato anatômico: triangular; - Caixa com 12 cores; -Dimensões Aproximadas (Altura x Largura): 13,5cmx12,7cm.	LIKE	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
58	8.000	CAIXAS	Lápis de cor: - caixa grande contendo 12 unidades; - formato sextavado; - Cores vivas e com 1 cor metálica.	LIKE	REPROVADO Fora das especificações

64	5000	CAIXINHAS COM 6 UN	Massa de modelar: - Estojo com 06 unidades com 90 gr; - cores diversas; - com base de amido	ACRILEX	APROVADO
98	200	UNIDADES	Tesoura grande: - aproximadamente 21 cm; - lâmina aço inox; - cabo polipropileno.	DESART	APROVADO
99	7000	UNIDADES	Tesoura sem ponta infantil: - lâminas de aço inox cabo polipropileno, Tesoura Escolar 4".medidas aproximadas: - Compr. Lâmina: 5,5 cm - Compr. Total: 10,5 cm	LIKE	REPROVADO Fora das especificações (medidas)
103	10.000	UNIDADES	Tubo de cola branca: - resina de P.V.A, líquida à base de água, lavável, não tóxica bico, 37 g.	ACRILEX	REPROVADO Marca apresentada PALHACINHO

Certificamos que a empresa: MAXI MÓVEIS PAPELARIA apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constantes no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	Quant	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
18	100	UNIDADES	Caneta para Retroprojektor: - Ponta média aproximada de 1.0 mm; - tinta de secagem rápida; - resistente à água e umidade; - Nas cores - azuis 20 unidades - pretas 40 unidades - vermelhas 40 unidades.		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
25	10	EMBALAGENS COM 100 UN	CD – R gravável: - CD de única gravação - 80min/ 700mb; - Embalagem com 100 unidades.		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
59	10	EMBALAGENS COM 72 UN	Lápis preto: - Lápis preto nº 02; - caixa com 72 unidades		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
72	100	ROLO	Papel autoadesivo transparente: - Papel contact transparente: - Rolo 45 cm X 25 mm, 70 Micras.		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
83	1000	UNIDADES	Pasta Arquivo Morto grande: - Dimensões aproximadas: 415X19X305 mm; - Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão kraft para arquivo de documentos diversos. Gramatura 460g/m.		
86	30	CAIXAS	Pasta suspensa: - Pasta suspensa em cartão marmorizado com arame e ponteira plástica; - Gramatura 305g/m²; - Acompanha visor e etiqueta, grampo plástico e hastes plásticas com arame e ponteira plástica. Possui vinco marcador de páginas, 8 posições diferentes para grampos, 2 posições para arquivo de saco plástico e 6 posições para visor e etiqueta. Arquia dois ou mais documentos na mesma pasta; - Medida: 361x0x240mm; - Espessura: 0,31. - caixa com 50 unidades		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
88	50	UNIDADES	Perfurador de metal: - Tamanho médio para 25 folhas.		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
93	30	UNIDADES	Pistola de cola quente grande: - 80 Watts Bivolt (110/220); - Gatilho que Permite Fluxo Contínuo de Cola		NÃO APRESENTOU AMOSTRA

96	15	EMBALAGENS COM 100 UN	<ul style="list-style-type: none"> • Refil para plastificadora: • - Refil para plastificadora térmica: • - Medidas: 80 x110 mm; • - Espessura : 125 mic/0,05; • - Embalagem com 100 unidades. 	•	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
----	----	-----------------------	--	---	------------------------

Certificamos que a empresa: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constante no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	QUANT	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
21	100	UNIDADES	Capa para encadernação transparente: - Capa para encadernação PP (polipropileno) - Cor: TRANSPARENTE LINE - Formato: A-4 (21 x 297 mm) - Tolerância: 0,2%	ACP	APROVADA
26	50	CAIXA	Clips 2/0: - Clips 2/0 niquelado com 500 G.	NEW	REPROVADO Fora das especificações
27	50	CAIXA	Clips 8/0: - Clips 8/0 niquelado com 500 G.	NEW	REPROVADO Fora das especificações
37	800	UNIDADES	Envelope 24 x 34 cm: - Cor branca; - Gramatura: 90g/m²	CELUCAT	APROVADO
38	800	UNIDADES	Envelope 25 x 18 cm: - Envelope medindo aproximadamente 25x18 cm: - Cor branca; - Gramatura: 90 g/m².	CELUCAT	APROVADO
55	150	EMBALAGENS COM 6 UN	Glitter escolar: - potes contendo 3g cada; - conjunto com 6 cores sortidas.	ACRILEX	REPROVADO Marca da amostra não condiz com a marca da proposta
68	10	CAIXAS	Papel A4 colorido: - Nas cores: verde – azul – rosa – amarelo; - Caixa com 10 resmas.	CHAMEX	APROVADO
69	400	CAIXAS COM 10 RESMAS	Papel A4: - Gramatura: 75g/m²; - Formato de folha 210 x 297mm; - Caixa com 10 resmas; - Sem atolamento na impressão.	CHAMEX	APROVADO
81	100	PACOTES COM 20 UN	Papel Vergê: - 120 g/m com 50 folhas; - A4 210 mm X 297 mm; - Nas cores:- branca 50 unidades; - Rosa: 20 unidades; - azul: 20 unidades; - amarelo: 10 unidades.	OFF PAPER	APROVADO
97	4000	UNIDADES	Régua transparente em acrílico: - Escala de 30 cm; - espessura 3,0mm; - Dimensões aproximadas AxLxP 0,3x3,5x-31cm; - Peso líq. aproximado do produto (kg) 20g.	WALEU	REPROVADO Pouco resistente quebra com facilidade

Certificamos que a empresa: L. A. apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constante no pregão presencial nº 57/2016, para aquisição de materiais escolares e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	QUANT	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
80	2.000	UNIDADES	Papel Laminado: - Folha medindo: 49 X 59 cm cores variadas.	VMP	APROVADO
100	3.000	ROLOS	Tinta guache: - Pintura a dedo, de resina de P.V.A, água, carga, pigmentos e conservantes; - caixa com 06 potes - 06 cores com 30 ml cada.	ACRILEX	NÃO APRESENTOU AMOSTRA

Rosemari Menegat de Paula _____

Bartira Tomazini _____

Wagner Severgnini _____

Bernadete Maria Ribeiro dos Santos _____

Terezinha Baldicera _____

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.047 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.047 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, e Suplementa-o no valor de R\$ 4.196,40 (quatro mil, cento e noventa e seis reais, quarenta centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.173 -	Despesas Correntes			
330000.00.173 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.173 -	Aplicações Diretas			
339030.00.173 -	Material de Consumo		R\$ 4.196,40	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulações parciais de Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.173 -	Despesas Correntes			
330000.00.173 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.173 -	Aplicações Diretas			
339036.00.173 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		R\$ 3.347,00	
339039.00.173 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 530,00	
339047.00.173 -	Obrigações Tributárias e Contributivas		R\$ 319,40	
	Total		R\$ 4.196,40	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 20 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 122/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2016

Objeto: Aquisição de 320 (trezentos e vinte) litros de gasolina comum para os veículos da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, quando em uso nos serviços de manutenção da iluminação pública, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 105/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota

Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 20/10/2016 a 31/12/2016.

Do valor total: R\$ 1.145,60 (mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.528 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.528 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO

E DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instaurado Processo Administrativo, para apuração de descumprimento contratual da empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ES-CRITÓRIO LTDA – ME - CNPJ: 12.903.455/0001-04, referente Processo Licitatório nº 40/2016, conforme informações prestadas pela Chefe do Serviço de Suprimentos (à fl. 03), e ainda, solicitação da Secretária Municipal de Administração (à fl. 18).

Parágrafo único – O Processo Administrativo ora instaurado, deverá apurar e julgar o descumprimento de cláusulas do Edital do Processo Licitatório nº 94/2013 e aplicar as penalidades cabíveis, previstas no mencionado Edital, contrato e Legislação pertinente.

Art.2º) Ficam designados os seguintes membros: IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR, MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ e ANA FLÁVIA MARCINIAC, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Processadora, no Processo Administrativo nº 1120/2016 a que se refere esta Portaria.

Art.3º) A Comissão deverá produzir seus trabalhos, observando o procedimento instituído pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e demais legislação aplicável à espécie, conferindo à empresa o direito à ampla defesa e contraditório.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 21 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA N. 06/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1983/2016

CONCORRÊNCIA Nº 06/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas e 30 Min. do dia 21 de Novembro de 2016, o Departamento de Licitações do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1983/2016 na modalidade de Concorrência nº 06/2016, para alienação de imóveis próprios municipais do Município de Campo Erê/SC, conforme especificado no Edital de Concorrência 06/2016, em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736 - Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 7:00hs às 13:00hs, e pelo Fone (49) 3655 3035, e, e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br . Campo Erê - SC, 20 de Outubro de 2016. Rudimar Borcioni - Prefeito Municipal.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 20/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 20/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/16

HOMOLOGAÇÃO: 20/10/16

CONTRATADO: WK SERVIÇOS E OBRAS EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA), NO C.E.I LANDI NEPEL, LOCALIZADO NA RUA JULIO BUDANT NETO, CAMPO DA ÁGUA VERDE, CANOINHAS, EM ÁREA TOTAL DE 1.350 M², COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.747,59 (vinte e sete mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 107/2016 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.169,51 (três mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: ALCI N. BECKER & CIA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.383,05 (cinco mil trezentos e oitenta e três reais e cinco centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.170,00 (um mil cento e setenta reais)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: ITACA EIRELI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.956,75 (um mil novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.349,95 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/16

CONTRATADO: LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IN

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHIMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.599,99 (um mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 114/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/16

HOMOLOGAÇÃO: 20/10/16

CONTRATADO: FUNCIONAL COMERCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITÓRIO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 80 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO DIRETOR, 40 CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR E 06 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO PRESIDENTE, DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.704,88 (vinte e sete mil setecentos e quatro reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 20/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 116/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 173/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 116/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/11/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DO VALOR EM METRO CÚBICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E SUMIDOUROS, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 11/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 117/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 174/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 117/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/11/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NO CAMINHÃO AGRAL, PLACA MIN 4219, DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E NAS AMBULÂNCIAS PEUGEOT BOXER, PLACA MHC 3325 E CITROEN JUMPER, PLACA QHB 0408, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 04/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº FMS 04/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório n.º FMS 38/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. FMS 04/2016

O MUNICIPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/11/2016, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR AS ADEQUAÇÕES DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA QUE SE FAZEM NECESSÁRIAS, CONFORME LAUDO DE VISTORIA EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS DE CANOINHAS, NA UNIDADE DA POLICLINICA MUNICIPAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 10/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 20/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 166/2016
Licitação.....: 20/2016 - TP
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA), NO C.E. ILANDI NEPEL, LOCALIZADO NA RUA JULIO BUDANT NETO, CAMPO DA ÁGUA VERDE, CANOINHAS, EM ÁREA TOTAL DE 1.350 M², COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Processo Administrativo: 27.747,59
Total dos Itens Vencedores: 27.747,59

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	- 411047843	- EXECUTAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA	- Unidade: UN					
17228	WK SERVIÇOS E OBRAS EIRELI - ME		1,000	0,0000	27.747,5900	27.747,59	Venceu	1 *****
16612	ENGEREDE CAB. ESTRUTURADO E SISTEMAS DE CONECTIV		1,000	0,0000	29.623,3400	29.623,34	Perdeu	2
16667	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAENTOS DE SEGURANÇA		1,000	0,0000	31.059,9600	31.059,96	Perdeu	3
16835	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA		1,000	0,0000	35.109,5900	35.109,59	Perdeu	4

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Presidente da Comissão
CLEISON TARCISIO FUCK - - MEMBRO SUPLENTE
VANESSA LANGER - - MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ CARLOS HERBEST - - MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - - MEMBRO TITULAR
CIBELE NEUDORF BATISTA - - SECRETÁRIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 114/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	168/2016	Processo Administrativo:	27.704,88
Licitação.....:	114/2016 - PR	Total dos Itens Vencedores:	
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 80 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO DIRETOR, 40 CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR E 06 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO PRESIDENTE, DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	30825	- CADEIRA GIRATÓRIA TIPO DIRETOR - Unidade: UN					
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	FRISO CAR	80,000	0,0000	199,0000	15,920,00	Inabilitado	1 *****
17235	FUNCIONAL COMERCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITOF		80,000	0,0000	255,7400	20,459,20	Venceu	2
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.	DISMACENTER	80,000	0,0000	264,0000	21,120,00	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	MELANINOS	80,000	0,0000	271,2000	21,696,00	Desclassif.	0
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	CAROLFLEX	80,000	0,0000	280,2400	22,419,20	Desclassif.	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL/DI24	80,000	0,0000	284,0000	22,720,00	Desclassif.	0
12548	PAULINEIA LOTTERMANN REIS	REFLEX	80,000	0,0000	288,0000	23,040,00	Desclassif.	0
16908	RATZKOB COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME	CAROLFLEX	80,000	0,0000	323,0000	25,840,00	Desclassif.	0
9038	MAURO FONSECA	COPATIC	80,000	0,0000	375,0000	30,000,00	Desclassif.	0

Item.....: 2	-	30806	- CADEIRA FIXA ESTILO DIRETOR COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN					
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	FRISOCAR	40,000	0,0000	150,0000	6,000,00	Inabilitado	1 *****
17235	FUNCIONAL COMERCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITOF		40,000	0,0000	141,2900	5,651,60	Venceu	2
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.	DISMACENTER	40,000	0,0000	173,0000	6,920,00	Perdeu	3
12548	PAULINEIA LOTTERMANN REIS	REFLEX	40,000	0,0000	148,0000	5,920,00	Desclassif.	0
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	CAROLFLEX	40,000	0,0000	183,0500	7,322,00	Desclassif.	0
16908	RATZKOB COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME	CAROLFLEX	40,000	0,0000	185,0000	7,400,00	Desclassif.	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL/DM24	40,000	0,0000	186,0000	7,440,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MELANINOS	40,000	0,0000	225,0000	9,000,00	Desclassif.	0
9038	MAURO FONSECA	COPATIC	40,000	0,0000	258,0000	10,320,00	Desclassif.	0

Item.....: 3	-	311043122	- CADEIRA GIRATORIA ESTILO PRESIDENTE COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN						
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	FRISOCAR	6,000	0,0000	380,0000	2.280,00	Inabilitado	1	*****
17235	FUNCIONAL COMERCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITOF		6,000	0,0000	265,6800	1.594,08	Venceu	2	
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.	DISMACENTER	6,000	0,0000	308,0000	1.848,00	Perdeu	3	

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 168/2016
Licitação.....: 114/2016 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 80 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO DIRETOR, 40 CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR E 06 CADEIRAS GIRATÓRIAS ESTILO PRESIDENTE, DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 27.704,88

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	- 311043122 - CADEIRA GIRATORIA ESTILO PRESIDENTE COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN							
15736	M. MOBILE EIRELI	MELANINOS	6.000	0,0000	295,0000	1.770,00	Desclassif.	0
12548	PAULINEIA LOTTERMANN REIS	REIFLEX	6.000	0,0000	298,0000	1.788,00	Desclassif.	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL/DM24	6.000	0,0000	300,0000	1.800,00	Desclassif.	0
17092	RICHESE MOVEIS LTDA EPP	CAROLFLEX	6.000	0,0000	320,2300	1.921,38	Desclassif.	0
16908	RATZKOB COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME	CAROFLEX	6.000	0,0000	360,0000	2.160,00	Desclassif.	0
9038	MAURO FONSECA	COPATIC	6.000	0,0000	405,0000	2.430,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI -/...../..... Pregoeiro(a)

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -/...../..... SUPLENTE

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../..... MEMBRO SUPLENTE

MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../..... MEMBRO SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../..... 28.754/SC

VANESSA LANGER -/...../..... CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 107/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 155/2016 Processo Administrativo: 14.629,25
 Licitação.....: 107/2016 - PE
 Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
 Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Item.....	Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 6134 - LIXEIRA COM PEDAL - Unidade: UN									
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672		ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231		K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232		ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233		MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234		LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE II		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 39660 - LIXEIRA COM TAMPA - Unidade: UN									
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672		ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231		K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232		ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233		MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234		LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE II		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 28469 - APARELHO DE SOM CD PLAYER PARA MP3 - Unidade: UN									
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
13672		ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17231		K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17232		ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17233		MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17234		LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE II		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 9255	- REFRIGERADOR CAPACIDADE 250 LITROS. - Unidade: UN						
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONSUL/CRB36	1,000	0,0000	1,345,0000	1,345,00	Venceu	1 *****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	- 25804	- ARMÁRIO AÉREO 120CM - Unidade: UN						
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA	BIANCHINI	1,000	0,0000	255,9000	255,90	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	- 29166	- BALCÃO P/ PIA - Unidade: UN						
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA	SOLUCIONE	1,000	0,0000	332,9000	332,90	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 3/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 7 - 46349 - TAMPO INOX - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	PIANOX/STANDART	1,000	0,0000	176,7500	176,75	Venceu	1 ****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8 - 6478 - FREEZER 300L - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
Item.....: 9 - 39455 - LIQUIDIFICADOR, COM FILTRO, JARRA TRANSPARENTE PARA 1,5 LTS - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10	- 411047776 - XICARA DE VIDRO, CAPACIDADE 300 ML - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 11	- 43798 - PRATO DE VIDRO, FUNDO - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	DURALEX/ASTRAL	25,000	0,0000	6,7200	168,00	Venceu	1 *****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 12	- 33108 - CONCHA EM AÇO INOX - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13	- 38150 - JARRA DE PLÁSTICO, COM TAMPA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	JAGUAR/3,7L	2,000	0,0000	14,4500	28,90	Venceu	1 *****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 14	- 26912 - TIGELA PARA SOBREMESA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 15	- 411047777 - CHALEIRA INDUSTRIAL DE INOX - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 10187 - TABUA DE CARNE - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 17	- 411047778 - TRAVESSA DE VIDRO REFRAATÓRIO - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18	- 46359 - TANQUE EM AÇO INOX - Unidade: UN							
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA	TRAMONTINA	1,000	0,0000	469,5000	469,50	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/20

14.629,25

Processo Administrativo:

155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19 - 411047779 - TV TELA PLANA 32' - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	AOCILE32H461	1,000	0,0000	1.298,4800	1.298,48	Venceu	1 *****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 11961 - APARELHO DE DVD, MÍDIAS COMPATIVÉIS: CD, VCD, CR-R/RW, DVD, - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	MONDIAL/D15	1,000	0,0000	152,3800	152,38	Venceu	1 *****
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 21 - 32959 - COLCHONETE 1,20 X 0,60 - Unidade: UN								
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME	RELAX	20,000	0,0000	58,5000	1.170,00	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22	- 10137 - TOALHA DE ROSTO - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 23	- 36761 - FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS - Unidade: UN							
17232	ITACA EIRELI - ME	VENANCIO/FF6F	1,000	0,0000	1.659,0000	1.659,00	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24	- 40756 - MESA PARA COZINHA COM 04 CADEIRAS - Unidade: UN							
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA	UNIMOVEL	1,000	0,0000	526,7500	526,75	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 25	- 411047780 - PANELA DE PRESSÃO 06 L - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
Item.....: 26	- 29052 - BACIA PLÁSTICA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27	- 6479 - PANELA INDUSTRIAL ALUMÍNIO 10 L C/ TAMPA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 14.629,25

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 28	-	6480	-	PANELA INDUSTRIAL 03 L ALUMÍNIO C/ TAMPA -	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29	-	26913	-	BACIA REDONDA - 4 LITROS -	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30	-	35663	-	FACA PARA PÃO, FIO SERRILHADO -	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/20

Processo / Ano: 155/2016
Licitação.....: 107/2016 - PE
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 14.629,25

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 34	-	6362	- COLHER INOXIDAVEL, MONOBLOCO, BOJO DE 10 CM, C/ CABO DE 28	-	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 35	-	15067	- POTE PLÁSTICO REDONDO 4 LITROS	-	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 36	-	22823	- ESPUMADEIRA ALUMINIO DE ALTA QUALIDADE	-	Unidade: UN			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/20

14.629,25

Processo Administrativo:

155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37	- 311044054 - ESCORREDOR DE MASSA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38	- 6550 - CENTRIFUGA DE FRUTAS 800 W - Unidade: UN							
17232	ITACA EIRELI - ME	JL COLOMBO	1,000	0,0000	297,7500	297,75	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 39	- 17039 - ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA, FABRICADO EM AÇO INOXIDAVEL - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/20

14.629,25

Processo Administrativo:

155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 40	- 1502 - GARRAFA TÉRMICA 01 LITRO C/ ROSCA - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 41	- 26495 - RALADOR 4 FACES COM LÂMINA EM AÇO INOX - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 42	- 42664 - PEGADOR PARA SALADA OU MASSAS, EM INOX - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 14.629,25

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 43	-	411047785	-	SUPORTE QUADRADO PARA GALAO DE AGUA DE 10 OU 20 LITROS	-	Unidade: UN		
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44	-	22088	-	ESCORREDOR DE LOUÇA	-	Unidade: UN		
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 45	-	23044	-	PANO DE PRATO	-	Unidade: UN		
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46	- 29185 - BALDE PLÁSTICO CAP. 18 LITROS - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47	- 43871 - PRENDEDOR DE ROUPAS CONFECCIONADO EM MADEIRA - Unidade: DZ							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48	- 411047786 - TAPETE RETANGULAR 100 % EM POLIPROPILENO - Unidade: UN							
13672	ALCI N. BECKER & CIA LTDA	LANCER	1,000	0,0000	639,0000	639,00	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/20

14.629,25

Processo Administrativo:

Processo / Ano:

Licitação.....:

Modalidade.....:

Objeto.....:

155/2016
107/2016 - PE
PREGÃO ELETRÔNICO
 AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Item.....:	49	-	35216	- ESFREGADEIRA EM MADEIRA - Unidade: UN	Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
12945				BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672				ALCI N. BECKER & CIA LTDA				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231				K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232				ITACA EIRELI - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233				MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234				LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....:	50	-	1576	- COLHER INOX - Unidade: UN									
12945				BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672				ALCI N. BECKER & CIA LTDA				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231				K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232				ITACA EIRELI - ME				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233				MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234				LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT				4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....:	51	-	411046758	- TABUA DE CARNE, EM POLIETILENO - Unidade: UN									
12945				BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672				ALCI N. BECKER & CIA LTDA				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231				K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232				ITACA EIRELI - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233				MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234				LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT				1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/20

14.629,25

Processo Administrativo:

155/2016

Licitação.....: 107/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 52 - 111040622 - Estante Dupla Face - Unidade: UN								
13672	ALCIN. BECKER & CIA LTDA	W3	2,000	0,0000	1.579,5000	3.159,00	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 53 - 411046759 - CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO 105 X 56 X 68 CM - Unidade: UN								
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME	GALZERANO	3,000	0,0000	219,9900	659,97	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCIN. BECKER & CIA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 54 - 14991 - CARRINHO DE BEBÊ - Unidade: UN								
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME	GALZERANO	2,000	0,0000	344,9900	689,98	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCIN. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/20

14.629,25

Processo / Ano: 155/2016
Licitação.....: 107/2016 - PE
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 55	- 411046760 - BERCO COM COLCHÃO - Unidade: UN							
17234	LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IT	QMOVI	3,000	0,0000	533,3300	1.599,99	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13672	ALCIN. BECKER & CIA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17232	ITACA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 56	- 923 - BOTIJAO DE GAS P 13 KG (CASCO) - Unidade: UN							
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
13672	ALCIN. BECKER & CIA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17231	K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS - EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17232	ITACA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
17233	MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/20

Processo / Ano:	155/2016	Processo Administrativo:	14.629,25
Licitação.....:	107/2016 - PE		
Modalidade.....:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: LIXEIRAS, APARELHO DE SOM, REFRIGERADOR E OUTROS, DESTINADOS AO C.E.I DA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 56 - 923 - BOTIJAO DE GAS P 13 KG (CASCO) - Unidade: UN

17234 LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE IF 2,000 0,0000 0,0000 0,00 Cancelado 0

	Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
	PAULO CESAR SAFANELLI -	
	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE
	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
	MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
	VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 174/2016

DECRETO Nº 174/2016

“Designa servidores públicos municipais responsáveis pelos adiantamentos destinados a custear despesas miúdas de pronto pagamento”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e, com fundamento no art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, especialmente a Lei Municipal Nº. 757/94, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados para realização de despesas sob o regime de adiantamento, os seguintes servidores públicos municipais, nos termos da Lei Municipal Nº. 757/94, destinado a custear a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor: LUIZ ANTONIO CAMARGO
Cargo/emprego/função: motorista
Servidor: IRONI CECON
Cargo/emprego/função: Secretário Municipal de Educação
Servidor: LENOIR ARTUR ROLIM DE MOURA
Cargo/emprego/função: Chefe de Gabinete
Servidor: ELENICE ZAMBAN GNOATTO
Cargo/emprego/função: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.
Servidor: ANA CARMELINDA RODRIGERI SANTIN
Cargo/emprego/função: Secretária Municipal da Saúde

Art. 2º. O responsável pelo adiantamento deverá apresentar prestação de contas à administração, em até dez dias após o encerramento do mês de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente, e o seu encaminhamento ao Controle Interno para análise.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal 58/2015.

Caxambu do Sul, SC, 20 de outubro de 2016.

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 175 2016

DECRETO Nº 175, de 20 de outubro de 2016.

“Adota critérios para adimplemento de despesas com rescisão de contratos de trabalho”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, inciso IV,V e XVII, da Lei Orgânica Municipal c/c o disposto nos Decretos Municipais 153/2016, 164/2016 e 167/2016, e:

Considerando a crise financeira que assola o país, representada pelo déficit na meta de arrecadação do município apontada nos alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme processos administrativos de números: ADM 16/80172708; ADM 16/80089398 e ADM 16/80228002.

Considerando a ineficiente, irresponsável e dolosa Administração Municipal em exercício até 31 de agosto de 2016, que ignorou os alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (ADM 16/80172708; ADM 16/80089398 e ADM 16/80228002) e do próprio corpo técnico e manteve as despesas elevadas diante do déficit da arrecadação que, conforme alerta, no terceiro bimestre de 2016 chegou à -R\$ 1.431.140,08 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil e cento e quarenta reais e oito centavos), conforme tabela retirada da notificação do TCE nº ADM 16/80228002:

Considerando que a Administração Municipal em exercício até 31 de agosto de 2016, ignorando os alertas, aumentou a despesa com

peçoal, e, na avaliação dos meses de setembro de 2015 a agosto de 2016, referida despesa foi de 54,88% da Receita Líquida, constituindo infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme se extrai da Certidão do Tribunal de Contas nº 16761/2016;

Considerando que o índice apurado é dos últimos doze meses, no entanto apurando-se mensalmente a despesa em comparação à receita, observa-se que no mês de agosto de 2016 o índice foi de 59,5% de despesa de pessoal;

Considerando que a atual administração, ciente da situação financeira, desde o dia 01 de setembro de 2016 até 20 de outubro de 2016 exonerou 43 servidores, no interesse de conseguir adimplir com as rescisões e diminuir as despesas de recursos ordinários e assim manter os serviços essenciais.

Considerando que a atual administração, ciente da situação financeira, editou decreto de limitação de empenho (Decreto 153/2016), diminuiu o percentual das funções gratificadas e remuneração com comissionados mediante desconto, por eles autorizados, (Decreto 164/2016) e, suspendeu programas de incentivos (Decreto 167/2016);

Considerando que as medidas adotadas, até o presente momento, não recuperaram as finanças do município que, em 30 de setembro de 2016, na fonte de recursos ordinários apresentou déficit superior a R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), demonstrando que não há saldo para pagamento das rescisões de contratos de trabalhos no presente momento;

Considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços essenciais de saúde e educação, bem como a necessidade do pagamento das despesas com rescisões de contrato de trabalho de natureza alimentar.

Considerando a necessidade e o interesse de evitarem-se conflitos judiciais acerca da matéria.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de acordos extrajudiciais para pagamento parcelado das rescisões de contratos administrativos de trabalho conforme seguinte cronograma:

I – As rescisões realizadas até 31 de setembro de 2016 serão adimplidas na seguinte forma e prazo:

- a) 100% (cem por cento) do saldo de salário e demais verbas não indenizatórias até 31 de outubro de 2016;
- b) 12% (doze por cento) das verbas indenizatórias até 31 de outubro de 2016;
- c) 44% (quarenta e quatro por cento) das verbas indenizatórias até 30 de novembro de 2016;
- d) O restante, 44% (quarenta e quatro por cento) das verbas indenizatórias até 31 de dezembro de 2016;

II – As rescisões realizadas até 31 de outubro de 2016 serão adimplidas na seguinte forma e prazo:

- a) 100% (cem por cento) do saldo de salário e demais verbas não indenizatórias até 31 de outubro de 2016;
- b) 50% (cinquenta por cento) das verbas indenizatórias até 30 de novembro de 2016;
- c) O restante, 50% (cinquenta por cento) das verbas indenizatórias até 31 de dezembro de 2016;

III – As rescisões realizadas até 30 de novembro de 2016 serão adimplidas na seguinte forma e prazo:

- a) 100% (cem por cento) do saldo de salário e demais verbas não indenizatórias até 30 de novembro de 2016;
- b) 50% (cinquenta por cento) das verbas indenizatórias até 30 de novembro de 2016;
- c) O restante, 50% (cinquenta por cento) das verbas indenizatórias até 31 de dezembro de 2016;

IV – As rescisões realizadas até 31 de dezembro de 2016 serão adimplidas na seguinte forma e prazo:

- a) 100% (cem por cento) das verbas rescisórias, indenizatórias ou remuneratórias, até 31 de dezembro de 2016;

Parágrafo Único - Para efeito deste decreto, verbas indenizatórias são as pagas ao servidor em virtude de direitos adquiridos integralmente e não gozados, quando no efetivo exercício de suas funções, ou direitos parcialmente adquiridos, tais como férias vencidas e não gozadas, férias proporcionais, décimo terceiro salário proporcional, cujo dever da administração, em virtude da rescisão contratual, é o ressarcimento ao servidor, com objetivo de evitar o enriquecimento ilícito da própria Administração Pública.

Art. 2º. Os créditos dos servidores que não optarem pela proposta apresentada serão adimplidos mediante a disponibilidade de recursos financeiros, desde que não prejudique a manutenção dos serviços essenciais de saúde e educação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Caxambu do Sul/SC, 20 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.391/2016

LEI N.º 1.391, de 21 de outubro de 2016.

“Dispõe sobre autorização para suplementação de dotação orçamentária no orçamento programa 2016 do município e dá outras providências”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função	Legislativa	01
Sub-função	Ação Legislativa	31
Programa	Processo Legislativo	0
Projeto	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	2001

Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(4)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, no valor total R\$ 10.000,00 (dez mil reais), será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		01.00
Unidade	Câmara Municipal de Vereadores		01.01
Função	Legislativa		01
Sub-função	Ação Legislativa		31
Programa	PROCESSO LEGISLATIVO		001
Projeto	Manutenção das atividades da Câmara Municipal		2001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(2)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários	1.300,00
(3)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	8.700,00
Valor Total R\$:			10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 21 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 61/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 61/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: SS1 SERVIÇOS E ASSESSORIA EM TI LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PMCS/2016.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a realização do processo seletivo para professores ACT para 2016 no município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 30/09/2016.

Vigência: Início: 30/09/2016 Término: 28/02/2017.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: 07.01.2.016.3.3.90 (66).

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 44/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 44/2016

DATA: 06/OUTUBRO/2016

CONTRATADA: MONTAGNOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VÁLVULAS LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 UNIDADES DE ADUFA DE FUNDO SIMPLES DN 300, SENDO UTILIZADAS PARA DESCARGA SOB PRESSÃO ATMOSFÉRICA 10 M.C.A. O SENTIDO DO FLUXO SE DÁ COM PRESSÃO HIDRÁULICA FORÇANDO A TAMPA CONTRA O CORPO. OS FLANGES SÃO CONFORME NBR 7675 E ISO 2531 PN 10, CONFORME ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016.

VALOR: R\$ 13.600,00 (TREZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 20/OUTUBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 45/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 45/2016

DATA: 11/OUTUBRO/2016

CONTRATADA: N.B. FALCE & CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 150 UNIDADES DE HIDRÔMETRO MULTIJATO PARA ÁGUA FRIA DE ½", PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA DESTA AUTARQUIA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016.

VALOR: R\$ 10.882,50 (DEZ MIL, OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA: 20/OUTUBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 23/2016 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE

TOMADA DE PREÇO Nº 23/2016 PMC

Obras e Serviços de Engenharia

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Modele, nº 62, Centro, neste Município, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de alterações no edital de licitação modalidade Tomada de Preços – nº 23/2016 – PMC, conforme CI nº 492/2016 da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, através da Diretoria de Obras.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, alteram-se os prazos de protocolo como segue:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado no Protocolo Geral deste Município, situado na Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/11/2016

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 16h.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 11/11/2016

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA contendo as propostas dos interessados se dará da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/11/2016

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h.

A abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na Sala de Licitações do Município de Concórdia, situada no 1º andar do endereço indicado no subitem 1.1 do edital na data de 11/11/2016 às 14h, observando-se ainda o disposto no item 7.6 do edital, a Comissão Permanente de Licitações poderá prosseguir para a fase de abertura do envelope 02 – PROPOSTAS DE PREÇOS. Concórdia, 20 de outubro de 2016.

MAURI MARAN

Secretária Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização dos eventos "Sonho de Natal 2016" e "Parada Natalina 2016", conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Os serviços a serem contratados englobam: a) Organização do evento de abertura do "Sonho de Natal 2016", incluídos 2 (dois) profissionais, devidamente caracterizados, sendo estes: Papai Noel e ajudante de Papai Noel; b) Iluminação, sonorização e instalação de palcos; c) Locação de Estrutura para Presépio; d) Decoração da "Casa do Papai Noel".

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 10/11/2016.

Abertura: dia 11/11/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de outubro de 2016.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 – PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO nos itens 1.1, 8.1 e 8.3 do edital de licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Nº 124/2016 – PMC, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

"MENOR PREÇO POR LOTE"

Leia-se:

"MENOR PREÇO GLOBAL"

Informações complementares: o Edital e a correção, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de outubro de 2016.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

PORTARIA FMEC Nº 31/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 31/2016, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora AMANDA CAROLINE SZLACHTA TECHIO, ocupante do cargo de Encarregada de Seção, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço à partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 19 de outubro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA IPRECON Nº 45/2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 45/2016, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Extingue Pensão por Morte.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 86, II, da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir, a partir de 22 de outubro de 2016, a Pensão por Morte concedida ao senhor MAURICIO HENRIQUE DA SILVA, através da Portaria nº 67/2015, de 9 de novembro de 2015, em face do implemento dos 18 anos de idade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 19 de outubro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

BALANCETE FINANCEIRO RESUMIDO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 09/2016

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		48.227,81	504.252,19
Ordinária		48.227,81	88.056,59
Vinculada		0,00	416.195,60
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.209.000,00	1.536.300,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.209.000,00	1.536.300,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		308.470,07	311.158,65
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		175.899,46	107.062,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.116,99	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		129.453,62	204.096,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		213.122,27	845.508,28
Caixa e Equivalentes de Caixa		213.122,27	845.508,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.778.820,15	3.197.219,12
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.293.329,06	1.936.424,95
Ordinária		1.181.943,33	1.677.736,35
Vinculada		111.385,73	258.688,60
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		234.180,11	1.047.671,90
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		104.726,49	843.575,29
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		129.453,62	204.096,61
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		251.310,98	213.122,27
Caixa e Equivalentes de Caixa		251.310,98	213.122,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-GATU-214590671 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

19/10/2016 16:31



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.778.820,15	3.197.219,12

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 16:31:09

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-GATU-214590671 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

19/10/2016 16:31

BALANCETE FINANCEIRO RESUMIDO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 09/2016

Pág 1 / 2

FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		25.307,02	55.415,10
Ordinária		24.592,86	54.604,87
Vinculada		714,16	810,23
Transferências Financeiras Recebidas (II)		820.000,00	889.160,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		820.000,00	889.160,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		339.616,20	120.772,08
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		263.182,13	13.180,83
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		76.434,07	107.591,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		286.349,36	421.905,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		286.349,36	421.905,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.471.272,58	1.487.252,50
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.055.333,08	1.091.639,36
Ordinária		1.055.333,08	951.401,77
Vinculada		0,00	140.237,59
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		89.614,90	109.263,78
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		13.180,83	1.672,53
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		76.434,07	107.591,25
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		326.324,60	286.349,36
Caixa e Equivalentes de Caixa		326.324,60	286.349,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-CLWI-214590611 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM Sistemas Ltda

19/10/2016 16:30



FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.471.272,58	1.487.252,50

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 16:30:08

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

CESAR PELLIZZARO
Tesoureiro

EDNO GONÇALVES
Diretor Superintendente
CPF: 048.839.319-19

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-CLWI-214590611 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

19/10/2016 16:30

BALANCETE FINANCEIRO RESUMIDO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 09/2016

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		76.857,90	143.927,87
Ordinária		76.857,90	143.927,87
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		2.999.000,00	5.491.220,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		2.999.000,00	5.491.220,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		723.207,41	289.060,78
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		513.455,15	41.635,51
Inscrição de Restos a Pagar Processados		10.357,94	2.500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		199.394,32	244.925,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		77.936,85	85.591,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		77.936,85	85.591,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		3.877.002,16	6.009.800,25
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		3.406.148,76	5.645.458,17
Ordinária		3.172.148,76	5.375.458,17
Vinculada		234.000,00	270.000,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		233.180,31	286.405,23
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		31.285,99	36.560,04
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.500,00	4.919,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		199.394,32	244.925,27
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		237.673,09	77.936,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		237.673,09	77.936,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-GBWT-214590783 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

19/10/2016 16:32



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		3.877.002,16	6.009.800,25

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 16:33:01

Notas:

DIOMAR JOSÉ PERIN
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-GBWT-214590783 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

19/10/2016 16:32

BALANCETE FINANCEIRO RESUMIDO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 09/2016

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		394.963,32	682.598,63
Ordinária		20.800,51	15.464,05
Vinculada		374.162,81	667.134,58
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.269.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.269.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.024.062,59	72.439,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		972.108,47	39.177,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados		6.523,19	5.723,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		45.430,93	27.538,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		361.041,95	507.667,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		361.041,95	507.667,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		3.049.067,86	2.707.704,69
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		2.290.524,56	2.207.752,29
Ordinária		1.770.938,62	1.497.445,37
Vinculada		519.585,94	710.306,92
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		80.194,43	138.910,45
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		34.763,50	107.572,52
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	3.799,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		45.430,93	27.538,77
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		678.348,87	361.041,95
Caixa e Equivalentes de Caixa		678.348,87	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

19/10/2016 16:34

Identificador: WPR1491102-6598-AFXO-214590851 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		3.049.067,86	2.707.704,69

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 16:34:09

Notas:

NEUSA APARECIDA DAHMER
Ordenadora de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-AFXO-214590851 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

19/10/2016 16:34

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		98.828,97	74.971,22
Ordinária		14.568,77	11.129,64
Vinculada		84.260,20	63.841,58
Transferências Financeiras Recebidas (II)		171.000,00	195.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		171.000,00	195.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		25.633,85	13.734,12
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		25.492,08	11.830,46
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		141,77	1.903,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		183.925,58	142.556,31
Caixa e Equivalentes de Caixa		183.925,58	142.556,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		479.388,40	426.261,65

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		73.508,50	240.432,41
Ordinária		73.008,50	173.904,14
Vinculada		500,00	66.528,27
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		141,77	1.903,66
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		141,77	1.903,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		405.738,13	183.925,58
Caixa e Equivalentes de Caixa		405.738,13	183.925,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-NYLF-214590981 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM Sistemas Ltda

19/10/2016 16:36



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		479.388,40	426.261,65

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 16:36:18

Notas:

NEUSA APARECIDA DAHMER
Ordenadora de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-NYLF-214590981 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

19/10/2016 16:36

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



BALANCETE FINANCEIRO RESUMIDO PREFEITURA 09/2016

INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		130.212.877,43	162.328.543,37	
Ordinária		69.073.171,61	84.742.465,38	
Vinculada		61.139.705,82	77.586.077,99	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	523.848,90	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	523.848,90	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		32.881.837,65	29.331.086,51	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		19.947.391,20	13.418.102,45	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		430.183,87	354.365,55	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.504.262,58	15.558.618,51	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		23.053.793,28	22.643.031,70	
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.053.793,28	22.643.031,70	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		186.148.508,36	214.826.510,48	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		105.663.984,00	130.369.966,51	
Ordinária		49.227.378,91	60.239.927,12	
Vinculada		56.436.605,09	70.130.039,39	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		30.577.662,50	36.967.098,50	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		30.577.662,50	36.967.098,50	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		19.053.422,00	24.435.652,19	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.726.282,89	9.046.921,23	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		329.839,95	128.442,74	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.997.299,16	15.260.288,22	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		30.853.439,86	23.053.793,28	
Caixa e Equivalentes de Caixa		30.853.439,86	23.053.793,28	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

19/10/2016 14:21

Identificador: WPR/491102-6598-ZREI-214582873 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM Sistemas Ltda



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		186.148.508,36	214.826.510,48

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 19/10/2016, Hora emissão 14:21:12

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2676/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.676, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia VALDECIR FILIPPI FRANZEN – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor VALDECIR FILIPPI FRANZEN, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 17 de outubro de 2016.

Concórdia, 17 de outubro de 2016.

Mauro Mendes
Presidente

Leocir Domingo Zanella
Vice-Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

Arlan Guliani
2º Secretário

RESOLUÇÃO 436/2016

RESOLUÇÃO Nº 436, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a reunião ordinária do dia 20 de outubro de 2016 a ser realizada fora da sede do Poder Legislativo Municipal.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 2º, § 5º do Regimento Interno e consoante deliberação do Plenário,

RESOLVE:

Art. 1º A reunião ordinária do dia 20 de outubro de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, será realizada às dezoito horas, na Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte - FABET, localizada na Rodovia Pedro Rogério Garcia, no Bairro Fragosos, neste Município.

Art. 2º O local destinado à reunião será previamente vistoriado pela Mesa Diretora, para verificar se reúne as condições necessárias à realização dos trabalhos.

Art. 3º A matéria a ser deliberada será a constante na pauta do dia.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 19 de outubro de 2016.

Mauro Mendes
Presidente

Leocir Domingo Zanella
Vice-Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

Arlan Guliani
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 563/2016

DECRETO N. 563/2016

“CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Decreto Municipal n. 203/2014, que regulamenta o estágio probatório no Município de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório os seguintes servidores:

Presidente: Kely Cristina Ranzan;

Secretária: Sonia Cenci;

Membro: Valdinei Garbozza;

Membro: Marcia Dalagasperina Boff.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração aos seus membros.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos 51/2013, de 02 de Janeiro de 2013 e 740/2013, de 19 de Novembro de 2013.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 564/2016

DECRETO Nº564/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora municipal Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 19/09/2014 à 18/09/2015, que serão gozadas a partir do dia 16/11/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

ANDREIA REGINA DI DOMENICO Ciente em: ____/____/2016

EDITAL NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO 5ª PARCELA - TRANSPORTE ESCOLAR

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Médio no valor de R\$ 12.527,34 (doze mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

Cordilheira Alta SC, 20 de Outubro de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Fundamental no valor de R\$ 5.516,55 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 20 de Outubro de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 37/2011 - PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2011

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 0571/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 0485, de 09 de junho de 2011, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Vigência: 18/10/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 21 de Outubro de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3962/16

PORTARIA Nº 3962/16

NOMEIA A SRA. DAISY DAIANE ZECH, PARA OCUPAR O CARGO DE NUTRICIONISTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Nutricionista, a SRA. DAISY DAIANE ZECH, classificada em 5º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator -16, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de agosto de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3963/16

PORTARIA Nº 3963/16

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA DAISY DAIANE ZECH, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. DAISY DAIANE ZECH, ocupante do cargo de Nutricionista, portador da CNH Registro nº 05763514508, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 19 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3964/16

PORTARIA Nº 3964/16

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA GABRIELLE ENGELHARDT, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, portador da CNH Registro nº 06510758273, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 19 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 127/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 059/15

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 127/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.020.495/0001-34, estabelecida na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA RECONSTRUÇÃO DE 01 PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO NOVO DE ACESSO A LOCALIDADE DA TIFA DOS MILHÕES (COMPRIMENTO = 24,00M X LARGURA = 5,40M), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS ANEXOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato

original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 26 de Maio de 2016 até 31 de Dezembro de 2016.

Data da Assinatura: 26/05/2016

Data da Vigência: 31/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 127/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 059/15

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 127/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.020.495/0001-34, estabelecida na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA RECONSTRUÇÃO DE 01 PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO NOVO DE ACESSO A LOCALIDADE DA TIFA DOS MILHÕES (COMPRIMENTO = 24,00M X LARGURA = 5,40M), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS ANEXOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, realiza-se o reequilíbrio econômico-financeiro do valor a pagar do presente contrato, com base no Índice de Custo da Construção Civil e Obras Públicas, referente ao período de 16 de julho de 2015 a 16 de Julho de 2016, com reajuste de 7,72%, ficando o valor total a pagar em R\$ 450.058,68 (Quatrocentos e cinquenta mil e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 26/05/2016

Data da Vigência: 31/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº102/2016.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº102/2016.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: EMPREITADA GLOBAL PARA ADEQUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL DE CURITIBANOS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 03/11/2016, às 09h30, e início da sessão do Pregão dia 03/11/2016 às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial. Curitibanos, 20 de outubro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

REPUBLICAÇÃO LEILÃO Nº 183/2016

REPUBLICAÇÃO

LEILÃO Nº 183/2016

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 5824/2016, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 09/11/2016, no Auditório do Paço Municipal será realizada a sessão de lances, sendo que o credenciamento dos interessados deverá ocorrer até as 15 horas do dia 08 de novembro de 2016, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, do tipo maior lance por lote, destinado a alienação dos bens abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital

Curitibanos, 20 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 62/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 22/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de fogos de artifício e show pirotécnico para atendimento a eventos de administração municipal de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/04/2017

3ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 154/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de triciclo de carga para atendimento as necessidades do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de novembro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 20 de outubro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 255/2016

DECRETO Nº 255, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (40)	R\$	50.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.00 – Secretaria de Finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0204 (219)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (39)	R\$	50.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0204 (222)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE OUTUBRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2345-2016 - LDO 2017

LEI Nº 2345, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 4º. Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º. A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

Art. 6º. A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 7º. As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

§ 1º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;
III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;
IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;
V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;
VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo (Consolidação);
VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

§ 3º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

CAPÍTULO II DA RECEITA

Art. 9º. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2017 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

Art. 10º. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

Art. 11. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

Parágrafo único. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2017, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 12. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se

destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2017 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

Parágrafo único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 13. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;
III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15. As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de Previdência Social.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 16. As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º. As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Lei.

Art. 17. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

Art. 18. Na execução orçamentária do exercício de 2017, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 20. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e

vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

§ 1º. As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º. Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 21. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelo Poderes Executivo e Legislativo, no decorrer do ano de 2017, não poderá exceder os limites estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 22. A Secretaria Municipal de Finanças, através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 23. A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

II - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

III - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

IV - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017, autorização para utilização do superavit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

V - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio e operações de crédito.

VI - Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da

fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 24. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Art. 25. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2017, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e do Salário Educação.

Art. 26. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do Município.

I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

01-00 – Câmara Municipal de Vereadores
02-00 – Gabinete do Prefeito
03-00 – Procuradoria Geral do Município
04-00 – Controladoria Interna
05-00 – Secretaria de Administração e Planejamento
06-00 – Secretaria Municipal de Finanças
07-00 – Secretaria Municipal de Educação
08-00 – Secretaria Municipal de Saúde
09-00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
10-00 – Secretaria de Infraestrutura
11-00 – Secretaria Municipal de Ação Social
12-00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
13-00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
14-00 – Autarquia Municipal
99-00 – Reserva de Contingência

II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

01-01 – Câmara Municipal de Vereadores
02-01 – Gabinete do Prefeito
02-02 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD
02-03 – Cultura
03-01 – Procuradoria Geral do Município
04-01 – Controladoria Interna
05-01 – Secretaria de Administração e Planejamento
05-02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS
06-01 – Secretaria Municipal de Finanças
06-02 – Encargos Gerais do Município
07-01 – Educação Geral
08-01 – Fundo Municipal de Saúde
09-01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
10-01 – Secretaria de Infraestrutura
10-02 – Segurança Pública
11-01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
11-02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA
12-01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

13-01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
14-01 – Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo
99-99 – Reserva de Contingência

III – FUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

IV – SUBFUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

V – PROGRAMA - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

VI – PROJETO - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2017 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

VII – ATIVIDADE - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2017, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo poderá realizar parcerias com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de cooperação, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 24 de dezembro de 2015, homologados pelo Poder Legislativo.

Art. 29. As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 30. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 31. Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 32. Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ser publicado até 30 (trinta) dias após o final de cada quadrimestre o relatório de gestão fiscal.

Art. 33. Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, os valores da dívida ativa inscrita e ou lançada indevidamente.

Art. 34. Fica autorizada a destinação dos recursos provenientes da alienação de bens e direitos para pagamento de despesas com o

regime de previdência social geral, incluindo o pagamento de dívidas, em conformidade com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Prejulgado 1473 do TCE/SC.

Art. 35. O Chefe do Poder Executivo poderá autorizar o servidor efetivo e estável a prestar serviços em outro órgão da administração federal e estadual direta ou indireta, com sede e jurisdição no Município de Fraiburgo, que tenha ou não quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo não superior a 12 (doze) meses, mediante convênio, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) demonstração da existência de lei autorizativa;
- b) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- c) demonstração de relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- d) desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido;
- e) atendimento ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município;
- f) que a cessão não configure burla ao instituto do concurso público na unidade cessionária.

Art. 36. O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 37. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 5% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 38. Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1827/2016

PORTARIA Nº 1827, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Servidor Público Municipal como Supervisor de Administração da Fundação Municipal de Esportes – FME.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 15 do Estatuto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal, BRUNO EVERLING BOEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 051.614.579-70, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR

GERAL DE ESPORTES, como SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO da Fundação Municipal de Esportes – FME, a partir de 20 de outubro de 2016.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1828/2016

PORTARIA Nº 1828, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0279/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NEOCIMAR PINTO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.306.949-89, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1829/2016

PORTARIA Nº 1829, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 1280/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SIMONE ANTUNES PINTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 053.133.629-84, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR031/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para contratação de profissionais para ministrar oficinas com objetivo de promover ações de acesso à cultura da Secretaria de Assistência Social. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 15h55min do dia 03/11/2016.

A sessão se dará a partir das 16h00min do dia 03/11/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 20 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 174/2016

DECRETO N.º 174, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

Considerando, a Portaria n.º 630, de 31 de dezembro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que divulga os dias de feriado nacional em 2016 e estabelece datas de ponto facultativo para os órgãos públicos federais.

Considerando o disposto no artigo 221, da Lei 1.000/2005, pelo qual “fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 28 (vinte e oito) de outubro, para comemorações do “Dia do Servidor Público” exceto para os integrantes do Magistério que comemorarão o “Dia do Professor” no dia 15 (quinze) do mesmo mês”.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo, no dia 28/10/2016, sexta-feira, para comemorações do Dia do Servidor Público, exceto para os integrantes do Magistério e demais servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Garopaba, 20 de outubro de 2016

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

CONVENIO Nº 05/2016

Convênio nº 05/2016

Convênio de cooperação mútua que celebram o Município de Garuva, e a UNIÃO GARUVENSE DOS ESTUDANTES.

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, José Chaves, inscrito no CPF nº. 248.236.869-34 e portador da Cédula de Identidade nº. 595643-9 SSP/SC, e a UNIÃO GARUVENSE DOS ESTUDANTES, com sede neste Município, na Avenida Celso Ramos, sn, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.733.904/0001-99, representada neste ato pelo seu Presidente, senhor Gustavo Gava, inscrito no CPF sob o nº. 067.614.939-19, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar o presente convênio de cooperação mútua, com base na Lei Municipal nº 1952 de 06 de outubro de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de Auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO, visando auxiliar o pagamento mensal das passagens dos estudantes do ensino superior e/ou técnico que se deslocam à Joinville, para o ano de 2016, relacionados no cronograma de execução do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), que serão repassados pelo Município à Associação em 02 (duas) parcelas de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no Orçamento do presente exercício e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

02.001 – Gabinete do Prefeito
2005 – Contribuição a Entidades e Associações
335041 – Contribuições
010000 – Recursos Livre do Tesouro

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações

I - Do Município

a) Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaborada pela conveniente, analisando e examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;

b) Repassar mensalmente, os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;

c) Suspende o repasse a Conveniente, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;

II - Da Associação

a) Manutenção do prédio da Associação, oferecendo espaço físico com sala(s) de atividades e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes;

b) Aceitar as orientações/supervisão do Município;

c) Manter atualizado o cadastro das pessoas atendidas para fins estatísticos, e dar vistas ao órgão concedente do Município;

d) Abrir conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;

e) Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integram as prestações de contas do ajuste;

f) Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;

g) Devolver ao Município no prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio o saldo financeiro não utilizado.

CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O prazo para a vigência deste Convênio iniciará na data de assinatura para prevalecer até 31/01/2017, podendo ser aditivado, se as partes assim o desejarem, para prorrogar o seu prazo de vigência e para eventuais readequações, desde que não seja alterado o seu objeto e tenha previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente Convênio, mediante aviso, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, por mútuo acordo das partes ou quando não apresentar a documentação exigida ou ainda, quando ocorrerem problemas nas prestações de contas.

CLÁUSULA SEXTA – Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas, bem como relação nominal das pessoas atendidas pela Conveniente.

Parágrafo Primeiro: a liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela e a da terceira parcela condicionada à prestação de contas da segunda e, assim, sucessivamente.

Parágrafo Segundo: após utilização da última parcela, deverá apresentar ao Gabinete do Prefeito, avaliação do Plano de Trabalho, respectivas atividades e mensurar o alcance dos objetivos.

Parágrafo Terceiro: A não apresentação da prestação de contas em até 60 dias após o recebimento de qualquer parcela implicará no cancelamento da liberação da próxima parcela em aberto. A parcela não transferida em razão da não prestação de contas não será devida.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 07 de outubro de 2016.

José Chaves Prefeito Municipal.	Gustavo Gava Presidente da União Garuense dos Estudantes
------------------------------------	--

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:

GABARITO EDITAL Nº 05/2016

GABARITO EDITAL Nº005/2016

Questão	Resposta Correta
01	B
02	C
03	D
04	A
05	B
06	C
07	D
08	D
09	C
10	D
11	B
12	D
13	A
14	D
15	A
16	C
17	B
18	B
19	D
20	D

Garuva, 19 de Outubro de 2016
Ariane Leandro
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 161/2016

PORTARIA Nº 161, de 19 de Outubro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 2396/2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;
Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo Disciplinar nº. 2396/2016.

ART. 2o. Esta portaria entra em vigor a contar de 19 de Outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2016

PORTARIA Nº 162, de 19 de outubro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDOR.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, art. 202 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar o afastamento preventivo, das funções, sem prejuízos de sua remuneração, do servidor Lindomar Silva de Jesus, no cargo de Orientador Escolar, por mais (30) trinta dias.

ART. 2o. . Esta portaria entra em vigor a contar de 19 de Outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163/2016

PORTARIA Nº. 163 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

“Nomeia Comissão de Vistoria e Avaliação, em vista da necessidade de concretização de leilão público para alienação de bens móveis inservíveis”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em vista da necessidade de alienar bens móveis inservíveis do patrimônio público do município, na modalidade leilão,

RESOLVE:

Art. 1º - Designam-se os seguintes funcionários para comporem a Comissão de Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar os bens móveis inservíveis destinados a leilão no ano de 2016:

I – Presidente: Lauro Felipe Raizer. Matrícula nº 17266.9.

II – Membro: Luiz Miguel Ferrazza. Matrícula nº 14676.5.

III – Membro: Jucelino Guarezi Matrícula nº 6195.6

Art. 2º - Cabe à Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar em lotes e avaliar os bens móveis inservíveis, bem como elaborar Termo de Avaliação dos Bens.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.211, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.211, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA O INCISO I DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 7.154, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso I do artigo 1º do Decreto nº 7.154, de 21 de setembro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I – uma área formada pela Rua Antonio Schmitz, no bairro Belchior Alto, município de Gaspar, contendo a área de 2.882,66 m² (dois mil, oitocentos e oitenta e dois metros e sessenta e seis decímetros quadrados), cuja descrição tem início no ponto 0=PP, segue com o azimuth de 127º51'39" e percorre 30,12 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 1, segue com o azimuth de 114º50'10" e percorre 39,86 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 2, segue com o azimuth de 110º15'42" e percorre 22,69 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 3, segue com o azimuth de 98º57'25" e percorre 22,22 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 4, segue com o azimuth de 84º52'28" e percorre 42,30 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 5, segue com o azimuth de 93º50'42" e percorre 23,96 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 6, segue com o azimuth de 99º12'52" e percorre 59,91 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 7, segue com o azimuth de 180º47'57" e percorre 12,00 metros que faz divisa com a Rua Antônio Schmitz, até o ponto 8, segue com o azimuth de 279º05'42" e percorre 61,12 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 9, segue com o azimuth de 273º50'41" e percorre 22,45 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 10, segue com o azimuth de 264º52'28" e percorre 42,84 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 11, segue com o azimuth de 278º57'25" e percorre 24,89 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 12, segue com o azimuth de 290º15'42" e percorre 24,36 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 13, segue com o azimuth de 294º50'10" e percorre 41,72 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 14, segue com o azimuth de 307º08'56" e percorre 21,91 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 15, segue com o azimuth de 359º54'48" e percorre 15,56 metros que faz divisa com a Rua Antônio Schmitz, até o ponto 0=PP, onde teve início esta descrição. O imóvel descrito com área de 2.882,66 m² (dois mil, oitocentos e oitenta e dois metros e sessenta e seis decímetros quadrados), foi avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.205, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.205, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 1.603, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006, QUE DEFINE AS ROTAS DE PASSAGEM NO TERITÓRIO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, DAS LINHAS DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado art. 1º-A ao Decreto nº 1.603, de 21 de setembro de 2006, com a seguinte redação:

Art. 1º-A. Fica proibido o fracionamento tarifário nas seções das linhas de transporte intermunicipal de passageiros com origem e destino no âmbito do Município de Gaspar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito de Gaspar

PORTARIA Nº 5.043, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 5.043, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA PORTARIA Nº 4.040, DE 23 DE JUNHO DE 2016, QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APUAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO POR INEXECUÇÃO DO CONTRATO Nº SAF – 27/2011.

MARLENE ALMEIDA, Secretária de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Considerando o teor dos memorando nº 02/2015, de origem da Comissão de Processo Administrativo nº 01/2016 e nº 596/2016, de origem da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil,

RESOLVE

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Depreende-se dos documentos acostados a esta Portaria que a construção de CDI no Bairro Sete de Setembro (objeto dos contratos nº SAF – 27/2011 e 39/2013), localizado na Rua Prefeito Julio Schramm, s/n, Bairro Sete de Setembro, apresenta, em tese, problemas estruturais, tendo a Secretaria Municipal de Educação concluído, através de avaliação técnica, que a edificação se enquadraria como de grau de risco crítico de recuperação. Laudo técnico de inspeção predial indicou ser questionável a qualidade dos materiais empregados pela empresa executora da obra. O termo

de aceitação definitiva da obra foi assinado em 10 de fevereiro de 2014 e neste breve lapso temporal a obra apresentou graves vícios, o que caracterizaria, em tese, inexecução contratual.

Art. 2º Fica alterado o artigo 5º da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Ficam todos os engenheiros civis da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil à disposição da Comissão para prestação de todo o auxílio técnico necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de outubro de 2016.

Marlene Almeida
Secretária de Educação

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do Artigo 5º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA ME
Restos a Pagar: 1834, 0395.

Valor: R\$ 5.852,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 20 de outubro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência 164/2016

Processo Licitatório: 164/2016

Tipo: Melhor técnica - Por Item

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DOS TERRENOS DO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 08/12/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/12/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 580/2016

PORTARIA Nº. 580/2016

Concede licença prêmio ao servidor Luiz Antônio Chiodini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Portaria nº. 447/2016, que convalida período de licença prêmio concedida ao servidor Luiz Antônio Chiodini, no período de 17/06/2016 até 30/06/2016;

Considerando a Portaria nº. 438/2016, que concede licença para atividade política ao servidor Luiz Antonio Chiodini, a partir de 01 de julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio ao servidor Luiz Antônio Chiodini, Professor de Educação Física, vinculado à Secretaria de Educação, de 13/10/2016 até 27/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 outubro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO Nº. 01 AO PROCESSO SELETIVO Nº. 06/2016/SEMED

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL 006/2016

O município de Guaramirim, através da Comissão de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições, publica RETIFICAÇÃO junto ao Edital de Processo Seletivo para Coordenador Pedagógico, Agente Escolar, Agente de serviços gerais, Auxiliar de Creche, Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental, Professor

Intérprete de Libras, Artes e Educação Física, Professor para atuar nas turmas de 6º, 7º e 8º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Geografia, Ciências, Matemática, e Ensino Religioso nas modalidades (Professor III, Professor I-B) – Edital 006/2016, para nele fazer constar que:

NO ITEM 5 DAS INSCRIÇÕES, RETIRA-SE:

Observação 1: Não será aceita a declaração de conclusão de curso.

NO ITEM 5.4.1, ONDE SE LÊ:

g) Certificado de curso de aperfeiçoamento/Atualização, na área da Educação, com reconhecimento no Ministério da Educação – MEC, nos períodos de setembro de 2012 a setembro de 2016, com limite máximo de 300 (trezentas) horas.

LEIA-SE:

g) Certificado de curso de aperfeiçoamento/Atualização, na área da Educação, com reconhecimento no Ministério da Educação – MEC, nos períodos de setembro de 2013 a setembro de 2016, com limite máximo total de 300 (trezentas) horas.

NO ITEM 5.5, ONDE SE LÊ:

5.5 É de total responsabilidade do candidato as informações prestadas no item 5.3.1

LEIA-SE:

5.5 É de total responsabilidade do candidato as informações prestadas no item 5.4.1

Guaramirim (SC), 20 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Simone Dalsoquio

Secretária Municipal de Educação

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1167/2016

PORTARIA Nº 1167/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora Janaina David (Matr. 1042), nascida aos 20/10/1977, ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/A, anexo XI, a partir de 20 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1168/2016

PORTARIA Nº 1168/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 20 de outubro de 2016, da servidora MÁRCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível – 12, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1169/2016

PORTARIA Nº 1169/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARISTELA PEDROSO DOS SANTOS (Matr. 2684), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de março de 2011 e 24 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 20 de outubro de 2016 a 18 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1170/2016

PORTARIA Nº 1170/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 17 de outubro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor ROMANO MARCHIORO (Matr. 17), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível/Referência – 11/J, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171/2016

PORTARIA Nº 1171/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora Maria Carolina Pereira (Matr. 2561), nascida aos 01/10/1982, ocupante do Cargo de

Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 03 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1172/2016

PORTARIA Nº 1172/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora Neide Ribeiro dos Santos (Matr. 95), nascida aos 06/10/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 12/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 12/B, anexo XI, a partir de 06 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1173/2016

PORTARIA Nº 1173/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora Rosangela Durigon Ceroni (Matr. 2559), nascida aos 11/10/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 11 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Ibiam

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO 020/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará Dispensa de licitação, para Locação de Brinquedos para evento em comemoração ao dia das Crianças, CONTRATANTE: Município de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74. CONTRATADO, Espaço Encantado - Jucelia Luiza de Oliveira – CNPJ: 21.943.313/0001-53. Documento Legal: Art.24 da Lei 8666/93. Ibiam, 20 de Outubro de 2016.

Clóvis José Bussato

Prefeito Municipal de Ibiam

PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA Nº 212, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 79, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 – Estatuto do servidor Público do Município;

Considerando que o servidor foi convocado para retornar ao trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de Férias ao servidor LUIZ ALVARO RAMOS, que foi suspensa através da Portaria nº 200, de 14 de setembro de 2016.

Parágrafo único. As férias serão gozadas no período de 17.10.2016 a 05.11.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 213/2016

PORTARIA Nº 213, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA A SRA. SARA ELOISA RINALDI VIECELI PARA O CARGO COMISSONADO DE ASSISTENTE DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 15, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete – Nível CC-1 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. SARA ELOISA RINALDI VIECELI, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE OUTUBRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 214/2016

PORTARIA Nº 214, 18 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Maria Cardoso dos Santos - filha, de conformidade com o atestado médico do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak – CRM-SC 16766.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02(dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 13 a 14.10.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE OUTUBRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 215/2016

PORTARIA Nº 215, 19 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Maria Cardoso dos Santos - filha, de conformidade com o atestado médico da Dra. Kellyn Regina de Oliveira Reineher – CRO 10143.

Art. 2º. O período de afastamento é de 03(três) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 19 a 21.10.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 216/2016

PORTARIA Nº 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

“RECONDUZ AO CARGO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a decisão proferida nos autos nº 0900033-78.2015.8.240071, que determinou a revogação da medida cautelar de afastamento de cargo;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconduzir as funções do cargo de Agente Administrativo, o servidor GELSON LUIZ TREVISOL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE SETEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA 567/2016

PORTARIA Nº 567/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) MARCELA CORREIA, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 10 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 10 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretaria de Administração

PORTARIA 568/2016

PORTARIA Nº 568/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) JOÃO PEDRO PAMPLONA, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 11 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretaria de Administração

PORTARIA 569/2016

PORTARIA Nº 569/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) MARILEY DE ALMEIDA DE SOUZA, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 21 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 21 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 570/2016

PORTARIA Nº 570/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) GABRIEL BERTANI DE CARVALHO E SILVA, do cargo de DENTISTA DO PSF, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 21 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 21 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 571/2016

PORTARIA Nº 571/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) LUCIANA DA SILVA STEIN, do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 21 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 21 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 572/2016

PORTARIA Nº 572/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) SIMONE BACHMANN JOÃO, do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 21 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 21 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 573/2016

PORTARIA Nº 573/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) CECILIA APARECIDA MINUZZI, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 24 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 24 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 574/2016

PORTARIA Nº 574/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) JESSICA TAINÁ BATISTA, do cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 575/2016

PORTARIA Nº 575/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) NATALIA TERESINHA PONCHIROLI, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 576/2016

PORTARIA Nº 576/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) LARISSA HOSTINS, do cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 28 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 28 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 577/2016

PORTARIA Nº 577/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) CIDNEI GONÇALVES, do cargo de SECRETARIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de Outubro de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 578/2016

PORTARIA Nº 578/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) JEDIELSON LESSA, do cargo de SECRETARIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de Outubro de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 579/2016

PORTARIA Nº 579/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) SERGIO JOSE CARDOSO, do cargo de SECRETARIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de Outubro de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 580/2016

PORTARIA Nº 580/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) EMERSON RONEI MASCHIO, do cargo de SECRETARIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de Outubro de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 581/2016

PORTARIA Nº 581/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) TAINARA DE LIZ LEANDRO, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 24 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 24 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 582/2016

PORTARIA Nº 582/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) RICARDO ALEXANDRE DE FREITAS, do cargo de MEDICO CLINICO GERAL, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 31 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA 583/2016

PORTARIA Nº 583/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) NARUANA CAPISTRANO, do cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 24 de Outubro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 24 de Outubro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 107/2016

EDITAL SEAGP Nº 107/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Outubro a 20 de Novembro de 2016, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Gladis Farias Candido
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 107/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Controlador Interno
Anderson Denis Perin

EDITAL SEAGP Nº 108/2016

EDITAL SEAGP Nº 108/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, divulgado através do Edital nº 004/2016, de 05 DE ABRIL DE 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016, de 27 de abril de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Outubro a 20 de Novembro de 2016, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Gladis Farias Candido
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 108/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico(a) de Enfermagem
FABIANA DA SILVA

LEI Nº 4754, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 4.754, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Desafeta bem móvel e autoriza doação à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam desafetados os bens móveis abaixo discriminados:

Quantidade Nº Patrimônio Descrição

08 30.606 a 30.613 Tablet Samsung Galaxy Tab A 8 P355 4G,

08 30.614 a 30.621 Impressora portátil Leopardo A 7

08 30.622 a 30.629 Suporte diversos Kit para Tablet e impressora

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar para a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina os bens móveis especificados no caput do Art. 1º, passando os mesmos a incorporar ao patrimônio do beneficiado.

Art. 3º Os bens móveis foram adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e destinados, exclusivamente, aos serviços da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina no Município de Imbituba.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira Manoel

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/CGM Nº 027, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.

PORTARIA PMI/CGM Nº 027, de 20 de setembro de 2016.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar, destinado a apurar supostas irregularidades na conduta de servidor da Diretoria de Defesa do Consumidor, conforme denúncia protocolada sob nº 21478/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão:

I – Eduardo Cristiano Moraes, matrícula nº 5451, Auditor Fiscal, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá.

II – Rodrigo de Farias Rosa, matrícula nº 7813, Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Administração e Gestão Pública; e

III – Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal,

lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Douglas Germano Bode

Controlador Geral do Município

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 575/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 575, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 6.347, de 17 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. LUIZ PAULO DOS PASSOS, inscrito no CPF sob o n.º 578.695.379-34, Pedreiro, matrícula n.º 291, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 576/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 576, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 6.348, de 17 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. VARMELI GONÇALVES, inscrito

no CPF sob o n.º 292.924.410-00, Pedreiro, matrícula n.º 566, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 577/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 577, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 6.359, de 17 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, inscrito no CPF sob o n.º 416.474.679-34, Agente Administrativo, matrícula n.º 243, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 578/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 578, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.424, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. OSVALDO TORQUATO FERREIRA, brasileiro, Assistente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 029.571.329-15, matrícula n.º 784, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 579/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 579, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.654, de 22 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. MOZAIR FREITAS DA ROSA, brasileiro, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob o n.º 550.587.799-00, matrícula n.º 402, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 580/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 580, de 20 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.727, de 23 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ARLENE DA ROSA SILVEIRA, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 379.162.899-20, matrícula n.º 66, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 140/2016

Edital de Pregão Presencial nº 046/2016-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Contratação de serviços de recape de pneus.

Entrega dos envelopes: 03/11/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 03/11/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 016 AO CONTRATO Nº 211/2011

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO 211/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.094.629/0001-36, com sede na Rua Lages, nº 323, bairro Centro, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jurandir José da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, inscrito no CPF sob nº 084.594.104-63 e Cédula de Identidade nº 1.524.298-SC, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, nº 75, bairro Atiradores, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Resta temporariamente suspenso, no período compreendido entre os dias 01 de setembro de 2015 a 31 de outubro de 2015, os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 211/2011, com fundamento no art. 57, §1º, III da Lei Federal nº 8.666/93, em razão da urgente necessidade da CONTRATANTE, neste momento, priorizar esforços nas medidas para equilibrar as contas do erário do Município.

Parágrafo Primeiro – Fica garantida à CONTRATADA a retomada dos serviços objeto do Contrato nº 211/2011, bem como da retomada da contagem dos prazos de execução e de vigência do

mesmo, assim que restar concluído o período determinado no caput desta cláusula.

Parágrafo Segundo – Caso a CONTRATANTE obtenha êxito em garantir a disponibilidade de recursos financeiros para manter a continuidade do pagamento dos serviços, antes do término do período determinado no caput desta cláusula, poderá determinar à CONTRATADA a retomada dos serviços, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para as providências de mobilização.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 14 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA Jurandir José da Silva Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO 0157/2016. DISPÕE SOBRE A CONVENÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DECRETO Nº 0157/2016, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a convocação da Audiência Pública para apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XL do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, Considerando A Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Considerando A Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº 171, que “Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013”; Considerando A necessidade de apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Ipuaçu-SC,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Audiência Pública, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2016, na Câmara de Vereadores do Município, tendo como pauta central: apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Ipuaçu.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do FIA de Ipuaçu.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu - SC,
em 19 de outubro de 2016
JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

LEI 834/2016. DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 795/2015, QUE DISPÕE S POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL N.º 0834/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

DA NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 795/2015, QUE DISPOE A POLITICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores

Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no artigo 31 da Lei Municipal n. 795, de 09 de abril de 2015, o parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 31

Parágrafo único. O Município deverá promover o repasse mensal de recursos financeiros próprios ao FIA, em valor equivalente a no mínimo 0,10% (zero virgula dez por cento) da receita corrente líquida – RCL, a serem utilizados exclusivamente no custeio de despesas decorrentes das ações voltadas a política de atendimento integral à criança e adolescente.

Art. 2º O artigo 50 da Lei Municipal 795/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. O Conselho Tutelar estará aberto ao público das 07:45 hs às 11:45 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, atuando na forma de sobreaviso no horário das 11:45 hs às 13:00 hs e das 17:00 hs de um dia as 07:45 hs do outro dia.

Art. 3º As matérias previstas nos artigos 1º da presente Lei, produzirão efeitos unicamente a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC,
em 17 de outubro de 2016.
JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

LEI 835/2016. AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE PAISE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE DE IPUAÇU-SC

LEI MUNICIPAL N.º 0835/2016, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE IPUAÇU-SC.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE IPUAÇU-SC pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 06.080.502/0001-56 com sede na Rua Lammer s/n, centro neste município de Ipuaçu, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de contribuição, destinados a auxiliar no custeio de despesas da entidade.

Art. 2º Fica autorizado o empenhamento da despesa prevista no artigo anterior, utilizando-se as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual de 2016, vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,
em 19 de outubro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

PORTARIA 0114/2016. DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR E RESPONDER PELOS ATOS RELATIVOS AO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU

PORTARIA Nº 0114/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR E RESPONDER PELOS ATOS RELATIVOS AO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º. Fica a Servidora Pública Municipal MÔNICA BRISOLA, ocupante do Cargo de Diretora do financeiro, designada para responder pelo Controle Interno do Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 18 de outubro de 2016

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA 0115/2016. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA

PORTARIA Nº 0115/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1o. CONCEDER, licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme laudo médico apresentado no dia 10 de outubro de 2016:

NOME	CARGO	PERÍODO
Mariana Pires	Professor II-40h	10/10/2016 a 07/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de outubro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 18 de outubro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA 0116/2016. DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA SERVIR EM OUTRO ENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PORTARIA Nº 0116/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA SERVIR EM OUTRO ENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação correlata,

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder a Servidora Pública Municipal Elieze Comachio, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira-40 HS, para exercer na Administração Pública de São Domingos- SC, cargo de provimento em comissão de Consultor Técnico, conforme requerimento da servidora e com base no Art. 103 da Lei Municipal n. 11 de 14 de junho de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de outubro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 18 de outubro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA 0117/2016. CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LEONIR PAULO MOTTIN

PORTARIA Nº 0117/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1o. FÉRIAS de 20 (vinte) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
Leonir Paulo Mottin	Almoxarife	01/11/2013 a 31/10/2014	20/10/2016 a 08/11/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC, em 20 de outubro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 07/11/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 07/11/2016. Objeto da licitação: Aquisição do medicamento PAZOPANIBE 400mg (Votrient), em caráter emergencial nos Autos nº 0900037-53.2016.8.24.0242, para o fornecimento a paciente em tratamento de saúde do Município. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 20/10/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: RETIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO -

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2016

VALDIR ZANELLA, PREFEITO MUNICIPAL, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, a retificação efetuada no Edital de Credenciamento sobredito, referente os itens 4.5.3, 4.4.3, 4.4.4, 4.4.5 e 5.5 do anexo I. Item 4.5.3 passará a ter a seguinte redação: ITEM 4.5.3 - O valor da tarifa fixada no presente credenciamento será reajustada anualmente, no mês de janeiro, até o limite da variação do Índice Geral de Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que vier a substituí-lo, ou ainda, de acordo com a legislação em vigor, verificado no ano anterior, mediante decreto do chefe do poder executivo. Correções nos itens 4.4.3, 4.4.4 e 5.5 do anexo I que passarão a ter a seguinte redação: ITEM 4.4.3 - O valor do cheque acolhido pela CONTRATADA, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do CONTRATANTE mantida na Cooperativa, devendo o referido cheque ser encaminhado ao Contratante, capeado pelo respectivo aviso de débito. ITEM 4.4.4 - Caso o CONTRATANTE não possua conta corrente na Cooperativa, o valor do cheque não honrado será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado, obedecendo os mesmos procedimentos previstos no Parágrafo anterior. ITEM 5.5 - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação no 1º (primeiro) dia útil após a data do recebimento. E Supressão do item 4.4.5 - que passará a ter a seguinte redação: ITEM 4.4.5- A CONTRATADA se reserva no direito de somente aceitar cheques de emissão do próprio sacado no documento de (arrecadação ou cobrança), dados em quitação dos (boletos ou documentos de cobrança), se estes cheques forem emitidos por associados da contratada, todos os itens acima citados, referente o anexo I. Mantendo-se a mesma data de inscrições para Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços de recebimento de documentos de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais, adequadas ao padrão da FEBRABAN e tratamento, na forma prevista no termo de referência constante no Anexo I do presente edital. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-3429, ou (0XX49) 3438-3422 ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br ou no Site do Município www.ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim-SC, em 20 de outubro de 2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 13/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL 05/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2015, Pregão Presencial nº 05/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Simone Colxa Novelli - representante da empresa MC Surgical Produtos Medico Hopsitulares; Sr. Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sr. Andre Trzcinski - representante da empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Cristiano Stadler Antunes - representante da empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Justo Goya Dornelles Junior - representante da empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, Sr. Juliano de Lacerda representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Jayson Silveira de Moura - representante da empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi - representante da empresa Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Eirelli; Sr. Fabio Emanuel Rebonatto - representante da empresa A.G Kienen & Cia Ltda; e Sr. Luiz Fernando Gomes- representante da empresa Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda. A empresa L.M. Farma Industria e Comércio Ltda encaminhou seus envelopes através da empresa Brasileira de Correios e Telegrafos pelo Sedex DN677421814BR. A empresa Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda encaminhou seus envelopes através da transportadora Multitrans nota fiscal nº 000.001. A empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda encaminhou seus envelopes através da empresa Brasileira de Correios e Telegrafos pelo Sedex DN674501178BR. A empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda encaminhou seus envelopes através da empresa Brasileira de Correios e Telegrafos pelo Sedex DN673000303BR. A empresa 1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos Ltda encaminhou através da empresa Expresso São Miguel CTE nº 66963. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Onde a empresa L.M. Farma Industria e Comércio Ltda não atendeu o item 5 subitem 5.1 alínea "b" do edital, sendo assim desclassificada. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas MC Surgical Produtos Medico Hopsitulares; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Eirelli; A.G Kienen & Cia Ltda; e Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda solicitou desclassificação do item 119 - hidróxido de alumínio, por apresentar desacordo na proposta. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2015, Pregão Presencial nº 05/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Simone Colxa Novelli - representante da empresa MC Surgical Produtos Medico Hopsitulares; Sr. Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sr. Andre Trzcinski - representante da empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Cristiano Stadler Antunes - representante da empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Justo Goya Dornelles Junior - representante da empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, Sr. Juliano de Lacerda representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Jayson Silveira de Moura - representante da empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi - representante da empresa Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Eirelli; Sr. Fabio Emanuel Rebonatto - representante da empresa A.G Kienen & Cia Ltda; e Sr. Luiz Fernando Gomes- representante da empresa Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas MC Surgical Produtos Medico Hopsitulares; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Eirelli; A.G Kienen & Cia Ltda; e Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
009	Comprimido	Ácido nalidíxico 500 mg	3.000	SANOFI	1,26	3.780,00
068	Comprimido	Cloridrato de metilfenidato 10 mg	1.000	NOVARTIS	0,93	930,00
171	Frasco	Povidine tópico 1 lt	100	VICPHARMA	11,50	1.150,00
TOTAL R\$						5.860,00

A G Kienen & Cia Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Preço Unitário R\$	Valor total R\$
021	Comprimido	Antietanol 250 mg	5.000	SANOFI	0,31	1.550,00
024	Frasco	Azitromicina pó para suspensão oral 40 mg 22,5 ml	5.000	PHARLAB	2,74	13.700,00
026	Frasco	Beclometasona spray 250mcg	200	CHIESI	46,00	9.200,00
027	Ampola	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 1.200.000UI	1.000	TEUTO	6,40	6.400,00
031	Ampola	Brometo N-butilescopolamina solução injetável	1.000	HIPOLABOR	0,88	880,00
039	Comprimido	Carvão vegetal ativado 250mg	500	UNIÃO QUIMICA	0,75	375,00
048	Ampola	Cetoprofeno solução injetável 100 mg 2ml	3.000	UNIÃO QUIMICA	1,49	4.470,00
051	Comprimido	Clobazam 20 mg	5.000	SANOFI	0,72	3.600,00
059	Comprimido	Cloridrato de clomipramina 25 mg	5.000	GERMED	0,66	3.300,00
060	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 100 mg	15.000	UNIÃO QUIMICA	0,19	2.850,00
063	Ampola	Cloridrato de lidocaína solução injetável com vasoconstritor 20 ml	100	HYPOFARMA	3,03	303,00
081	Ampola	Decanoato de haloperidol solução injetável 5 mg 1ml	50	UNIÃO QUIMICA	8,58	429,00
082	Frasco	Dexametasona colírio 0,1% 5ml	500	UNIÃO QUIMICA	4,30	2.150,00
088	Comprimido	Dicloridrato de betaistina 25 mg	10.000	EUROFARMA	0,28	2.800,00
098	Cartela	Estrogênios conjugados 0,3 mg com 28 cápsulas	100	WYETH	17,65	1.765,00
100	Cartela	Etinilestradiol + gestodeno 0,015 mg + 0,060 mg com 24 capsulas	120	SANDOZ	13,44	1.612,80
106	Frasco	Fenobarbital solução oral 40 mg/ml 20 ml	200	SANVAL	2,20	440,00
115	Supositório	Glicerol 72 mg	50	GRANADO	0,98	49,0
117	Comprimido	Haloperidol 5 mg	25.000	UNIÃO QUIMICA	0,09	2.250,00
124	Frasco	Insulina glargina lantus 100 UI/ 10 ml	150	SANOFI	285,00	42.750,00
130	Comprimido	Levodopa + benserazida 100/25 mg	2.000	ROCHE	1,14	2.280,00
132	Comprimido	Levofloxacino 500 mg	5.000	EMS	0,74	3.700,00
187	Ampola	Succinato de hidrocortisone injetável 500 mg 4 ml	1.000	TEUTO	5,84	5.840,00
191	Frasco	Sulfato de gentamicina colírio 5 mg 5 ml	500	ALLERGAN	7,04	3.520,00
TOTAL R\$						116.213,80

Altered Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
003	Tubo	Acetonido de triancinolona em orabase 1 mg 10 gr	200	PRATI DONADUZZI	3,93	786,00
028	Ampola	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI	1.000	TEUTO	2,20	2.200,00
040	Comprimido	Carvedilol 25 mg	12.000	TORRENT	0,15	1.800,00
078	Comprimido	Cloridrato de tramadol 50 mg	20.000	HIPOLABOR	0,10	2.000,00
107	Cápsula	Fluconazol 100 mg	2.000	CRISTALIA	0,751	1.502,00
131	Comprimido	Levodopa + carbidopa 250/25 mg	2.000	TEUTO	0,195	390,00
150	Comprimido	Naproxeno 500 mg	10.000	UNIÃO QUIMICA	0,282	2.820,00
163	Comprimido	Oxalato de escitalopram 10 mg	10.000	TORRENT	0,269	2.690,00
167	Unidade	Pasta d'água (F.N.)	300	SANTA TEREZINHA	2,19	657,00
168	Comprimido	Permanganato de potássio 100 mg	3.000	FARMAX AMARAL	0,063	189,00
170	Frasco	Povidine degermante 1 lt	100	VIC PHARMA	12,60	1.260,00
186	Frasco/Bolsa	Soro ringer com lactato 500 ml	100	SEGMENTA EUROFAR-MA	2,947	294,70
195	Comprimido	Valproato de sódio 500 mg	30.000	TORRENT	0,492	14.760,00
TOTAL R\$						31.348,70

Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda – EPP

Item	Unidade	Quant	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
90	Comprimido	2000	Dimeticona 40 mg	BELFAR	0,058	116,00

Total R\$ 116,00						

Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
029	Comprimido	Besilato de anlodipino 5 mg	50.000	GEOLAB	0,019	950,00
055	Comprimido	Cloridrato de amiodarona 200 mg	15.000	GEOLAB	0,22	3.300,00
065	Comprimido	Cloridrato de loperamina 2 mg	10.000	GLOBO	0,075	750,0
067	Comprimido	Cloridrato de metformina 850 mg	50.000	MERCK	0,047	2.350,00
085	Ampola	Dexametasona injetável 4 mg 1ml	2.000	TEUTO	0,77	1.540,00
133	Comprimido	Levotiroxina sódica 100 mg	20.000	MERCK	0,089	1.780,00
134	Comprimido	Levotiroxina sódica 25 mg	30.000	MERCK	0,089	2.670,00
141	Comprimido	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg	20.000	GEOLAB	0,049	980,00
TOTAL R\$						14.320,00

Angeomed Comercio de Produtos Médico Hospitalar Eireli EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
010	Ampola	Água bidestilada 5 ml	500	SAMTEC	0,182	91,00
025	Frasco	Beclometasona cápsula/inalante 400mcg c/60 doses	200	NOVARTIS	33,04	6.608,00
034	Frasco	Carbamazepina 20 mg 100ml xarope	200	MEDLEY	3,799	759,80
041	Comprimido	Carvedilol 6,25 mg	100.000	EMS	0,11	11.000,00
042	Cápsula	Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina 500 mg	30.000	RAMBAXY	0,252	7.560,00
050	Comprimido	Claritromicina 500 mg	10.000	EMS	2,29	22.900,00
064	Ampola	Cloridrato de lidocaína solução injetável sem vasoconstritor 20 ml	100	HIPOLABOR	2,10	210,00
069	Comprimido	Cloridrato de metoclopramida 10 mg	30.000	HIPOLABOR	0,052	1.560,00
071	Frasco	Cloridrato de metoclopramida solução oral 4 mg 10 ml	2.000	MARIOL	0,469	938,00
087	Tubo	Diclofenaco emulgel 60 gr	100	EMS	2,716	271,60
112	Comprimido	Furosemida 40 mg	40.000	HIPOLABOR	0,028	1.120,00
128	Comprimido	Lacto purga 5 mg	1.000	SOBRAL	0,184	184,00
145	Comprimido	Mesilato de doxazosina 2 mg	5.000	EMS	0,099	495,00
197	Comprimido	Varfarina sódica 5 mg	10.000	TEUTO	0,093	930,00
TOTAL R\$						54.627,40

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
015	Comprimido	Alopurinol 100 mg	20.000	SANVAL	0,035	700,00
030	Frasco	Brometo de ipratrópio solução inalante 0,25 mg/ml 20ml	3.000	TEUTO	0,569	1.707,00
037	Comprimido	Carbonato de cálcio 1250 mg (equivalente 550 mg Ca++)	5.000	VITAMED	0,049	245,00
047	Frasco	Cetoconazol xampu 2% 100 ml	1.000	NATIVITA	3,74	3.740,00
054	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30 ml	1.000	MARIOL	0,45	450,00
089	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	25.000	PHARLAB	0,031	775,00
097	Frasco	Estearato de eritromicina suspensão oral 50 mg 60 ml	2.000	PRATI D.	4,39	8.780,00
105	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	10.000	TEUTO	0,086	860,00
109	Comprimido	Fosfato de codeína 30 mg	30.000	CRISTALIA	0,91	27.300,00
114	Comprimido	Glibenclamida 5 mg	50.000	MEDQUIMICA	0,02	1.000,00
181	Frasco/Bolsa	Soro fisiológico 250 ml	1.000	BASA	2,00	2.000,00
TOTAL R\$						47.557,00

Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
101	Cartela	Etinilestradiol + levonogestrel 0,02 mg + 0,10 mg com 21 drágeas	100	BAYER	11,34	1.134,00
194	Cartela	Triquilar com 21 drágeas	1.000	BAYER	5,67	5.670,00
TOTAL R\$						6.804,00

Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
006	Comprimido	Ácido acetil salicílico 100 mg	50.000	IMEC	0,018	900,00
046	Ampola	Celestone soluspan injetável 3mg 1ml	200	UNIÃO QUIMICA	5,40	1.080,00
057	Comprimido	Cloridrato de biperideno 2 mg	20.000	CRISTALIA	0,194	3.880,00
074	Ampola	Cloridrato de prometazina solução injetável 25 mg 2 ml	2.000	HIPOLABOR	1,30	2.600,00
077	Comprimido	Cloridrato de sertralina 50 mg	100.000	AUROBINDO	0,12	12.000,00
120	Comprimido	Hioscina composta	20.000	PHARLAB	0,239	4.780,00
137	Frasco	Loratadina xarope 1mg/ml 100 ml	2.000	MARIOL	1,67	3.340,00
148	Comprimido	Metronidazol 400 mg	10.000	EMS	0,38	3.800,00
160	Comprimido	Norfloxacino 400 mg	10.000	MEDQUIMICA	0,14	1.400,00
188	Bisnaga	Sulfadiazina de prata pasta 1% 50 gr	1.000	NATIVITA	3,50	3.500,00
196	Frasco	Valproato de sódio solução oral 50 mg 100 ml	2.000	HIPOLABOR	1,90	3.800,00
TOTAL R\$						41.080,00

Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Ampola	Acetato de medroxiprogesterona solução injetável 150 mg 1 ml	500	U.QUIMICA	7,55	3.775,00
014	Comprimido	Alendronato de sódio 70 mg	2.000	DELTA	0,29	580,00
038	Comprimido	Carbonato de lítio 300 mg	20.000	HIPOLABOR	0,13	2.600,00
072	Cápsula	Cloridrato de nortriptilina 50 mg	5.000	RANBAXY	0,29	1.450,00
091	Ampola	Dipirona sódica + brometo de n-butilescopolamina solução injetável 5 ml	1.000	TEUTO	1,45	1.450,00
102	Cartela	Etinilestradiol + levonogestrel 0,03 mg + 0,15 mg com 21 drágeas	3.200	MABRA	0,45	1440,00
104	Comprimido	Fenitoína sódica 100 mg	10.000	CAZI	0,239	2.390,00
140	Frasco	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg xarope 120 ml	2.000	NATULAB	0,85	1.700,00
146	Comprimido	Metildopa 250 mg	10.000	LABORIS	0,102	1.020,00
154	Bisnaga	Nitrato de miconazol creme dermatológico 2% 60 gr	3.000	PRATI	1,65	4.950,00
159	Cartela	Noretisterona 0,35 mg com 35 cpr	430	BIOLAB	5,60	2.408,00
165	Comprimido	Paracetamol 500 mg	100.000	PRATI	0,039	3.900,00
166	Frasco	Paracetamol solução oral 200 mg 15 ml	3.000	NATULAB	0,498	1.494,00
TOTAL R\$						29.157,00

Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
049	Comprimido	Citalopram 20 mg	40.000	ZYDUS	0,139	5.560,00
073	Comprimido	Cloridrato de paroxetina 20 mg	40.000	ZYDUS	0,139	5.560,00
095	Ampola	Enantato de noretisterona 50 mg + valerato de estradiol 5 mg	1.000	MABRA	5,75	5.750,00
113	Ampola	Furosemida solução injetável 10 mg 2 ml	100	SANTISA	0,42	42,00
136	Comprimido	Loratadina 10 mg	10.000	GEOLAB	0,041	410,00
143	Frasco	Maleato de timolol colírio 0,25% 5 ml	500	BIOSINTETICA	2,89	1.445,00
TOTAL R\$						18.767,00

MC Surgical Produtos Medico Hospitalares Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
175	Tubo	Purilon gel 25 gr	150	COLOPLAST	42,00	6.300,00
TOTAL R\$						6.300,00

Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
174	Frasco	Protetor solar fator 30 frasco 120 ml	30	Bio Inove	5,98	179,40
TOTAL R\$						179,40

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
004	Comprimido	Aciclovir 200 mg	5.000	PRATI, DONADUZZI	0,085	425,00
005	Bisnaga	Aciclovir pomada 10 gr	300	PRATI, DONADUZZI	1,60	480,00
012	Frasco	Albendazol suspensão 40 mg/ml 10 ml	3.000	PRATI, DONADUZZI	0,80	2.400,00
019	Frasco	Amoxicilina pó para suspensão 50 mg 150 ml	3.000	PRATI, DONADUZZI	3,40	10.200,00
020	Cápsula	Ampicilina 500 mg	3.000	PRATI, DONADUZZI	0,125	375,00
022	Comprimido	Atenolol 50 mg	80.000	PRATI, DONADUZZI	0,028	2.240,00
023	Comprimido	Azitromicina 500 mg	4.000	PRATI, DONADUZZI	0,35	1.400,00
032	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg 20 ml	1.000	PRATI, DONADUZZI	1,70	1.700,00
052	Frasco	Clonazepam 2,5 mg 20 ml	5.000	PRATI, DONADUZZI	1,45	7.250,00
058	Comprimido	Cloridrato de ciprofloxacina 500 mg	50.000	PRATI, DONADUZZI	0,125	6.250,00
066	Comprimido	Cloridrato de metformina 500 mg	30.000	PRATI, DONADUZZI	0,045	1.350,00
075	Comprimido	Cloridrato de propranolol 40 mg	50.000	PRATI, DONADUZZI	0,012	600,00
092	Comprimido	Dipirona sódica 500 mg	50.000	PRATI, DONADUZZI	0,059	2.950,00
108	Cápsula	Fluconazol 150 mg	5.000	PRATI, DONADUZZI	0,165	825,00
110	Frasco	Fosfato sódico de prednisolona solução oral 1,34 mg/ml 100 ml	500	PRATI, DONADUZZI	3,65	1.825,00
111	Frasco	Fosfato sódico de prednisolona solução oral 4,02 mg/ml 100 ml	1.000	PRATI, DONADUZZI	4,95	4.950,00
138	Comprimido	Losartana potássica 50 mg	150.000	PRATI, DONADUZZI	0,03	4.500,00
147	Comprimido	Metronidazol 250 mg	10.000	PRATI, DONADUZZI	0,06	600,00
153	Frasco	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml 50 ml	500	PRATI, DONADUZZI	1,65	825,00
155	Bisnaga	Nitrato de miconazol creme vaginal 2% 60 gr	1.000	PRATI, DONADUZZI	3,90	3.900,00
172	Comprimido	Prednisona 20 mg	10.000	PRATI, DONADUZZI	0,10	1.000,00
173	Comprimido	Prednisona 5 mg	10.000	PRATI, DONADUZZI	0,06	600,00
177	Comprimido	Secnidazol 1000 mg	1.000	PRATI, DONADUZZI	0,38	380,00
192	Comprimido	Sulfato ferroso 40 mg Fe++	30.000	PRATI, DONADUZZI	0,025	750,00
		TOTAL R\$				57.775,00

Promefarma Representações Comerciais Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
002	Frasco	Acetato de retinol + colecalciferol solução oral 50.000 UI/ml + 10.0000 UI/ml 10 ml	1.000	NATULAB	3,44	3.440,00
007	Comprimido	Ácido fólico 5 mg	30.000	NATULAB	0,032	960,00
016	Comprimido	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg	30.000	SANDOZ	0,71	21.300,00
017	Frasco	Amoxicilina + clavulanato de potássio suspensão oral 50/12,5 mg 75 ml	3.000	SANDOZ	8,89	26.670,00
018	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	50.000	PRATI	0,104	5.200,00
033	Comprimido	Captopril 25 mg	100.000	TEUTO	0,013	1.300,00
035	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	50.000	TEUTO	0,074	3.700,00
036	Comprimido	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500 mg CaCO3 + 400UI	10.000	NATULAB	0,209	2.090,00
043	Frasco	Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina suspensão oral 50 mg/ml 60 ml	3.000	HYPERMARCAS	5,34	16.020,00
062	Tubo	Cloridrato de lidocaina gel 2% 30 gr	200	HYPERMARCAS	1,42	284,00
076	Comprimido	Cloridrato de ranitidina 150 mg	30.000	MEDQUIMICA	0,065	1.950,00
080	Ampola	Complexo B solução injetável 2 ml	1.000	HYPOFARMA	0,699	699,00
083	Tubo	Dexametasona creme 0,1% 10 gr	3.000	MULTILAB	0,54	1.620,00
096	Comprimido	Espironolactona 25 mg	25.000	ASPEN	0,094	2.350,00
116	Frasco	Guaco (mikania glomerata spreng) solução oral 100 ml	2.000	NATULAB	1,68	3.360,00
118	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg	100.000	TEUTO	0,014	1.400,00
121	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	100.000	TEUTO	0,058	5.800,00
122	Frasco	Ibuprofeno gotas 20 mg 100 ml	3.000	NATULAB	2,78	8.340,00
123	Frasco	Ibuprofeno gotas 50mg/ml 30 ml	4.000	NATULAB	0,88	3.520,00
125	Caixa	Isoflavona 150 mg com 60 comprimidos	80	VITAMED	16,70	1.336,00
129	Frasco	Lactulose 667 mg/ml 120 ml	2.000	NATURELIFE	6,25	12.500,00
135	Comprimido	Levotiroxina sódica 50 mg	30.000	MERCK	0,094	2.820,00
139	Frasco	Lubrificante oftalmológico 10 ml	50	LATINOFARMA	11,06	553,00
142	Comprimido	Maleato de enalapril 10 mg	100.000	MEDQUIMICA	0,034	3.400,00
144	Frasco	Mebendazol suspensão oral 20 mg 30 ml	2.000	NATULAB	0,77	1.540,00
149	Bisnaga	Metronidazol gel vaginal 10% 50 mg 40 gr	1.000	TEUTO	2,00	2.000,00
151	Comprimido	Nimesulida 100 mg	50.000	VITAPAN	0,048	2.400,00
157	Bisnaga	Nitrato de miconazol loção 2% 30 gr	1.000	HYPERMARCAS	3,55	3.550,00

161	Comprimido	Omeprazol 20 mg	100.000	TEUTO	0,035	3.500,00
169	Frasco	Permetrina loção 5% - 60 ml	1.000	MULTILAB	2,19	2.190,00
176	Envelope	Sais para reidratação pó para solução oral 27,9 gr	3.000	NATULAB	0,369	1.107,00
178	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	30.000	SANDOZ	0,048	1.440,00
179	Frasco	Solução antisséptica para lente 120 ml	100	TEUTO	31,70	3.170,00
180	Frasco	Soro fisiológico 100 ml	2.000	HALEX ISTAR	1,79	3.580,00
193	Frasco	Sulfato ferroso solução oral 25mg/ml 20 ml	1.000	NATULAB	0,59	590,00
		TOTAL R\$				155.679,00

Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
044	Ampola	Ceftriaxona pó para suspensão injetável 1g	2.000	TEUTO	3,58	7.160,00
079	Comprimido	Cloridrato de verapamil 80 mg	10.000	TEUTO	0,051	510,00
084	Frasco	Dexametasona elixir 0,1 mg 100 ml	3.000	SOBRAL	1,12	3.360,00
093	Frasco	Dipirona sódica gotas 500 mg - 10 ml	2.000	FARMACE	0,49	980,00
127	Comprimido	Ivermectina 6 mg	1.000	VITAPAN	0,294	294,00
152	Frasco	Nimesulida solução 50 mg 15ml	1.000	VITAPAN	0,83	830,00
158	Cápsula	Nitrofurantoína 100 mg	5.000	TEUTO	0,14	700,00
182	Frasco/Bolsa	Soro fisiológico 500 ml	1.000	BASA	2,38	2.380,00
183	Frasco/Bolsa	Soro glicofisiológico 500 ml	500	BASA	2.629	1314,50
184	Frasco/Bolsa	Soro glicosado 250 ml	500	BASA	2,249	1.124,50
185	Frasco/Bolsa	Soro glicosado 500 ml	500	BASA	2,527	1.263,50
189	Comprimido	Sulfametoxazol + trimetropina 400 mg + 80 mg	10.000	TEUTO	0,064	640,00
190	Frasco	Sulfametoxazol + trimetropina suspensão oral 40 mg + 8 mg 50 ml	1.000	TEUTO	0,704	704,00
		TOTAL R\$				21.260,50

Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
056	Comprimido	Cloridrato de amitriptilina 25 mg	130.000	TEUTO	0,035	4.550,00
061	Comprimido	Cloridrato de fluoxetina 20 mg	100.000	TEUTO	0,044	4.400,00
070	Ampola	Cloridrato de metoclopramida solução injetável 5 mg 2 ml	2.000	ISOFARMA	0,256	512,00
086	Comprimido	Diazepam 5 mg	100.000	UNIÃO QUIMICA	0,034	3.400,00
094	Ampola	Dipirona solução injetável 500 mg 2 ml	3.000	TEUTO	0,387	1.161,00
162	Comprimido	Ondasetrona 4 mg	10.000	BIOLAB	2,02	20.200,00
164	Comprimido	Oxcarbazepina 600 mg	20.000	UNIÃO QUIMICA	0,614	12.280,00
		TOTAL R\$				46.503,00

Irineópolis, 20 de outubro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 14/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Medico Hospitalar; Sr. Renato Cardoso - representante da empresa Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Sr. Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a

análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar; Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Olimed Material Hospitalar Ltda; e Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda- seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda solicitou desclassificação do item 19 - alcool gel 70% com 1000ml, por não possuir autorização da Anvisa, para venda de Saneantes. A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação do item 77 esparadrapo 10x45 por estar com preço inexequível. A empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação do item 181 por não atender ao edital. A empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli solicitou desclassificação do item 24 por estar com preço inexequível. A sessão encerrou as 11:30h com retorno as 13:00h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Medico Hospitalar; Sr. Renato Cardoso - representante da empresa Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Sr. Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar; Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Olimed Material Hospitalar Ltda; e Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
002	Unidade	Abocath nº 14 com dispositivo de segurança	500	LABORIMPORT	1,50	750,00
010	Unidade	Agulha descartável 13X3 para insulina	12.000	SR	0,067	804,00
018	Frasco	Alcool 70 % com 1000 ml	100	DA ILHA	3,918	391,80
019	Frasco	Alcool gel 70% com 1000 ml	100	VIC PHARMA	7,436	713,60
020	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	200	MELHORMED	8,85	1.770,00
021	Unidade	Almotolia plástica escura reta 500 ml	50	J PROLAB	2,474	123,70
023	Unidade	Almotolia plástica transparente reta 500 ml	50	J PROLAB	2,474	123,70
024	Unidade	Andador articulado em alumínio 702/704	02	AG	96,22	192,44
034	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho P	10	MARIMAR	2,062	20,62
036	Unidade	Bandeja inox retangular 42X30X4	02	FAMI - LUMINOX	105,842	211,68
039	Unidade	Bolsa para colostomia 19X64mm transparente	300	OSTOPLAST	3,574	1.072,20
040	Unidade	Cabo de bisturi 15	10	ABC	5,086	50,86
041	Unidade	Cabo de bisturi 23	10	ABC	5,086	50,86
045	Unidade	Caixa para esterilização 18X08X03 em aço inox canto arredondados	05	FAMI - LUMINOX	30,241	151,21
054	Unidade	Colar cervical 4X1 em PVC	04	RESGATE SP	44,674	178,70
062	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros com 10 unidades	50	EMBALAIRE	27,20	1.360,00
063	Unidade	Coletor urinário de perna 750 ml	80	MEDSONDA	7,56	604,80
064	Unidade	Comadre em inox 2,5 lt	02	FAMI - LUMINOX	109,966	219,93
067	Unidade	Cuba rim inox 26X12 cm	03	FAMI - LUMINOX	29,553	88,66
068	Unidade	Detector fetal digital de mesa, garantia mínima de 01 ano	02	MD	618,557	1.237,11
074	Unidade	Escova cervical	3.000	KOLPLAST	0,158	474,00
078	Pacote	Espátula de Ayres de madeira com 100 unidades	50	THEOTO	5,086	254,30
079	Unidade	Espéculo vaginal descartável médio	1.000	CRAL	0,756	756,00
080	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	1.000	CRAL	0,756	756,00
084	Caixa	Fio de sutura 3.0 nylon com 24 unidades	20	LAMEDID SOLIDOR PROC	25,45	509,00
089	Rolo	Fita adesiva microporosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	100	MISSNER	1,70	170,00
104	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 22 com 100 unidades	05	MAXICOR	18,84	94,20
122	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório adulto	50	MD	10,309	515,45
124	Unidade	Máscara para nebulização adulta	30	NEVONI	3,024	90,72
125	Unidade	Máscara para nebulização infantil	30	NEVONI	3,024	90,72
126	Par	Muleta axilar em alumínio com regulagem de altura tamanho médio	02	CARCI	41,237	82,47
134	Unidade	Pêra de borracha para ECG (adulto)	24	MISSOURI	2,199	52,78
135	Unidade	Pinça anatômica dente de rato reta 12 cm	10	ABC	10,20	102,00

140	Unidade	Pinça kelly reta 12 cm	10	ABC	22,406	224,06
141	Unidade	Pinça mixer baby 14 cm	06	ABC	42,70	256,20
143	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	300	ADLIN	0,412	123,60
145	Unidade	Reanimador manual adulto com máscara	02	MD	137,457	274,91
146	Unidade	Reanimador manual neonatal com máscara e reservatório	01	MD	137,457	137,46
147	Unidade	Reanimador manual pediátrico com máscara e reservatório	02	MD	136,90	273,80
149	Galão	Sabonete líquido perfumado 05 litros	10	COSMODERMA	19,244	192,44
150	Unidade	Saboneteira 800 ml	10	PREMISSE	16,22	162,20
151	Unidade	Saco coletor de urina descartável 2000 ml	300	MARKMED	0,344	103,20
153	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 200 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	JUREMA	52,234	522,34
158	Pacote	Saco para lixo preto 50 litros com 100 unidades	50	SACOPLAST	17,90	895,00
166	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	3.000	SR	0,199	597,00
167	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	1.000	SR	0,289	289,00
187	Unidade	Sonda retal nº 24	30	CPL	1,058	31,74
188	Unidade	Sonda retal nº 26	30	CPL	1,168	35,04
190	Unidade	Sonda uretral nº 06	300	BIOSANI	0,399	119,70
200	Pacote	Tala de alumínio de dedo com 12 unidades	02	POLAR FIX	3,918	7,84
206	Unidade	Tesoura mayo reta 12 cm	06	CASSIFLEX	11,271	67,63
207	Unidade	Tesoura metzbaum curva 12 cm	06	ABC	22,68	136,08
208	Unidade	Tesoura metzbaum reta 12 cm	06	ABC	22,68	136,08
210	Unidade	Tirante aranha adulto	02	FIBRA RESGATE	37,113	74,23
		TOTAL R\$				18.753,06

Cointer Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
092	Unidade	Fita para glicemia aparelho Optium	28.000	ABBOTT	1,00	28.000,00
		TOTAL R\$				28.000,00

Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
008	Unidade	Adaptador para frasco de soro 1,5mm	500	TKL	0,71	355,00
009	Frasco	Água oxigenada 1000 ml	20	RIOQUIMICA	2,63	52,60
022	Unidade	Almotolia plástica transparente 100 ml	200	J PROLAB	1,51	302,00
025	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, extensão e máscara, 220V	10	DARU	111,00	1.110,00
027	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX08cm – pacote com 12 unidades	500	TEXCARE	2,84	1.420,00
030	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX15cm – pacote com 12 unidades	500	TEXCARE	5,32	2.660,00
038	Unidade	Bolsa mochila Samu medicamentos 717 verde fibra resgate	01	FIBRA	151,00	151,00
059	Unidade	Colchão hospitalar 500X500 44 kg	02	ORTOBOM	285,00	570,00
060	Unidade	Colchão piramidal 833X625 68 kg	02	BIOFLORENSE	49,50	99,00
061	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros com 10 unidades	50	EMBALAIRE	22,90	1.145,00
069	Unidade	Dispositivo para incontinência urinária com preservativo	200	BIOSANI	0,77	154,00
073	Unidade	Escada 02 degraus em aço 40X34X40 cm	02	OLIMEDIC	53,80	107,60
085	Caixa	Fio de sutura 4.0 nylon com 24 um	20	PROCARE	25,45	509,00
090	Rolo	Fita adesiva microporosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	100	CRAL	3,26	326,00
096	Rolo	Gaze 91mmX91mt 13 fios	100	GAZETEX	19,979	1.997,90
097	Galão	Gel para Ecg com 05 litros	10	CAITHEC	15,05	150,50
099	Unidade	Incentivador respiratório	02	NCS	39,71	79,42
102	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	30	ADLIN	2,66	79,80
103	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 15 com 100 unidades	05	ADVANTIVE	18,86	94,30
120	Unidade	Manômetro para oxigênio	02	UNITEC	177,66	355,32
121	Unidade	Manta térmica aluminizada 2,10X1,40	50	RSP	5,44	272,00
123	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório infantil	20	MD	10,30	206,00
127	Par	Muleta canadense fixa 312X500	02	ALO	28,87	57,74
132	Rolo	Papel kraft 60 cm largura com 15 kg	20	KRAFT	43,50	870,00
133	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	500	DAMASPEL	5,24	2.620,00
136	Unidade	Pinça anatômica reta 12 cm	10	ABC	9,04	90,40

137	Unidade	Pinça cheron descartável 15 cm	20	ADLIN	0,93	18,60
139	Unidade	Pinça kelly curva 12 cm	06	ABC	22,40	134,40
142	Unidade	Porta agulha mayo hegar 12 cm	10	ABC	20,60	206,00
144	Unidade	Preservativo masculino em látex não lubrificado	500	MADEITEX	0,23	115,00
148	Unidade	Refil sabonete bico de silicone 800 ml	50	RICIE	9,42	471,00
152	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	JUREMA	37,56	375,60
154	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 40 litros com tarja de identificação c/ 100 un	80	JUREMA	16,18	1.294,40
155	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação c/ 100 un	40	JUREMA	21,78	871,20
170	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 04	100	BIOSANI	0,41	41,00
171	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	200	BIOSANI	0,41	82,00
172	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	500	BIOSANI	0,43	215,00
173	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 10	300	BIOSANI	0,45	135,00
174	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 12	300	BIOSANI	0,47	141,00
175	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 14	200	BIOSANI	0,48	96,00
176	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 16	100	BIOSANI	0,49	49,00
182	Unidade	Sonda nasogástrica nº 06 longa	200	BIOSANI	0,54	108,00
183	Unidade	Sonda nasogástrica nº 10 longa	100	BIOSANI	0,66	66,00
184	Unidade	Sonda nasogástrica nº 12 longa	100	BIOSANI	0,67	67,00
185	Unidade	Sonda nasogástrica nº 14 longa	100	BIOSANI	0,69	69,00
186	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16 longa	100	BIOSANI	0,85	85,00
191	Unidade	Sonda uretral nº 08	1.000	BIOSANI	0,42	420,00
192	Unidade	Sonda uretral nº 10	300	BIOSANI	0,43	129,00
193	Unidade	Sonda uretral nº 12	1.000	BIOSANI	0,43	430,00
194	Unidade	Sonda uretral nº 14	200	BIOSANI	0,45	90,00
195	Unidade	Sonda uretral nº 16	200	BIOSANI	0,49	98,00
196	Unidade	Sonda uretral nº 18	200	BIOSANI	0,55	110,00
197	Caixa	Stopper com 500 unidades	10	CIEX	9,66	96,60
198	Unidade	Suporte para lâmpada infravermelha de mesa refletor móvel+ lâmpada 220W	01	VAGALUMY	150,00	150,00
199	Unidade	Suporte para papel toalha	10	DISPENSER	24,21	242,10
201	Unidade	Tala de papelão G	50	FIBRA	1,50	75,00
202	Unidade	Tala de papelão M	30	FIBRA	1,15	34,50
203	Unidade	Tala de papelão P	50	FIBRA	0,70	35,00
204	Unidade	Termômetro clínico digital	40	MD	5,70	228,00
211	Par	Tornozela/caneleira 01 kg	02	ARKTUS	28,35	56,70
212	Par	Tornozela/caneleira 02 kg	02	ARKTUS	34,35	68,70
213	Par	Tornozela/caneleira 03 kg	02	ARKTUS	44,85	89,70
214	Par	Tornozela/caneleira 04 kg	02	ARKTUS	70,35	140,70
215	Par	Tornozela/caneleira 05 kg	02	ARKTUS	89,85	179,70
217	Metro	Tubo de látex garrote	50	BIOSANI	1,33	66,50
218	Metro	Tubo de látex para oxigênio/aspiração	50	BIOSANI	5,23	261,50
		TOTAL R\$				23.476,48

Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Pacote	Abaixador de língua descartável de madeira com 100 unidades	100	THEOTO	3,07	307,00
003	Unidade	Abocath nº 16 com dispositivo de segurança	500	LABOR IMPORT	1,28	640,00
004	Unidade	Abocath nº 18 com dispositivo de segurança	500	LABOR IMPORT	1,31	655,00
006	Unidade	Abocath nº 22 com dispositivo de segurança	1.000	LABOR IMPORT	1,38	1.380,00
007	Unidade	Abocath nº 24 com dispositivo de segurança	500	LABOR IMPORT	1,48	740,00
029	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX12cm – pacote com 12 unidades	700	BIOTEXTIL	4,09	2.863,00
031	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX20cm – pacote com 12 unidades	300	BIOTEXTIL	7,13	2.139,00
052	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos	200	MED SONDA	0,77	154,00
072	Unidade	Equipo para soro micro gotas com injetor lateral	1.000	LABOR IMPORT	1,02	1.020,00
075	Unidade	Esfigmomanômetro adulto com velcro	10	PREMIUM	58,88	588,80
077	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	300	MISSNER	1,11	333,00
083	Caixa	Fio de sutura 2.0 nylon com 24 unidades	20	PROCARE	25,47	509,40

086	Caixa	Fio de sutura 5.0 nylon com 24 um	20	PROCARE	25,47	509,40
087	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	100	CIEX	1,89	189,00
094	Frasco	Fixador citológico 100 ml	30	ADLIN	5,25	157,50
100	Unidade	Infusor 2 vias com clamp	300	MED SONDA	0,64	192,00
105	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 23 com 100 unidades	05	SOLIDOR	18,85	94,25
138	Unidade	Pinça foester curva 18 cm	02	GOLGRAN	42,88	85,76
160	Unidade	Scalp nº 19 rígido	100	LAMEDID	0,20	20,00
161	Unidade	Scalp nº 21	100	LAMEDID	0,20	20,00
162	Unidade	Scalp nº 23	500	LAMEDID	0,20	100,00
163	Unidade	Scalp nº 25	300	LAMEDID	0,20	60,00
164	Unidade	Scalp nº 27	200	LAMEDID	0,20	40,00
177	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 10	100	SOLIDOR	3,65	365,00
178	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 12	100	SOLIDOR	2,65	265,00
179	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 16	200	SOLIDOR	2,65	530,00
180	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18	50	SOLIDOR	2,65	132,50
209	Unidade	Tesoura spencer 12 cm	06	GOLGRAN	26,37	158,22
		TOTAL R\$				14.247,83

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
011	Unidade	Agulha descartável 13X4,5	2.000	SR	0,05	100,00
012	Unidade	Agulha descartável 20X5,5	2.000	SR	0,059	118,00
013	Unidade	Agulha descartável 25X6	3.000	SR	0,06	180,00
014	Unidade	Agulha descartável 25X7	3.000	SR	0,055	165,00
015	Unidade	Agulha descartável 25X8	5.000	SR	0,054	270,00
016	Unidade	Agulha descartável 30X7	7.000	SR	0,06	420,00
017	Unidade	Agulha descartável 40X12	3.000	SR	0,058	174,00
032	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho G	10	ANADONA	8,25	82,50
033	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho M	10	ANADONA	8,25	82,50
035	Unidade	Bandeja inox retangular 37X27X4	02	ARTINOX	82,15	164,30
048	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 30X30 cm	50	CR	3,10	155,00
049	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 35X35 cm com fenestrado de 10 cm	50	CR	7,40	370,00
050	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 40X40 cm	50	CR	10,40	520,00
070	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	30	VITALGOLD	15,10	453,00
082	Unidade	Estojo em polipropileno c/02 bandejas, 16 divisões, medindo 41X24,5X21,5cm, cor branca	04	EMIFRAN	76,15	304,60
101	Unidade	Infusor 4 vias com clamp	100	VITALGOLD	1,23	123,00
108	Unidade	Lixeira inox 13 litros com pedal	02	ARTINOX	80,00	160,00
109	Unidade	Lixeira plástica 13 litros com pedal cor branca	10	VIEL	25,00	250,00
110	Par	Luva estéril nº 07	200	MAXITEX	0,87	174,00
111	Par	Luva estéril nº 08	200	MAXITEX	0,81	162,00
112	Par	Luva estéril nº 6,5	100	MAXITEX	0,81	81,00
113	Par	Luva estéril nº 7,5	200	MAXITEX	0,81	162,00
114	Par	Luva estéril nº 8,5	100	MAXITEX	0,81	81,00
115	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	50	NUGARD	14,90	745,00
116	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	100	NUGARD	14,74	1.474,00
117	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho média caixa com 100 unidades	300	NUGARD	14,79	4.437,00
118	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	300	NUGARD	14,90	4.470,00
119	Caixa	Luva plástica descartável procedimento com 100 unidades	30	LUPLAST	4,93	147,90
129	Unidade	Otoscópio	05	MIKATOS	259,00	1.295,00
131	Unidade	Papagaio em inox	02	FAMI	62,35	124,70
165	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	10.000	SR	0,10	1.000,00
168	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	3.000	SR	0,085	255,00
169	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	5.000	SR	0,105	525,00
		TOTAL R\$				19.225,50

Plasmedic – Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Eireli

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
005	Unidade	Abocath nº 20 com dispositivo de segurança	500	LABOR IMPORT	1,36	680,00
028	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX10cm – pacote com 12 unidades	500	ANDREONI	3,57	1.785,00
037	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	400	ADVANTIVE	2,45	980,00
065	Pacote	Compressa de gaze 7,5X7,5 com 13 fios – 500 unidades	1.000	JM	8,379	8.379,00
066	Pacote	Compressa de gaze de viscosidade estéril 7,5X7,5 13 fios com 05 unidades	2.000	ANDREONI	0,38	760,00
071	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral	2.000	DESCARPACK	0,95	1.900,00
076	Unidade	Esfigmomanômetro infantil com velcro	05	PREMIUM	54,00	270,00
081	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples	10	ADVANTIVE	8,00	80,00
088	Rolo	Fita adesiva microporosa 10 cm com 10 mt com capa protetora	100	MISSNER	6,00	600,00
091	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	60	MASTER	2,40	144,00
107	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	300	CLEAN	5,40	1.620,00
156	Pacote	Saco para lixo preto 30 litros com 100 unidades	50	EREPLAST	14,58	729,00
157	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	50	EREPLAST	10,56	528,00
159	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	100	EREPLAST	14,40	1.440,00
		TOTAL R\$				19.895,00

Qualymedic – Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
044	Unidade	Cadeira de rodas para banho 864X1299 até 72 kg	02	DUNE	148,00	296,00
051	Unidade	Caneta clínica tipo lanterna	10	SUPERMEDY	7,00	70,00
055	Unidade	Colar cervical M	04	ORTOCENTER	13,80	55,20
056	Unidade	Colar cervical neonatal	02	ORTOCENTER	13,80	27,60
057	Unidade	Colar cervical P	05	ORTOCENTER	13,80	69,00
058	Unidade	Colar cervical pediátrico	02	ORTOCENTER	13,80	27,60
095	Unidade	Foco auxiliar clínico ginecológico FC 300 220V, garantia mínima de 01 ano	02	FLEXNEW	250,00	500,00
098	Unidade	Imobilizador de cabeça (coxim) tamanho adulto com velcro	02	ORTOCENTER	113,00	226,00
128	Unidade	Negatoscópio de 02 corpos	02	OLIMEDIC	275,00	550,00
130	Unidade	Oxímetro de dedo	05	UHNICA	185,00	925,00
		TOTAL R\$				2.746,40

Irineópolis, 20 de outubro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 15/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Medico Hospitalar; Sr. Renato Cardoso - representante da empresa Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Sr. Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar; Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Olimed Material Hospitalar Ltda; e Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

A empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda solicitou desclassificação do item 19 - alcool gel 70% com 1000ml, por

não possuir autorização da Anvisa, para venda de Saneantes. A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação do item 77 esparadrapo 10x45 por estar com preço inexecutável. A empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação do item 181 por não atender ao edital. A empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli solicitou desclassificação do item 24 por estar com preço inexecutável. A sessão encerrou as 11:30h com retorno as 13:00h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Medico Hospitalar; Sr. Renato Cardoso - representante da empresa Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Sr. Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar; Qualymedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda EPP; Plasmedic Comercio de Materiais para uso Medico e Laboratorial Eireli; Olimed Material Hospitalar Ltda; e Odontomedi Produtos Odontologicos e Hospitalares Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
002	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	44	CAITHEC	1,48	65,12
003	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	20	FGM	24,50	490,00
004	Unidade	Afastador odontológico de metal 17 cm	10	FAVA	8,80	88,00
051	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	05	DENTSPLY	2,65	13,25
052	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	30	DENTSPLY	2,65	79,50
053	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	30	DENTSPLY	2,65	79,50
054	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	30	DENTSPLY	2,65	79,50
069	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	07	TECHNEW	10,80	75,60
073	Kit	Composição de hidróxido de cálcio radiopaca com 01 tubo pasta base 13g + 01 tubo pasta catalizadora 11g + 01 bloco de mistura	10	TECHNEW	10,80	108,00
078	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades	02	IODONTOSUL	6,80	13,60
083	Unidade	Cureta de dentina nº 17	05	PRATA	2,80	29,00
098	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 150X250 com 100 unidades	25	VEDAMAX	28,30	707,50
108	Unidade	Espátula nº 24 flexível	10	PRATA	6,88	68,80
165	Caixa	Papel carbono para articulação 20x100mm com 12 unidades	58	PHARMAINOX	2,70	156,60
172	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	20	PRATA	5,90	118,00
208	Caixa	Sugador cirúrgico plástico descartável com 40 unidades	75	INDUSBELLO	26,50	1.987,50
		TOTAL R\$				4.159,47

Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Kit	Acabamento granulação fina e ultrafina	03	FGM	30,94	92,82
010	Pacote	Alginato tipo II livre de poeira com 410g	80	A.PLUS	38,85	3.108,00
022	Caixa	Anestésico mepivacaina com noradrelina 2% com 50 unidades 1,8 ml tubete cristal	106	DFL	75,95	8.050,070
027	Unidade	Broca 1032 tronco cônica invertida	10	MICRODONT	6,19	61,90
029	Unidade	Broca 1034 tronco cônica invertida	10	MICRODONT	6,19	61,90
030	Unidade	Broca 1035 tronco cônica invertida	10	MICRODONT	6,19	61,90
033	Unidade	Broca 3118 acabamento	08	MICRODONT	6,19	49,52
034	Unidade	Broca 3168 acabamento	03	MICRODONT	6,19	18,57
043	Unidade	Broca alta rotação 1091	35	MICRODONT	6,19	216,65
046	Unidade	Broca alta rotação 2200FF	20	MICRODONT	6,19	123,80
058	Unidade	Broca maxicut 1503	03	MINITECH	119,90	359,70
060	Unidade	Broca mini maxicut 1507	12	MINITECH	105,00	1.260,00
062	Unidade	Broca zekria 23mm	15	MICRODONT	32,29	484,35
064	Unidade	Broca zekria 29mm	10	JOTA	32,29	322,90
065	Unidade	Cabo para espelho bucal	06	PREVEN	3,29	19,74
076	Unidade	Crepe dental 90 gr	2.500	ICE FRESH	2,10	5.250,00

082	Unidade	Cureta de Crane-Kaplan ou Pádua lima nº 01	04	GOLGRAN	46,48	185,92
091	Unidade	Descolador de periosteio Prichard	02	GOLGRAN	49,90	99,80
102	Unidade	Escova de dedo massagedora para bebê	320	MEDFIO	10,39	3.324,80
106	Unidade	Escova limpa broca	04	PREVEN	6,09	24,36
107	Unidade	Espátula inserção fio retrator 113 serrilhado	02	PRISMA	69,90	139,80
109	Unidade	Espátula para resina com ponta de titânio dupa nº 2	13	PRISMA	44,79	585,27
110	Unidade	Espelho bucal nº 05	120	MIRAGE	6,20	744,00
111	Unidade	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	30	DEXPRESS	26,29	788,70
113	Caixa	Fio de sutura absorvível revestido (poliglactina 910) nº 05 com 12 unidades	02	BIOLINE	128,90	257,80
117	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	2.100	PREVEN	3,18	6.678,00
121	Frasco	Fixador de dentadura em pó 50 gramas	02	ASFER	44,65	89,30
136	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	07	BIODINAMICA	6,09	42,63
137	Caixa	Indicador biológico com 10 unidades	110	TEST	89,10	9.801,00
140	Unidade	Kit com matriz poliéster 10 metros, com granulações grossa, média, fina e extra fina, com dispensador + 04 rolos de 10 metros	01	TDV	240,00	240,00
158	Unidade	Moldeira de metal perfurada, jogo completo nº 1, 2, 3 4, lado fora desdentada	02	TECNODENT	159,80	319,60
171	Unidade	Pedra para afiar curetas de periodontia 15X5	10	GOLGRAN	31,99	319,90
177	Unidade	Ponta para ultrassom odontológico microdent nº 01	25	MICRODENT	160,90	4.022,50
181	Unidade	Protetor facial odontológico com dupla regulagem (cabeça e frontal), anti-embuçante e com menos de 100 gramas	04	DX	132,50	530,00
182	Unidade	Resina composta direta micro articulada fotopolimerizável A2	07	DURAFIL	71,00	497,00
183	Unidade	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	07	DURAFIL	71,00	497,00
187	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3.5	07	CHARISMA	48,49	339,43
191	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	03	DURAFIL	70,00	210,0
203	Unidade	Sonda clínica Perry curva	10	GOLGRAN	17,85	178,50
207	Unidade	Sonda periodontal milimetrada tipo Carolina do Norte 15mm UNC 15	04	GOLGRAN	126,95	507,80
209	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	200	WA	3,84	768,00
216	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	12	KDENT	4,49	53,88
218	Frasco	Verniz com flúor 10 ml + 01 fr solvente	18	FGM	16,34	294,12
		TOTAL R\$				51.078,56

Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
012	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 01 com 100 unidades	33	CREMER	2,47	81,51
013	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 02 com 100 unidades	20	CREMER	2,48	49,60
014	Caixa	Amálgama 01 dose com 50 cápsulas	12	SDI	82,74	992,88
015	Caixa	Amálgama 02 porções com 50 cápsulas	07	SDI	124,99	874,93
017	Caixa	Anestésico cloridrato de lidocaína e fenilefrina injetável c/ 50 un 1,8 ml	87	SS WHITE	40,89	3.557,43
019	Caixa	Anestésico mepivacaína + epinefrina 1:100.000 UI com 50 unidades	20	DENTPSLY	79,22	1.584,40
020	Caixa	Anestésico mepivacaína 2% + epinefrina 1:100.000 tubete cristal com 50 unidades	24	DFL	87,49	2.099,76
035	Unidade	Broca 701 haste longa	26	KAVO	6,29	163,54
036	Unidade	Broca 702 haste curta	12	KAVO	6,19	74,28
037	Unidade	Broca 702 haste longa	12	KAVO	6,19	74,28
038	Unidade	Broca 703 haste longa	12	KAVO	6,19	74,28
055	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 04	32	KAVO KERR	7,03	224,96
056	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 06	32	KAVO KERR	7,03	224,96
057	Unidade	Broca Endo Z	02	JET	32,05	64,10
059	Unidade	Broca maxicut 1510	03	AMERICAN	119,80	359,40
066	Frasco	Cariostático 10 ml	05	IODONTOSUL	19,59	97,95
067	Caixa	Cera rosa nº 07 com 18 lâminas	30	LYSANDA	10,49	314,70
068	Caixa	Cera utilidade com 18 unidades	15	LYSANDA	10,49	157,35
070	Kit	Cimento de ionomero de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	10	FGM	16,20	162,00
075	Unidade	Contra ângulo multiplicador 1:2 cirúrgico, para uso com brocas 2,33mm a 2,35mm de diâmetro por 45mm ou 65mm de comprimento	02	KAVO	2.748,50	5.497,00

079	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades anatômica	04	TDV	31,80	127,20
090	Unidade	Descolador de periosteio Buser	02	GOLGRAN	65,00	130,00
094	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	05	TDV	109,00	545,00
096	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4930 9,5mm	02	3M	116,00	232,00
101	Unidade	Escala de cores 3D máster todas as cores naturais dos dentes	01	VITA	792,05	792,05
103	Unidade	Escova de Robson	80	PREVEN	1,24	99,20
105	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	185	MED FIO	91,50	16.927,50
114	Caixa	Fio de sutura absorvível revestido (poliglactina 910) nº 06 com 12 unidades	02	SHALON	128,00	256,00
115	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 4-0 com 24 unidades (agulha 20 mm 3/8)	65	PROCARE	32,00	2.080,00
118	Rolo	Fio retrator gengival nº 000 250cm extra fino	03	FGM	31,00	93,00
124	Frasco	Fluoreto de sódio 2% gel	35	IODONTOSUL	4,09	143,15
125	Unidade	Forceps adulto nº 151	03	GOLGRAN	56,39	169,17
126	Unidade	Fórceps nº 17	02	GOLGRAN	56,39	112,78
127	Unidade	Fórceps nº 18L	02	GOLGRAN	56,39	112,78
128	Unidade	Fórceps nº 18R	02	GOLGRAN	56,39	112,78
132	Unidade	Grau de borracha para alginato	04	MAQUIRA	4,74	18,96
138	Kit	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	18	DFL	132,00	2.376,00
154	Kit	Material restaurador provisório para coroas e pontes, embalagem com 01 base 50g, 01 catalisador 15g e bloco de mistura	07	KERR	98,79	691,53
160	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	05	CAITHEC	19,80	99,00
164	Frasco	Otosporin 10 ml	14	FQM	14,00	196,00
166	Frasco	Paramonoclorofenol canforado 20 ml	12	IODONTOSUL	6,85	82,20
167	Frasco	Pasta maisto 10 gr	04	IODONTOSUL	30,19	120,76
169	Caixa	Pasta zinco enólica 120g	15	LYSANDA	33,70	505,50
175	Kit	Polimento de amálgama 8089	05	KG	43,00	215,00
176	Caixa	Ponta Enhance para polimento dental com 07 pontas sortidas	06	DENTSPLY	98,90	593,40
178	Unidade	Porta agulha tipo castroviejo com ponta de vídea	10	GOLGRAN	197,38	1.973,80
179	Unidade	Porta amálgama plástico	10	MAQUIRA	19,80	198,00
180	Unidade	Porta matriz adulto tofflemire inox	20	PRISMA	23,79	475,80
184	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	14	CHARISMA	48,49	678,86
185	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	14	CHARISMA	48,49	678,86
189	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	09	CHARISMA	48,49	436,41
193	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A3	04	FGM	31,40	125,60
194	Kit	Selante de fossulas e fissuras fotopolimerizável matizado 5 ml com 5 seringas	09	DENTSPLY	164,00	1.476,00
201	Frasco	Solução fixadora para raio x 475 ml	05	KODAK	11,18	55,90
202	Frasco	Solução reveladora para raio x 475 ml	05	KODAK	11,18	55,90
204	Unidade	Sonda exploradora nº 05	10	GOLGRAN	19,40	194,00
213	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	07	BIODINAMICA	7,75	54,25
214	Caixa	Tira de lixa para amálgama 4mm com 12 unidades	34	INJECTA	7,78	264,52
215	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	20	TDV	44,00	880,00
217	Unidade	Ultrassom frequência de 30.000 Hz com bomba peristáltica e sistema Piezoelétrico, sem necessidade de instalação	01	SCHUSTER JET LAXIS B	1.779,00	1.779,00
		TOTAL R\$				52.887,17

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
006	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	33	PROCARE	23,30	768,90
007	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	17	PROCARE	19,90	338,30
008	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	14	PROCARE	17,60	246,40
026	Unidade	Bandeja odontológica em aço inoxidável 22X12X01	10	FAMI	21,45	214,50
039	Unidade	Broca alta rotação 1011	22	VORTEX	2,05	45,10
040	Unidade	Broca alta rotação 1012	42	VORTEX	2,05	86,10
041	Unidade	Broca alta rotação 1013	38	VORTEX	2,05	77,90
042	Unidade	Broca alta rotação 1014	30	VORTEX	2,05	61,50
085	Unidade	Cureta Gracey 11-12	08	ABC	15,00	120,00

086	Unidade	Cureta Gracey 7-8	08	ABC	15,00	120,00
112	Caixa	Espinha de fibrina com 10 unidades	08	TECHNEW	20,49	163,92
116	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 4-0 com 24 unidades	26	TECHNEW	28,60	743,60
119	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	34	CIEX	2,48	84,32
120	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	25	CIEX	2,99	74,75
131	Pacote	Gorro branco descartável feminino 100 unidades	38	OLIMED	8,35	317,30
133	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 100 unidades	100	HIGIE TOPP	1,25	125,00
141	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	04	ADVANTIVE	21,60	86,40
142	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 C inox com 100 unidades	01	ADVANTIVE	21,60	21,60
143	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	05	ADVANTIVE	21,60	108,00
146	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril nº 8 com 50 pares	15	MAXITEX	62,30	934,50
147	Caixa	Luva de látex para procedimento extra pequena com 100 unidades	100	NUGARD	15,90	1.590,00
148	Caixa	Luva de látex para procedimento grande com 100 unidades	20	NUGARD	15,90	318,00
149	Caixa	Luva de látex para procedimento média com 100 unidades	215	NUGARD	15,90	3.418,50
150	Caixa	Luva de látex para procedimento pequena com 100 unidades	235	NUGARD	15,90	3.736,50
151	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	237	OLIMED	5,97	1.414,89
161	Unidade	Óculos odontológico de proteção incolor em policarbonato	10	FENIX	10,85	108,50
210	Unidade	Tesoura cirúrgica 15 cm reta ponta fina	23	ABC	21,95	504,85
		TOTAL R\$				15.829,33

Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
005	Frasco	Água oxigenada 01 litro	16	VICPHARMA	4,15	66,40
009	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	144	FLOP'S	6,10	878,40
016	Caixa	Anestésico articaina 4% com epinefrina 1.100.000 com 50 tubos	35	DFL	99,15	3.470,25
018	Caixa	Anestésico cloridrato de mepivacaína + hemitartrato de norepinefreina 2% c/50 unidades	30	DENTSPLY	85,80	2.574,00
021	Caixa	Anestésico mepivacaína 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	04	DFL	85,70	342,80
023	Pote	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	33	DFL	7,95	262,35
024	Frasco	Antisséptico bucal sem álcool 2lt	20	COLGATE	49,95	999,00
025	Pacote	Babador impermeável descartável 33X47cm cor branco com 100 unidades	83	BIODINAMICA	11,10	921,30
028	Unidade	Broca 1033 tronco cônica invertida	10	FAVA	6,20	62,00
031	Unidade	Broca 2200F	35	FAVA	6,20	217,00
032	Unidade	Broca 3083 ponta diamantada	17	FAVA	6,20	105,40
044	Unidade	Broca alta rotação 1092	25	FAVA	6,20	155,00
045	Unidade	Broca alta rotação 1093	25	FAVA	6,20	155,00
047	Unidade	Broca alta rotação 3118FF	04	FAVA	6,20	24,80
048	Unidade	Broca alta rotação 3168FF	04	FAVA	6,20	24,80
049	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1013	05	FAVA	6,20	31,00
050	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1014	05	FAVA	6,20	31,00
061	Unidade	Broca shofu chama de vela	20	JON	13,70	274,00
063	Unidade	Broca zekria 28mm	20	MEDIN	32,20	644,00
071	Jogo	Cinzéis de Ochsenbein	02	LM	45,57	91,14
072	Jogo	Cinzéis reto e curvo 6 e 8	06	GOLGRAN	117,19	703,14
074	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 13 fios com 500 unidades	150	MDA	12,90	1.935,00
077	Tubo	Crete dental infantil sem flúor 50 gr	350	ICE FRESH	3,92	1.372,00
080	Pacote	Cunha para resina transparente com 20 unidades	01	TDV	22,79	22,79
081	Frasco	Curativo alveolar 20 gr	06	IODONTOSUL	23,10	138,60
084	Unidade	Cureta de Molt nº 2/4	10	LM	61,90	619,00
087	Unidade	Cureta tipo MCcall 13-14	08	LM	45,30	362,40
088	Unidade	Cureta tipo MCcall 17-18	08	LM	45,30	362,40
089	Unidade	Descolador de Molt nº 9	10	LM	64,90	649,00
092	Galão	Desinfetante hospitalar de artigos semi cítricos 5lt	07	ASFER	62,00	434,00
093	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 100ml	04	FGM	11,79	47,16
095	Kit	Disco sof-lex 19590 ½ polegada com mandril	06	3M	118,80	712,80
097	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4931 12,7mm	02	3M	118,80	237,60

099	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 200x330 com 100 unidades	80	HOSPFLEX	59,20	4.736,00
100	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 90X260 com 100 unidades	180	HARBO	18,29	3.292,20
104	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	100	MEDFIO	91,90	9.190,00
122	Frasco	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	50	IODONTOSUL	4,00	200,00
123	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	60	IODONTOSUL	11,99	719,40
129	Frasco	Formocresol 10 ml	05	IODONTOSUL	6,89	34,45
130	Unidade	Gengivômetro Kirkland nº 15/16	04	LM	15,90	63,60
134	Frasco	Hemostático líquido 10 ml	17	TECHNEW	16,75	284,75
135	Unidade	Hidróxido de cálcio fotopolimerizável, 01 seringa com 2g + 03 bicos aplicadores	16	BIODINAMICA	47,90	766,40
139	Unidade	Kit cirúrgico de campos + aventais + protetores de mangueira	40	PRODESC	26,90	1.076,00
144	Unidade	Lima 21mm 1ª série	13	ANGELUS	18,70	243,10
145	Unidade	Lima de osso nº 11	04	LM	27,49	109,96
152	Kit	Material restaurador intermediário pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	06	IODONTOSUL	28,65	171,90
153	Kit	Material restaurador provisório com eugenol reforçado por polímeros para forramento de cavidades sob restauração de amálgama pó 38g + líquido 15ml	05	DENTSPLY	102,40	512,00
155	Unidade	Material restaurador provisório sem eugenol 25g ph neutro com aplicação em endodontia, dentística e prótese	08	CAITHEC	69,30	554,40
156	Unidade	Matriz metálica 0,05X5X500mm	68	IODONTOSUL	1,20	81,60
157	Unidade	Matriz metálica 0,05X7X500mm	55	IODONTOSUL	1,20	66,00
159	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho P	36	PREVEN	47,40	1.706,40
162	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	13	PREVEN	29,80	387,40
163	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	13	PREVEN	29,80	387,40
168	Tubo	Pasta profilática com flúor para limpeza e polimento 50 gr	13	MAQUIRA	6,74	87,62
170	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	30	IODONTOSUL	19,35	580,50
173	Unidade	Pinça Dietrich Dissecção 16 cm	10	GOLGRAN	82,20	822,00
174	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	60	ANGELUS	8,20	492,00
186	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	13	KULZER	48,40	629,20
188	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B1	07	KULZER	48,40	338,80
190	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	10	KULZER	48,40	484,00
192	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A2	17	FGM	15,75	267,75
195	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A1	05	3M	138,90	694,50
196	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A2	05	3M	138,90	694,50
197	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A3	05	3M	138,90	694,50
198	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm U	05	3M	138,90	694,50
199	Frasco	Solução 0,5% de hipoclorito de sódio – líquido de Dakin – 1000 ml	05	VICPHARMA	7,26	36,30
200	Frasco	Solução de clorexidina 0,12% 01 litro, para bochechos	21	INODON	28,87	606,27
205	Unidade	Sonda milimetrada	12	LM	15,15	181,80
206	Unidade	Sonda Nabers milimetrada ° 02 (3-6-9-12)	04	LM	47,80	191,20
211	Unidade	Tesoura Goldman-Fox curva 13,5cm inox	04	LM	27,39	109,56
212	Unidade	Tesoura Goldman-Fox reta 13,5cm inox	04	LM	27,39	109,56
		TOTAL R\$				51.223,05

Irineópolis, 20 de Outubro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 59/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 59/2015

PREGÃO PRESENCIAL 32/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 32/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. Marcos Lech - representante

da empresa Auto Posto Planalto Norte Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda e Auto Posto Planalto Norte Ltda, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A Sessão foi encerrada às 09:20h, devido a pregoeira ter um mau súbito, encerrando a sessão para reabrir às 13:30h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 32/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Addressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. Marcos Lech - representante da empresa Auto Posto Planalto Norte Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Auto Posto Planalto Norte Ltda deixou de apresentar Item 7, subitem 7.2, alíneas "b"; "c"; "d", "e" e "f"; Subitem 7.3 alínea "c". Como a mesma foi a única a apresentar proposta para o item 02 do presente certame, a pregoeira e equipe de apoio abrem prazo de 08 dias úteis, conforme artigo 48, § 3º: "quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
01	240.000	Litro	Óleo Diesel S10	2,89	693.600,00
03	156.000	Litro	Óleo Diesel Comum	2,75	429.000,00
TOTAL					1.122.600,00

Auto Posto Planalto Norte Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
02	87.000	Litro	Gasolina Comum	3,72	323.640,00
TOTAL					323.640,00

Irineópolis, 20 de outubro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2016

PORTARIA Nº 234/2016.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho Celetista, EDSON ESTRIZER, nascido em 19/06/1983, portador do CPF nº 049.173.359-30, RG nº 4.517.142 SESP/SC, para exercer o emprego de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), no nível único do Grupo VI, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria da Saúde, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 237/2016

PORTARIA Nº 237/2016.

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, o servidor ERMINIO PAVARIN do Cargo de Professor (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeado em 17/02/1987.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 20 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 09/2015 que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus e a empresa Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial Ltda.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, 168, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do cargo de Presidente, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, centro, neste município, inscrito no CPF nº 811.060.769-15, e a empresa Plasmedic Comércio de Materiais Para Uso Médico e Laboratorial Ltda, estabelecida na rua Barão do Rio Branco, 253 – Centro – Erechim – RS CEP: 99.700-266 CNPJ nº 09.200.303/0001-22, pelo seu representante, Sr. Nédio Justino Massochin Junior, sob nº de CPF nº 010.448.960-000, e RG nº 4092420878, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº 1652/2007 e o Decreto Municipal nº 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 03/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2015, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 09/2015, de acordo com o Parecer contábil, Parecer Jurídico e deferido pelo senhora Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus em 19 de outubro de 2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 09/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais), conforme abaixo discriminado:

Item 140: Equipo para Soro Macro Gotas – 2.000 unidades - valor anterior R\$ 1,05. Total R\$ 2.100,00 – valor reajustado R\$ 1,30 – valor total: R\$ 2.600,00 sendo o valor aditivado de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais).

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 20 de Outubro de 2016.

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE HMBJ

NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MAT. PARA USO MED . E LAB. EIRELLI

Testemunhas:

Nome: Silvana Rodrigues da Silva	Nome: Cristiane Kruger
CPF: 063.466.079-95	CPF:029.055.529-99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 10/2015 que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus e a empresa Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, 168, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do cargo de Presidente, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, centro, neste município, inscrito no CPF nº 811.060.769-15, e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida Santos Dumont, nº 1335, Bairro Santo Antonio, Joinville, SC sob o n.º 09.944.371/0001-04, neste ato representada pelo senhor Luis Fernando Gomes, portador de CPF nº 306.297.518-03, e RG nº 33.148.385 SSP/SC a seguir denominada Contratada, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº 1652/2007 e o Decreto Municipal nº 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 03/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2015, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 10/2015, de acordo com o Parecer contábil, Parecer Jurídico e deferido pelo senhora Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus em 20 de outubro de 2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 10/2016.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ 1.244,60 (Um Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 130: Dipirona 01g – 2 ml – 2.540 unidades - valor anterior R\$ 0,41, Total R\$ 1.041,40 – valor reajustado R\$ 0,49 – valor total: R\$ 1.244,60 sendo o valor aditivado de R\$ 203,20 (Duzentos e Três Reais e Vinte Centavos).

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 20 de Outubro de 2016.

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE HMBJ

LUIS FERNANDO GOMES
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Testemunhas:

Nome: Silvana Rodrigues da Silva	Nome: Cristiane Kruger
CPF: 063.466.079-95	CPF:029.055.529-99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 07/2015 que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, 168, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do cargo de Presidente, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, centro, neste município, inscrito no CPF nº 811.060.769-15, e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo senhor Maicon Cordova Pereira, portador de CPF nº 015.886.939-70, e RG nº 3.242.195 SSP/SC, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 03/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2015, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 09/2015, de acordo com o Parecer contábil, Parecer Jurídico e deferido pelo senhora Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus em 20 de outubro de 2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 07/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 5.084,31 (Cinco Mil, Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 211 : Metronidazol 500 mg - Injetável – 2.130 unidades - valor anterior R\$ 2,147- Total R\$ 4.573,11 – valor reajustado R\$ 2,387 – valor total: R\$ 5.084,31, sendo o valor aditivado de R\$ 511,20 (Quinhentos e Onze Reais e Vinte Centavos).

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o

firmam.

Irineópolis (SC), 20 de Outubro de 2016.

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE HMBJ

NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MAT. PARA USO MED . E LAB. EIRELLI

Testemunhas:

Nome: Silvana Rodrigues da Silva	Nome: Cristiane Kruger
CPF: 063.466.079-95	CPF:029.055.529-99

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 08 de novembro de 2016, para aquisição de uma ambulância semi UTI, nova, 0 Km. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 08 de novembro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 20 de outubro de 2016.

MARÍLIA FRANKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 29/2016. Pregão Presencial nº 27/2016. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais e descartáveis para uso, consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor R\$ 2.457,05. Metromed Com de Mat. Médico Hospitalar Ltda. Valor R\$ 80.700,00; Produvale Produtos Hospitalares Ltda. Valor: 9.475,50 e Total Health Distribuidora e Importadora Ltda. Valor: 14.022,00. Vigência: 18 de outubro de 2017. Itaiópolis, 20/10/2016. José Heraldo Schritke– Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 176 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.123.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS EM CONTAINER TÉRMICO/ACÚSTICO.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 176 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.123.2016

Objeto: Registro de Preços para locação de banheiros em container térmico/acústico.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 07/11/2016.

Abertura do Pregão: 07/11/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.123.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 20 de outubro de 2016.

Everaldo Daros

Diretor de Compras, Contratos e Licitações.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 131/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Comércio De Peças São Luiz Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 158/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para conserto do caminhão placa MML-1376, marca Iveco, a disposição do setor de urbanismo, da secretaria de administração, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 3.462,00

VIGÊNCIA: 12 de abril de 2017.

Itapiranga – SC. 14 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 22/2016 - FMS, que tem como objeto: Aquisição, de forma parcelada, complemento alimentar (leite em pó especial), destinado para uso na alimentação de crianças, com prescrição médica. Fica retificada, a descrição dos itens do anexo I do edital. A data da sessão pública prevista para o dia 31/10/2016 às 14:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 04/11/2016 às 09:00 horas.

Itapiranga, 20 de outubro de 2016.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 154/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 154/2016			Licitação: 154/2016 - PR			Data da Homologação:			
Fornecedor: 144287 - COMERCIAL SOETHE LTDA			Zoz Soethe			Total do Fornecedor ---->			
1	77825	PRATO DE PORCELANATO, PERSONALIZADO, TAMANHO TOTAL DO PRATO	Zoz Soethe	UND	1.730,000	0,0000	14,0000	24.220,00	Venceu
					1.730,000			24.220,00	

Itapiranga, 20 de Outubro de 2016.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 51/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo nono dia do mês de outubro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 51/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DOS CARNÊS DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) DO EXERCÍCIO ANO 2017, (PATROCINADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DE REEMBOLSO AO MUNICÍPIO), E DA TAXA DE LICENCIAMENTO E LOCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (TLLF) RECURSO PRÓPRIO, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA	DILSON LINO
LIARTE VENDAS E SERVICOS LTDA ME	SIDNEY DE ALMEIDA RODRIGUES
OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME	FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
COPEC MANUTENCAO E SERVICO DE COPIAS LTDA - ME	JANDER RIZZI FERREIRA DUARTE

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME	1	R\$ 25.000,00

O representante da empresa COPEC MANUTENCAO E SERVICO DE COPIAS LTDA – ME, questionou a Certidão Municipal da Empresa OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME, por não conter CNPJ da empresa e razão social. A pregoeira suspendeu a sessão para baixar diligência no site da Prefeitura de São Paulo, para confirmar a veracidade, da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliária aonde conta-se informação protegida por sigilo fiscal. Feito a busca foi impresso documento com as mesmas informações que serão juntadas aos autos do processo. Consultado o representante a Empresa alega que as Certidões são procedimentos da Prefeitura e São Paulo. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Porém, estipula o prazo de 24 horas para envio por e-mail da real comprovação. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 19 de outubro de 2016

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
ROSLDA APARECIDA BOLDORI Membro	

Apoio na sessão:
AMARILDO JOSÉ ZAGONEL
AGENTE ADMINISTRATIVO II

Licitantes:

OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE	COPEC MANUTENCAO E SERVICO DE COPIAS LTDA - ME JANDER RIZZI FERREIRA DUARTE
POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA DILSON LINO	LIARTE VENDAS E SERVICOS LTDA ME SIDNEY DE ALMEIDA RODRIGUES

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 54/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo dia do mês de outubro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros KARINA JUSSARA DOS SANTOS E JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 54/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, PARA USO NO PA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR MACROSUL LTDA	ANDRÉ MARIANO BARBOSA
MAGNA MEDICA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	FLAVIO ROGERIO RIBAS VIEIRA
ILHATEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP	BRUNO FIGUEREDO VIEGAS
HOSPITALAR SILVANO LTDA	MAURICIO SILVANO
PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	AMAURI JOSÉ FERNANDES
CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA - EPP	FABIANO MARTINS STOKLOSKI
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI ME	FILIPPI LEMES DOS SANTOS
A. C. L. ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP	PAMELA REGINA DE OLIVEIRA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas, verificou-se que a Empresa CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA – EPP, no item 3, cotou produto que não atende às especificações do Edital (Produto não acompanha o case conforme exigência editalícia). As demais propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
HOSPITALAR SILVANO LTDA	1	R\$ 5.680,00
PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	2	R\$ 21.840,00
COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR MACROSUL LTDA	3	R\$ 6.900,00
MAGNA MEDICA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	4	R\$ 14.300,00
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI ME	5	R\$ 4.749,90
ILHATEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP	6	R\$ 12.998,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 20 de outubro de 2016

ISABELA RAICIK DUTRA POHL Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Apoio na sessão:
PAULO JOSE HENING
ENFERMEIRO

Licitantes:

COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR MACROSUL LTDA ANDRÉ MARIANO BARBOSA	A. C. L. ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP PAMELA REGINA DE OLIVEIRA
ILHATEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP BRUNO FIGUEREDO VIEGAS	CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA – EPP FABIANO MARTINS STOKLOSKI
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI ME FILIPPI LEMES DOS SANTOS	HOSPITALAR SILVANO LTDA MAURICIO SILVANO
PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI AMAURI JOSÉ FERNANDES	MAGNA MEDICA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA FLAVIO ROGERIO RIBAS VIEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 034/2016 - ACT DE CIÊNCIAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 34/2016 – Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) de vagas vinculadas para o ano de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de Professor de Ciências, para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 25/10/2016 a 16/12/2016.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Itapoá;

1.2 Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/2001 nos anexos II e III e a Lei 384/2012;

1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.4 Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.637,50 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para 40 horas;

1.5 Retribuição Mensal para estudante: R\$ 1.582,48 (Um mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), para 40 horas;

1.6 Retribuição Mensal Nível Médio: R\$ 1.450,60 (Um mil e quatrocentos e cinquenta reais e sessenta centavos), para 40 horas;

1.7 O contratado fará jus:

- ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência;
- a auxílio alimentação no valor de R\$ 330,00;
- a férias e 13º salários proporcionais;

1.8 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003, 384/2012 e 044/2014.

1.9 Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 24 de outubro de 2016.

Local: Secretaria Municipal de Educação, Rua Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº1590, nº 430, Itapoá.

3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 Para realização da inscrição serão necessários os documentos abaixo especificados, entregues em envelope identificado,

contendo todos os documentos solicitados, juntamente com a ficha de inscrição.

3.2 Documentos Obrigatórios para Professor de Ciências:

- | |
|---|
| a. Curriculum Vitae; |
| b. Cédula de identidade e CPF; |
| c. Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada); |
| d. Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada); |
| e. Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original). |

3.3 Documentos Opcionais:

- | |
|--|
| a. Declaração de assiduidade expedida por órgãos oficiais de Recursos Humanos (original ou cópia autenticada); |
| b. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização (cópia autenticada). |
| c. Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação (original ou cópia autenticada). |
| d. Certidão de nascimento de filhos (para desempate). |

3.4 A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.2 implicará na nulidade da inscrição;

3.5 Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão, exceto o utilizado como habilitação;

3.6 Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2011 e nem com carga horária inferior a 20 horas.

3.7 O atestado de tempo de serviço deverá ser original ou cópia autenticada, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado;

3.8 O Atestado de tempo de serviço no magistério, expresso em anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

3.8.1 São considerados órgãos competentes:

- a) Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- b) Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;
- c) Secretaria de Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- d) Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente;

3.9 O atestado de tempo de serviço para professores já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria;

4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1 A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de

pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados e os critérios estabelecidos para cada área no seguinte nível:

a. Professor de Ciências 4.2 A classificação para Habilitados ocorrerá da seguinte forma:

- a) Habilitação de licenciatura plena na área que pretende atuar;
- b) Maior tempo de serviço no magistério;
- c) Maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretende atuar;

4.2.1 Os currículos dos professores não habilitados para a área, não serão classificados caso haja candidatos habilitados inscritos.

4.3 A classificação para candidatos Não Habilitados (estudantes da área) ocorrerá da seguinte forma:

- a) estudante da área em que pretende atuar, sendo que a classificação dos graduandos dar-se-á pela proporção em porcentagem entre os semestres já cursados e o total de semestres do curso;
- b) maior tempo de serviço no magistério;
- c) maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretende atuar;

4.4 Não caberá ao candidato classificado a escolha de vagas, ficando a critério da equipe da Secretaria de Educação a distribuição das mesmas.

4.5 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- b) para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01(um) ponto;
- c) para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área que pretende atuar computar-se-á 01 (um) ponto.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para os classificados:

- a) Maior número de dependentes.
- b) Maior idade.

6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 25 de Outubro de 2016, a partir das 9h00min.

7. DAS VAGAS EM GERAL

7.1 Os candidatos não habilitados serão chamados após o término da classificação dos habilitados;

7.2 Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

7.3 Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas com 10, 20 ou 30 horas semanais, poderá assumir outra vaga de sua classificação, desde que haja compatibilidade de cargo, carga horária, regime de trabalho e turno de funcionamento das escolas.

7.4 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Educação.

7.5 O candidato graduando (estudante) ao desistir da frequência

na graduação terá o seu contrato interrompido e perderá todos os direitos sobre a vaga, podendo, contudo ter o contrato mantido de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

7.6 Os candidatos que participarem e forem classificados do processo seletivo na disciplina que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das vagas, e o respectivo chamamento na época própria.

8 – CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

8.1 No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

a)	Foto 3x4 (uma);
b)	Cédula de identidade (RG);
c)	CPF e certidão de regularização do CPF;
d)	Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE);
e)	Comprovante de quitação com as obrigações militares;
f)	Carteira de Trabalho e nº do PIS;
g)	Número do PIS / PASEP;
h)	Certidão de nascimento ou casamento;
i)	Comprovante de residência;
j)	Certidão de nascimento dos filhos;
k)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
l)	Declaração de IRRF (imposto de renda);
m)	Declaração de bens (fornecido pelo RH);
n)	Declaração de dependentes;
o)	Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (fornecido pelo RH);
p)	Declaração de dependentes para imposto de renda (fornecido pelo RH);
q)	Certidão negativa de antecedentes criminais federal e municipal, atual (original);
r)	Tipagem sanguínea;
s)	Laudo Médico;
t)	Comprovante de escolaridade (Diploma, certificado e histórico escolar, declaração de estudante ou histórico de ensino médio);
u)	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1 – A ficha de inscrição para preenchimento, ficará disponível na Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, 430, Centro, em Itapoá e no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>).

9.2 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.3 – O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pela mesma.

9.4 – O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

9.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 20 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 34/ACTs – 2016

PROTOCOLO N.º _____/2016

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Email: _____

Formação Profissional: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Telefone residencial: _____

Celular: _____

Área de Inscrição: _____

Nº	Documentos Apresentados:	Assinalar com x
1	Cédula de identidade e CPF;	
2	Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias;	
3	Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias;	
4	Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).	
5	Curriculum Vitae	
6	Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização	
7	Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação	
8	Certidão de nascimento de filhos (para desempate).	

_____, Itapoá, ____/06/2016
(Assinatura do candidato)COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:
Edital nº 34 - Protocolo nº _____ 2016

Nome: _____

Área de Inscrição: _____

_____, Itapoá, ____/ /2016
(Assinatura SME)**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 158 DO EDITAL 046/2015**

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 158/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 24/10/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
08	40	Ciências	Isabelle Loise K. Bento	27/10/2016	16/12/2016

Itapoá, 20 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE ABERTURA DE VAGA PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Edital de Abertura de Vaga para Alteração de Carga Horária Nº 03/2016

Abre vaga na Unidade Escolar de Educação Infantil para alteração de carga horária dos Professores Efetivos e habilitados do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeitura do Município de Ituporanga, por meio da Secretaria da Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 21, parágrafo 3º, e art. 45 da Lei nº 1.839 de 31/01/2000, torna público, pelo presente Edital a abertura de vaga na unidade Escolar da rede municipal de ensino para alteração de carga horária dos Professores efetivos no Magistério Público Municipal.

1. DAS VAGAS

1.1 As vagas constantes do presente edital referem-se às excedentes ocupadas por professores admitidos em caráter temporário neste ano de 2016.

2. DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 A vaga aberta e colocada em disponibilidade para alteração da carga horária refere-se à Unidade Escolar abaixo relacionada:

2.2 Educação Infantil e Fundamental

a) C.E. Bom Pastor.

3. DOS CRITÉRIOS

3.1 A carga horária do Professor Habilitado e Efetivo 20 horas, poderá ser ampliada, desde que haja vaga na mesma Unidade Escolar de sua atribuição de exercício, respeitando as regras e os critérios estabelecidos no presente Edital, tendo preferência o professor de maior habilitação e, em caso de empate o de maior tempo de serviço.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A alteração de carga horária será efetuada pela Secretaria Municipal da Educação.

4.2 O Professor efetivo e habilitado, interessado em alterar a carga horária deverá solicitar a Secretaria Municipal da Educação, por meio de requerimento protocolado.

4.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação.

Ituporanga, 17 de outubro de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016/FEXPONACE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A CASA DA CULTURA ATRAVÉS DO CONVÊNIO ESTADUAL PROPOSTA 16479/2016 TR 429

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº14/2016

Processo: 29/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A CASA DA CULTURA ATRAVÉS DO CONVÊNIO ESTADUAL PROPOSTA 16479/2016 TR 429. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 04 de novembro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 04 de novembro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 21 de outubro de 2016

Ricardo de Souza Salvalagio

Presidente da Fexponace

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.069/2016

D E C R E T O Nº 11.069/2016

Oficializa o Prolongamento da Rua 669 - Afonso Benjamin Barbi.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 557/2016/Semur, de 14/10/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

CONSIDERANDO o interesse público no prolongamento da via em razão de constar no Sistema Rodoviário Projetado do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que o prolongamento ocorre apenas sobre o imóvel da municipalidade, inexistindo a necessidade de desapropriações;

CONSIDERANDO que a via encontra-se aberta e dotada de infraestrutura urbana, inclusive pavimentação asfáltica;

CONSIDERANDO o inciso XXIV, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA :

Art.1º Fica oficialmente reconhecido o prolongamento da via de circulação denominada Rua 669 - Afonso Benjamin Barbi, bairro Tifa Martins, perímetro urbano, abrangendo o trecho de 2.428,47m2 do imóvel do Município de Jaraguá do Sul, da MI 81.942.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente pertence a Municipalidade e passará formalmente a integrar o Patrimônio Público Municipal na categoria de bem de uso comum do povo, conforme planta anexa ao Processo PMJS 33019/2016.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

ISSEM - 1ª RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 13/2016

1ª RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2016

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Processo Licitatório nº 13/2016

Modalidade: Tomada de Preço

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

A Diretora Presidente do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 033/2003, de 23 de

dezembro de 2003 e suas alterações, resolve retificar o edital de licitação supra citado.

Em virtude da presente retificação, a data de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta comercial, bem como a data da sessão de abertura do presente processo licitatório, previstas no item 2.1. do edital, ficam alteradas para o dia 10/11/2016, as 14 horas, na sede do ISSEM.

RETIRADA DO EDITALEINFORMAÇÕES: A 1ª Retificação, e o presente edital estão disponíveis na Internet no endereço www.issem.com.br sem qualquer custo. Informações, dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados por escrito através do e-mail compras@issem.com.br, ou na sede do ISSEM, na Rua Walter Marquardt, nº 623 – sala 05 – Bairro Vila Nova, Jaraguá do Sul – SC.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 866/2016

PORTARIANº 866/2016

Designa os Conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 5.464/2009, de 16/12/2009, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.520/2010, de 31/03/2010; 6.342/2012, de 06/03/2012; 6.515/2012, de 29/10/2012; 6.802/2013, de 16/12/2013; 6.964/2014, de 21/11/2014; e 7.266/2016, de 23/09/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1167/2016/Semsa, de 17/10/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os conselheiros que integrarão o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea), a seguir relacionados:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

I - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Titular: Maria Dolores Pelisão Tomé

Suplente: Maria Andreia Stanck

II - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA)

Titular: Denise da Silva Ribeiro

Suplente: Débora Francine Rau Ulrich de Carvalho

III - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Titular: Aline Roberta Cabral Reinhold

Suplente: Mayara Cristina Melleri

Titular: Stephanie Jackeline Modes Barreto

Suplente: Camila Vieira Sens

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Tiago André da Cunha
Suplente: Ionara Laiz Verdin Camargo

V - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE)

Titular: Rafael Jungton
Suplente: Caroline de Souza

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

Titular: Roberto Nagel
Suplente: Marilene Cassia dos Reis

VII - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI)

Titular: Josiane de Souza Passos
Suplente: Nilsa Luzzi

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**I - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO**

Titular: Edgar Hornburg
Suplente: Dorileia Reinke Hornburg

II - NÚCLEO REGIONAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO LITORAL NORTE

Titular: Antônio Jorge Poleza
Suplente: Valdirene Régia Bizolo Sommer

III - UNIÃO JARAGUAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (UJAM)

Titular: Agostinho Fernando Zimmermann
Suplente: Valmir Ferreira Cristóvão

IV - ENTIDADES RELIGIOSAS

Titular: Ana Elisa Moretti Pavanello
Suplente: Imelde Zanella

Titular: Rainízio Radünz
Suplente: Germano Martins

Titular: Cristiane Mara Klein Silva
Suplente: Sirley Aparecida Stein

V - NÚCLEOS SETORIAIS DA ALIMENTAÇÃO VINCULADOS À ACIJS/APEVI

Titular: Valdemir Michels
Suplente: Cintia Buzian

VI - SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (SEAGRO)

Titular: Celso Eduardo Wassmansdorf
Suplente: Sérgio Vitor Santini

VII - ENTIDADES QUE TRABALHAM COM PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Titular: Elisabete da Silva Coelho

Suplente: Livaneyde Maria Lins

VIII - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Titular: Sílvia Helena Olitta Morato Figueiredo
Suplente: Paulo Luiz Viteritte

IX - COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL (COPAJAS)

Titular: Katiane M. L. Murara
Suplente: Ivanete de Souza

X - NÚCLEO DE NUTRICIONISTAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO

Titular: Marlene Inês da Silva Felesbino
Suplente: Gisele Elisabeth de Souza

XI - NÚCLEO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS DO VALE DO ITAPOCU

Titular: Daniel Luiz Ampessan
Suplente: Fúlvio Goetten

XII - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO

Titular: Vicente Pereira
Suplente: Gilberto de Melo

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 21/10/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.009 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5.009 de 18 de OUTUBRO de 2016

“APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do conselho em reunião ordinária no dia 22 de setembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 18 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE – CME

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, NATUREZA, FINALIDADE, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E COMPETÊNCIA

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Esportes – CME, do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, e tem como finalidade estabelecer as normas que contemplam todos os mecanismos que visam garantir o pleno funcionamento do Conselho.

§1º. A partir deste parágrafo o conselho de que trata o art. 1º deste Regimento Interno, será mencionado pela sua sigla: CME.

§2º. O CME é vinculado ao órgão gestor do Esporte, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Seção II

Da Natureza e Finalidades

Art. 2º. O CME é instância de caráter permanente e composição paritária entre governo municipal e sociedade civil.

Art. 3º. O CME é instância consultiva, tem por finalidade acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do esporte no âmbito do Município de Joaçaba, estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Esporte, auxiliar na consolidação de Políticas Públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do Esporte Municipal.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Esporte terá como atribuições a formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos projetos e programas esportivos.

Seção III

Dos Princípios e Objetivos

Art. 4º. O CME norteará suas atividades pelos seguintes princípios

fundamentais:

I - Compromisso com dispositivos da Constituição Federal no que se refere ao Esporte;

II - Compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

III - Compromisso com as Leis Federais que regem o Esporte;

IV - Compromisso com a Lei Orgânica Municipal;

V - Compromisso com a Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Esporte de Joaçaba;

VI – Compromisso com o Plano Municipal de Esporte.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Esporte de Joaçaba tem por objetivo:

I - Aprovar a Política Municipal de Esporte em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Esportes;

II - Aprovar os planos, programas e projetos, de acordo com as prioridades estabelecidas e fiscalizar a execução dos mesmos;

III - Normatizar complementarmente as ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo do Esporte;

IV - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Esporte para compor o Orçamento Municipal;

V - Estabelecer diretrizes, apreciar, sugerir e aprovar os Programas/Projetos anuais e plurianuais da Diretoria Municipal de Esportes;

VI - Fiscalizar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os fomentos repassados às Associações Esportivas e o desempenho dos Programas e Projetos aprovados da Diretoria de Esportes;

Seção IV

Das Competências do Conselho

Art. 6º. Compete ao CME:

I – Elaborar/revisar o Regimento Interno, onde constará o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - Cooperar com o Conselho Estadual de Desportos e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;

III - Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

IV - Fornecer, quando solicitados, subsídios ao Poder Público e à comunidade, em projetos que visem a melhoria da prática de atividades físicas e do esporte no Município;

V - Avaliar, discutir, propor sugestões e deliberar sobre a aprovação ou rejeição dos projetos que versem sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros do município às entidades e as Associações Esportivas sediadas no Município;

VI - Zelar pela memória do esporte;

VII - Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde e a educação, visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;

VIII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos e o desempenho dos programas e

projetos aprovados, manifestando-se a respeito e sugerindo aprimoramentos;

IX - Fiscalizar e fazer cumprir a legislação;

X - Elaborar em conjunto com a Diretoria Municipal Esporte e as demais Entidades Esportivas do Município, o Plano e a Política Municipal de Desporto;

XI - Mediar conflitos entre as Entidades Desportivas do Sistema Municipal, quando solicitado;

XII - Emitir pareceres e recomendações sobre as questões desportivas municipais;

XIII - Estabelecer normas gerais sobre os desportos na forma da lei;

XIV – Outorgar o Certificado de Registro de Entidades Desportivas;

XV - Outorgar o Certificado de Programa ou Projeto Oficial do Município;

XVI - Coordenar e acompanhar o desenvolvimento da Política Municipal de Esportes, como membro do Sistema Desportivo Municipal, em parceria com demais integrantes do Sistema.

XVII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte;

Parágrafo único - Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DA INDICAÇÃO E ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Seção I

Da Composição do CME

Art. 7º. De acordo com Lei Municipal nº 3940 de 10 de dezembro de 2009 e suas alterações, o CME é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de Esporte de caráter consultivo e permanente, de composição paritária entre Instituições Públicas e Sociedade Civil Organizada, vinculado à Diretoria Municipal de Esportes, composto de (08) (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, assim representados:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) 01 Diretor de Esportes;
- b) 01 Servidor lotado na Diretoria de Esportes, formado em Educação Física;
- c) 02 Servidores efetivos do Município;

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) 03 Representantes das Associações Desportivas;
- b) 01 Representante do Conselho Regional de Educação Física.

Seção II

Da Indicação dos Representantes e suas Nomeações

Art. 8º. Os representantes governamentais, no CME, serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante a solicitação do Conselho.

Parágrafo único - Os representantes do Poder Público poderão ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação.

Art. 9º. Para a escolha dos representantes das Associações Desportivas no CME, será publicado Edital próprio para convocação de Assembleia, na qual serão escolhidos os 03 (três) Membros do Conselho e seus suplentes, (por meio de voto secreto ou aclamação) sendo que para

representação do Conselho Regional de Educação Física – CREF a Diretoria Municipal de Esportes solicitará a indicação de um representante e seu suplente por meio de Ofício com comprovante de recebimento.

Parágrafo único - As vagas dos representantes das Associações Desportivas não poderão ser providas por Servidores Públicos Municipais que desenvolvam atividades nas Associações Desportivas Ar 3º

Art. 10. As atividades dos membros do CME reger-se-ão pelas seguintes disposições:

I. Perderá o mandato o conselheiro que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no período de um ano ou for condenado em sentença por crime ou contravenção penal de qualquer natureza, previstos em Lei;

II. As faltas dos conselheiros nas reuniões do CME poderão ser justificadas, desde que apresentada a justificativa por escrito até a reunião ordinária subsequente a falta, sendo considerada justificada desde que o motivo seja relevante;

III. Cada membro do CME terá direito a um único voto para cada assunto colocado em votação;

Art.11. O mandato dos membros indicados pelas Representações no Conselho Municipal de Esporte será de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 12º. O Conselho Municipal de Esporte terá sua diretoria entre seus membros, por meio de eleição direta, para mandato de dois anos.

Art. 13 º. As funções de membro do Conselho Municipal de Esporte e de membro de suas comissões são consideradas de serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

Art. 14º. Os membros do CME eleitos, serão posteriormente nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por meio de decreto.

Art. 15º. São casos de perda de mandato:

- I. Exoneração;
- II. Processo administrativo com condenação;
- III. Desligamento da entidade, serviço, projeto, programa;

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das Atribuições de Membro do Conselho

Art. 17º. São atribuições dos membros do Conselho:

I - Relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu parecer e voto;

II - Participar das discussões e deliberações do Conselho;

III - Determinar, como relator, as providências necessárias à boa instrução do processo, inclusive solicitar diligência;

IV - Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;

V - Solicitar, em plenário, à Secretaria Executiva e às Comissões, por intermédio do Presidente, os esclarecimentos verbais que entender necessários;

VI - Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;

VII - Fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de exclusiva competência do Conselho;

VIII - Assinar os atos e pareceres dos processos em que for relator;

IX - Propor convocação de sessão extraordinária;

X - Propor emenda ou reforma do Regimento Interno do Conselho;

XI - Após justificar, declarar-se impedido de participar de votações;

XII - Exercer outras atribuições definidas em lei ou em regulamento.

Art. 18º - Aos Conselheiros poderá ser concedida, mediante requerimento, licença, a critério do Plenário, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias na vigência do mandato.

Art. 19º - Aquele que utilizar de sua condição de Conselheiro com má fé ou para fins diversos dos previstos no art. 6º, terá seu mandato submetido à cassação pelo voto da maioria do Plenário, sem prejuízo de outras penalidades previstas na forma da lei.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE DE JOAÇABA

Seção I

Da Organização do CME

Art. 20º. Para exercer suas atribuições, o CME tem a seguinte estrutura:

I. Plenária;

II. Mesa diretora;

III. Comissões e Grupos de Trabalho;

IV. Secretaria Executiva

Seção II

Do Funcionamento do CME

Art. 21º. O CME regulamentado funcionará mediante este Regimento Interno, observando sempre a sua estrutura.

Seção III

Da Plenária

Art. 22º. A Plenária é o órgão deliberativo e soberano do CME, com as seguintes atribuições:

I. Aprovar o Regimento Interno do Conselho;

II. Convocar reuniões extraordinárias;

III. Aprovar o cronograma anual das reuniões ordinárias mensais bimestrais;

IV. Deliberar sobre matérias encaminhadas para apreciação do Conselho;

V. Baixar normas de sua competência, necessárias à regulamentação da Política Municipal de Esporte;

VI. Aprovar propostas apresentadas por qualquer membro do CME, para criação ou extinção de Comissões Temáticas ou de Grupos de Trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração;

VII. Definir com o Órgão Executivo Municipal a que está vinculado o CME, com o suporte técnico – administrativo – financeiro, a política do funcionamento do CME e a indicação da secretaria executiva; eleger, dentre seus membros, o vice-presidente e o secretário;

VIII. Apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério, excepcionalmente, submetendo sua decisão à deliberação da próxima sessão do Conselho.

IX. Emitir resoluções para todas as deliberações aprovadas em assembleia e publicá-las oficialmente, no prazo de 10 dias úteis.

Art. 23º. As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente uma vez por bimestre ou extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria simples dos Conselheiros.

§1º. As reuniões ordinárias realizar-se-ão bimestralmente na segunda quinta-feira, conforme calendário de reuniões.

§2º. Quando se fizer necessária à mudança esporádica, do dia da reunião ordinária, a nova data da reunião deverá ser comunicada aos conselheiros com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo no expediente de convocação constar a ordem do dia.

§3º. As reuniões do CME serão convocadas pelo Presidente, como no mínimo 07 (sete) dias de antecedência, devendo no expediente de convocação, constar a ordem do dia; os pareceres emitidos pelos relatores, para decisão em plenária e a ata da reunião anterior, para leitura e apontamentos quando necessário,

§4º. As reuniões extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente ou pelos conselheiros, deverão ser convocadas com antecedência mínima de 48 horas.

§5º O intervalo entre a 1ª. e a 2ª chamada será de 15 (quinze) minutos. Não havendo quórum, a reunião será suspensa e transferida para nova data a ser definida pelo Presidente.

Art. 24º. As reuniões serão abertas ao público, vedado o uso da palavra e do voto, salvo se houver convite de algum dos conselheiros para fala, devendo, no entanto, ter prévia autorização do Presidente.

Art. 25º. Para validade das deliberações, o quórum do CME será de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros. As decisões, em plenária, serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo único - Em caso de empate na votação de qualquer assunto, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 26º. A duração das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias será de no máximo 01 (uma hora).

Parágrafo único - Os assuntos pendentes por falta de tempo em uma reunião deverão constar, obrigatoriamente, na ordem do dia da reunião subsequente.

Art. 27º. A aprovação ou rejeição dos assuntos apresentados para a deliberação do CME dar-se-ão pela maioria simples dos conselheiros presentes.

Art. 28º. Quando se tratar de matérias relativas à programas, planos, projetos, recursos, prestação de contas, eventos e promoções para as diversas áreas do Esporte de origem do gestor, antes de serem apreciados pelos Conselheiros, deverá haver prévio estudo por parte das Comissões.

§1º Todas as matérias a serem analisadas pelo CME, serão formalmente encaminhadas para o Secretário, com no mínimo (7) sete dias úteis de antecedência à reunião, ordinária ou extraordinária do CME;

§2º O secretário do CME, após certificar o recebimento da matéria, encaminhará com no mínimo (7) sete dias úteis de antecedência, para as respectivas comissões.

Art. 29º. O Conselho Municipal de Esporte poderá realizar sessões solenes para comemorações ou homenagens, que serão consideradas ordinárias se coincidirem com as sessões ordinárias do Conselho.

Parágrafo único - O Plenário poderá destinar parte da sessão a comemorações ou interromper os seus trabalhos, em qualquer tempo, para recepção à personalidade, por proposta do Presidente ou de Conselheiro.

Art. 30º. Poderá a sessão ser suspensa ou encerrada por:

I. Conveniência de ordem disciplinar;

II. Falta de quórum para votação das proposições;

III. Falta de matéria a ser discutida.

Parágrafo único - Fora dos casos expressos no "caput", somente mediante deliberação do Plenário, a requerimento de um terço, no mínimo, dos Conselheiros presentes, poderá a sessão ser suspensa ou encerrada.

Art. 31º. Em cada reunião do CME haverá:

I. Aprovação da ata da reunião anterior, com leitura quando for o caso.

II. Expediente;

III. Ordem do dia;

IV. Palavra livre

§1º. Constará do expediente, a leitura de comunicações encaminhadas ao Conselho. Cada conselheiro terá um tempo de 2 (dois) minutos para pronunciar-se, porém o tempo máximo para

expediente será de 5 (cinco) minutos.

§2º. O período destinado à ordem do dia obedecerá a pauta preestabelecida, com inclusão, retirada, alteração, leitura dos pareceres, discussão, que serão submetidas à votação.

§3º. A ordem do dia será estabelecida pela Presidência, salvo quando se tratar de convocação extraordinária por iniciativa de conselheiros.

§4º. Em plenária, para deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia, após a apresentação, a palavra será dada aos conselheiros para apresentarem suas opiniões e pronunciamentos.

§5º. Quando a matéria envolver apresentação de pareceres emitidos pelas comissões ou por um conselheiro relator, a palavra será dada ao relator, que exporá seu parecer, no prazo de no máximo 10 (dez) minutos, seguindo-se o pronunciamento e apresentação de emendas pelos demais conselheiros.

§6º. Cabe a cada conselheiro o prazo de no máximo 5 (cinco) minutos para pronunciamento, ouvindo-se o relator por igual período quando o pronunciamento tratar de modificação do parecer.

§7º. Cabe ao presidente dilatar o prazo estipulado no parágrafo anterior, quando o assunto for, por ele considerado essencial.

§8º. Dentro de seu tempo limite, os conselheiros que fizerem uso da palavra, poderão conceder apartes, sendo permitida a réplica e a tréplica.

§9º. Ao pronunciar-se o conselheiro deverá ater-se à matéria em discussão.

§10. Enquanto a matéria estiver em discussão, apenas o relator poderá interferir a qualquer momento, para responder, justificar ou prestar esclarecimentos sobre a matéria, sem estar inscrito.

§11. Constará da palavra livre, um espaço não superior a 2 (dois minutos) para cada conselheiro, fazer seu pronunciamento final. Observado o tempo regulamentar da reunião

Art. 32º. As matérias incluídas na ordem do dia poderão receber emendas:

- I. Antes de iniciada a discussão, se for levantadas questões de ordem sobre a mesma;
- II. Durante a discussão, devendo as emendas ser apresentadas por escrito ao presidente do CME.

Art. 33º. Quando as emendas apresentadas não forem acatadas pelo relator, o procedimento de votação se dará da seguinte forma:

- I. Discussão e votação das emendas pela ordem inversa de apresentação, da última para a primeira;
- II. Discussão e votação do parecer do relator.

Seção IV

Da Ata

Art. 34º. Das sessões do Conselho serão lavradas atas, assinadas pelos presentes.

Art. 35º. As sessões do Conselho terão início com a aprovação da ata da reunião anterior, enviada antecipadamente por e-mail para leitura e adequações por parte dos conselheiros.

§1º - Não havendo manifestações contrárias ao teor da ata, ela será aprovada e subscrita pelos Conselheiros presentes que participaram da sessão anterior.

§2º - As retificações requeridas por Conselheiros serão inseridas

na ata enviada por e-mail e reencaminhadas ao secretário do CME. Art. 36º. A ata será lavrada mesmo que a sessão não seja iniciada, fazendo-se dela constar os nomes dos Conselheiros presentes.

Seção V

Do Expediente

Art. 37º. No expediente, o Presidente dará ciência, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições e outros documentos dirigidos ao Conselho.

Parágrafo único - As proposições e papéis deverão ser entregues ao Presidente até o momento da instalação dos trabalhos, para leitura e encaminhamento.

Seção VI

Das Proposições da Ordem da Pauta

Art. 38º. A ordem das proposições será organizada pelo secretário.

§1º - Na organização, o secretário colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência, seguidas de um regime de prioridade e, finalmente, das em regime de tramitação ordinária, na seguinte sequência:

I - votações adiadas;

II - discussões adiadas;

III - proposições que independem de pareceres, mas dependem de apreciação do Plenário;

IV - proposições com pareceres aprovados pelas Comissões.

§2º - Os atos do Presidente, sujeitos à homologação do Plenário, serão incluídos em último lugar, dentro do grupo correspondente ou regime em que tramitam.

Seção VII

Das Emendas às Proposições

Art. 39º. A emenda à proposição constante na pauta só poderá ser apresentada antes de iniciada a discussão da proposição e haverá deliberação se ela for acatada pelo relator.

Parágrafo único - As emendas deverão ser apresentadas por escrito.

Seção VIII

Da Discussão e da Votação das Proposições

Art. 40º. Iniciada a discussão, a palavra será dada ao relator, que terá o tempo necessário para dar conhecimento da matéria ao Plenário.

Parágrafo único - O Conselheiro terá liberdade de se pronunciar na ordem em que solicitar a palavra.

Art. 41º. A votação e as discussões de matérias poderão ser adiadas mediante requerimento de Conselheiro, apresentado antes de iniciadas as discussões e se aprovado pelo Plenário.

Art. 42º. Encerradas as discussões, nenhum Conselheiro poderá usar da palavra sobre o assunto debatido, salvo para encaminhamento de votação.

Art. 43º. Antes do início da votação de qualquer matéria será concedida vista ao Conselheiro que a pedir, devendo o processo voltar à pauta na mesma sessão.

Art. 44º. As votações serão simbólicas, podendo qualquer Conselheiro requerer votação nominal.

Seção IX

Dos Assuntos Gerais

Art. 45º. Em Assuntos Gerais será dada a palavra aos Conselheiros que a solicitarem, para versar sobre assunto de livre escolha, cabendo a cada um 03 (três) minutos, no máximo, salvo manifesto interesse da maioria dos Conselheiros e autorização do Presidente para prorrogação predeterminada do tempo de pronunciamento.

Seção X

Da Mesa Diretora

Art. 46º. A Mesa Diretora do CME será composta por: Presidente, Vice-presidente e Secretário.

§1º. O Diretor de Esportes exercerá a Presidência do Conselho de Esportes, conforme redação dada pela Lei nº 4553/2014.

§2º. O Vice-presidente e Secretário serão escolhidos entre os conselheiros titulares presentes na reunião em que estiver em pauta a eleição da mesa diretora do CME.

§3º. A escolha do Vice-presidente e Secretário dar-se-á pela maioria simples dos membros presentes, com voto direto, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§4º. Os conselheiros nomeados através de decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal reunir-se-ão sob a Presidência do CME para a eleição do Vice-presidente e Secretário.

§5º. A eleição do Vice-presidente e Secretário dar-se-á na reunião ordinária de posse dos novos Conselheiros do CME, que encerrará o mandato dos Conselheiros anteriores, iniciando seu mandato a partir desta data e que deverá ocorrer após o decreto de nomeação.

§6º. Quando houver vacância de um membro nos cargos de Vice-presidente e/ou Secretário cabe a plenária decidir sobre a ocupação do cargo vago.

Art. 47º. Compete à Mesa Diretora:

I. Coordenar, articular e garantir o papel e a missão institucional do CME;

II. Dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do Conselho;

III. Convocar reuniões extraordinárias;

IV. Encaminhar as questões administrativas, submetendo-as à apreciação e aprovação do Plenário;

V. Definir os ritos para a acolhida de denúncias, reivindicações ou outras manifestações da sociedade, submetendo-os à apreciação e aprovação pelo Plenário;

VI. Apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério, excepcionalmente, submetendo sua decisão à deliberação da próxima sessão do Conselho.

VII. Dar encaminhamento às questões que lhe tenham sido delegadas pelo Plenário, bem como às surgidas entre sessões, submetendo-as à apreciação e aprovação pelo Plenário na sessão subsequente.

VIII. Observar e fazer cumprir este Regimento Interno.

IX. Coordenar a representação política do CME na relação com o Conselho Estadual e Nacional de Esportes, bem como na relação com os demais conselhos ligados à área da Esporte ou de todas as políticas públicas;

X. Garantir a primazia e a soberania da plenária nas decisões políticas do CME.

Art. 48º. Compete ao Presidente:

I. Convocar e presidir as reuniões do CME;

II. Delegar competências a qualquer dos membros do CME funções que julgar necessárias ao bom funcionamento do Conselho.

III. Distribuir matérias;

IV. Nomear os integrantes das Comissões;

V. Designar relator para os assuntos em pauta;

VI. Participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;

VII. Representar o CME tanto judicialmente quanto extrajudicialmente;

VIII. Dispor sobre as formas de encaminhar as decisões do CME aos órgãos competentes sejam eles governamentais ou não;

IX. Solicitar a publicação, na forma da lei das Resoluções do Conselho;

X. Solicitar informações, quando julgar necessárias aos órgãos governamentais ou não governamentais, sobre Serviços, Projetos e/ou Programas de Esportes encaminhados, realizados e até suspensos e concluídos;

XI. Decidir sobre os requerimentos, declarações ou representações que lhe forem dirigidas;

XII. Cumprir e fazer cumprir o presente Regime Interno;

XIII. Participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;

XIV. Formular consultas e promover conferências sobre matéria do interesse do Conselho;

XV. Representar o Conselho ou delegar representações;

XVI. Submeter à apreciação da Plenária, os convites para representação em eventos externos, oficializando a representação;

XVII. Mobilizar os meios e recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;

XVIII. Após processo circunstanciado, aplicar penas disciplinares;

XIX. Autorizar a execução de serviços fora da sede do Conselho;

XX. Manter contato permanente com o Conselho Estadual de Desportos e, sempre que possível, com os demais Conselhos Municipais de Esporte do Estado;

XXI. Determinar a elaboração de normas para execução dos serviços administrativos;

XXII. Conceder licença, a critério do Plenário, aos Conselheiros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XXIII. Assinar resoluções, pareceres e correspondências em geral do Conselho;

XXIV. Assinar solicitação, ao órgão competente, de recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;

XXV. Decidir sobre questões de ordem;

XXVI. Exercer as demais atribuições não especificadas nesse Regimento e inerentes à sua função, "ad referendum" do Plenário.

Art. 49º. Compete ao Vice-presidente:

I. Substituir o Presidente em seus impedimentos;

II. Auxiliar o presidente no cumprimento de suas atribuições;

III. Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

Art. 50º. Compete ao Secretário:

I. Assessorar o Presidente e o Vice-Presidente no cumprimento de suas funções específicas e nas tarefas por eles designadas;

II. Prestar as informações que lhe forem solicitadas nas reuniões pelo Presidente ou por Conselheiros;

III. Coordenar os trabalhos das Comissões;

IV. Lavar as atas das reuniões e encaminhá-la aos conselheiros para leitura e adequações;

V. Elaborar as pautas das reuniões e submetê-las ao Presidente para aprovação;

VI. Encaminhar a execução das medidas aprovadas pelo Plenário.

VII. Redigir resoluções do Conselho, submetendo-as a aprovação e posterior assinatura do Presidente;

VIII. Manter arquivo de todos os documentos recebidos e/ou expedidos pelo Conselho;

IX. Registrar as faltas dos Conselheiros, bem como suas justificativas.

Seção X

Das Comissões

Art. 51º. Para fins de assessoramento técnico e estudo de assuntos de competência do Conselho Municipal de Esporte, o Presidente poderá constituir Comissões.

Art. 52º. As Comissões serão constituídas por área temática, definindo-se atribuições e determinando-se os componentes.

Art. 53º. As Comissões serão ouvidas todas as vezes que o Plenário solicitar.

Art. 54º. Para exame de assuntos específicos, poderá a Comissão convocar qualquer Conselheiro vinculado à matéria em pauta.

Art. 55º. Caberá à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

Art. 56º. Cada Comissão será composta de no mínimo 03 (três) membros, dentre os quais será eleito o seu Coordenador.

Art. 57º. Os pronunciamentos das Comissões terão caráter de parecer e serão submetidos à discussão e votação da Plenária.

Art. 58º. As matérias distribuídas às Comissões serão objeto de parecer escrito, devendo os Conselheiros discordantes, caso julguem necessário, apresentar nota técnica à parte.

Art. 59º. Poderão participar dos trabalhos das Comissões, como convidados e sem direito a voto, técnicos de reconhecida competência, ou representantes das entidades interessadas, para esclarecimento das matérias em debate.

Art. 60º. As deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria dos presentes com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços)

dos seus membros.

Art. 61º. Compete às Comissões:

I - Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos Conselheiros;

II - Dar parecer e promover estudos técnicos e pesquisas sobre assuntos relativos à sua competência, tomando a iniciativa na elaboração das proposições necessárias;

III - Baixar processos em diligência para complementar sua instrução ou para determinar o cumprimento de exigências indispensáveis à apreciação do requerido.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62º. O período de atividades ordinárias do Conselho Municipal de Esporte será de 1º de fevereiro a 20 de dezembro.

Art. 63º. A apresentação de matéria para deliberação do Conselho Municipal de Esporte compete:

I - ao Prefeito Municipal;

II - ao Diretor Municipal de Esportes;

III - ao membro do Conselho Municipal de Esporte;

IV - a quem tiver legítimo interesse, mediante petição fundamentada.

Art. 64º. As alterações do Regimento Interno somente poderão ser efetuadas pela Plenária através de requerimento de qualquer dos conselheiros sendo que para a devida aprovação deverá obter maioria simples.

Parágrafo único - As sugestões para alterações, inclusão e exclusão poderão somente ser apresentadas nas reuniões plenárias ordinárias e submetidas a apreciação da plenária.

Art. 65º. Os conselheiros designados relatores de determinado processo, quando for o caso, deverão receber da secretaria executiva do CME os processos devidamente protocolados e numerados, assim também as comissões.

Art. 66º. O parecer quanto ao processo a ser analisado pela plenária deverá conter:

I. Objeto;

II. Histórico;

III. Análise;

IV. Parecer final.

Art. 67º. O relator e/ou comissão deverá entregar o parecer ao secretário no prazo que lhe foi determinado.

Art. 68º. O CME não apreciará matéria de natureza estritamente pessoal.

Art. 69º. Os casos omissos e/ou não previstos neste Regimento Interno serão analisados e decididos em plenária pelo Conselho.

Art. 70º. O presente Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação em Plenária e homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de Decreto.

RESOLUÇÃO Nº 005/2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"

A Secretária de Saúde do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, conforme relação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Maira Dalsoglio, Janaina Marostica, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Leda Fátima Paza, Desiree Aparecida Pino Gomes, Leila Angelica Pauli Bauermann, Fabio Junior Zanin, Revelino Antonio Sartori, Aline Piva, Auriel Parizotto, Tailise Cristina Kopp, Adriano Daniel Pasqualotti, Alceu Sebastião de Lima, Paula Giovana Kleber, Marcia Maria Zimmermann Magro, João Carlos Toledo Sampaio, Jesiel de Oliveira, Isabel de Carli Bortoli, Mariana Zopeletto, Erlo Lutz, Caroline Bastos Sampaio, Diego Mauro Bairros, Angela Signori, Jessica Aparecida Boff, Andreiza Hilda Karch Pereira, Débora Lopes Cesar, Charline Zarpelon, Tuany Couto Ritter, Luisa Cavalcanti Carneiro Monteiro, Geovane Maria Lorenzetti, Guilherme Augusto Trentin da Silva, Eliane Aparecida Ceron Vier e Marcella de Mattos.

(MMJ0378,MMJ0548,MMJ0338 – Nissan Versa Branco 2014)

(MMA4673,MMA4583,MMA4733 – Renault Logan Branco 2013)

(MJL4315 – Renault Logan Prata 2012)

(OKF9845 – VW UP Take Branco 2015)

(MJP1149 – Corsa Classic Branco 2011)

(MEM3384 – VW Gol 1.0 Branco 2009)

(MHW5163 – Fiat Doblô Hlx Branco 2010)

(MKK8395 – Chevrolet Onix 1.0 Branco 2014)

(MFH9514 – Fiat Doblô Branco 2008)

(MJQ8699 – Chevrolet Corsa Branco 2011)

(MLS0136 – Fiat Strada Working Branco 2013)

(MJU9195 – Fiat Uno Economy Branco 2013)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação dos servidores deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 004/2016.

Joaçaba, SC, 20 de Outubro de 2016.

Paula Giovana Kleber

Secretária de Saúde

Prefeitura de Joaçaba

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 – PLASS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 – PLASS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2016/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ CLINIMED – CLÍNICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.070.739/0001-03, estabelecida na Rua Aparicio Ribeiro, nº 109, 1º andar, Centro, no Município de Capinzal, SC, CEP 89.665-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. PAULO ROBERTO GONÇALVES DO NASCIMENTO, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 4.891 e CPF nº 283.160.370-68.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2016, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 20 de outubro de 2016.
PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE JOAÇABA(SC) – PLASS
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0046/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0061/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2016

PROTOCOLO JHL 2706/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0046/2016 – Licitação 0061/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC, PEAD, FERRO FUNDIDO E DE LARGA TOLERÂNCIA PARA UTILIZAÇÃO EM CONSERTOS DE ADUTORAS, REDES DE ÁGUA E REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 08/11/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/11/2016 às 9h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 21/10/2016 a 08/11/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 20 de outubro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

PREGÃO 0050/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0068/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2016

PROTOCOLO JHL 2976/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0050/2016 – Licitação 0068/2016, TIPO MENOR PREÇO POR , que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B PLACAS MHY7333 E CAMINHÃO FORD CARGO 815 PLACAS MB6131 E SAVEIRO 1.6 DE PROPRIEDADE DO SIMAE

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 07/11/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/11/2016 às 9h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 21/10/2016 a 07/11/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 20 de outubro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0075/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0075/2016
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0095/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0037/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013
PROTOCOLO Nº 2530/2013

Data assinatura: 20/10/2016

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 0,096 (Noventa e seis centésimos de real) por cópia.

Projeto/Atividade: 14.01

Função/Programa: 2.060/2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.12.00.00.00.

Prazo de vigência: 01/11/2016 a 31/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0076/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0076/2016
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0082/2014
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0043/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2014
PROTOCOLO Nº 2845/2014

Data assinatura: 20/10/2016

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES S/A.

Valor Contratado: -1.88% (um vírgula oitenta e oito por cento negativo).

Projeto/Atividade: 14.01

Função/Programa: 2.060/2.061/2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.40.00.00.00.

Prazo de vigência: 03/11/2016 a 31/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 08-A/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-A/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016
PROCESSO Nº 37/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para atender demandas judiciais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada afirmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 63.048,97 (sessenta e três mil quarenta e oito reais e noventa e sete centavos), sendo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 00.802002/0001-02 COM SEDE A ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 – FUNDO CANOAS CEP 89.163-554 – RIO DO SUL/SC.

Lages, 19 de outubro de 2016
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal (em exercício)

EXTRATO ARP 08-B/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-B/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016
PROCESSO Nº 37/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para atender demandas judiciais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada afirmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 159.715,30 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e quinze reais e trinta centavos), sendo:

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP – CNPJ 06.035.038/0001-86 RUA RUI BARBOSA Nº 69 CENTRO ARARANGUA/SC CEP 88.900-007.

Lages, 19 de outubro de 2016
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal (em exercício)

EXTRATO ARP 08-C/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-C/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016
PROCESSO Nº 37/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para atender demandas judiciais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada afirmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 83.878,88 (oitenta e três mil oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), sendo:

VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 00.088.317/0001-21 AV. SÃO PAULO, 862 BAIRRO SÃO GERALDO – PORTO ALEGRE/RS CEP 90.230-160.

Lages, 19 de outubro de 2016
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal (em exercício)

RERRATIFICAÇÃO Nº 04 PP 23-2016 SMS

RERRATIFICAÇÃO Nº 04

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 20 de outubro de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário da Administração

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2016**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

02/2016

A Prefeitura do Município de Lages por meio da Fundação Cultural de Lages torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o Edital de Credenciamento de profissionais especializados para realização de estudos de patrimônio cultural no Município de Lages na forma estabelecida neste Edital, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei Municipal Complementar nº 22 de 21 de setembro de 1995.

1.0 DO OBJETO

1.1 Credenciamento de profissionais especializados nas áreas de Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, História, Sociologia e Ciências Sociais, para realização de estudos de patrimônio cultural no Município de Lages.

3.0 DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

3.1 Os interessados ao credenciamento poderão se inscrever preenchendo Ficha de Inscrição, conforme modelo no Anexo I do edital, e apresentar em envelope lacrado ou enviar via correios, para Fundação Cultural de Lages, Rua Benjamin Constant, 141, Centro, Lages/SC, CEP. 88.505-110 fone: (49) 3224 7425, e-mail: fcl@lages.sc.gov.br, com cópias dos seguintes solicitados.

12.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.4 O presente Edital de Credenciamento encontra-se afixado na Fundação Cultural de Lages e disponibilizado no site www.cultura.lages.sc.gov.br e www.lages.sc.gov.br.

Lages/SC, 20 de outubro de 2016.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.731/16

DECRETO Nº 4.731 DE 07 OUTUBRO DE 2016.
"DELEGA COMPETÊNCIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais com base no art. 68 na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração;

Considerando a necessidade de otimizar os recursos e as ações que dizem respeito ao tráfego e trânsito,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada, ao Comandante da Guarda Municipal de Laguna a competência para gerenciar os recursos que são destinados à Guarda Municipal, bem como, gerenciar, regulamentar e dispor sobre o planejamento do tráfego e trânsito, inclusive aprovar previamente pedido de compras de mercadorias e ou materiais que digam respeito ao tráfego.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.732/16

DECRETO Nº 4.732 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 18 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Unidade: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Proj/Atividade: 2.600 – Proteção à criança em situação de risco - FIA
Elemento da Despesa: 32 – 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 18 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Unidade: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Proj/Atividade: 2.600 – Proteção à criança em situação de risco - FIA

Elemento da Despesa: 33– 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.736/16

DECRETO Nº 4.736 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 18 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Unidade: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Proj/Atividade: 2.601 – Capacitar e Formar Conselheiros
Elemento da Despesa: 4 – 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 18 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Unidade: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Proj/Atividade: 2.601 – Capacitar e Formar Conselheiros
Elemento da Despesa: 1 – 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0000 - Diárias Civil R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.737/16

DECRETO Nº 4.737 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elemento de Despesa - 7 - 3.3.90.14.00.00.00.00.01.000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elemento de Despesa - 12 - 3.3.90.92.00.00.00.00.01 – Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.738/16

DECRETO Nº 4.738 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 22.270,00 (vinte e dois mil, duzentos e setenta reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elementos de Despesa:
5 - 3.1.90.94.00.00.00.00.01.000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 15.000,00
11 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.270,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elementos de Despesa:
2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00
12 - 3.3.90.92.00.00.00.00.01.0000 – Despesas de Exercícios

Anteriores R\$ 7.270,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1003/2016

PORTARIA RH Nº 1003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA IVONE DA ROSA KIELING PEREIRA, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tratamento Fora de Domicílio, DS 3, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Outubro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1006/2016

PORTARIA RH Nº 1006/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MATHEUS PEIXOTO PHILIPPI Guarda Municipal, do dia 17.10.2016 a 15.11.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Outubro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1007/2016

PORTARIA RH Nº 1007/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LEANDRO DE ARAÚJO Guarda Municipal, do dia 17.10.2016 a 15.11.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Outubro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1009/2016

PORTARIA RH Nº 1009/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 174.132.685-8, espécie 42, o Sr. JORGE LUIZ MOREIRA, Economista, com lotação na Secretaria da Fazenda e Serviços Públicos, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Outubro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1010/2016

PORTARIA RH Nº 1010/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CAMILA JAQUELINE ROSA para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Profº Laurení Vieira de Souza – Vila Vitória, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Outubro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 115/2016**

DECRETO Nº 115/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

06 - SEC. MUN. DO TURISMO, CULTURA E DO DESEN. ECÔNOMICO

06.02 - Departamento da Cultura

2.026 - - Manutenção de Atividades Culturais

DOTAÇÃO 188

3.3.90.00.00.1213 - Aplicação Direta R\$ 3.600,00

Total: R\$ 3.600,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o Mês de Outubro da fonte 1213 (Transferências de Convênios do Estado / Outros).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 116/2016

DECRETO Nº 116/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.541,00 (Cinquenta Mil, Quinhentos e Quarenta e Um Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 8

3.1.90.00.00.1165 - Aplicação Direta R\$ 45.000,00

DOTAÇÃO 17

3.3.90.00.00.1165 – Aplicação Direta R\$ 5.541,00

TOTAL R\$ 50.541,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação verificado na fonte 1165 (SAMU/SUS) até o mês de Outubro de 2016;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2016 PMLM

RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2016 PMLM

PROCESSO 69/2016 PMLM

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO PMLM N. 01/2016

ONDE LE-SE:

Data a partir: 20/10/2016

Horário: até 09h00min

LEIA-SE:

Data a partir: 20/10/2016

Horário: a partir das 09h00min

Lauro Muller, 19 de outubro de 2016

JAIR F MADEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

TOMADA DE PREÇO Nº 71/2016 – PMLM

TOMADA DE PREÇO Nº 71/2016 – PMLM

PROCESSO Nº 71/2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 8 de novembro de 2016 às 09:30 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente para execução de serviços remanescentes da ampliação unidade básica de saúde PSF Itanema conforme Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Minuta em Anexo. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller 20 de outubro de 2016

JAIR F MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITACAO

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2016

DECRETO Nº. 054/2016 de 20 de outubro de 2016.
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais no dia 28 de outubro, dia do funcionário público no horário normal de expediente, exceto nas repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados e aqueles já estabelecidos em calendários.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas com os dias de férias correspondentes.

Parágrafo único. A compensação da carga horária suspensa será realizada apenas por aquele que usufruiu do ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 20 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios – DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 055/2016

DECRETO Nº. 055/2016 de 20 de outubro de 2016.

Nomeia membros para o Conselho Escolar das Escolas e dos C.M.E.Is do município de Lebon Régis – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e com estabelecido na Lei Municipal nº 1.552/2016 de 30 de junho de 2016 DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Escolar das Escolas e C.M.E.Is da Rede Municipal de Ensino conforme abaixo segue:

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES

GESTORA: ROSELI APARECIDA DE LIMA

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: JEAN CARLOS SILVEIRA

Suplente: ANGELA SALETE KOCH

Titular: ZENILDA DAS GRAÇAS WILLIMANN RIBEIRO

Suplente: ELIANE SCHEFFMACHER FELIPUS

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS

Titular: ELAINE APARECIDA FOGAÇA

Suplente: ELIANE CARDOSO DOS SANTOS

Titular: JUCINEI VIEIRA DE FREITAS

Suplente: PATRÍCIA PEREIRA DE OLIVEIRA

Titular: ANARA CRISTINA C. DE SOUZA

Suplente: JOCELMA DE FÁTIMA NOGUEIRA SILVA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Titular: LUCIANO DE SOUZA BAUER

Suplente: SÔNIA MAEBERG DE MARAFIGO

ESCOLA MUNICIPAL NUCLEADA LINHA VITÓRIA

GESTORA: JAKELINE RIBEIRO MELLO

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: LILI FELISBINO COSTA

Suplente: JACKSON FERNANDO FERREIRA DE ARAÚJO

Titular: JANE ROSE KERN MELLO

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS

Titular: SABRINA VESARO

Suplente: LUIZ ALONSO DA SILVA

Titular: LEONILDA PRESTES SCHULTZ

Suplente: AMAILDO BARRETE

Titular: JOSÉ ALVES JÚNIOR

Suplente: CLAUDINÉIA DE VARGAS DAMIÃO

REPRESENTANTES DOS ALUNOS

Titular: MAÍVE CARVALHO DA SILVA

Suplente: DÉBORA DEMARTINI

ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL

GESTORA: SILVANA SCHEFFMACHER CARNEIRO DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Titular: IVONE CORREIA DOS SANTOS ALVES

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: LEOCIR GEOVANI PERETTI

Suplente: ROSELI DE MELLO

Titular: JANETE TEREZINHA DE MELLO

Suplente: IVONETE APARECIDA ALVES MOREIRA

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS

Titular: ROSE PRATES

Suplente: CLEUSA ALVES DE OLIVEIRA PERETTI

Titular: PATRICIA FARIAS AZEREDO

Suplente: SUZANE CAETANO ALVES

Titular: IDALINA VIEIRA CARDOZO

Suplente: SALETE GRANEMANN FURTADO

ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO RIO DOCE

GESTORA: TANIA DE FÁTIMA MOREIRA

REPRESENTANTE DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Titular: ROSANGELA DA SILVA CORRÊA DOS SANTOS

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: ARIANE ÁVILA DE LIMA SOUZA

Suplente: JANETE TOSCANINI BINELLO

Titular: LEILA CARLIN MACHADO

Suplente: RODRIGO PIRES DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS

Titular: DONIRIA BORGES PADILHA

Suplente: IVONEI PIRES DE OLIVEIRA

Titular: DULCINÉIA OLIVEIRA WEBER
Suplente: RODRIGO RIBEIRO DE LIMA

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO NÚCLEO RIO DOCE

Titular: ATAMIRES ALVES FERMINO
Suplente: ANDRÉA ALVES FERMINO

ESCOLA NUCLEADA MUNICIPAL SANTA CATARINA
GESTORA: ZENEIDE CARLIN TIBES

REPRESENTANTE DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Titular: SIMONE DE FÁTIMA COLAÇO

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titular: ELIS DENISE VIDAL
Suplente: ELIZABETE DE OLIVIERA LIMA
Titular: ADRIANE DIAS ASSUNÇÃO
Suplente: TALITA CIRENE DE MORAES

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS
Titular: JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA
Suplente: RODRIGO PONTES FERNANDES
Titular: JOCELI DE FATIMA RIBEIRO ALVES DOS SANTOS
Suplente: ADRIANA XAVIER
Titular: ROSELENE DE FÁTIMA DO AMARAL
Suplente: SIDINEI JOSÉ GONÇALVES DE ARAUJO

REPRESENTANTES DOS ALUNOS
Titular: ADRIAN GUILHERME DOS SANTOS VIDAL
Suplente: ANDRÉ CARLOS DOS SANTOS PRESTES

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO (COMUNIDADE FAXINAL DE SÃO PEDRO)
Titular: SIRLEI TERESINHA BAUERLE
Suplente: JOSÉ ORLANDO FLOPAS

ESCOLA MUNICIPAL NUCLEADA RIO DO MEIO

GESTORA: ELIZETE DOS SANTOS RODRIGUES DE MORAES
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titular: NEUZA DE FÁTIMA DIAS
Suplente: RODRIGO JOSÉ DIAS
Titular: RONIEVON WEBBER DE MORAES
Suplente: DAMIAN DE SOUZA

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS
Titular: MARCIA GUESSER
Suplente: ADÉLCIO FARIAS
Titular: GILCE MARTINS
Suplente: ESTELLA DIAS
Titular: TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS
Suplente: EDIR ALMEIDA FERNANDES
REPRESENTANTES DOS ALUNOS:
Titular: MATEUS GABRIEL ROCHA FARIAS
Suplente: MARLENE MARAFIGO

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO RIO DO MEIO/SERRA DA ESPERANÇA/ CAÇADOR GRANDE
Titular: ANTONIO PADILHA
Suplente: PEDRO MARTINS

C.M.E.I. WALMOR CARLIN DO PRADO
GESTORA: IVANI TEREZINHA DE MELO XAVIER

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
Titular: MAURITA APARECIDA ABRÃO DA SILVA
Suplente: JULICE APARECIDA DA SILVA RIZZO

Titular: FRANCIELLE CARNEIRO DE SOUZA
Suplente: GILVANIA REGINA CAVALIERI

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS:
Titular: CASSIANO RICARDO DE SOUZA BORBA
Suplente: DAIANE NUNES DE OLIVEIRA MAURICIO
Titular: JOSOENNI RAUEN XAVIER
Suplente: NEIRE DAS GRAÇAS LUIZ
Titular: JOSÉ DE CAMPOS
Suplente: ADELITA APARECIDA DA SILVA

C.M.E.I. PRIMEIROS PASSOS
GESTORA: KELI CRISTINA DALPIAZ DE SOUZA

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
Titular: ELENICE RIBEIRO DA SILVA
Suplente: LEONIRA RIBEIRO
Titular: MARIA VATRIN
Suplente: GILCEMARA APARECIDA BATISTA DE SOUZA

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS:
Titular: LUCIMARI KREPEL MELO
Suplente: DÉBORA DA SILVA DREHER
Titular: JESSICA DOS SANTOS
Suplente: JULIANE RIBEIRO DA SILVA
Titular: MARCIA DUMAS
Suplente: PATRÍCIA MACHADO

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO NÚCLEO RIO DOCE
Titular: ANDREIA ALVES FIRMINO
Suplente: TAMIRES ALVES FIRMINO

C.M.E.I. COMECINHO DE VIDA
GESTORA: SIRLEI PIRES DE MORAES ALVES

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
Titular: CLAUDETE APARECIDA DE OLIVIERA
Suplente: ZENITA ALVES DOS SANTOS
Titular: ARLINDA SILMARIA VIEIRA
Suplente: GIOVANA DO PRADO GOETTEN

REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS:
Titular: DANIELA SANTOS
Suplente: CRISTIANE MIRANDA
Titular: BERNADETE DIAS
Suplente: LUCIANE APARECIDA RIBIERO
Titular: ROSENIR SCHEFFMACHER
Suplente: CIRENE RIBEIRO DA SILVA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SRA. DE LOURDES
Titular: DIRCEU CAETANO DA SILVA
Suplente: SONIA MAEBERG

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 20 de outubro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios – DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO - PL 093/2016 - PP 063/2016 - MÓVEIS SOB MEDIDA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 093/2016 - PML

Pregão Presencial nº 063/2016 – PML

AVISO DE ALTERAÇÃO

RETIFICAÇÃO DOS ITENS – ANEXO I

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento de todos a RETIFICAÇÃO dos itens 06 e 07 do Anexo I do Edital PP nº 063/2016.

Os demais ditames do processo licitatório permanecem inalterados.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a fabricação, montagem e instalação de móveis sob medida, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, Grupamento Policial Militar e Polícia Civil, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 03 de novembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 03 de novembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 094/16 – IL 010/2016 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2016/FMS - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 010/2016

Credenciamento n. 002/2016/FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, GABRIELA MARTINAZZO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 094/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Inexigibilidade (Credenciamento n. 002/2016/FMS)

- Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médico de consultas e procedimentos, na especialidade descritas no Anexo I, sendo o atendimento nas Unidades de Saúde do Município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA EIRELI

*IGOC SERVIÇOS MEDICOS LTDA

*TAGLIETTI SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA - EPP

Luzerna (SC), 17 de outubro de 2016.

GABRIELA MARTINAZZO

GESTORA DO FMS

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 83.396.002/0001-79

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Nota Fiscal nº. 009 R\$ 19.227,60

Valor Total: R\$ 19.227,60

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, visto a mesma ser responsável pelos atendimentos ambulatoriais e acompanhamentos de pacientes em reabilitação de desenvolvimento neuropsicomotor de pacientes do SUS, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 361/2016 - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 81.142.994/0001-82

LABORATÓRIO ANACLIN S/C LTDA

Nota Fiscal nº. 269 R\$ 54.997,93

Valor Total: R\$ 54.997,93

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, visto que a empresa contratada é a responsável pela realização de exames Laboratoriais de análises clínicas, destinados as unidades de saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 361 da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra. Desta maneira,

comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 07.340.993/0001-90

WEBTRIP AGENCIA DE TURISMO LTDA – ME

Nota Fiscal nº. 11305 R\$ 5.610,92

Valor Total: R\$ 5.610,92

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento dos serviços prestados em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, visto que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de passagens aéreas de fundamental importância para que os Servidores Municipais possam realizar cursos e capacitações, visando o desenvolvimento e melhor qualificação dos mesmos nos serviços prestados ao Município. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 22.621.552/0001-50

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

Nota Fiscal nº. 558 R\$ 14,64

Nota Fiscal nº. 398 R\$ 179,54

Nota Fiscal nº. 461 R\$ 616,46

Nota Fiscal nº. 458 R\$ 3.808,09

Nota Fiscal nº. 460 R\$ 110,25

Nota Fiscal nº. 459 R\$ 307,05

Nota Fiscal nº. 519 R\$ 62,40

Nota Fiscal nº. 522 R\$ 68,80

Nota Fiscal nº. 521 R\$ 3,66

Nota Fiscal nº. 520 R\$ 164,90

VALOR TOTAL: R\$ 5.335,79

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, conforme ofício nº 953/16 – SME/ALE da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.062.129/0001-40

VELOGAS LTDA – MEG GAS

Nota Fiscal nº. 3013 R\$ 12.210,00

VALOR TOTAL: R\$ 12.210,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, conforme ofício nº 929/16 – SME/ALE da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de carga de gás (GLP) destinada às Secretarias Municipais, bem como,

para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 05.510.658/0001-67

ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER - ATENA

Nota Fiscal nº. 018 R\$ 6.503,23

Valor Total: R\$ 6.503,23

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, visto a mesma ser responsável pela prestação de serviços de atenção a pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em comunidades terapêuticas, de caráter assistencial e de saúde mental nas áreas de prevenção, tratamento, recuperação e acompanhamento aos dependentes químicos e de suas famílias, bem como educacional científico na área de dependência química, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 361/2016 - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Mafrá. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 21 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

EDITAL 001/2016 – CODEM

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MAFRA – CODEM

EDITAL 001/2016 – CODEM

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafrá - CODEM, de acordo com suas atribuições estabelecidas no regimento interno, em obediência ao Art. 7º e seus parágrafos 1º

e 2º, CONVOCA os senhores (as) membros que compõe o quadro do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra, para a 8ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 18 de Novembro de 2016 (sexta-feira) às 08h30min, na sala de reuniões da Associação Empresarial de Mafra - ACIM, sito a Rua Felipe Schmidt nº 266, 1º andar, nesta cidade, com a seguinte pauta:

1) Eleição da Mesa Diretora do CODEM, composta de: Presidente, Vice Presidente e Secretário, para o exercício do ano de 2017;

2) Demais assuntos pertinentes ao Conselho.

Mafra (SC), 15 de Outubro de 2016
CARLOS OTÁVIO SENFF
Presidente

LEI MUNICIPAL Nº 4233

LEI Nº. 4.233

DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2016 no valor de até R\$ 13.554,47 (treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme descrição abaixo:

Câmara Municipal

010310001.2.1000 - Manutenção das Atividades do Legislativo
3.3.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
R\$ 9.697,40
Fonte: 100

Instituto de Previdência do Município de Mafra IPMM
092720026.2.150000 - Administração do IPMM
3.3.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
R\$ 1.210,72
Fonte: 200

Plano de Assistência a Saúde - PLASSMA
103020027.2.151000 - Manutenção do Plano de Saúde
3.3.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
R\$ 2.646,35
Fonte: 112

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Câmara Municipal
010310001.2.1000 - Manutenção das Atividades do Legislativo
3.1.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos R\$ 9.697,40
Fonte: 100

Instituto de Previdência do Município de Mafra IPMM
092720026.2.150000 - Administração do IPMM
4.5.90.00 - Aplicações diretas
R\$ 1.210,72
Fonte: 200

Plano de Assistência a Saúde - PLASSMA

103020027.2.151000 - Manutenção do Plano de Saúde

3.3.90.00 - Aplicações diretas

R\$ 2.646,35

Fonte: 112

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 20 de outubro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4234

LEI Nº. 4.234

DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de R\$ 7.293.000,00 (sete milhões, duzentos e noventa e três mil reais), conforme descrição abaixo:

16 - Fundo Municipal de Saúde
02 - Programas de Saúde
101220016.2.92000 - Estratégia de Saúde da Família - ESF
(131) 3.1.90.00 - R\$ 770.000,00
Fonte de recurso: 102

101220016.2.192000 - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo
(137) 3.1.90.00 - R\$ 125.000,00
Fonte de recurso: 102

103010016.2.87000 - Atenção Básica - PAB Variável - Saúde Bucal
(160) 3.1.90.00 - R\$ 126.500,00
Fonte de recurso: 102

(162) 3.3.90.00 - R\$ 5.500,00
Fonte de recurso: 102

103020016.2.89000 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
(164) 3.1.90.00 - R\$ 300.000,00
Fonte de recurso: 102

103020016.2.90000 - MAC - CEO
(173) 3.1.90.00 - R\$ 192.000,00
Fonte de recurso: 102

103020016.2.95000 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - CAPS
(180) 3.1.91.00 - R\$ 15.000,00
Fonte de recurso: 102

103050016.2.91000 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica
(200) 3.1.90.00 - R\$ 120.000,00
Fonte de recurso: 102

101220016.2.205000 - Combate a Endemias
(365) 3.1.90.00 - 7.000,00
Fonte de recurso: 366

17 - Fundo Municipal de Educação
01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino
123610017.2.104000 - Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos Fundamental
(21) 3.3.90.00 - R\$ 82.000,00
Fonte de recurso: 119

(41) 3.1.90.00 - R\$ 270.000,00
Fonte de recurso: 119

123650017.2.100 Manutenção e Administração da Secretaria de Educação
(27) 3.1.90.00 - R\$ 960.000,00
Fonte de recurso: 101

(29) 3.3.90.00 - R\$ 545.000,00
Fonte de recurso: 101

123650017.2.103000 - Apoio ao ensino através da adequação da rede física Infantil
(32) 3.3.90.00 - R\$ 47.000,00
Fonte de recurso: 119

(51) 3.1.90.00 - R\$ 50.000,00
Fonte de recurso: 118

(52) 3.1.90.00 - R\$ 233.000,00
Fonte de recurso: 119

04 - Procuradoria Geral do Município
01 - Procuradoria Geral do Município
040920004.2.5000 - Coordenação das Atividades da Procuradoria Geral do Município
(221) 3.3.90.00 - R\$ 200.000,00
Fonte de recurso: 100

07 - Secretaria de Governo e Cidadania
01 - Governo e Cidadania
041220007.2.8000 - Coordenação Geral das Atividades de Governo
(230) 3.1.90.00 - R\$ 45.000,00
Fonte de recurso: 100

(232) 3.3.90.00 - R\$ 5.000,00
Fonte de recurso: 100

08 - Secretaria de Administração
01 - Secretaria de Administração
041220008.2.14000 - Gestão de Pessoas
(239) 3.3.90.00 - R\$ 200.000,00
Fonte de recurso: 100

09 - Secretaria da Fazenda e Planejamento
01 - Secretaria da Fazenda e Planejamento
041230009.2.18000 - Administração Financeira e Contábil
(251) 3.2.90.00 - R\$ 80.000,00
Fonte de recurso: 100

(253) 3.3.90.00 - R\$ 45.000,00
Fonte de recurso: 100

(255) 4.6.90.00 - R\$ 700.000,00
Fonte de recurso: 100

(347) 3.2.91.00 - R\$ 120.000,00
Fonte de recurso: 100

(348) 4.6.91.00 - R\$ 450.000,00
Fonte de recurso: 100

10 - Secretaria Municipal da Cultura Esporte e Turismo
01 Secretaria Municipal da Cultura Esporte e Turismo
133920010.2.21000 - Departamento Administrativo Casa da Cultura
(259) 3.1.90.00 - R\$ 200.000,00
Fonte de recurso: 100

(261) 3.3.90.00 - R\$ 60.000,00
Fonte de recurso: 100

(260) 3.1.91.00 - R\$ 30.000,00
Fonte de recurso: 100

11 - Secretaria de Obras
01 - Secretaria de Obras
041220011.2.46000 - Manutenção da Secretaria de Obras
(277) 3.1.90.00 - R\$ 900.000,00
Fonte de recurso: 100

(279) 3.3.90.00 - R\$ 95.000,00
Fonte de recurso: 100

(278) 3.1.91.00 - R\$ 200.000,00
Fonte de recurso: 100

21 - Secretaria da Agricultura
01 - Atividades da Secretaria
201220021.2.133000 - Manutenção das Atividades da Secretaria
(327) 3.1.90.00 - R\$ 115.000,00
Fonte de recurso: 100

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Atividades do Fundo
101220016.1.3000 - Unidades de Saúde
(107) 3.3.90.00 - R\$ 400.000,00
Fonte de recurso: 100

(109) 4.4.90.00 - R\$ 400.000,00
Fonte de recurso: 100

101220016.2.1850000 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA
(126) 4.4.90.00 - R\$ 20.000,00
Fonte de recurso: 102

16 - Fundo Municipal de Saúde
02 - Programas de Saúde
101220016.2.84000 - Manutenção da Secretaria de Saúde
(118) 4.4.90.00 - R\$ 10.000,00
Fonte de recurso: 102

(119) 4.4.90.00 - R\$ 40.000,00
Fonte de recurso: 100

101220016.2.86000 - Agente Comunitário de Saúde - ACS
(128) 3.1.90.00 - R\$ 120.000,00
Fonte de recurso: 102

101220016.2.193000 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
(143) 3.1.90.00 - R\$ 60.000,00
Fonte de recurso: 102

(145) 3.3.90.00 - R\$ 4.500,00
Fonte de recurso: 102

101220016.2.196000 - Academia de saúde
(148) 3.1.90.00 - R\$ 9.000,00

Fonte de recurso: 102

(53) 3.1.91.00 - R\$ 258.000,00

Fonte de recurso: 118

(149) 3.1.91.00 - R\$ 3.000,00

Fonte de recurso: 102

19 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

01 - Atividades do Fundo

041220019.2.157 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

(319) 4.4.90.00 - R\$ 3.861.500,00

Fonte de recurso: 100

101220016.2.198000 - Conselho Municipal de saúde

(158) 3.3.90.00 - R\$ 3.000,00

Fonte de recurso: 102

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

103040016.2.93000 - Vigilância Sanitária

(190) 3.1.90.00 - R\$ 60.000,00

Fonte de recurso: 100

Mafra, 20 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

(193) 3.1.91.00 R\$ 35.000,00

Fonte de recurso: 102

101220016.2.198000 - Conselho Municipal de saúde

(206) 3.1.90.00 - R\$ 10.000,00

Fonte de recurso: 102

(207) 4.4.90.00 - R\$ 2.000,00

Fonte de recurso: 102

101220016.2.205 - Combate a endemias

(208) 3.1.90.00 - R\$ 57.000,00

Fonte de recurso: 102

(209) 3.3.90.00 - R\$ 1.000,00

Fonte de recurso: 102

103050016.2.91000 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica

(361) 3.3.90.00 - R\$ 7.000,00

Fonte de recurso: 366

17 - Fundo Municipal de Educação

01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.104000 - Apoio ao ensino através da adequação da rede física e equipamentos Fundamental

(23) 4.4.90.00 - R\$ 150.000,00

Fonte de recurso: 101

123610017.2.206000 - Ampliação da Frota e Apoio ao Ensino com Transporte Escolar

(47) 3.3.90.00 - R\$ 414.000,00

Fonte de recurso: 119

(49) 4.4.90.00 - R\$ 190.000,00

Fonte: 101

123650017.2.100 Manutenção e Administração da Secretaria de Educação

(28) 3.1.91.00 - R\$ 800.000,00

Fonte de recurso: 101

(30) 3.3.90.00 - R\$ 10.000,00

Fonte de recurso: 119

(31) 4.4.90.00 - R\$ 50.000,00

Fonte de recurso: 101

123650017.2.103000 - Apoio ao ensino através da adequação da rede física Infantil

(35) 4.4.90.00 - R\$ 315.000,00

Fonte de recurso: 101

Massaranduba

PREFEITURA

CRC 2016 - CONPLA - CONSTRUÇOES E PLANEJAMENTO LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	CONPLA - CONSTRUÇOES E PLANEJAMENTO LTDA		
CNPJ:	82.130.170/0001-55		
Cód. Fornecedor:	65986		
Endereço:	RODOVIA BR 280 KM. 33, S/N, ITINGA		
CEP: 89.245-000	Município: ARAQUARI	UF: SC	
Fone:	(47)3419-5525		

RAMO:

RAMO DE ATIVIDADE	
RAMO	SUB-RAMO
SERVICO	PAVIMENTACAO
SERVICO	TERRAPLENAGEM
SERVICO	ENGENHARIA E ASSEM.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DT. EXPEDIÇÃO	DT VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	160140075995413	05/09/2016	04/11/2016
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	D4A1.24AA.43F7.736E	07/07/2016	03/01/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2016092903241191984671	29/09/2016	28/10/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	4318/2016	03/10/2016	02/01/2017
FALENCIA E CONCORDATA	005092499	19/09/2016	18/11/2016
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	44296202/2016	03/05/2016	29/10/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 20/10/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

JULIANA POLETTO DA SILVA KREUTZFELD

Gerência de Licitações

CPF: 043.554.869-74

CRC 2016 - POLI CONSTRUÇOES LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	POLI CONSTRUÇOES LTDA		
CNPJ:	04.888.617/0001-46		
Cód. Fornecedor:	254.342.329		
Endereço:	85057		
CEP: 89.021-200	Município: BLUMENAU	UF: SC	
Fone:	(47)3329-9029		

RAMO:

RAMO DE ATIVIDADE	
RAMO	SUB-RAMO
SERVICO	ENGENHARIA E ASSEM.
SERVICO	CONSTR.CIVIL E ASSEM
SERVICO	PAVIMENTACAO
SERVICO	TERRAPLENAGEM

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**DOCUMENTOS:**

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DT. EXPEDIÇÃO	DT VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	105447118/2016	11/10/2016	08/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	160140082522606	22/09/2016	21/11/2016
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	8CA0.E74F.9AC9.3334	30/09/2016	29/03/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2016092904550152064862	29/09/2016	28/10/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	40119410167	19/10/2016	17/04/2017
FALENCIA E CONCORDATA	3698179	22/09/2016	21/11/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 20/10/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

JULIANA POLETO DA SILVA KREUTZFELD

Gerência de Licitações

CPF: 043.554.869-74

DECRETO Nº. 3361 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3361 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 92.269,90 (Noventa e Dois Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Noventa Centavos) conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0505 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0505 – GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0120.2062 – Apoio a Eventos Culturais, Grupos de Dança e Música

0505 – 333900000 – Aplicações Diretas

0505 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 2.269,90

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos

0401 – 333900000 – Aplicações Diretas

0401 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3362 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3362 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar nos valor de R\$ 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentos Reais) conforme programa e verba abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População

0602 – 339000000 – Aplicações Diretas

0602 – 13804 – Programa de Melhoria PMAQ R\$ 12.500,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentos Reais), do programa e verba abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População

0602 – 449000000 – Aplicações Diretas

0602 – 13804 – Programa de Melhoria PMAQ R\$ 12.500,00

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

FMS LIC 43.2016 PP 31.2016 - AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA O HOSPITAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 1.444/2007, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC) CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 03/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 03/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 20 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

LEI Nº 1776/2016

LEI Nº 1776/2016

Altera o Art. 2º da Lei nº 1728/2015 de 15 de Dezembro de 2015

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba(SC), no uso de suas atribuições e nos termos das leis federais nº 6.766/1979, de 19/12/1979; estadual nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e municipal nº 211/1984, de 09/11/1984, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 1728/2015 de 15 de dezembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O loteamento é composto de 01 (um) lote destinado ao Uso Público Especial (A.U.P.E.) com 3.042,12m²; 01 (um) lote destinado a Área Verde com 2.963,72m²; 53 (cinquenta e três) lotes comercializáveis, totalizando a área de 17.061,36m²; e 4.508,77m² de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios, totalizando 27.575,97m² de área loteada.

§ 1º As Ruas “01”, “02” e “03” passam a receber respectivamente os números 362, 363 e 364, junto ao Mapa Viário Municipal.

§ 2º (Inalterado)

§ 3º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial.

§ 4º (Inalterado).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 20 de Outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1777/2016

LEI Nº 1777/2016

Autoriza o Município a fornecer conexão de internet WI-FI gratuitamente

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba(SC), no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Fica autorizado o Município de Massaranduba a disponibilizar gratuitamente sinal de internet Wi-Fi de alta velocidade em logradouros públicos da cidade.

§ 1º Fica estabelecido os seguintes locais prioritários para a disponibilização do sinal de Internet Wi-Fi: Rodoviária, Praça Guesser, Pavilhão da FECARROZ, Igrejas na área central, Igrejas no interior, Escolas Municipais e Estaduais e Centros de Educação Infantil.

§ 2º Os locais prioritários estabelecidos por esta lei não limitam a possibilidade de disponibilização de internet em outras localidades do Município.

Art. 2º Esta Lei estabelece apenas a autorização para atuação do Poder Executivo devendo o mesmo, caso desejar aplicar as disposições desta, destinar dotações e disponibilizar recursos públicos para sua execução nos orçamentos públicos.

Art. 3º Poderá o Poder Executivo promover parcerias público privadas para implementação das disposições tratadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 20 de Outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0267/2016

DECRETO Nº 0267/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ROSECLER MICHIELIN FERNANDES PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 21.10.2016, a Sra. ROSECLER MICHIELIN FERNANDES, portadora do CPF nº 824.153.909-68, RG nº 2.652.538, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DO SETOR DE CULTURA, com lotação no Setor de Cultura do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, sendo nível CC - 04 do quadro Cargos em Comissão, do Município de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de outubro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 20 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 044/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0267/2016

Cargo: Chefe do Setor de Cultura

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora ROSECLER MICHIELIN FERNANDES, portadora do CPF nº 824.153.909-68, RG nº 2.652.538, a fim de tomar posse no cargo em comissão de CHEFE DO SETOR DE CULTURA, conforme Decreto de nomeação nº 0267/2016, com lotação no Setor de Cultura do Município de Modelo/SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 21 de outubro de 2016.

ROSECLER MICHIELIN FERNANDES

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 13/2016

1º TERMO ADITIVO AO EXTRATO CONTRATO Nº 013/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: COAFAMO – COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E AGROINDUSTRIAIS DE MONDAÍ

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO do saldo do item 37 (ovos de galinha) do Contrato nº. 013/2016, no montante de 1,57% (um vírgula cinquenta e sete por cento) do valor do contrato firmado entre as partes em 02/03/2016, nos termos previstos em sua Cláusula Décima.

ORIGEM: Chamada Pública nº 002/2016.

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 3.650,40 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

Mondaí – SC, 20 de outubro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRENCIA 33/2016 FMS

ATA CONCORRENCIA 33/2016 FMS

Aberto o certame em 19 de outubro de 2016, conforme agendado anteriormente, com a participação das empresas White Martins, Air Liquide, Intersul (presentes e credenciadas) e REDGÁS (ausente). Após as considerações iniciais, a comissão procedeu a abertura dos envelopes de Habilitação. Após, passou para os licitantes presentes vistarem os mesmos. O Contador Sidnei Milani conferiu os balanços. São consideradas ME/EPP as empresas Redgás e Intersul. A empresa Intersul deixou seus questionamentos à comissão de licitação, pois não poderia estar presente no período vespertino. Em razão do horário, a sessão foi suspensa e o retorno marcado para as 13h30min. Retornado o certame as 13h30 horas com a presença das empresas White Martins e Air Liquide. As empresas fizeram os seguintes apontamentos: Os atestados de capacidade técnica da empresa REDGÁS não atendem aos requisitos exigidos no edital (100% isento de óleo e central de vácuo). No item 5.4.3 faz menção aos atestados de capacidade técnica que devem ser registrados nas entidades profissionais competentes, compatíveis com o objeto licitado nos quantitativos e nas especificações dos equipamentos. Nos atestados constam compressor com óleo 2HP e no edital menciona 15HP isento de óleo. Os índices do balanço exigidos no item 5.3.7 e 5.3.8 não foram apresentados. No item 5.5.1 onde exige declaração do pessoal técnico, os profissionais mencionados não possuem vínculo empregatício com a empresa nem acervos técnicos em seu nome conforme solicitado no item 5.4.4. A empresa WHITE MARTINS não atendeu as exigências do edital quanto ao item 5.4.4 não apresentando a certidão de acervo técnico (CAT) do profissional responsável pelos serviços, a empresa apresentou apenas uma relação de acervos técnicos para pesquisa. O capital do contrato social esta divergente da certidão de pessoa jurídica. A empresa AIR LIQUIDE no item 5.5.1 onde exige declaração do pessoal técnico, os profissionais mencionados não possuem vínculo empregatício com a empresa nem acervos técnicos em seu nome conforme solicitado no item 5.4.4. O capital do contrato social esta divergente da certidão de pessoa jurídica. As análises dos atestados de capacidade técnica serão feitas pela secretaria solicitante e posteriormente será publicado o resultado no site da prefeitura e no diário oficial dos municípios. As empresas mencionaram intenção de recurso. Momento em que se encerra a sessão. Comissão de licitação.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Fernanda H. Constâncio, Leila Mengarda, Pedro Paulo da Costa, Barbara Andressa Garcia

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES CONCORRENCIA 63/2016

Aviso de abertura de envelope Concorrência Pública 63/2016

Abertura dos envelopes das propostas segunda feira, 24/10, às 9h.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2016 FMS - RETIFICADO/REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 FMS – RETIFICADO / REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E UTENSÍLIOS DIVERSOS PARA COMPOR A ACADEMIA DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 04/11/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 04/11/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

EXTRATO CONTRATUAL Nº 138/2016.

EXTRATO CONTRATUAL PMN 138/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ENGEMAP ENGENHERIA DE MAPEAMENTO E AEROLEVANTAMENTO LTDA.

CNPJ: 01.020.691/0003-10

Vigência : Início:0107/2016 Término:29/10/2016

Licitação : Pregão Presencial nº 211/2014.

Recursos : - 1.091 3.3.90.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2015 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT, conforme Pregão Presencial nº 211/2014.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 010/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N. 010/2016. Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ n. 00.145.589/0001-16. Objetivo: Compensação relativa aos impactos ambientais pretéritos, cujo valor se fixou em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que serão convertidos em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Averbção de servidão ambiental perpétua igual à área de APP, ou seja, 21.500,00 m² no prazo de 06 (seis) meses, em área vizinha a Unidade de Conservação Municipal – Parque Natural do Município de Navegantes no prazo de 06 (seis) meses contendo placa de identificação, cerca de delimitação e apresentação de relatório semestral, como forma de compensação pela utilização de área de preservação permanente. Vigência do Termo: 05 (cinco) meses a contar da data da assinatura, que se deu em 26 de setembro de 2016, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente e a empresa BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ n. 00.145.589/0001-16, representada por JEAN PIERRE LANA, inscrito no CPF n. 969.***.***-**, como Compromissários. Navegantes, 26 de setembro de 2016.

PORTARIAS 2209,2210,2211,2212/2016 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS

PORTARIA N º 2209 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 15/2016 FUNREBOM, OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EQUIPE DE CINOTÉCNICOS (BUSCA COM CÃES), UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE TERRESTRE, ATRAVÉS DO FUMREBOM-FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC, o fiscal designado: Rodrigo Bechtold Schilickmann.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2210 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 94/2016 PMN, OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECCÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAM SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, a fiscal designada: Roseli de Fátima Gonçalves.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2211 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 105/2016 PMN, OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (PARQUE INFANTIS) PARA AS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, a fiscal designada: PATRICIA DUARTE CIDRAL.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2212 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 98/2016 PMN, OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) DOS EQUIPAMENTOS (PONTOS BIOMÉTRICOS) DAS SECRETARIAS LOCALIZADAS NO PAÇO MUNICIPAL, DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, o fiscal designado: Ricardo José Felisbino.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO N° 093/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2016

Origem: Edital de Licitação n° 093/2016, modalidade Dispensa de Licitação n.º 008/2016. Homologação: 15/09/2016 – Fundamentação: Art. 24, Inciso X, Lei 8666/93

Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Contratado: HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, estabelecida à Rua João Bauer, n° 498, Salas 105 e 106, bairro Centro, município de Itajaí/SC, inscrita no CNPJ n° 00.029.372/0006-55, doravante denominada simplesmente Contratada. Objeto: Aquisição de aparelho de Densitometria Óssea Sistema por Raios-X para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição – HIC de Nova Trento. Valor de: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) ano.

Nova Trento, 15 de setembro de 2016

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 027/16 PR Nº 016/16 SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/10/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

CONTRATADO: PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

DATA: 20/10/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

LOA 541 NOVO HORIZONTE

LEI Nº 541, de 20 de Outubro de 2016

DISPÕE SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LOA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eli Mariott, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2017 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas; XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas; XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário; XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida; XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público; XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1; II - juros e encargos da dívida - 2; III - outras despesas correntes - 3; IV - investimentos - 4; V - inversões financeiras - 5; e VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados: I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de: I - texto da lei; II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964; II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964; IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29. Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2017, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público; III - estiverem perfeitamente definidas suas

fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade

do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições

contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal; IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada. Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a

Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NOVO HORIZONTE, 21 DE OUTUBRO DE 2016

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4.005

DECRETO N.4.005 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e com base no Artigo 33 da Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento da sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orleans, bem como dos estabelecimentos relacionados abaixo, a partir do dia 24 de outubro do corrente ano, passará a ser das 12h30min às 18h30min de segunda-feira a sexta-feira.

- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Vigilância Sanitária;
- Vigilância Epidemiológica;
- Núcleo de Apoio à Saúde da Família;
- Fisioterapia;
- Centro de Especialidades;
- Saúde Mental; e
- Unidade São Lucas.

Art. 2º As Unidades de Saúde – ESF continuarão com seu horário normal de funcionamento, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 17 de outubro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.064, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.064, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

COMISSÃO. Institui as Comissões Temáticas, permanentes e obrigatórias do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PALHOÇA SC, estabelece diretrizes para o seu funcionamento, nomeia os membros para a gestão 2016/2018. Considerando o Decreto n. 2.045, 25 de agosto de 2016 Posse dos Conselheiros de Direito e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 88, Inciso II do Art. 88. São diretrizes da política de atendimento, e Lei Municipal nº 2.755/2007 e Regimento Interno, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Institui e regulamenta as Comissões: 1- Normas, Regulamentos e Inscrições; 2- Orçamento e Finanças Públicas Fundo Municipal da Criança e Adolescente FIA; 3- Políticas Públicas Capacitação e Formação; 4- Comunicação e Divulgação; 5-De apoio ao Conselho Tutelar. Estabelece sua finalidade e competência e nomeia seus membros.

Art. 2º O trabalho dos Conselheiros de Direito estrutura-se em comissões temáticas de no mínimo 03 (três) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela plenária do CMDCA/SC. Estas se encarregam de preparar e analisar previamente as matérias a serem apreciadas e deliberadas nas reuniões plenárias. São atribuições de todas as comissões: Cumprir e fazer cumprir a Lei federal nº 8.069/90. Apresentar proposta para a elaboração do Plano Anual de Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como, dos programas e dos projetos da área específica de atuação. Participar na elaboração e definição da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Art. 3º Comissão Normas, Regulamentos e Inscrições:

I - Finalidade: Oferecer subsidio na regulamentação das Leis. Responsável pelo trabalho de registro de entidades e inscrição dos programas governamentais e não-governamentais de atendimento e sua posterior reavaliação, efetuando as comunicações devidas ao Conselho Tutelar e à Justiça da Infância e da Juventude bem como fiscalizar de acordo com o art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Competências:

a) Formular e atualizar as Leis que dispõe sobre a Política e Regimento Interno do CMDCA;

b) Analisar pedidos de inscrição de programas das entidades governamentais e não governamentais, e emitir pareceres para apreciação da Plenária do CMDCA;

c) Acompanhar e controlar as Inscrições de Entidades ou Serviços, mantendo cadastro atualizado;

d) Convocar dirigentes de instituições que prestam atendimento a criança e ao adolescente para prestarem informações sobre

assuntos inerentes as suas atribuições;

e) Discutir e emitir pareceres referentes as fiscalizações realizadas e referentes demais matérias a que forem chamadas a apreciar;

f) Apresentar relatórios e pareceres das atividades, nas sessões do plenário;

g) Realizar visitas para renovação dos Registros no CMDCA;

h) Analisar e avaliar os Projetos recebidos no CMDCA, emitir pareceres para apreciação da Plenária do CMDCA;

i) Acompanhar a tramitação de Projeto de Lei e demais normativas referentes à da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

j) Elaborar Minutas de Resoluções para normatizar as ações do CMDCA de competência da comissão.

III - Membros da Comissão Normas, Regulamentos e Inscrições :

a) Judite Seresoli ;

b) Sirlene de Farias;

c) Aline Gomes;

d) Miriam Lourdes Fonseca;

e) Alessandra Camargo;

Art.4º Comissão - Orçamento e Finanças Públicas Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA-

I - Finalidade: Fiscalizar a administração e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com as Resoluções do CMDCA. Discutir e emitir pareceres referentes às propostas/ projetos de solicitação de recursos ao FMDCA, e as demais matérias a que forem chamadas a apreciar e Resolução 137/2010 do CONANDA;

II - Competências:

a) Analisar prestações de contas mensalmente;

b) Aprovar a proposta orçamentária do FIA;

c) Acompanhar e avaliar prestações de Contas dos projetos que receberem recursos do FIA, e encaminhar parecer a plenária para deliberação sobre aprovação ou não das contas;

d) Apresentar relatórios e pareceres das atividades ao plenário;

e) Convocar dirigentes de instituições que prestam atendimento a criança e ao adolescente para prestarem informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;

f) Apreciar Relatório Anual, referente aos recursos recebidos e repassados pelo Fundo FIA;

g) Acionar, quanto necessário, os órgãos competentes, como

instancia de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

III - Membros da Comissão Orçamento e Finanças Públicas:

- a) Mauro César da Silva Goulart;
- b) Cristiane Olga Martins;
- c) Adriana Izabel da Silva;
- d) Thiago Abílio Vaz Braz;
- e) Nicelene Maria Sores

Art. 5º Comissão - Comissão de Políticas Publicas Capacitação e Formação:

I - Finalidade: Responsável pelo diagnóstico e monitoramento constante da execução da política da criança e do adolescente no município.

II - Competências:

- a) Acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, definindo prioridades e controlando suas ações e execuções, elaborando ainda parecer anual para aprovação do Conselho Municipal;
- b) Acompanhar o desenvolvimento do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, elaborando pareceres para aprovação do Conselho Municipal;
- c) Identificar informações, dados e indicadores da infância e adolescência do município para elaboração e acompanhamento do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, podendo para isto propor instrumentais para levantamento de dados;
- d) Promover junto ao Conselho a realização de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência, bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito da competência do CMDCA.
- e) Acompanhar os trabalhos das conferências municipais, estaduais e federal, bem como, monitorar a efetivação das deliberações aprovadas nestas instâncias, para informar ao CMDCA;
- f) Elaborar processos para a mobilização da comunidade e de organizações não governamentais e governamentais na promoção dos direitos da criança e do adolescente no município;
- g) Incentivar e propor estudos e pesquisas relativos à criança e ao adolescente, com finalidade de fornecer subsídios para formulação e avaliação das Políticas de atendimento.

III - Membros da Comissão Políticas Publicas Capacitação e Formação

- a) Luiz Carlos Vaz;
- b) Sirlene de Farias;
- c) Nicelene Maria Soares;
- d) Thiago Abílio Vaz Braz;
- e) Aline Furlani da Silva;

Art. 6º Comissão - Comissão Comunicação e Divulgação.

I - Finalidade: Responsável pela divulgação dos trabalhos dos Conselhos de Direitos e Tutelar(es) e do processo de construção de uma Política Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes, bem como da mobilização social para essa tarefa coletiva.

II - Competências:

- a) Formular Organizar a realização de eventos promovidos pelo Conselho, distribuindo tarefas as demais Comissões, se necessário;
- b) Divulgação de campanhas educativas referente ao Conselho Municipal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal e outros temas afins;
- c) Mobilização de campanha Fundo Municipal e outros temas afins;
- d) Discutir e emitir pareceres referentes as matérias a que forem chamadas a apreciar;
- e) Apresentar relatórios e pareceres das atividades nas sessões do plenário, especialmente convocadas.

II - Membros da Comissão Comunicação e Divulgação.

- a) Adriana Izabel da Silva;
- b) Cristiane Olga Martins;
- c) Juliana da Silva Santos;
- d) Luiz Alves Farias;
- e) Renata Jaqueline Martins;

Art. 7º Comissão - De apoio ao Conselho Tutelar

I - Finalidade: Responsável pela condução do processo de criação e formação do(s) Conselho(s) Tutelar(es). Acompanhar as atividades do Conselho Tutelar no que tange as demandas com os órgãos públicos e entidades;

II - Competência:

- a) Realizar levantamento das pendências administrativas;
- b) Oferecer apoio a esses conselheiros, por meio de um diálogo constante;
- c) Acompanhar os documentos encaminhados para o CMDCA referente ao Conselho;
- d) Verificar a utilização do SIPIA – Sistema de informação para a Infância e Adolescência;
- e) Acompanhar os relatórios com as estatísticas de atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares, para apresentação ao CMDCA e subsidiar a proposição das políticas públicas;
- f) Fazer estudos sobre a atuação de Conselhos Tutelares de outras cidades.

III - Membros da Comissão De apoio ao Conselho Tutelar

- a) Luiz Carlos Vaz;
- b) Luiz Alves Farias;
- c) Aline Gomes;

d) Andréa de Brito Fernandes Vieira;

e) Eduardo Calixto;

Art. 8º As Comissões temáticas, permanentes e obrigatórias, se reunirão mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 2.065, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.065, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. Altera o Decreto nº 1.981, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 1.981, de 17 de fevereiro de 2016, que vigorará com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – Ao representante da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Compartilhados os atos de editar portarias e despachos finais relativos, acompanhado da assinatura do Prefeito Municipal:

(...)" (N.R.)

Art. 2º Dá nova redação ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 1.981, de 17 de fevereiro de 2016, que vigorará com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

II – Ao representante de cada Secretaria Municipal, Autarquia, Fundação e Fundo do Poder Executivo, acompanhado da assinatura do Prefeito Municipal, os atos de:

(...)"(N.R.)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 20 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA 001 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 08/11/2016, às 14h00min, o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 133/2016. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da

Comissão Permanente de Licitação, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 20 de outubro de 2016. O PREGOEIRO.

HOMOLOGA E TORNAM PÚBLICAS AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS REFERENTES AO PROCESSO DE ESCOLHASUPLEMENTARECÉLERE DE CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES E SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com a Secretaria de Assistência Social e o Prefeito Municipal de Palhoça, HOMOLOGA e Tornam Públicas as inscrições dos candidatos referentes ao Processo de Escolha Suplementar e Célere de Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes do Município de Palhoça SC, para suprir a vacância existente dos cargos pelo período restante do mandato que vai até 09 de janeiro de 2020. Edital CMDCA nº 004/2016.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	Tainá Silva Dionísio
002	Jessica Maykot da Rosa
003	Vanessa Nunes Silva
004	Tamiris da Silva
005	Lucimara Poletti
006	Célia Regina Moraes Betiolo
007	Bianca Spindola Pereira
008	Djonattan Palhano da Silva Blasius
009	Angela Fabiola Suartes Fernades da Luz
010	Aline Alfien Schmitt
011	Simone de Souza Knabben
012	Ariana julia Mafrá
013	Josiane Madeira Espindola
014	Laura Detoni Queiroz
015	Maria Madalena Castilho de Souza

Palhoça /SC, 20 de outubro de 2016.

Camilo Pagani Martins

PREFEITO MUNICIPAL

Nicelene Maria Soares

Coordenadora CMDCA – Palhoça – SC

Aline Gomes, Carini Alves, Andréia de Brito, Renata Jaqueline Martins e Nicelene Maria Soares

COMISSÃO ESPECIAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR/ CMDCA/Palhoça/SC

Secretaria Executiva do CMDCA. Av. Barão do Rio Branco, nº 235 – Centro – Palhoça

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10/2016

O Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento parcelado de fita para teste de dosagem de glicemia e lancetas, utilizadas nas unidades de Saúde do Município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br até as 10h00min do dia 07/11/2016. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 07/11/2016, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 20 de outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 350/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 350/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal CLT, Manoela Neves Peiter Amorim, brasileira, ocupante do Cargo de Médica ESF, portadora do CPF nº 084.575.989-29, matrícula nº 11197, nomeada pela Portaria nº 079/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 351/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 351/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao Servidor Público Municipal, Adilson Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 665.467.029-91 matrícula nº 324, ocupante do cargo de Animador Cultural, à disposição da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, de 17/10/2016 até 24/10/2016, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 352/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 352/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao Servidor Público Municipal, Nacione Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 573.515.629-20 matrícula nº 338, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, de 17/10/2016 até 24/10/2016, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 353/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 353/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR POR APOSENTADORIA, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Carlos Alberto Sanceverino, brasileiro, portador do CPF nº 289.735.189-68, matrícula 91, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, junto ao Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição espécie nº 42, conforme benefício nº 168.225.397-7.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de Outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

392

PORTARIA Nº 392/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: a funcionária efetiva JULIANA BUENO PERCIANI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para responder por atribuição específica – responsável pelo expediente da Secretaria Municipal de Turismo, percebendo um adicional de função no percentual de 30%(trinta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\392 - DESIGNAR JULIANA BUENO PERCIANI.docx

PP43/2016 - MULTIENTIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 – MULTIENTIDADE

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS.

Abertura do Processo: 03/11/2016 às 14h00 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE <http://www.penha.sc.gov.br> demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 20 de outubro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 03/11/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 060/2016 tendo como objeto, a aquisição de diversos materiais elétricos para setores da administração.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/11/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 298/2016

LICITAÇÃO 003/2016

MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 298/2016

Termo de Contrato de VENDA E COMPRA DE UM TERRENO URBANO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e MARIA DE LURDES BRESSAN, autorizado através da Lei n. 1.856, de 20 de julho de 2015, e de acordo com a Licitação n 003/2016, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sujeitando-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARIA DE LURDES BRESSAN

CPF: 435.826.219-87

Endereço: Avenida Marechal Castelo Branco, 650, Pinheiro Preto

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 8.666/93, e Leis Municipais nºs 1.846/2015, 1.260/2007 e 1.766/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a "A VENDA DE UM TERRENO URBANO, COM ÁREA DE 290 M², consistente no lote 08, quadra 07

do loteamento Tranquilo Guzzi, situado das Ruas C e G, formando esquina, registrado no Cartório de Registro de Imóveis matrícula nº 7.559.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O adquirente pagará, pela compra, o preço de R\$ 35.100,00, no prazo de 10 dias após homologado o certame, mediante guia expedida pela Tesouraria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 – Descumpridas as obrigações, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se o adquirente ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades ao adquirente do terreno:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial e insolvência civil.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em

caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 14 de outubro de 2016.

VENDEDOR
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

COMPRADOR
MARIA DE LURDES BRESSAN

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
Cargo:	Cargo:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 299/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 299/2016

TERMO DE PERMISSÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CLÁUDIO RAVARENA, autorizado através da Lei n. 1.856, de 20 de julho de 2015, e de acordo com a Licitação n 004/2016, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sujeitando-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CLÁUDIO RAVARENA
CPF: 023.714.039-03
Endereço: Rua Pedro Zago, nº 16, Bairro São José – Pinheiro Preto.

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 8.666/93, e Leis Municipais nºs Lei 1.379/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a " a outorga da concessão para explorar os serviços de aluguel de automóvel – táxi".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O adquirente pagará, pela concessão, o preço de R\$ 3.000,00, no prazo de 10 dias após homologado o certame, mediante guia expedida DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ pelo prazo de 10 (dez) anos, 5 anos, prorrogáveis para mais 5 anos.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A permissão de uso será pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, sendo 5 (cinco) anos, prorrogáveis pelo mesmo período, caso houver interesse de ambas as partes.

11.2 Os veículos de aluguel – taxi – só poderão ser conduzidos por motoristas profissionais habilitados, previamente cadastrados no Órgão Municipal, como condutor autônomo ou empregado.

11.3 Cumprir as disposições legais e regulamentares;

11.4 Manter os veículos em boas condições de utilização e com todos os dispositivos exigidos por Lei;

11.5 Submeter o veículo à vistoria sempre que solicitado;

11.6 Atender às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias;

11.7 Permanecer com o veículo, durante o horário comercial, estacionado no ponto, ressalvado o disposto no inciso X, do art. 17.

11.8 O veículo não poderá ter mais que 5 anos de uso.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

5.1. DAS PENALIDADES

5.1.1 – Descumpridas as obrigações, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se o adquirente ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

5.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades ao adquirente do terreno:

5.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

5.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

5.1.3.1 - Advertência;

5.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

5.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

5.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

5.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

5.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante,

sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

5.2.2 Inobservância das especificações acordadas.

5.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

5.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial e insolvência civil.

5.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

6.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

6.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 14 de outubro de 2016.

VENDEDOR
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

COMPRADOR
CLÁUDIO RAVARENA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
Cargo:	Cargo:

PORTARIA Nº 0003/2016 ALTERA A PORTARIA 0002/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARTA GOTTSSELIG VOLPATO.

PORTARIA Nº 0003/2016

ALTERA A PORTARIA 0002/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARTA GOTTSSELIG VOLPATO.

BERNARDETE PASETO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeado pelo decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 0002, de 14 de outubro de 2016, onde se lê "a partir de 00 de outubro de 2016", leia-se "a contar a

partir de 14 de outubro de 2016."

Pinheiro Preto, 19 de outubro de 2016.
BERNARDETE PASETO FARINA
Presidente do IPREPI

PORTARIA Nº 0004 DE 19 DE OUTUBRO 2016.

PORTARIA Nº 0004 DE 19 DE OUTUBRO 2016.

BERNARDETE PASETO FARINA, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto –IPREPI, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a solicitação de Certidão de Tempo de Contribuição do Servidor Izidoro Iri Rubini;

Considerando que o pedido de Exoneração do servidor baseou-se em informações e documentos fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, juntamente com o IPREPI;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo para a apuração dos fatos que culminaram com a Expedição de Certidão de Tempo de Contribuição do servidor Izidoro Iri Rubini, com erro no total do tempo, tendo a mesma sido entregue ao servidor, gerando assim o pedido de Exoneração, conforme documentos que embasam a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 19 de outubro de 2016.
BERNARDETE PASETO FARINA
Presidente do IPREPI

PORTARIA Nº 503, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 503, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 003/2016, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 003/2016, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, e adjudica o objeto licitado à Pessoa Física MARIA DE LURDES BRESSAN, inscrita no CPF sob n.º 435.826.219-87 – venda de lote de terra urbano, matrícula nº 7.559, de propriedade do município, pelo preço global de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE OUTUBRO DE 2016
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 504, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 504, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 004/2016, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 004/2016, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, e adjudica o objeto licitado à Pessoa Física CLAUDIO RAVARENA, inscrita no CPF sob n.º 023.714.039-03 – concessão para explorar os serviços de taxi – aluguel de automóvel, pelo preço global de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 769/2016

DECRETO Nº 769/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. RENATO STAEN COSTA, ocupante do cargo de ASSESSOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 770/2016

DECRETO Nº 770/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 771/2016

DECRETO Nº 771/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MICHELLA MARTINELLI, ocupante do cargo de DIRETORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 772/2016

DECRETO Nº 772/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 773/2016

DECRETO Nº 773/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MARIA MADALENA TRATES, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 774/2016

DECRETO Nº 774/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. DELAINE MARSANGO, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 775/2016

DECRETO Nº 775/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SECRETÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVAO, ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 776/2016

DECRETO Nº 776/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SECRETÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. GENOIR BISATO, ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 777/2016

DECRETO Nº 777/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETOR MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. ADAIR JOSÉ SARTORI, matrícula 5801, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 682/2016 e as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 778/2016

DECRETO Nº 778/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JAQUELINE CHILANTTI CARVALHO PETTINI, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 779/2016

DECRETO Nº 779/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. SONIA COLETTI SPRANDEL, matrícula 6, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 034/2016 e as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 780/2016

DECRETO Nº 780/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SECRETÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ANA PAULA LORENZET, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 782/2016

DECRETO Nº 782/2015, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
" DETERMINA RETORNO AO CARGO DE ORIGEM".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, e demais legislação de regência e,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica determinado o retorno da servidora pública municipal Sra. PERLA SUZANE MARTINS ao cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrá por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 784/2016

DECRETO Nº 784/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

"REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam REVOGADAS as seguintes gratificações:

- 1) ELIANE LUIZA CELESTRINO;
- 2) JOSMAR DE ALMEIDA;
- 3) MARISTELA GIOMBELLI;
- 4) ROSICLER TORMEN FERREIRA;

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 07 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 785/2016

DECRETO Nº 785/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. SOELI DE FATIMA PALIANO CAMAROTTO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O benefício n. 6157948926 foi concedido até o dia 09 de Novembro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 786/2016

DECRETO Nº 786/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

"NOMEIA CHEFE DE SETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. SONIA APARECIDA TELES, portadora da Carteira de Identidade n. 3.781.547 e do CPF 007.115.659-37, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 787/2016

DECRETO Nº 787/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"NOMEIA CHEFE DE SETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. ANGELA MARIA PEREIRA DE ABREU, portadora do CPF 690.600.709-25, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 788/2016

DECRETO Nº 788/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"NOMEIA ASSESSORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. ANA PAULA LORENZET, portadora da Carteira de Identidade n. 3.895.226 e do CPF 008.600.749-19, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "03", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 10 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 790/2016

DECRETO Nº 790/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA ASSISTENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. JAQUELINE CHILANTTI CARVALHO PETTINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE, Padrão "CC", Nível "06", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 791/2016

DECRETO Nº 791/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sra. SONIA IARA DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 792/2016

DECRETO Nº 792/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. GENOIR BISATTO, portador do CPF 461.401.239-68, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 10 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 793/2016

DECRETO Nº 793/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVÃO, portador do CPF 423.860.399-00, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 10 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 794/2016

DECRETO Nº 794/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, portadora do CPF 897.853.129-68 para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 795/2016

DECRETO Nº 795/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 796/2016

DECRETO Nº 796/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. MARIA MADALENA TRATES, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 797/2016

DECRETO Nº 797/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. DELAINE MARSANGO, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 798/2016

DECRETO Nº 798/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA CHEFE DE SETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. MICHELLA MARTINELLI, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 799/2016

DECRETO Nº 799/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. RENATO STAEN COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 800/2016

DECRETO Nº 800/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA DIRETOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. VANDERLEI ZANATTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 801/2016

DECRETO Nº 801/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"NOMEIA ASSESSOR"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. OSMIR RODRIGUES MACHADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR, Padrão "CC", Nível "03", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar. Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 04/11/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 04/11/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 21 de outubro de 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 230/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 230/2016
Partes: Município de Porto União e Metzler & Cia Ltda.
Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, novo, zero quilômetro de fábrica, marca GM/Chevrolet, fabricação nacional, hatch ONIX LS 1.0L.
Valor Total: R\$ 39.990,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 093/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de outubro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Metzler & Cia Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 231/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 231/2016
Partes: Município de Porto União e FCA FIAT Chrysler Automóveis Brasil Ltda.
Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores, marca FIAT, modelo Pálio Weekend Adventure 1.8, 16V, Flex, Ano 2016.
Valor Total: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 093/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de outubro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

FCA FIAT Chrysler Automóveis Brasil Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 234/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 234/2016
Partes: Município de Porto União e Sale Service Indústria Comércio e Serviços de Sinalização Viária Ltda – EPP.
Objeto: Fornecimento de tintas para demarcação viária.
Valor Total: R\$ 159.240,00 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 094/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de outubro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Sale Service Indústria Comércio e Serviços de Sinalização Viária Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE EDITAL PROCESSO 010/2016 - TOMADA DE PREÇOS 02/2016 - AMASPU

Extrato de Edital 010/2016 - AMASPU
Tomada de Preços 002/2016

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União – Estado de Santa Catarina, e o Prefeito do município de Porto União, na qualidade de Curador desta AUTARQUIA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório para contratação de 01 (uma) empresa habilitada em prestar serviços como agente integrador entre a autarquia, instituição de ensino e estudante. Recebimento das propostas na sede da Prefeitura Municipal, sita na rua Padre Anchieta, 126, município de Porto União/SC, até o dia 08 de novembro de 2016, às 13:15 horas, com início da sessão às 13:30 horas do mesmo dia. O edital poderá ser retirado no endereço www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações pelo e-mail impressprev@gmail.com, ou pelo telefone (42) 3523-2632.

Porto União, SC, 21 de outubro de 2016.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 098/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 179/2016
Pregão Presencial 098/2016
Termo de Anulação
Anula-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de outubro de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 093/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 170/2016
Pregão Presencial 093/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Metzler & Cia Ltda e FCA FIAT Chrysler Automóveis Brasil Ltda.

Porto União SC, 03 de outubro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
094/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 171/2016
Pregão Presencial 094/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Sale Service Indústria Comércio e Serviços de Sinalização Viária
Ltda – EPP.

Porto União SC, 04 de outubro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
096/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 176/2016
Pregão Presencial 096/2016 – Registro de Preços
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da
lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de outubro de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO 71

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 072/16 de 26/08/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00 0152 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de agosto de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 72

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 072/16 de 26/08/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00 0152 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de agosto de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 73

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 073/2016 de 05/09/2016

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(136) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 11.000,00

Órgão: 20 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

Unidade: 01 Fundo Municipal de Defesa Civil

Funcional: 04.182.0104.2.052 Manutenção do Fundo de Defesa Civil

(186) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(135) 3.3.50.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 11.000,00

Órgão: 20 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

Unidade: 01 Fundo Municipal de Defesa Civil

Funcional: 04.182.0104.2.052 Manutenção do Fundo de Defesa Civil

(187) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 74

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 074/2016 de 05/09/2016
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.2.017 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil
(68) 3.3.90.00.00.00.00.00 0190 - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.366.0018.1.001 – Construção Ampl. e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental
(29) 4.4.90.00.00.00.00.00 0139 - Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
Funcional: 26.782.0039.2.026 - Manutenção do depto de Serviços urbanos
(99) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 01130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00
(101) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0185 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 75

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 075/2016 de 05/09/2016.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.2.035.3.3.90– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0101. - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 83

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 083/2016 de 29/09/2016
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil
(47) 3.1.90.00.00.00.00.00 0152 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 84

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 084/2016 de 03/10/2016.

Declara Ponto Facultativo âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que os Entes Federativos estão passando por uma anormalidade na situação econômico-financeira, atingindo de forma direta o município;

CONSIDERANDO também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para maximizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO ainda que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm elaborado medidas para reduzir gastos com o intuito de equilibrar as contas públicas;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas não afetam a prestação de serviços perante a coletividade;

DECRETA:

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo, nos seguintes dias a seguir:

- Dia 13 e 14 de outubro (quinta-feira e sexta-feira) - Ponto Facultativo Municipal;

Exceto nos serviços considerados essenciais Centro de Educação Infantil (creches) PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL e Platão Conselho Tutelar.

- Dia 28 de outubro (sexta-feira) – Ponto Facultativo Municipal; Exceto nos serviços considerados essenciais, transporte escolar, Centro de Educação e Centro de Educação Infantil, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL e Platão Conselho Tutelar.

- Dia 14 de novembro (segunda-feira) – Ponto Facultativo Municipal;

Exceto nos serviços considerados essenciais PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL e Platão Conselho Tutelar.

Art. 2º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho caso haja necessidade o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Serviços considerados essenciais de urgência e emergência permanecem com horário normal de trabalho, conforme praticado anteriormente.

Parágrafo Único – Sendo ponto facultativo os servidores poderão ser convocados a qualquer momento em caso de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de outubro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 85

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 085/2016 de 03/10/2016.

Determina horário de trabalho Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que os Entes Federativos estão passando por uma anormalidade na situação econômico-financeira, atingindo de

forma direta o município;

CONSIDERANDO também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para maximizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO ainda que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm elaborado medidas para reduzir gastos com o intuito de equilibrar as contas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas de pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Pouso Redondo/SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

DECRETA:

Art. 1º — Fica estabelecido HORÁRIO DE TRABALHO EM TURNO ÚNICO de segunda-feira a quinta-feira a ser cumprido conforme determinado:

X - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS.

a) Horário das 07 (sete) horas às 12 (doze) horas;

(Limpeza pública sistema de plantão as sextas-feiras)

b) Limpeza da rodoviária: turno das 07 (sete) horas às 12:30 (doze e trinta) horas e das 12:30 (doze e trinta) horas às 18 (dezoito) horas. (segunda-feira à sexta-feira)

c) Caminhão pipa Horário das 07 (sete) horas às 12 (doze) horas e das 12 (doze) horas às 17 (dezessete) horas.

(sexta-feira plantão das 07 (sete) horas às 11 (onze) horas e das 14 (catorze) horas às 17 (dezessete) horas).

XII - INTENDÊNCIAS DISTRITAIS

Horário das 07 (sete) horas às 12 (doze) horas.

Art. 2º — O turno único é considerado turno especial, os demais horários constantes neste decreto deverão ser cumpridos na forma estabelecida, caso seja necessário o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Aos servidores públicos municipais que exercem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, mantém-se o expediente normal de trabalho, a ser cumprido durante o expediente de cada secretaria, não se aplicando a legislação constante no presente Decreto e não havendo redução da carga horária.

Art. 4º - Durante a aplicação deste decreto fica vedado o pagamento de horas extras e condicionado o pagamento somente a serviços essenciais na escala máxima de 40 (quarenta) horas mês, as horas que ultrapassarem esta escala poderão ser revertido em folga em dia pré estabelecido com o chefe imediato.

Art. 9º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de outubro de 2016 até ato que o revogue ou altere disposições.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de outubro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 86

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 086/2016 de 06/10/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, situado à Rua 1º de Maio, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 16.686.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

Proprietários	: TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES
- Matrícula n.º	: 16.686
- Área escriturada	: 5.360,11m²
- Local	: Rua 1º de Maio, Bairro Arno Siewerdt
- Município / Estado	: Pouso Redondo – S.C.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, são proprietários de um imóvel urbano, situado a Rua 1º de Maio, Bairro Arno Siewerdt, no município de Pouso Redondo – S.C., matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central, sob o n.º 16.686 com área de 5.360,11m², e contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente: medindo 7,11 metros com a Rua 1º de Maio;

Fundos: medindo 35,56 metros com a Rua Itajaí;

Lado direito: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 38,97 metros, com o imóvel matriculado sob o nº 10.231, a segunda medindo 28,26 metros, com os imóveis matriculados sob os nº 10.231 e 11.896, e a terceira medindo 146,97 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.582, 11.969, 12.047, 12.507, 11.987 e 11.988;

Lado esquerdo: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 47,70 metros, a segunda medindo 132,21 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

- ÁREA A DESMEMBRAR (1): com área de 478,61m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente: medindo 16,76 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.582;

Fundos: medindo 16,90 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);

Lado direito: medindo 28,62 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);

Lado esquerdo: medindo 28,26 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.896 e 10.231.

Obs: Unificar com o imóvel matriculado sob o nº 11.582.

- ÁREA A DESMEMBRAR (2): com área de 4.501,50m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente: medindo 20,30 metros com a Rua Itajaí;

Fundos: medindo 7,11 metros com a Rua Primeiro de Maio;

Lado direito: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 132,21 metros, a segunda medindo 47,70 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

Lado esquerdo: em 05 (cinco) linhas, a primeira medindo 23,94 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área remanescente 3), a terceira medindo 103,48 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.987, 11.582, 12.507, 12.047, 11.969 e 11.582, a quarta medindo 28,62 metros com terras com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Junkes (área a desmembrar 1) e a quinta medindo 55,87 metros, sendo 16,90 metros com terras de Teobaldo Junkes (área a desmembrar 1) e 38,97 metros com o imóvel matriculado sob o nº 10.231.

- ÁREA REMANECENTE (3): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente: medindo 15,26 metros com a Rua Itajaí;

Fundos: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);

Lado direito: medindo 23,94 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);

Lado esquerdo: medindo 26,73 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.988 e 11.987.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.686, com uma área total de 5.360,11m² (cinco mil, trezentos e sessenta metros e onze quadrados), de propriedade de TEOBALDO JUNKES, CPF nº 121.421.589-00 e EBERTILDE MARIA JUNKES, brasileiros, casados residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário em especial o decreto nº 024/2016.

Pouso Redondo (SC), 06 de outubro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO 87

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 087/2016 de 08/10/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 26.782.0039.2.026 - Manutenção do depto de Serviços urbanos

(101) 3.3.90.00.00.00.00.0185 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01- GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS

Funcional: 28.843.0000.0.001 - Amortização de Dívidas Fundadas e Débitos Consolidados
(14) 4.6.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Órgão: 15 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Unidade: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Funcional: 06.182.0031.2.040 Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(151) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de outubro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 88

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 088/2016 de 06/10/2016.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0025.2.050 – Manutenção das Transferências do SUS – Vigilância em Saúde
(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0136. – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de outubro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 89

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 089/2016 de 06/10/2016.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01.2.035.3.3.90– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0101. – Aplicações Diretas
..... R\$ 75.000,00
(04) 3.1.90.00.00.00.00.00.0101. – Aplicações Diretas
..... R\$ 725.000,00

TOTAL R\$ 800.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de outubro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO 90

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 090/2016 de 19/10/2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO as deliberações do Conanda em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade intersetorial de elaboração do Plano Municipal.

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA, decreta:

DECRETO

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue, A Comissão Intersetorial para criação do Plano Decenal das Crianças e Adolescentes será composta pela seguinte equipe:

I – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
Edna Aparecida Dias
Nanci Alexandra Prochnow

II – Conselho Tutelar;
Débora Palhano Bento

III – Conselhos Setoriais
Conselho da Assistência Social:
Jaqueline Kraemer
Daísa Possamai

Conselho da Saúde:
Simone Vieira da Silva
Terezinha Bonessi

Conselho da Educação:
Ernani Amâncio
Camila Weber

IV – Órgãos Estaduais, Distrital e Municipais Gestores das Políticas Sociais
Secretaria de Saúde :Anne Keli da Silva
Secretaria de Educação: Camilo Freitas Machado
Secretaria de Assistência Social e Habitação: Angélica Cecilia Cardoso Lopes

V – Crianças e Adolescentes
Alan Fernandes

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º. Compete à Comissão Intersetorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do

plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos

objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II – apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – articular com os órgãos dos Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de

ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano

decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e

V – encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º. O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até a primeira quinzena de dezembro de 2016.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Pouso Redondo, 19 de outubro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

LEI 2649

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina.

LEI Nº 2.649/2016 DE 20 DE OUTUBRO 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Pouso Redondo, para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas

do Plano Plurianual 2014/2017;
III - a estrutura dos orçamentos;
IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
V - as disposições sobre dívida pública municipal;
VI - as disposições sobre despesas com pessoal;
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e,
VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As Metas Fiscais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e o Montante da Dívida Pública para os exercícios de 2014 a 2017, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, serão identificadas nos seguintes anexos:

- 1) Demonstrativo I – Anexos de Metas Fiscais – Metas Anuais.
 - I.a – Anexo de Metas Fiscais – Montante da Dívida.
 - I.b – Anexo de Metas Fiscais – Resultado Nominal.
 - I.c – Anexo de Metas Fiscais – Resultado Primário.
- 2) Demonstrativo II – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- 3) Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- 4) Demonstrativo IV – Anexo de Metas Fiscais – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III);
- 5) Demonstrativo V – Anexo de Metas Fiscais - Origem e aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art 4, § 2º, inciso III);
- 6) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de receita;
- 7) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- 8) Demonstrativo IX – Anexo de Metas Fiscais - Riscos Fiscais e Providências;
- 9) Demonstrativo X – Receita Corrente Líquida (art. 12, §3º da LRF);
- 10) Demonstrativo XI – Anexo de Metas Fiscais – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
- 11) Demonstrativo XII – Anexo de Metas Fiscais – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- 12) Demonstrativo XIII – Anexo de Metas Fiscais – Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- 13) Demonstrativo XIV – Anexo de Metas Fiscais – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- 14) Demonstrativo da Evolução da Receita (art. 22, III da Lei 4.320/64 e art. 12 da LRF);
- 15) Demonstrativo da Evolução da Despesa (art. 22, III da Lei 4.320/64);
- 16) Relação de Despesas – Priorizadas;
- 17) Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, anexo desta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidos nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, incorporados no orçamento geral do Município, será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º - A lei Orçamentária para 2017 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos e a Despesa de cada Unidade Gestora por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64);
- II – Receita por Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64);
- III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64);
- IV - Funções e Subfunções de Governo. (Anexo V da Lei nº 4.320/64);
- V - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64);
- VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, por projetos, atividades e operações especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64);
- VII - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64);
- VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64);
- IX - Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);
- X - Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);
- XI - Relação da Proposta da Receita;
- XII - Relação da Proposta da Despesa;
- XIII - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas despesas conforme disposto no caput deste artigo.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 6º - O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá, entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativos, Executivos e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito, podendo por ato formal ser delegado à Agente Público.

Art. 8º - As previsões de receita para o exercício de 2017, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a

consequente adequação do orçamento da despesa (Artigo 11º Parágrafo 1º, da LRF).

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada, aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotará o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado ainda a fonte de recursos para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - eliminação ou redução de despesas com horas extras;
II - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
III - eliminação ou redução de possíveis vantagens concedidas a servidores;
IV - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
V - zeramento de serviços realizados a terceiros;
VI - exoneração de ocupantes de cargos comissionados; e,
VII - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Art. 10 - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado não excederá, no exercício de 2017, a dez por cento da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2016.

Parágrafo Único - Considera-se obrigação de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Artigo 17º da LRF).

Art. 11 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017 contemplará recursos na Reserva de Contingência em até um por cento da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos do orçamento municipal e seus Fundos (ART. 5º, III "d" da LRF), na seguinte proporção:

1º - Para efeito desta Lei, entende-se como Passivos Contingentes e Outros Riscos e Eventos Fiscais imprevistos:

a) Passivos Contingentes – ações judiciais em que o município possa vir a ser condenado e ou intempéries climáticas: vinte por cento da Reserva de Contingência;

b) Riscos e Eventos Fiscais – situações de emergência, despesas não orçadas ou orçadas a menor, fatos imprevistos no planejar: oitenta por cento da Reserva de Contingência.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a passivos contingentes, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 13 - O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso e o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 14 da LRF)

Art. 14 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a

recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer, ou estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa (Art. 8º, § único da LRF).

§ 1º - Os recursos vinculados oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - A renúncia de receita deverá ser objeto de estimativa, quando da elaboração da Lei Orçamentária de 2017, devendo ser deduzida dos valores constantes do orçamento da receita.

Art. 16 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e as voltadas para o fortalecimento do associativismo e desenvolvimento econômico municipal. (ART. 4º, I, "f" da LRF).

Art. 17 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 18 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (Art. 45 da LRF) e os de caráter imprevisíveis.

Art. 19 - Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 20 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 21 - A lei orçamentária para 2017 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada órgão, saldo das dotações de um elemento para outro.

Art. 22 - Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro, do Excesso de Arrecadação e de Recursos de Convênios ou de Operações de Crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos Fundos.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017.

Art. 24 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica.

Art. 25 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras e dos cargos, corrigir, aumentar a remuneração, conceder reposição salarial das perdas salariais dos servidores, conforme disposto no Art. 37, X, da CF88, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária.

Art. 27 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a noventa e cinco por cento do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art. 28 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (Art. 19 e 20 da LRF)

- I - eliminação ou redução das despesas com horas extras.
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Pouso Redondo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre (Art. 63 da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto para atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14 da LRF).

Art. 32 - Toda dívida ativa será remetida à cobrança judicial, exceto:

- I - A decorrente de tributo vencido no exercício, cuja remessa é facultada no curso do exercício financeiro seguinte; e,
- II - A de valor reduzido, entendendo-se aquela de valor inferior a 0,10 UFM's por contribuinte, que poderão ser cancelados, mediante autorização legislativa, não se constituindo "Renúncia de Receita", para efeito do disposto no Artigo 14 da LRF.

Art. 33 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 - O Executivo Municipal enviará até o dia 10 de dezembro de 2016, a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20 de dezembro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 35 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 36 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 37 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 38 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para aquisição de equipamentos, despesas de custeio e realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 39 - O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo Único - O atendimento e avaliação dos dispositivos citados no artigo 63 serão realizados no âmbito interno.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo SC, 20 de outubro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA 108 À 118

PORTARIA Nº 108/2016 DE 22/08/2016

Designa para atuar na intendência do Aterrado e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de responsável para atendimento junto à Intendência do Aterrado.

Considerando que não há oneração para o servidor se descolar até o local de trabalho.

Considerando que há necessidade de otimização entre economia e serviço prestado, e considerando ainda a vedação de contratação de servidor por limites constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º — Designar KAREN JANAINA DA ROSA, brasileiro, portador do CPF 049.033.469-51, responsável pelo atendimento junto a Intendência do Aterrado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de agosto de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 109/2016 DE 22/08/2016

Designa para atuar na secretaria da JSM, Incra e identificação e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de responsável para atendimento junto à secretaria da JSM, Incra e identificação.

Considerando que não há discrepância entre o cargo do qual o servidor está concursado e a função a ser desenvolvida.

Considerando que dentro do quadro efetivo o único servidor que tem nas suas atribuições a função de atendimento.

Considerando que a secretaria da JSM, Incra e identificação é uma extensão Administrativa.

Considerando que há necessidade de otimização entre economia e serviço prestado, e considerando ainda a vedação de contratação de servidor por limites constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º — Designar GUILHERME GOLLE FLORIANI, brasileiro, portador do CPF 058.848.369-96, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE DE PROTOCOLO, responsável pelo atendimento junto a secretaria da JSM, Incra e identificação. Com horário de trabalho das 07:30hrs as 11:30hrs e das 13:30hrs as 16:30hrs.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial as portarias nº 097/2012 , nº 033/2014 e nº 090/2016.

Pouso Redondo, 22 de agosto de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 110/2016 DE 22/08/2016

Nomeia Assistente Social para promover Acompanhamento Social e emissão de Laudo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013;

CONSIDERANDO que a Servidora IRIANE WAGNER, ocupante do cargo de Secr. Da jsn. Incra e identificação, do Grupo 02, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013, Licença por Motivo de Doença em Pessoa de Família;

CONSIDERANDO que a Servidora acima mencionada, ao requerer a Licença, argumentou que sua mãe, a Sra. IVONE WAGNER, necessita de cuidados por motivo de doença CID: T13.6, e que necessitaria a sua indispensável assistência pessoal, que não pode ser prestada simultaneamente com o exercício de seu cargo;

CONSIDERANDO que o artigo 100, caput, da Lei nº 1.076/91, Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Redondo, preconiza que o servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser comprovado através de laudo médico e acompanhamento social;

CONSIDERANDO que, nos termos do dispositivo acima transcrito, torna-se impossível ao Chefe do Executivo decidir sobre o pedido de Licença, sem que haja o competente Laudo emitido por médico cirurgião e por Assistente Social;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a Sra. ANNE KELY ALVES DA SILVA, Assistente Social devidamente inscrita no CRESS, sob nº 6.536, com o objetivo de promover ACOMPANHAMENTO SOCIAL e análise da alegada doença CID: T13.6, da Sra. IVONE WAGNER, mãe da Servidora IRIANE WAGNER, ocupante do cargo de Secr. Da Jsm. Incra e identificação, do Grupo 02, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013.

Parágrafo único — A Assistente Social nomeada neste artigo deverá emitir Laudo, encaminhado a Prefeita do Município de Pouso Redondo, concluindo se a doença de que se encontra acometida a Sra. IVONE WAGNER, implica na assistência pessoal e indispensável de sua filha Iriane Wagner, e, em caso afirmativo, se tal assistência pode ou não ser prestada pela Servidora, simultaneamente com o exercício do cargo que ocupa na Municipalidade.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de agosto 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 111/2016 DE 01/09/2016

Constitui e Nomeia os Membros Da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos e parágrafo 4º do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98 e demais legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica constituída a comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores estáveis ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO, GILMARA CHIROLLI, MARCOS PEREIRA, para, sob a presidência da primeira, preparar, executar e julgar a avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

Art. 2º - A comissão de ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 49/2002 de 01/07/2002 e alterações pelo Decreto nº 052/05 de 07/07/2005, que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 055/2016.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 112/2016 DE 01/09/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor ALCELIO LUIZ DO CARMO, na data de 31/08/2016, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E OBRAS, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Transporte Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 113/2016 DE 01/09/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar por aposentadoria o Servidor SEBASTIÃO LEITE OLIVEIRA, desde a data de 22/08/2016, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Transporte Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 114/2016 DE 15/09/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar por aposentadoria o Servidor VILMAR DA ROSA, na data de 15/09/2016, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Transporte Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 115/2016 de 15/09/2016

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	GARGA HORARIA	DE	PARA
704005	ADRIANA APARECIDA DE DEUS DA ROCHA	PROFESSOR	200	MAG III - 7	MAG III - 8
110221	ASTRIT CARIN KIEBLER PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG II - 2	MAG III - 3
601014	ASTRIT CARIN KIEBLER PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
602018	CARMEN DALMOLIN GARBARI	PROFESSOR	200	MAG III - 8	MAG III - 9
601009	CINTIA COELHO	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
112108	CINTIA COELHO	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
121203	CHEILA NILSEN	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
602023	CLEUZONIR DE LIZ	PROFESSOR	100	MAG II - 7	MAG II - 8
203030	CRISTIANI AMANCIO	PROFESSOR	200	MAG III - 11	MAG III - 12
704006	DIRCE REGINA MARCHI GARBARI	PROFESSOR	200	MAG III - 6	MAG III - 7

601001	EDNA HOLLER	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
203024	EDNA HOLLER	PROFESSOR	100	MAG III - 9	MAG III - 10
121205	ELDERICA LENZI	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
110247	ELIANI PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
203031	ELISANDRA APARECIDA TRENTINI PAULI	PROFESSOR	200	MAG III - 10	MAG III - 11
110229	ELISIANE ZANIVAN PETERS	PROFESSOR	200	MAG III - 3	MAG III - 4
704008	ELISANGELA DEMARCH	COORDENADOR	200	MAG III - 7	MAG III - 8
704002	ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO	PROFESSOR	100	MAG III - 6	MAG III - 7
110240	ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
203015	GENOVEVA DOS SANTOS SÔRA	PROFESSOR	100	MAG III - 9	MAG III - 10
110231	GIOCEMARA APARECIDA VERDI	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
601003	GIOCEMARA APARECIDA VERDI	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
602029	GRAZIELLA SCHNEIDER	PROFESSOR	100	MAG III - 6	MAG III - 7
602022	INEUZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
110225	INEUZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
110223	JAKQUELINE APARECIDA POLEZA	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 4
203013	JOELMA POLEZA	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
110243	JULIANA APARECIDA SMANIOTTO	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
602015	JULIANA APARECIDA SMANIOTTO	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
203022	LUCIANA ALVARENGA	PROFESSOR	100	MAG III - 11	MAG III - 12
110237	LUCIANA ALVARENGA	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
601002	LUCIANA FELKER	PROFESSOR	100	MAG II - 6	MAG II - 7
602025	LUCIANA FELKER	PROFESSOR	100	MAG II - 6	MAG II - 7
110238	LUCIMARA SARDO	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
110283	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	200	MAG III - 3	MAG III - 4
121206	MARIA CLAUDIA TEYKORSKI SCHWINDEN	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
110239	MARIA CLAUDIA TEYKORSKI SCHWINDEN	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4
202180	MARICLESIA CUNHA FRITSCHÉ	COORDENADOR	200	MAG III - 11	MAG III - 12
203016	MARISTELA APARECIDA FIGUEREDO	PROFESSOR	100	MAG III - 11	MAG III - 12
601008	MARISTELA APARECIDA FIGUEREDO	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
602024	MARIZETE DE SOUSA DA SILVA	PROFESSOR	200	MAG III - 7	MAG III - 8
110230	MARLISETTE CAMPESTRINI	PROFESSOR	100	MAG II - 2	MAG II - 3
890605	MARLIZETE VERSINO DE BORBA	PROFESSOR	100	MAG III - 23	MAG III - 24
602009	MARLIZETE VERSINO DE BORBA	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
121202	MICHELI GUTZ BERTOLI	PROFESSOR		MAG III - 1	MAG III - 2
110235	NAYARA FRONZA DA CUNHA	PROFESSOR	200	MAG III - 3	MAG III - 4
110244	RAQUEL ABIGAIL CONSTANTE SIEWERDT	PROFESSOR	200	MAG III - 3	MAG III - 4
890807	ROSANE APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
110232	ROSELI FARIAS SCHEPERS	PROFESSOR	200	MAG III - 3	MAG III - 4
110246	SILVANA GOTTARDI CORRÊA	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
601006	SOLANGE GOULART DAL PASQUALE	PROFESSOR	200	MAG III - 8	MAG III - 9
203017	TANIA REGINA PACHECO	PROFESSOR	200	MAG III - 11	MAG III - 12
203026	TATIANA FELIX LEITE	PROFESSOR	200	MAG III - 11	MAG III - 12
121204	TATIANI DUBIELA SARDO	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
602017	YARA TATANI VATRIN LEITE	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
110242	YARA TATANI VATRIN LEITE	PROFESSOR	100	MAG III - 3	MAG III - 4

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 116/2016 de 15/09/2016

Concede Progressão Funcional, conforme Plano de Carreira e Remuneração dos servidores Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento

na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	TIPO	DATA
100518	Lucileni Marconcini Andrade	Agente de serviços gerais	Progressão Funcional	07/2016
507020	Marly Natrciso Sutil Garcia	Recepcionista	Progressão Funcional	07/2016
100602	Neuma Anderle Felizari	Agente Operacional	Progressão Funcional	08/2016

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 117/2016 de 28/09/2016.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de Pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, de acordo com o Decreto nº 039/07 de 05.06.2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, a servidora:

Tayse Vendramin Marchi – Técnico em Gestão ADM. e Serviços Licitador

Parágrafo Único – O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, os servidores:

Fábio Alves de Campos – Tec. Em Gestão Adm e Serviços - Comprador - matrícula nº 120806, CPF 070.170.728-39

Daniel da Silveira – Técnico em Informática - matrícula nº 140702, CPF 080.938.929-07

Valnete Maria Zonta – Telefonista - matrícula nº 506001 CPF 539.661.399-87

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 057/2016.

Pouso Redondo, 28 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 118/2016 DE 30/09/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar por decisão judicial o Servidor ARNO CRISTOFOLINI, na data de 30/09/2016, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, do Grupo Ocupacional 05 - Secretaria Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de setembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 97/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	SGANZERLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA EPP.
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais para a conclusão da obra de construção de 40 (quarenta) unidades habitacionais através do Termo de Cooperação que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco (Entidade Organizadora), para viabilizar o programa Carta de Crédito - FGTS - Operações Coletivas, conforme segue:
VALOR:	R\$ 58.837,90 (Cinquenta e oito mil oitocentos e trinta reais e noventa centavos)
VIGÊNCIA:	19/10/2016 à 31/12/2016.

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 186 DE 20.10.2016

DECRETO Nº 186, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

“DECRETA FERIADO MUNICIPAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso XXXVI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; tudo combinado com o Artigo 246, da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014. DECRETA

Art. 1º. Decreta feriado alusivo ao dia dos Servidores Públicos, comemorado no dia 28 de Outubro, de acordo com o estabelecido no Artigo 246, da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
20 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 136, 20.10.2016

PORTARIA Nº. 136, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII, Artigo 130, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014, Lei número 575 de 10 de Novembro de 2010 e requerimento anexo;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 105 (cento e dez) dias de Licença Prêmio ao Servidor Sr. ODAIR JOSÉ NOLL, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, portador do CPF nº. 020.328.919-64, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Grupo III, Nível AANM, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 04/07/2007 a 30/10/2010 e 01/11/2010 a 03/07/2015, para usufruir no período de 31 de Outubro de 2016 a 12 de Fevereiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5581, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5581, de 19 de outubro de 2016.

“FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea “a”, inciso VIII, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no § 2º, do artigo 49, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º -	Será facultativo o registro ponto nas repartições públicas do Município de Rio do Sul, em face do plano de ajuste orçamentário 2016/2017 nas seguintes datas:
	- 19 de dezembro a 31 de dezembro de 2016.
Art. 2º -	As Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação funcionarão no horário normal de trabalho, respeitando-se as datas previstas no calendário escolar e os 200 (duzentos) dias letivos. Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação atenderá em regime de plantão organizado em escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços para atendimento às Unidades Escolares.
Art. 3º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º -	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5582, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5582, de 19 de outubro de 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016 - FMS. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 030/2016 - FMS, de 17 de outubro de 2016.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude da inconsistência orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 5585, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5585, de 20 de outubro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 69.487,24 (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), por conta do excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.127	Programa Brasil Carinhoso		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01379900	Brasil Carinhoso	R\$	69.487,24
		R\$	69.487,24

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5586, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5586, de 20 de outubro de 2016.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal da Educação o automóvel, conforme segue:

O veículo CELTA 1.0 – Placas MJV7727 – Cor Branca – Frota 376 – Chassi nº 9BGRP48F0DG162242 – Ano 2012/2013 – Renavam nº 492662517 – Patrimônio nº 20470, da Secretaria Municipal da Administração, pelo prazo determinado do dia 21 de outubro de 2016. O referido veículo poderá retornar à Secretaria Municipal da Administração antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RESOLUÇÃO 016 -019/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº301/2015

Resolução nº 16/2016

Dispõe sobre o período determinado de dez dias para o retorno do funcionário lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação a suas atividades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Rio do Sul, criado pela Lei Municipal nº 301/2015 no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO, Norma Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB.RH/SUAS/2012 que descreve a quantidade e quais os profissionais que comporão as equipes de trabalho;

CONSIDERANDO, memorando interno do Setor de Vigilância Socioassistencial e Coordenações da PSB e PSE datado de 08 de março de 2016, que descreve a Contratação de servidores em caráter de urgência para as equipes da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, ofício nº 17 do CMAS datado de 14 de julho de 2016 que solicita justificativa e providências ao Secretário Municipal de Assistência Social e de Habitação quanto a situação do centro de custo da folha de pagamento do profissional de direito;

CONSIDERANDO, Resolução do CMAS nº 13/2016 de 09 de setembro de 2016, que determina prazo de 10 dias para a transferência do que concerne ao vínculo da folha de pagamento do profissional de direito (cargo de advogado);

CONSIDERANDO, ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação - SMASH nº 303/2016 de 04 de outubro de 2016 em resposta a Resolução do CMAS nº 13/2016 que descreve as condutas vedadas pela lei aos agentes públicos em campanhas eleitorais e que não satisfaz com precisão nossa solicitação, visto que não solicitamos a contratação ou a exoneração de funcionário e sim o reordenamento do vínculo da folha de pagamento do profissional de direito (cargo de advogado), que está no centro de custo do Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social e de Habitação e este profissional não atua nas unidades da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, Reunião Ordinária do CMAS, em 13 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar ao Município de Rio do Sul o prazo de dez dias para o retorno do funcionário no cargo de advogado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, a suas atividades na Proteção Social Especial de Média Complexidade, cumprindo carga horária específica, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

MARIAZINHA SALETTE DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº301/2015

Resolução nº 17/2016

Dispõe sobre a solicitação de Relatório Mensal da demanda atendida e da demanda reprimida no que concerne ao benefício auxílio alimentação.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Rio do Sul, criado pela Lei Municipal nº 301/2015 no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 212/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS propõe critérios orientadores para a regulamentação da previsão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307/2007 que assegura os Benefícios Eventuais como provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

CONSIDERANDO, a Reunião Ordinária do CMAS de Rio do Sul do dia 11 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO, a Reunião Ordinária do CMAS de Rio do Sul do dia 09 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO, a Resolução do CMAS nº 12/2016 que dispõe sobre as providências a serem tomadas no que se refere ao atendimento da demanda reprimida do benefício eventual “auxílio alimentação” às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERANDO, o Ofício SMASH nº 302 de 04 de outubro de 2016 que informa que o benefício auxílio alimentação já estão disponibilizados junto aos serviços que realizam atendimento a famílias e ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

CONSIDERANDO, a Resolução do CMAS nº 15 de 13 de outubro de 2016 que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais.

RESOLVE:

Art. 1º - Solicitar a entrega mensal, até o dia 10 de cada mês, de relatório da demanda atendida e reprimida de cada unidade da Política Municipal de Assistência Social (dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP e, do Setor de Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

MARIAZINHA SALETTE DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº301/2015

Resolução nº 18/2016

Dispõe sobre a solicitação de Levantamento da demanda de serviço de Alta Complexidade, no que se refere a modalidade de Casa de

Passagem.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Rio do Sul, criado pela Lei Municipal nº 301/2015 no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO, a Reunião Ordinária do CMAS de Rio do Sul do dia 13 de outubro de 2016, em que foi apresentado relatório do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua – REPÚBLICA da entidade Obra Kolping (slides com resumo das atividades, recursos financeiros e principalmente a quantidade de atendimentos e o percentual das situações bem-sucedidas).

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o prazo de 20 dias para a entrega de Relatório Oficial do ano de 2016 que apresente Levantamento da Demanda de serviço de Alta Complexidade, no que se refere a modalidade de Casa de Passagem para adultos.

Parágrafo Único: Para a elaboração deste levantamento deve-se levar em consideração principalmente os atendimentos da equipe do Conselho Tutelar e da equipe do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

MARIAZINHA SALETTE DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº301/2015

Resolução nº 19/2016

Deflagrar o processo de diagnóstico sócio territorial para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para os anos de 2017 a 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Rio do Sul, criado pela Lei Municipal nº 301/2015 no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – artigo nº 30 que trata do Plano Municipal de Assistência Social como instrumento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

CONSIDERANDO, o artigo nº 18 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS, parágrafo 1º que responsabiliza o órgão gestor da Política de Assistência Social pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e que deve submeter à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMA.

CONSIDERANDO, que a data limite para a apresentação do Plano Plurianual para o setor de contabilidade da Prefeitura de Rio do Sul é dia 31 de julho de 2017;

CONSIDERANDO, o Artigo nº 20 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS apresenta que a realização de diagnóstico sócio territorial, a cada quadriênio, compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social em cada esfera de governo.

CONSIDERANDO, a reunião ordinária do CMAS de 13 de outubro de 2016 que solicitou a presença da equipe de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação – SMASH para informar a importância de um novo processo de elaboração do Diagnóstico Sócio Territorial, visto que não mais se aceitará diagnósticos de gabinete, ou seja, sem a participação dos territórios de CRAS, microterritórios ou outros que possibilite identificar dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, para consequentemente reconhecer essas dinâmicas.

RESOLVE:

Art. 1º - Deflagrar o processo de diagnóstico sócio territorial para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para os anos de 2017 a 2021, conforme estabelecido pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS.

PARÁGRAFO ÚNICO: o artigo nº 18, 21 e 22 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS descreve a estrutura do Plano, os dados necessários para a realização do que requer o diagnóstico sócio territorial e os compromissos firmados nas conferências municipais, nas metas nacionais e estaduais pactuadas, nas ações articuladas e intersetoriais e, nas ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

MARIAZINHA SALETTE DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 101/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 101/2016 – DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA NR. 111/2016, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA CIA DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LUNELLI LTDA - ME.

Aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01,

neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Indústria e Comércio de Móveis Lunelli Ltda - ME., estabelecida na Rua dos Vereadores, 1750, Itoupava, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.162-830 inscrita no CNPJ sob o nº 01.018.578/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representado pelo Sr. Osmar Lunelli, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 022/2016, o contrato original de Compra e Venda nº 111, datado de 16 de agosto de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil e setecentos e cinquenta reais), conforme memorando nº 160-3ª/5BBM, anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LUNELLI LTDA
. Sr. Osmar Lunelli
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 103/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 103/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 078/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DA RUA SEVERINO LENZI, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos catorze (14) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274 inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 051/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 078, datado de 22 de junho de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 13 de dezembro de 2016, conforme memorando nº 063/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME
Sr. Dalton Borgonovo
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - HUGO DOS SANTOS KONKEL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) HUGO DOS SANTOS KONKEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR INGLÊS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1166/RH de 11/10/2016, publicada em 18/10/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - CAMILA LAURINDO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CAMILA LAURINDO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1152/RH de 05/10/2016, publicada em 18/10/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - JANETE RICHARTZ DE BORBA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JANETE RICHARTZ DE BORBA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1159/RH de 06/10/2016, publicada em 18/10/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.451, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.451, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Aprova Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Rio do Sul (Processo nº PCP – 15/00075903).

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, nos termos do parágrafo único do artigo 205 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores - promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, referente ao Processo nº PCP – 15/00075903)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

MARIO MIGUEL Presidente da Câmara	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice-Presidente da Câmara
JANARA APARECIDA MAFRA 1ª Secretária	DIONÍSIO MAÇANEIRO 2º Secretário

PORTARIA Nº 923/2016

PORTARIA Nº 923, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias ao servidor João Henrique Facchini

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 08 a 17 de novembro de 2016, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 877, de 07 de dezembro de 2015, ao servidor João Henrique Facchini, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125

da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 924/2016

PORTARIA Nº 924, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias a servidora Juliana Eleutério Carvalho

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 16 a 30 de novembro de 2016, em complemento ao período remanescente referente a 2014 – 2015, de acordo com a Portaria nº 870, de 16 de novembro de 2015, a servidora Juliana Eleutério Carvalho, Técnica Legislativa – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 91/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 91/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 03/11/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 03/11/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 92/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 92/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 04/11/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 04/11/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de outubro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO 74 A 77 MATERIAL DIDÁTICO 2 SEM

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

OBJETO: Aquisição de Produtos de copa, cozinha, material de limpeza e material didático para a Secretaria Municipal de Educação, segundo semestre de 2016.

VENCEDORES: D. BUSS & CIA LTDA; LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME; BIG MIX COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA ME e NADINE ALBERTON VIEIRA ME.

VALOR LICITADO: R\$ 49.352,66.

DATA DA SESSÃO: 11/08/2016.

Rio Fortuna/SC, 11 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016

OBJETO: Aquisição de Produtos de copa, cozinha, material de limpeza e material didático para a Secretaria Municipal de Educação, segundo semestre de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: BIG MIX COMERCIO DE VARIEDADES LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.156,95.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 036/2016 – PR nº 019/2016.

Rio Fortuna/SC, 12 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2016

OBJETO: Aquisição de Produtos de copa, cozinha, material de limpeza e material didático para a Secretaria Municipal de Educação, segundo semestre de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: D. BUSS & CIA LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.190,10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 036/2016 – PR nº 019/2016.

Rio Fortuna/SC, 12 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2016

OBJETO: Aquisição de Produtos de copa, cozinha, material de limpeza e material didático para a Secretaria Municipal de Educação, segundo semestre de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.607,50.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 036/2016 – PR nº 019/2016.

Rio Fortuna/SC, 12 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2016

OBJETO: Aquisição de Produtos de copa, cozinha, material de limpeza e material didático para a Secretaria Municipal de Educação, segundo semestre de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: NADINE ALBERTON VIEIRA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.398,11.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 036/2016 – PR nº 019/2016.

Rio Fortuna/SC, 12 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

RESULTADO 78 A 80 MATERIAL CONSTRUÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2016

EDITAL DE CONVITE Nº 06/2016

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a Secretaria de Transportes e Obras, visando manter as atividades do DMER do Município de Rio Fortuna.

VENCEDORES: HEMKEMEIER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME; HRW MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP e MAURO WAGNER ME.

VALOR LICITADO: R\$ 22.792,73.

DATA DA SESSÃO: 26/08/2016.

Rio Fortuna/SC, 26 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2016

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a Secretaria de Transportes e Obras, visando manter as atividades do DMER do Município de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: HEMKEMEIER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.163,60.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 037/2016 – CV nº 06/2016.

Rio Fortuna/SC, 01 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2016

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a Secretaria de Transportes e Obras, visando manter as atividades do DMER do Município de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: HRW MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.044,23.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 037/2016 – CV nº 06/2016.

Rio Fortuna/SC, 01 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2016

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a Secretaria de Transportes e Obras, visando manter as atividades do DMER do Município de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: MAURO WAGNER ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.584,90.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 037/2016 – CV nº 06/2016.

Rio Fortuna/SC, 01 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 73/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 9.791,25 (nove mil setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
126	0336	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.791,25

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 9.791,25 (nove mil setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
127	0336	4.4.950.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.791,25

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 19 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2016/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 216/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença Maternidade a funcionária Margarete Rosa Alves, matrículas nº 512/6, ocupante do cargo de Diretora de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 120 dias a contar do dia 20 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 20 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 283/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 283/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a revogação da delegação de competência a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a delegação de competência conferida através do Decreto nº 136/2016, de 04 de abril de 2016, a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de outubro de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 284/2016 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 284/2016 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a alteração da jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais TIAGO DE PARIS e ODAIR JOSÉ PRATTI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

CONSIDERANDO o Programa de Incentivo a Inseminação Artificial para os Agricultores do Município constante na Lei Municipal nº 237/2003, de 11 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO que o Movimento Econômico de Santiago do Sul advém quase que essencialmente da atividade agrícola, notadamente da produção leiteira;

CONSIDERANDO que o período fértil dos animais (bovinos) para fins de inseminação é de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000, 04 de maio 2000) no que tange aos gastos com pessoal e limite prudencial;

CONSIDERANDO a possibilidade de compensação de horas prevista no Estatuto dos Servidores (Lei Complementar Municipal nº 009/2001, 07 de setembro 2001);

CONSIDERANDO a previsão do término de contrato entre a municipalidade e a empresa de medicina veterinária que até então vinha igualmente prestando os serviços de inseminação;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, por prazo determinado, a jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais TIAGO DE PARIS e ODAIR JOSÉ PRATTI, ambos ocupantes do cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Grupo 4 (Técnico Profissional - TEP), Nível 44, Código 04.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotados na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, o quais, excepcionalmente até o dia 31 de dezembro de 2016, por necessidade da Administração, passarão a desempenhar suas funções em regime de plantão nos finais de semana, revezando-se semanalmente entre si, sendo que o período efetivamente laborado nessas condições deverá ser compressado nas segundas-feiras e/ou terças-feiras da semana subsequente.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 13 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 280/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 280/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Decreta ponto facultativo para todos os Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal no dia 28 de outubro de 2016, sexta-feira, pela comemoração do Dia do Funcionário Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Mun. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 281/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 281/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a prorrogação do contrato da Servidora Municipal DEVANIR DE MORAES, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, por necessidade de serviço, a contratação da Servidora DEVANIR DE MORAES, nomeada através do Decreto Nº023/2015 de 03 de fevereiro de 2015 para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), no período compreendido entre a 10 de outubro de 2016 a 23 de dezembro de 2016, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.21 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, Projeto Atividade 2.063 - Manutenção das Atividades de Creche, Fonte 0.1.01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Mun. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 282/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 282/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal TADEU PAULO TOAZZA para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, TADEU PAULO TOAZZA, para o Cargo em Comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária com dedicação integral, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº628/2012, de 11 de junho de 2012 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Mun. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 285/2016 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 285/2016 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 17

a 19 de outubro de 2016, para transporte de pacientes junto ao Município de Florianópolis - SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo RENAULT/LOGAN, Placas QHP 0658, de propriedade do Município, no período de 17 a 19 de outubro de 2016, para transporte de pacientes junto ao Município de Florianópolis – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 13 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 286/2016 - DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 286/2016 - DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.
Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso XII do Art. 11 e §1º do art. 47, ambos da Lei Municipal nº725/2014, de 02 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada, a partir de 17 de outubro de 2016, em razão do afastamento para tratamento de saúde da Conselheira Tutelar titular, a seguinte Conselheira Tutelar suplente do Município de Santiago do Sul-SC, a saber:

I - ANA PAULA ZAT.

Parágrafo único. A posse da Conselheira Tutelar suplente descrita no caput, se dará pelo prazo de 90 (noventa) dias e/ou enquanto perdurar o afastamento da Conselheira Tutelar titular.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente para o pagamento dos Conselheiros Tutelares, Ação 2.044, Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

GABRIEL KICHEL
Presidente do CMDCA

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 287/2016 – DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 287/2016 – DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 4 – Administração
Sub-Função: 121 – Planejamento e Orçamento
Programa: 0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Ação: 2.002 – Manut. Atividades do Gabinete do Prefeito
Atividade: 2.002 – Manut. Atividades do Gabinete do Prefeito
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.200,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de outubro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 825/2016 – DE 06 DE SETEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 825/2016 – DE 06 DE SETEMBRO DE 2016.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas com a realização das festividades comemorativas a SEMANA DA CRIANÇA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar gastos no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com a aquisição de doces e guloseimas para todas as crianças do Município, sobretudo os alunos da Creche Municipal, Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental do Município, possibilitando assim que seja realizada uma programação diversificada em comemoração a "SEMANA DA CRIANÇA", a realizar-se nos dias 10 a 15 de outubro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do Orçamento vigente, na Atividade: 12.361.0007.2.013, Ação 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 455/2009, de 26 de agosto de 2009, e Lei Municipal nº 552, de 29 de abril de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de setembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Munic. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 826/2016 – DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 826/2016 – DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar gastos com as comemorações das festividades natalinas e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar gastos de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a aquisição de brindes, brinquedos, doces e guloseimas, visando sua distribuição gratuita às crianças do Município, bem como a aquisição e instalação de iluminação natalina e outros materiais para ornamentação, entre os dias 04 a 20 de dezembro de 2016, em virtude das comemorações das festividades natalinas.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionalista e Gastronômico – DR 0.1.00.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de setembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Munic. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 827/2016 – DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 827/2016 – DE 29 DE SETEMBRO DE 2016.
Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cooperação Técnica, objetivando dar apoio aos produtores rurais de Santiago do Sul - SC e região nas atividades ligadas a sanidade animal e trânsito de animais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica com o INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - ICASA, associação privada, inscrita no CNPJ 07.739.608/0001-08, com sede à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, CEP 88.034-001, na cidade de Florianópolis, SC, objetivando dar apoio aos produtores rurais de Santiago do Sul - SC e região nas atividades ligadas a sanidade animal e trânsito de animais.

Parágrafo único. Na Cooperação Técnica constante no caput do presente artigo, obriga-se tão somente o Município a disponibilizar o espaço físico e mobiliário para atendimento da população, custeando ainda as despesas de água e energia elétrica do espaço cedido, sendo que o ICASA ficará responsável pelo fornecimento, manutenção e uso dos equipamentos de informática, bem como pelas despesas com internet e telefone, além da realização permanente da higiene e limpeza do local.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de rubricas orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 29 de setembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Munic. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 113-A/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 113-A/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Conselheira Tutelar MARILENE VALCARENGHI TOAZZA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XII, do Art. 11 da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de junho de 2014, e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, Conselheira Tutelar, Lotada no Gabinete do Prefeito, pelo período de 04 (Quatro) dias, ou seja, no período de 30 de Setembro de 2016 a 03 de Outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de Setembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finança

PORTARIA Nº 115-A/2016 – DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 115-A/2016 – DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Conselheira Tutelar MARILENE VALCARENGHI TOAZZA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XII, do Art. 11 da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de junho de 2014, e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, Conselheira Tutelar, Lotada no Gabinete do Prefeito, pelo período de 90 (Noventa) dias, ou seja, no período de 05 de Outubro de 2016 a 02 de Janeiro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finança

PORTARIA Nº 116/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 116/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ITACIR TREVISOL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ITACIR TREVISOL, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I – TRATOR DE PNEUS, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 10 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 117/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 117/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CATIANE PIVA VANZIN e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CATIANE PIVA VANZIN, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, no período de 06 de outubro de 2016 a 20 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 118/2016 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 118/2016 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora TAINARA CRISTINA RIGO, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora TAINARA CRISTINA RIGO, ocupante do Cargo em comissão de chefe de setor, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, no período de 11 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 119/2016 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 119/2016 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor VANDERLI PAULO BACKES, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor VANDERLEI PAULO BACKES, ocupante do Cargo de ADVOGADO, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, no período de 11 de outubro de 2016 a 25 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 120/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 120/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CARMEM FACHIN GENTILINI, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CARMEM FACHIN GENTILINI, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no período de 22 de setembro de 2016 a 25 de setembro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 22 de setembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 20 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 121/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 121/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ROSANI CAPELARO GENTILINI, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora ROSANI CAPELARO GENTILINI ocupante do Cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, em 23 de setembro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 23 de setembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 20 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 122/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 122/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor RADI CHIODELLI, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor RADI CHIODELLI, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo

período de 07 (sete) dias, ou seja, no período de 10 de outubro de 2016 a 16 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 20 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PREGÃO 74/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 87/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 74/2016.
Objeto: Aquisição de material elétrico para a instalação das luzes natalinas na Praça localizada na Avenida João Corso, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.826/2016 de 27 de setembro de 2016.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07 de novembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07 de novembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 20 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1479/2016

DECRETO Nº 1479, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3717, de 19 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(316) 3.3.90.39.00.00.00.00.0017 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 750.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0017 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública – CO-SIP, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1480/2016

DECRETO Nº 1480, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3718, de 19 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.764.805,82 (Um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e dois centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(173) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 490.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(321) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 600.000,00

(324) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orç. R\$ 180.000,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(390) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 – Outros Aux. Financ. a PF R\$ 40.000,00

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica – PBF - Estado

(394) 3.3.90.30.00.00.00.00.0152 – Material de Consumo R\$ 6.800,00

(396) 3.3.90.36.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.000,00

(397) 3.3.90.39.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 23.910,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural

(15) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 382.900,00

(19) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçament R\$ 34.195,82

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(74) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 510.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(115) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 110.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(143) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 292.900,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOB

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e

Serviços Urbanos- SEMOB

(294) 3.1.90.11.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 480.000,00
(295) 3.1.90.13.00.00.00.0100 – Obrigações Patronais R\$ 30.000,00
(296) 3.1.90.16.00.00.00.0100 – Outras Desp. Variáveis PC R\$ 50.000,00
(304) 3.3.90.46.00.00.00.0100 – Auxílio-Alimentação R\$ 20.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.072 – FNAS – Gestão - ACESSUAS

(371) 3.3.90.30.00.00.00.0152 – Material de Consumo R\$ 9.790,00
(372) 3.3.90.32.00.00.00.0152 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00
(373) 3.3.90.36.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00
(374) 3.3.90.39.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.920,00
(375) 3.3.90.47.00.00.00.0152 – Obrigações Trib. Contributivas R\$ 3.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(440) 3.1.90.11.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 70.000,00
(443) 3.1.91.13.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçam R\$ 20.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(518) 3.1.90.11.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 70.000,00
(520) 3.1.90.16.00.00.00.0100 – Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(10) 3.3.90.30.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 1.474,82
(11) 3.3.90.36.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.012,14
(12) 3.3.90.39.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 19.047,86
(13) 3.3.90.47.00.00.00.0100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00
(14) 4.4.90.52.00.00.00.0100 – Equip. Material Permanente R\$ 4.161,00

Atividade: 2.076 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

(37) 3.3.90.36.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.000,00

(39) 3.3.90.47.00.00.00.0100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1481/2016

DECRETO Nº 1481, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 17.122.0013.2.063 – Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3.1.90.16.00.00.00.02.0006 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 15.000,00

3.3.90.46.00.00.00.02.0006 - Auxílio-Alimentação R\$ 6.000,00

Atividade: 17.512.0013.2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

3.1.91.13.00.00.00.02.0006 - Obrig. Patr.-Op.Intra-Orçament R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.02.0006 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

3.3.90.46.00.00.00.02.0006 - Auxílio-Alimentação R\$ 12.000,00

4.4.90.30.00.00.00.02.0006 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 17.122.0013.2.063 – Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3.1.91.13.00.00.00.02.0006 - Obrig. Patr. – Op.Intra-Orçam R\$ 21.000,00

Atividade: 17.512.0013.2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

3.1.90.11.00.00.00.02.0006 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 50.000,00

3.1.90.94.00.00.00.02.0006 - Indenizações e Rest. Trab. R\$ 15.000,00

4.4.90.51.00.00.00.02.0006 - Obras e Instalações R\$ 37.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 04/2016 - COMDE

EDITAL COMDE Nº 04/2016

RESULTADO FINAL DO FÓRUM DE ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL – COMDE

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum de eleição para a escolha

dos representantes da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bento do Sul – COMDE, com base no Art. 10 do Edital COMDE Nº 01/2016, torna público o resultado final do referido Fórum:

I – Fórum dos representantes das pessoas com deficiência:

- a) – Titular: Douglas André Martins e Suplente: Joelma Streit.
- b) – Titular: Sirlene Ponikerski Rocha e Suplente: Rogério Cavaleiro.

II – Fórum dos representantes dos profissionais ligados a reabilitação:

- a) – Titular: Paulo Ricardo da Costa Lopes e Suplente: Denise Fabiane Rosá.

III – Fórum das Entidades não governamentais:

- a) – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- b) – Fundação Pró-Rim;
- c) – Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Moveis.

Parágrafo único. As duas vagas para entidades não governamentais que ficou em aberto por não haver inscritos até a realização do Fórum será preenchido por deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bento do Sul.

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016

Eliane Padilha Miranda
Vice-Presidente da Comissão Eleitoral

LEI Nº 3717/2016

LEI Nº 3717, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(316) 3.3.90.39.00.00.00.00.0017 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 750.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0017 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública – CO-SIP, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

LEI Nº 3718/2016

LEI Nº 3718, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.764.805,82 (Um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e dois centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(173) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 490.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(321) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 600.000,00

(324) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orç. R\$ 180.000,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(390) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 – Outros Aux. Financ. a PF R\$ 40.000,00

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica – PBF - Estado

(394) 3.3.90.30.00.00.00.00.0152 – Material de Consumo R\$ 6.800,00

(396) 3.3.90.36.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.000,00

(397) 3.3.90.39.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 23.910,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural

(15) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 382.900,00

(19) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçament R\$ 34.195,82

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(74) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 510.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(115) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 110.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(143) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 292.900,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOB

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos- SEMOB

(294) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 480.000,00

(295) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 – Obrigações Patronais R\$ 30.000,00

(296) 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 – Outras Desp. Variáveis PC R\$ 50.000,00

(304) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 – Auxílio-Alimentação R\$ 20.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.072 – FNAS – Gestão - ACESSUAS

(371) 3.3.90.30.00.00.00.00.0152 – Material de Consumo R\$ 9.790,00

(372) 3.3.90.32.00.00.00.00.0152 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

(373) 3.3.90.36.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

(374) 3.3.90.39.00.00.00.00.0152 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.920,00

(375) 3.3.90.47.00.00.00.00.0152 – Obrigações Trib. Contributivas R\$ 3.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(440) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 70.000,00

(443) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçam R\$ 20.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(518) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 70.000,00

(520) 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 – Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(10) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 1.474,82

(11) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.012,14

(12) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 19.047,86

(13) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

(14) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 – Equip. Material Permanente R\$ 4.161,00

Atividade: 2.076 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

(37) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.000,00

(39) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12809/2016

PORTARIA Nº 12809, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal MARCIA MOGK, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Atividades Artesanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 19/08/2013 a 30/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12810/2016

PORTARIA Nº 12810, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal SERGIO MIGUEL DE MATOS, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 16/09/2013 a 16/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12811/2016

PORTARIA Nº 12811, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ANDREZZA DA SILVA ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 14/10/2013 a 13/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12812/2016

PORTARIA Nº 12812, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal DANIELE CELESKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 14/10/2013 a 14/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12813/2016

PORTARIA Nº 12813, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga Portaria nº 12801/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 18 de outubro de 2016, a Portaria nº 12801/2016, que concedeu gratificação de função FG 5 – Agente de Divisão de Compras, à servidora MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12814/2016

PORTARIA Nº 12814, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Desaverbação de tempo de contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a servidora DALCIDES CONCEIÇÃO DA SILVA postulou a desaverbação de tempo de contribuição;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 6946/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DALCIDES CONCEIÇÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, a Desaverbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100106/13-3, de 20 anos e 05 meses, conforme documentação anexa ao Processo nº 6946, de 16 de setembro de 2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4022 de 23 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12815/2016

PORTARIA Nº 12815, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ROBSON RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa, placas MJS 3059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12816/2016

PORTARIA Nº 12816, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JOCELITO PIERIN, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FORD/Fiesta, placas MJJ 4962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº337/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 337/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.
RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/10/2016 a 13/01/2017, concedido a servidora MARIA IRIS SANOCKI REICHARDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 097/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2016.

São Bento do Sul, 13/10/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº338/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 338/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/10/2016 a 02/11/2016, a servidora KARINA RUCKL WELDT ocupante o cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº

1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/09/2016 a 12/09/2016 – 19/09/2016 a 21/09/2016 – 26/09/2016 a 28/09/2016 – 04/10/2016 a 11/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/10/2016.

São Bento do Sul, 13/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº339/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 339/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/10/2016 a 18/11/2016, a servidora ROSANE KOSMALA ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/10/2016 a 19/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/10/2016.

São Bento do Sul, 14/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº340/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 340/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/10/2016 a 19/12/2016, a servidora CHARLENE MARA GRANDE ocupante o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/10/2016 a 25/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/10/2016.

São Bento do Sul, 14/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº341/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 341/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/10/2016 a 19/11/2016, a servidora JOICE SOFIA SCHWEDLER ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/09/2016 a 04/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2016.

São Bento do Sul, 14/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº342/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 342/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no

período de 14/10/2016 a 30/11/2016, ao servidor GIAN FRANKO LINK FELIX ocupante o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 29/09/2016 a 13/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/10/2016.

São Bento do Sul, 14/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº343/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 343/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 282/2016, à servidora FRANCELIN APARECIDA BUENO DE OLIVEIRA TABORDA HUBL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/10/2016 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/10/2016.

São Bento do Sul, 19/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº344/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 344/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 093/2016, à servidora KATIA DANIELA CZICZEK REDLICH ROPELATO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/10/2016 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/10/2016.

São Bento do Sul, 19/10/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2443 DE 20 10 16 ADMITEJULIANA HELD FISIOTERAPEUTA EM CARATER EMERGENCIAL

DECRETO Nº 2443, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042 de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043 de 26/07/2012; e:

- Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, Gilmar Antonio Brandalize;
- Considerando a licença para tratamento de saúde da servidora titular Daniela Siviero;
- Considerando que o profissional Fisioterapeuta é integrante do Programa Estratégia de Saúde da Família e do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família);
- Considerando que é de fundamental importância que o profissional Fisioterapeuta atue de forma integrada com as equipes do ESF (Estratégia Saúde da Família), na Atenção Básica a Saúde;
- Considerando que o profissional Fisioterapeuta tem o foco prioritário nas ações de prevenção e promoção de maior qualidade de vida a população, atuando como agente multiplicador de saúde;
- Considerando que este profissional tem a missão primordial de cooperação, mediante a nova realidade de saúde, através da aplicação de meios terapêuticos físicos, na prevenção, eliminação ou melhora de estados patológicos e na promoção da educação em Saúde;
- Considerando a demanda existente junto à Secretaria de Saúde, de usuários dos serviços de fisioterapia;
- Considerando o Parecer Jurídico sobre a matéria;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Juliana Held, para exercer o cargo público de Fisioterapeuta, Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora mencionada no art. 1º deste decreto será até perdurar a licença saúde da servidora titular Daniela Siviero ou até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º O empregado integrará o Quadro Anexo VI - Empregos Públicos – Grupo 3 – Atividades de Nível Superior (ANS), Código 91.23, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 20 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 40/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 40/2016

Pregão Presencial 14/2016

Objeto: Aquisição de Maquinas de lavar roupa de 12kg/13kg, para CEIS da Secretaria Municipal de Educação.

Tipo: Menor Preço por Item.

Data de Abertura: 08/11/2016 09h30min.

Valor estimado: R\$ 4.297,98

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 20 de outubro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 7073/2016

DECRETO Nº 7073/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 109.607,38 (cento e nove mil, seiscentos e sete reais e trinta e oito centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção e Recuperação e Manutenção de Canais,

Galerias, Macro Drenagem

726 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 109.607,38

Total deste Projeto R\$ 109.607,38

Total do Órgão R\$ 109.607,38

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 109.607,38

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$109.607,38 (cento e nove mil, seiscentos e sete reais e trinta e oito centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.138 – Programa de Revitalização e Humanização das áreas

Públicas

723 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente

Recursos Próprios R\$ 109.607,38

Total deste Projeto R\$ 109.607,38

Total do Órgão R\$ 109.607,38

Total da Anulação R\$ 109.607,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7082/2016

DECRETO Nº 7082/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01.09.271.0105.2.397 – Taxa de Administração da São José Previdência – RPPS

1158 – 3.3.90.33.00.00.0040 – Passagens e Despesas com Locomoção,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 20.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01.09.271.0105.2.397 – Taxa de Administração da São José Previdência – RPPS

1163 – 3.3.90.93.00.00.0040 – Indenizações e Restituições, Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 20.000,00

Total da Anulação R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7083/2016

DECRETO Nº 7083/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 245.500,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.451.0112.1.173 – Sinalização Horizontal e Vertical para o Município

485 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 100.000,00
Total deste Projeto R\$ 100.000,00

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito

478 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 120.000,00
Total desta Atividade R\$ 120.000,00

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

449 – 3.3.90.30.00.00.0026 – Material de Consumo,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 25.500,00
Total desta Atividade R\$ 25.500,00
Total do Órgão R\$ 245.500,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 245.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 245.500,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.1.019 – Implantação e Reforma de Postos Policiais, SSDST e Base

Operacional G.M.

395 – 4.4.90.51.00.00.0026 – Obras e Instalações,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 156.897,25
397 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 4.551,78
Total deste Projeto R\$ 161.449,03

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito

476 – 3.3.90.36.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 50.469,72
Total desta Atividade R\$ 50.469,72

09.01.06.181.0110.2.156 – Educação no Trânsito

409 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 5.132,62
Total desta Atividade R\$ 5.132,62

19.01.06.125.0110.2.295 – Implantação, Instalação e Manutenção de Sinalização

Eletrônica
382 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 22.758,90
385 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 5.689,73
Total desta Atividade R\$ 28.448,63
Total do Órgão R\$ 245.500,00
Total da Anulação R\$ 245.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7084/2016

DECRETO Nº 7084/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 16.991,17 (dezesesseis mil, novecentos e noventa e um reais e

dezessete centavos), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

453 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 16.991,17
Total desta Atividade R\$ 16.991,17
Total do Órgão R\$ 16.991,17
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 16.991,17

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 16.991,17 (dezesseis mil, novecentos e noventa e um reais e dezessete centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

458 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 4.830,00
Total desta Atividade R\$ 4.830,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

414 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00

417 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 647,00

419 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 129,10

423 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 6.385,07

Total desta Atividade R\$ 12.161,17

Total do Órgão ... R\$ 16.991,17

Total da Anulação .. R\$ 16.991,17

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7086/2016

DECRETO Nº 7086/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 203.627,16 (duzentos e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.035 – Manutenção da Frota Municipal

761 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 120.155,80

762 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 83.471,36

Total desta Atividade R\$ 203.627,16

Total do Órgão .. R\$ 203.627,16

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 203.627,16

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 203.627,16 (duzentos e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.138 – Programa de Revitalização e Humanização das Áreas Públicas

723 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 91.045,78

Total deste Projeto R\$ 91.045,78

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

694 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 28.936,38
..... R\$ 28.936,38
Total desta Atividade
..... R\$ 28.936,38

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

756 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 83.645,00
..... R\$ 83.645,00
Total desta Atividade
..... R\$ 83.645,00
Total do Órgão
.. R\$ 203.627,16
Total da Anulação
. R\$ 203.627,16

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2016
CONCURSO PÚBLICO 001/2016

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.1 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
BIBIANA MARI DUTRA	Psicólogo	13
ANELISE DIAS OS-SEYRAN	Psicólogo	14
ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	Psicólogo	15

São José, 19 de outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2016
CONCURSO PÚBLICO 003/2015 e 002/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015 e EDITAL Nº 002/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
ISA KELLY DESCHAMPS	Médico da Família	38
LIAMAR DOCARMO SILVA	Médico da Família	39
ALINE FALQUETO	Médico da Família	40
JOAO PAULO NERI GARI-BALDI	Médico da Família	41
LAYS ANSELMO MOREIRA	Médico da Família	42
CARINA DIENSTMANN FUJIHARA	Médico da Família	43
MARIA LUIZA MEISTER PINTO	Médico Ginecologista	16

São José, 19 de outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS - PROCESSO Nº. 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

HOMOLOGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Contrato de Prestação de Serviços N. 10/2016

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro

Parte Assinante: Claudiomiro Francisco Ongaratto

Contratada: Rádio Integração do Oeste Ltda.

Parte Assinante: Odete Maraschim Matias

Objeto: CREDENCIAMENTO para contratação de empresas de radiodifusão, para divulgação e acompanhamento das sessões plenárias, bem como, publicação de notas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios e/ou de interesse público.

Valor do Contrato: R\$ 3.044,00 (três mil e quarenta e quatro reais).

Vigência: Início 20/10/2016 - Término: 20/12/2016

Licitação: CREDENCIAMENTO 03/2016

Data da Homologação: 20/10/2016

Data da Assinatura: 20/10/2016.

Testemunhas: Aline Inês Etges – Marlene Salete Albert

Empenho N. 117/16 de 20/10/2016

São José do Cedro. 20 de Outubro de 2016

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO

Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

HOMOLOGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Contrato de Prestação de Serviços N. 11/2016

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro

Parte Assinante: Claudiomiro Francisco Ongaratto

Contratada: Rádio Cidade Ltda.

Parte Assinante: Mariele Mara Maziero Baldissera

Objeto: CREDENCIAMENTO para contratação de empresas de radiodifusão, para divulgação e acompanhamento das sessões plenárias, bem como, publicação de notas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios e/ou de interesse público.

Valor do Contrato: R\$ 3.044,00 (três mil e quarenta e quatro reais).

Vigência: Início 20/10/2016 - Término: 20/12/2016

Licitação: CREDENCIAMENTO 03/2016

Data da Homologação: 20/10/2016

Data da Assinatura: 20/10/2016.

Testemunhas: Aline Inês Etges – Marlene Salete Albert

Empenho N. 116/16 de 20/10/2016

São José do Cedro. 20 de Outubro de 2016

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa FUFA – SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeira, no Município de Florianópolis - SC, CEP: 88090-060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, neste ato representada por seu sócio administrador Juliano Furtim, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 971.231.451-00 e portador da Cédula de Identidade sob nº 13/R 4.144.174, residente e domiciliado no Município de São José - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2016 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão da necessidade de continuidade dos serviços de atendimento aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2016 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2016, PELO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, E PELOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, TODOS ESTES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Contratada: FUFA – SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
94	Tira teste para medição quantitativa de Glicose sanguínea, que utilize sangue capilar total, com amostra de no máximo 1,0 microlitro, com capacidade de medição de glicemia entre 10 mg/dl a 600 mg/dl, com leitura de resultado de no máximo 20 segundos. Que utilize tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia de ampe-rometria, Tiras reagentes que absorvam o sangue (gota) automaticamente (aspiração capilar), para dentro da célula reagente. A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato A QUANTIDADE DE APARELHOS COMPATIVEL COM O NUMERO DE TIRAS.	75	R\$ 31,50	R\$ 2.362,50
TOTAL				R\$ 2.362,50

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	JULIANO FURTIM FUFA – SC Comércio e Representação LTDA	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
---	---	---

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa FABIANE MIKOLAJCZYK EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 1053, bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.966.514/0001-94, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Fabiane Mikolajczyk, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 023.828.159-06 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 6.317.167-0, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 455,40 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: FABIANE MIKOLAJCZYK EPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	PÃO CASEIRINHO - C/ farinha de trigo - 50g cada unidade. Deverá estar fresco e não congelado. Serão rejeitados pães amassados, queimados, mofados ou embatumados. Deverá estar acondicionado em embalagem atóxica. Apresentar informações nutricionais e data de validade.	60 Kg	7,59	455,40
TOTAL				R\$ 455,40

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 455,40 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	FABIANE MIKOLAJCZYK Fabiane Mikolajczyk Epp
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa COMERCIAL ALVORADA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasil, n. 1508, Bairro Perpétuo Socorro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.831.025/0001-00, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Rosimar Antonio Verona, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 808.190.449-20 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.789.418, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de aproximadamente

24,98% (vinte e quatro vírgula noventa e oito por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.506,06 (um mil, quinhentos e seis reais e seis centavos) o que perfaz aproximadamente 24,98% (vinte e quatro vírgula noventa e oito por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	Alface crespa/lisa, em maço, 1ª qualidade	91	1,87	170,17
06	Bacon com fina capa de gordura	3 Kg	18,69	56,07
13	Cebola de 1ª qualidade	25 Kg	4,74	118,50
17	Laranja pêra de 1ª qualidade	91 Kg	2,74	249,34
22	Margarina cremosa com sal, de 1ª qualidade, pote de 500gr. com no mínimo 80% de lipídios.	10	4,97	49,70
27	Repolho verde -1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme; polpa firme; livre de sujeiras, parasitas, larvas, resíduos de fertilizante; acondicionados em caixas abertas, atóxicas e intactas.	30 Kg	4,87	146,10
29	Sobrecoxa de frango	90 Kg	5,92	532,80
31	Tomate extra	37,5 Kg	4,89	183,38
TOTAL				R\$ 1.506,06

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.506,06 (um mil, quinhentos e seis reais e seis centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	ROSIMAR ANTONIO VERONA Comercial Alvorada Ltda Me
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa NOAL & TREVISOL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Gilio Rezzieri, nº 320, Bairro Centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.528.521/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Iraci Trevisol, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 647.132.969-53 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 2.169.702, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 2.106,94 (dois mil, cento e seis reais e noventa e quatro centavos) o que perfaz aproximadamente 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: NOAL & TREVISOL LTDA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	AÇUCAR REFINADO DE PRIMEIRA QUALIDADE - PCT 5 KG	03	12,90	38,70
07	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE	91Kg	1,56	141,96
11	Carne defumada de tipo charque	6 Kg	19,85	119,10
15	EXTRATO DE TOMATE - (TETRA PACK) 340 GRAMAS	25	3,73	93,25
16	FEIJAO PRETO - TIPO 1 - PCTE C/1KG	37,5 Kg	4,35	163,13
18	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, EMBALAGEM TETRA PARK, UHT, VALIDADE MIN. 120 DIAS	270	2,61	704,70
23	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML	10	3,75	37,50
25	PRESUNTO SUINO COZIDO FATIADO, RESFRIADO, DE 1ª QUALIDADE.	20 Kg	19,69	393,80
26	QUEIJO TIPO PRATO, FATIADO, DE 1ª QUALIDADE, RESFRIADO.	20 Kg	20,74	414,80
TOTAL				R\$ 2.106,94

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.106,94 (dois mil, cento e seis reais e noventa e quatro centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	IRACI TREVISOL Noal & Trevisol Ltda Me
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

4º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

4º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito

no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LS MERCADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 925, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.841.640/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Neusa Ana Gabriel, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 729.866.979-68 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 2.168.061, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.045,94 (um mil, quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) o que perfaz aproximadamente 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: LS MERCADO LTDA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Alho branco ou roxo - 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme; livre de sujeiras, parasitas, larvas, resíduos de fertilizante; acondicionados em sacos de polietileno, transparentes, atóxicos e intactos.	01 Kg	24,86	24,86
04	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, agulhinha, embalagem 1kg	75 Kg	2,43	182,25
05	Azeite de oliva tipo extra-virgem, 1ª qualidade, embalagem de lata com 250 a 400ml	03	13,30	39,90
08	BATATA LAVADA DE 1ª, TIPO INGLESA	50 Kg	3,85	192,50
12	Carne suína, corte carré	9 Kg	9,70	87,30
14	DOCE DE FRUTAS - 400 GRAMAS	20	3,30	66,00
19	LINGUIÇA SUINA TIPO CALABRESA	05 Kg	13,43	67,15
20	MAÇÃ NACIONAL GALA OU FUGI DE 1ª QUALIDADE	50 Kg	5,84	292,00
28	SAL DE COZINHA REFINADO 1KG	03 Kg	1,34	4,02
30	SUCO EM PÓ ADOÇADO 35 GRAMAS FAZ 1 LITRO COM VITAMINA C	91	0,86	78,26
32	Vinagre de álcool, embalagem de 750ml	06	1,95	11,70
TOTAL				R\$ 1.045,94

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.045,94 (um mil, quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	NEUSA ANA GABRIEL Ls Mercado Ltda Me
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

5º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

5º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob o nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa RENATA CRISTINA RADIN RICARDI - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rio de Janeiro, nº 119, Bairro Perpétuo Socorro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.397.299/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Renata Cristina Radin Ricardi, brasileira, viúva, empresária, inscrita no CPF sob o nº 925.404.499-72e portadora da Cédula de Identidade sob o nº 5.261.004-6, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 24,93% (vinte e quatro vírgula noventa e três por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 2.092,09 (dois mil, noventa e dois reais e nove centavos) o que perfaz aproximadamente 24,93% (vinte e quatro vírgula noventa e três por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	CARNE BOVINA DE COXÃO MOLE	91 Kg	22,99	2.092,09
TOTAL				R\$ 2.092,09

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.092,09 (dois mil, noventa e dois reais e nove centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	RENATA CRISTINA RADIN RICARDI Renata Cristina Radin Ricardi Me
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no

CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CLEBER TADEU BRIDI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, n. 1020, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.864.350/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Cleber Tadeu Bridi, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 064.943.309-24 e portador da Cédula de Identidade sob nº 5.365.318-1, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Ofício n. 33/2ª/14ºBBM/16, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente licitadas não serão suficientes até o término deste ano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 327,50 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavo) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016:

Contratada: CLEBER TADEU BRIDI ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - EMBALADO A VÁCUO - ACONDICIONADO EM CAIXA DE 500 GR - TRADICIONAL.	25	10,20	255,00
21	MACARRÃO TIPO ESPAGUETTI / TALHARIM COM OVOS PCT C/ 500GR	25	2,90	72,50
TOTAL				R\$ 327,50

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 327,50 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	CLEBER TADEU BRIDI Cleber Tadeu Bridi Me
REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 65, DE 22 DE JULHO DE 2010.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 65, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ORJANA ANGHINONI, CPF: 832.358.929-5.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 65, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A04522Q12, com registro no patrimônio do Município sob nº 6824, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 65, de 22 de julho de 2010.

Data da assinatura: 18 de outubro de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Orjana Anghinoni - servidora pública municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 - FMS.

Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Marizete Rodrigues Machado Hippler ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Suprimir a quantidade do item 1 do Contrato nº 013/2013, de 1º/03/2013, supressão esta que se faz necessário por motivos de conveniência e oportunidade á bem do serviço público.

Valor Suprimido: R\$ 14.381,44 (quatorze mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 13/10/2016.

Vigência: de 13/10/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 134/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 079/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Conxap Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Objeto: Aditar o valor global do Contrato nº 134/2015, de 1º/07/2015, em R\$ 1.306,94 (um mil, trezentos e seis reais e noventa e quatro centavos), o que corresponde a 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) ao valor global atualizado e contratado, tendo em vista algumas situações que não estavam previstas em projeto, conforme a justificativa técnica e planilha de orçamento de aditivo constante em anexo ao termo aditivo.

Valor Aditado: R\$ 1.306,94 (um mil, trezentos e seis reais e noventa e quatro centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 094 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas e D - 156 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas.

Data de Assinatura: 10/10/2016.

Vigência: de 10/10/2016 a 28/10/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e William Gediel Laguna - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 109/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 016/2015, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Conxap Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Objeto: Reajustar o valor remanescente do Contrato nº 109/2015, de 19/05/2015, para que seja acrescido o percentual de 8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, ou seja, no período de julho de 2015 a julho de 2016, com efeitos a partir da presente data.

Valor: O valor remanescente de R\$ 2.994.162,52 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) passa a ser de R\$ 3.255.852,32 (três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: 08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.00.00.00.00.00 (43/2016).

Data de Assinatura: 10/10/2016.

Vigência: de 10/10/2016 a 12/05/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e William Gediel Laguna - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 106/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 078/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, IMAGEM E AMBIENTE PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 051/2016 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 11/10/2016.

Vigência: de 11/10/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 116/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 086/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Alexandre Pansera & CIA LTDA. EPP, CNPJ nº 10.693.709/0001-73.

Objeto: AQUISIÇÃO DE FOSSA SÉPTICA E FILTRO ANAERÓBIO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 082/2016 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

Data de Assinatura: 11/10/2016.

Vigência: de 11/10/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Alexandre Pansera - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Marizete Rodrigues Machado Hippler ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Suprimir a quantidade do item 1 do Contrato nº 068/2015, de 23/03/2015 supressão esta que se faz necessário por motivos de conveniência e oportunidade á bem do serviço público.

Valor Suprimido: R\$ 102.474,72 (cento e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Data de Assinatura: 13/10/2016.

Vigência: de 13/10/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 095/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 016/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda. EPP, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO PISO DO GINÁSIO DE ESPORTE DA COMUNIDADE DE SANTANA DA BELA VISTA DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE 553,75M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO E CONVÊNIO Nº 2016TR1430 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ADR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 79.630,01 (setenta e nove mil, seiscentos e trinta reais e um centavo).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta do Contrato de Convênio nº 2016TR1430 celebrado entre o Município e o Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de São Lourenço do Oeste, e recursos Próprios do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos oriundos do Contrato de Convênio nº 2016TR1430 celebrado entre o Município e o Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de São Lourenço do Oeste, e recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: a) D - 107/2016 - 09.01.27.812.4511.1.062.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Construção, Reforma e Ampliação de Ginásios - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e b) D - 187/2016 - 09.01.27.812.4511.1.062.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064 - Construção, Reforma e Ampliação de Ginásios - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 13/10/2016.

Vigência: de 13/10/2016 a 10/02/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 245/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 245/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 009/2015, de 21/01/2015, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de fazer ajustes na planilha

orçamentária e aguardar o órgão financiador (Caixa Econômica Federal) a aprovar os ajustes feitos na referida planilha; bem como para a tramitação final dos documentos referentes ao Contrato em questão.

Data de Assinatura: 14/10/2016.

Vigência: de 17/10/2016 a 16/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 77.396.810/0008-00.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 -

D - 017/2016 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; 8.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - D - 059/2016 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - D - 058/2016 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; 09.01.15.451.4505.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - D - 101/2016 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - D - 115/2016 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura; 11.01.08.244.4509.2.029.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - D - 129/2016 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; 13.01.10.301.4506.2.019.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 - D - 009/2016 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Secretaria Municipal de Saúde; 13.01.10.301.4506.2.047.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 - D - 014/2016 - Bloco Atenção Básica - Secretaria Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 17/10/2016.

Vigência: de 17/10/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante Vilmar José Fedato - pela Contratada.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 65.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 65/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016
CREDENCIAMENTO Nº 06/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ATENDIMENTO MEDICO NAS
AREAS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, OFTALMOLOGIA,
FONOAUDIOLOGIA, ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM RE-
ABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DES-
TINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO
OESTE – SC, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO
DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: R\$ 22.860,13
CONTRATADO: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FER-
REIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: TATIANA DE OLIVEIRA
São Miguel do Oeste, SC., 14 de outubro de 2016

EXT. CONTRATO 66.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 66/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016
CREDENCIAMENTO Nº 06/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ATENDIMENTO MEDICO NAS
AREAS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, OFTALMOLOGIA,
FONOAUDIOLOGIA, ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM RE-
ABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DES-
TINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO
OESTE – SC, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO
DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: R\$ 27.968,02
CONTRATADO: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ROSEMARY BAMPI
LTDA - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FER-
REIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: ROSEMARY BAMPI
São Miguel do Oeste, SC., 14 de outubro de 2016

EXT. CONTRATO 67.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 67/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016
CREDENCIAMENTO Nº 06/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ATENDIMENTO MEDICO NAS
AREAS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, OFTALMOLOGIA,
FONOAUDIOLOGIA, ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM RE-
ABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DES-
TINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO

OESTE – SC, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO
DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: R\$ 27.968,02
CONTRATADO: J.G. OFTALMOLOGIA SC LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FER-
REIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: JULIO ALFREDO BUDANT
São Miguel do Oeste, SC., 19 de outubro de 2016

EXT. CONTRATO 68.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 68/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2016
CREDENCIAMENTO Nº 07/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES RADIOLOGICOS, RES-
SONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIAS, ULTRASSONOGRAFIA,
EXAMES DE IMAGEM – MAMOGRAFIAS, DENSITOMETRIA OSSEA,
CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTERIO DA SAÚDE
E RECURSOS DO MUNICÍPIO DESTINADOS AOS PACIENTES DE
NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, DE ACOR-
DO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 164.003,36
CONTRATADO: SIIM – SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDI-
CA LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FER-
REIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BORTOLOTTI
São Miguel do Oeste, SC., 19 de outubro de 2016

EXT. CONTRATO 69.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 69/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2016
CREDENCIAMENTO Nº 07/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES RADIOLOGICOS, RES-
SONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIAS, ULTRASSONOGRAFIA,
EXAMES DE IMAGEM – MAMOGRAFIAS, DENSITOMETRIA OSSEA,
CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTERIO DA SAÚDE
E RECURSOS DO MUNICÍPIO DESTINADOS AOS PACIENTES DE
NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, DE ACOR-
DO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 175.094,72
CONTRATADO: CDI VISION CLÍNICA DE DIAGNOSTICO MÉDICO
LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FER-
REIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ LUNARDI
São Miguel do Oeste, SC., 19 de outubro de 2016

LEI Nº 7.335/2016-DENOMINA DE RUA ANTONIO LONDERO, A RUA PROJETADA E, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO BELO, BAIRRO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.335/2016

DENOMINA DE RUA ANTONIO LONDERO, A RUA PROJETADA E, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO BELO, BAIRRO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "RUA ANTONIO LONDERO, a RUA PROJETADA E, localizada no Loteamento PORTO BELO, BAIRRO SANTA RITA, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.336/2016-DENOMINA DE RUA AUGUSTO OSMAR WIEDERKEHR, A RUA PROJETADA E, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.336/2016

DENOMINA DE RUA AUGUSTO OSMAR WIEDERKEHR, A RUA PROJETADA E, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "RUA AUGUSTO OSMAR WIEDERKEHR", a RUA PROJETADA E, localizada no Loteamento MONT BELO, Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.337/2016-AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO OS LOTES URBANOS NS. 16 E 17 DO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA DE PROPRIEDADE DE RUI ROQUE ECHER E SUA ESPOSA LIDIA ECHER, JOACIAR ANTONIO DAL VITT E SUA ESPOSA JUSSARA NUNES DAL VITT E JUAREZ PAULO DAL VITT E ...

LEI Nº 7.337/2016

Autoriza o Município de São Miguel do Oeste a receber em doação os Lotes Urbanos ns. 16 e 17 do Loteamento Araucária de propriedade de Rui Roque Echer e sua esposa Lidia Echer, Joaciar Antonio Dal Vitt e sua esposa Jussara Nunes Dal Vitt e Juarez Paulo Dal Vitt e sua esposa Adriane Echer Dal Vitt e aprova desmembramento e remembramento da área de uso institucional e área verde e aprova desdobramento de lotes urbanos ns. 01, 02,04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 14, 15, 28, 29, 30 e 31, todos do Loteamento Araucária, aprovado pela Lei Municipal n. 7.048, de 07 de novembro de 2014, alterada pela Lei Municipal n. 7.189/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, os lotes urbanos ns 16 e 17 do Loteamento Araucária, com área de 667,63m² e 665,91m², respectivamente, constante da matrícula imobiliária n. 44.981, do CRISMO, de propriedade de Rui Roque Echer e sua esposa Lidia Echer, Joaciar Antonio Dal Vitt e sua esposa Jussara Nunes Dal Vitt e Juarez Paulo Dal Vitt e sua esposa Adriane Echer Dal Vitt.

Art. 2º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 52 (área de uso institucional) e remembramento aos lotes 16 e 17 recebidos em doação (art. 1º), todos do Loteamento Araucária, passando a ter as seguintes confrontações:

I - Desdobramento do lote urbano n. 52 (área de uso institucional):

a) Lote Urbano nº 52-A, com área de 1.333,54m², confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 51 (área verde), por linha seca medindo 54,73metros; ao leste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 24,312metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 52-B, (área de uso institucional), por linha seca medindo 54,97metros; ao oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 24,312metros;

b) Lote Urbano nº 52-B, com área de 1.667,91m², confrontando:

Ao norte, com parte do lote urbano nº 52-A, por linha seca medindo 54,97metros; ao leste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 30,188metros; ao sul, com o lote urbano nº 17, por linha seca medindo 55,41metros; ao oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 30,188metros.

II – Remembramento do Lote Urbano n. 52-B (área de uso institucional) e lotes nº 16 e 17:

a) Lote Urbano nº 52-B, com área de 1.667,91m², lote urbano nº 16, com área de 667,63m² e lote urbano nº 17, com área de 665,91m², perfazendo um total de 3.001,45m², confrontando em conjunto: Ao norte, com parte do lote urbano nº 52, (área verde), por linha seca medindo 54,97metros; ao leste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 54,188metros; ao sul, com os lotes urbanos nº 14, 15, por linha seca medindo 55,71metros; ao oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 54,188metros.

§ 1º O lote Urbano n. 52-A, será remembrado com o lote urbano n. 51, com destinação para área verde.

§ 2º A área de 3.001,45m² oriunda do remembramento dos lotes urbanos ns. 16, 17 e 52-B, terá a destinação para uso institucional.

Art. 3º Fica, igualmente, aprovado o remembramento do Lote Urbano n. 51 e Lote Urbano n. 52-A, ambos do Loteamento Araucária, passando a ter as seguintes confrontações:

I - Lote urbano nº 51, com área de 2.000,94m² e lote urbano nº 52-A, com área de 1.333,54m², perfazendo um total de 3.334,48m², confrontando em conjunto: Ao norte, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 54,643metros; ao leste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 61,202metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 52-B, (área de uso institucional), por linha seca medindo 54,97metros; ao oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 60,852metros.

Parágrafo único. A área de 3.334,48m², oriunda do remembramento dos lotes urbanos ns. 51 e 52-A, terá sua destinação para área verde.

Art. 4º Fica aprovado o desdobramento de lotes urbanos ns. 01, 02,04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 14, 15, 28, 29, 30 e 31, todos do Loteamento Araucária, passando a ter as seguintes confrontações:

I - Lote urbano nº 1, com área de 600,39m²:

a) Lote urbano nº 1-A, com área de 300,00m², constante da subdivisão do lote nº 1, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 1-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 12,00metros; ao oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 25,00metros; b) Lote urbano nº 1-B, com área de 300,39m², constante da subdivisão do lote nº 1, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,02metros; ao leste, com o lote urbano nº 2-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 12,02metros; ao oeste, com o lote urbano nº 1-A, por linha seca medindo 25,00metros.

II - Lote urbano nº 2, com área de 647,64m²:

a) Lote urbano nº 2-A, com área de 323,75m², constante da subdivisão do lote nº 2, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,95metros; ao leste, com o lote urbano nº 2-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 12,95metros; ao oeste, com o lote urbano nº 1-B, por linha seca medindo 25,00metros; b) Lote urbano nº 2-B, com área de 323,89m², constante da subdivisão do lote nº 2, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,96metros; ao leste, com o lote urbano nº

3, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 12,95metros; ao oeste, com o lote urbano nº 2-A, por linha seca medindo 25,00metros.

III - Lote urbano nº 4, com área de 650,00m²:

a) Lote urbano nº 4-A, com área de 325,00m², constante da subdivisão do lote nº 4, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 13,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 4-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 13,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 3, por linha seca medindo 25,00metros; b) Lote urbano nº 4-B, com área de 325,00m², constante da subdivisão do lote nº 4, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 13,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 5-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 13,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 4-A, por linha seca medindo 25,00metros.

IV - Lote urbano nº 5, com área de 2.436,16m²:

a) Lote urbano nº 5-A, com área de 300,00m², constante da subdivisão do lote nº 5, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 5-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 9-A1 e com parte do lote rural nº 9-A, por linha seca medindo 12,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 4-B, por linha seca medindo 25,00metros; b) Lote urbano nº 5-B, com área de 300,00m², constante da subdivisão do lote nº 5, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 5-C, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 24, do loteamento Irmãos Agostini e com parte do lote urbano nº 9-A1, por linha seca medindo 12,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 5-A, por linha seca medindo 25,00metros; c) Lote urbano nº 5-C, com área de 600,00m², constante da subdivisão do lote nº 5, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 24,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 5-D, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte dos lotes urbanos nº 23 e 24, do loteamento Irmãos Agostini, por linha seca medindo 24,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 5-B, por linha seca medindo 25,00metros; d) Lote urbano nº 5-D, com área de 600,00m², constante da subdivisão do lote nº 5, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 24,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 5-E, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 21, com o lote urbano nº 22 e com parte do lote urbano nº 23, do loteamento Irmãos Agostini, por linha seca medindo 24,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 5-C, por linha seca medindo 25,00metros; e) Lote urbano nº 5-E, com área de 636,16m², constante da subdivisão do lote nº 5, confrontando: Ao norte, com a Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 20,53metros; ao nordeste, com as Ruas Waldemar Vitório Echer e João Natalino Filippi, em curva medindo 7,83metros; ao leste, com a Rua João Natalino Filippi, medindo 20,03metros; ao sul, com a Rua Padre Anchieta, com o lote urbano nº 20 e com parte do lote urbano nº 21, do loteamento Irmãos Agostini, por linha seca medindo 25,81metros; ao oeste, com o lote urbano nº 5-D, por linha seca medindo 25,00metros.

V - Lote urbano nº 6, com área de 1.934,82m²:

a) Lote urbano nº 6-A, com área de 341,57m², constante da subdivisão do lote nº 6, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 8-A, por linha seca medindo 13,73metros; ao leste, com o lote urbano nº 6-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 9,00metros ao sudoeste, com as Ruas Waldemar Vitório Echer e Rua Projetada F, em curva medindo 7,89metros; ao Oeste, com a Rua Projetada F, medindo 19,97metros; b) Lote urbano nº 6-B, com área de 343,25m², constante da subdivisão do lote nº 6, confrontando: Ao norte, com o lote urbano

nº 8-B, por linha seca medindo 13,73metros; ao leste, com o lote urbano nº 6-C, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 13,73metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 6-A, por linha seca medindo 25,00metros;
 c) Lote urbano nº 6-C, com área de 625,00m², constante da subdivisão do lote nº 6, confrontando: Ao norte, com os lotes urbanos nº 9-A e 9-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 6-D, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 25,00metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 6-B, por linha seca medindo 25,00metros;
 d) Lote urbano nº 6-D, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 6, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 10, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 6-E, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 6-C, por linha seca medindo 25,00metros;
 e) Lote urbano nº 6-E, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 6, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 10, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com Rua Waldemar Vitório Echer, medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 6-D, por linha seca medindo 25,00metros.

VI - Lote urbano nº 7, com área de 2.532,01m²:

a) Lote nº urbano 7-A, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 11, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 6-E, por linha seca medindo 25metros;
 b) Lote nº urbano 7-B, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 11, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-C, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-A, por linha seca medindo 25metros;
 c) Lote nº urbano 7-C, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 11, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-D, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-B, por linha seca medindo 25metros;
 d) Lote nº urbano 7-D, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 11, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-E, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-C, por linha seca medindo 25metros;
 e) Lote nº urbano 7-E, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 12-A, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-F, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-D, por linha seca medindo 25metros;
 f) Lote nº urbano 7-F, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 12-B, por linha seca medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 7-G, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-E, por linha seca medindo 25metros;
 g) Lote nº urbano 7-G, com área de 657,01m², constante da subdivisão do lote nº 7, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 13, por linha seca medindo 26,50metros; ao leste, com a Rua João Natalino Filippi, medindo 19,97metros; ao sudeste, com as ruas João Natalino Filippi e Waldemar Vitório Echer, em curva, medindo 7,88metros; ao sul, com a Rua Waldemar Vitório Echer, em 21,47metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 7-F, por linha seca medindo 25metros.

VII - Lote urbano nº 8, com área de 677,60m²:

a) Lote urbano nº 8-A, com área de 334,35m², constante da subdivisão do lote nº 8, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 8,47metros; ao leste, com o lote urbano nº 8-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 6-A, por linha seca medindo 13,73metros; ao Oeste, com a Rua Projetada F, medindo 20,04metros; ao noroeste, com as ruas Projetada F e Ulisses Longhi, em curva medindo 7,82metros;
 b) Lote urbano nº 8-B, com área de 343,25m², constante da subdivisão do lote nº 8, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 13,73metros; ao leste, com o lote urbano nº 9-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 6-B, por linha seca medindo 13,73metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 8-A, por linha seca medindo 25,00metros.

VIII - Lote urbano nº 9, com área de 625,00m²:

a) Lote urbano nº 9-A, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 9, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 9-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 6-C, por linha seca medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 8-B, por linha seca medindo 25,00metros;
 b) Lote urbano nº 9-B, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 9, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 10, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 6-C, por linha seca medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 9-A, por linha seca medindo 25,00metros.

IX - Lote urbano nº 11, com área de 1.250,00m²:

a) Lote urbano nº 11-A, com área de 625,00m², constante da subdivisão do lote nº 11, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 25,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 11-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com os lotes urbanos nº 7-B e 7-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 10, por linha seca medindo 25,00metros;
 b) Lote urbano nº 11-B, com área de 625,00m², constante da subdivisão do lote nº 11, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 25,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 12-A, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com os lotes urbanos nº 7-D e 7-C, por linha seca medindo 25,00metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 11-A, por linha seca medindo 25,00metros.

X - Lote urbano nº 12, com área de 625,00m²:

a) Lote urbano nº 12-A, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 12, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 12-B, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 7-E, por linha seca medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 11-B, por linha seca medindo 25,00metros;
 b) Lote urbano nº 12-B, com área de 312,50m², constante da subdivisão do lote nº 12, confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; ao leste, com o lote urbano nº 13, por linha seca medindo 25,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 7-F, por linha seca medindo 12,50metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 12-A, por linha seca medindo 25,00metros.

XI - Lote urbano nº 14, com área de 679,50m²:

a) Lote nº urbano 14-A, com área de 337,90m², constante da subdivisão do lote nº 14, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 16, por linha seca medindo 13,70metros; ao leste, com o lote urbano nº 14-B, por linha seca medindo 24,40metros; ao sul, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 14,00metros; ao Oeste, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 24,40metros;
 b) Lote nº urbano 14-B, com área de 341,60m², constante da subdivisão do lote nº 14, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 16, por linha seca medindo 14,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 15-A, por linha seca medindo 24,40metros; ao sul, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 14,00metros; ao Oeste, com o

lote urbano nº 14-A, por linha seca medindo 24,40metros.

XII - Lote urbano nº 15, com área de 678,03m²:

a) Lote nº urbano 15-A, com área de 341,60m², constante da subdivisão do lote nº 15, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 16, por linha seca medindo 14,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 15-B, por linha seca medindo 24,40metros; ao sul, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 14,00metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 14-B, por linha seca medindo 24,40metros;

b) Lote nº urbano 15-B, com área de 336,43m², constante da subdivisão do lote nº 15, confrontando: Ao norte, com parte do lote urbano nº 16, por linha seca medindo 14,01metros; ao leste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 19,37metros; ao sudeste, com as ruas Aguida Bernardi Guewer e Ulisses Longhi, em curva, medindo 7,88metros; ao sul, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 8,98metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 15-A, por linha seca medindo 24,40metros.

XIII - Lote urbano nº 28, com área de 645,12m²:

a) Lote nº urbano 28-A, com área de 322,56m², constante da subdivisão do lote nº 28, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 28-B, por linha seca medindo 26,88metros; ao leste, com o lote urbano nº 29-A, por linha seca medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 26, por linha seca de 26,88metros; ao Oeste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 12,00metros;

b) Lote nº urbano 28-B, com área de 322,56m², constante da subdivisão do lote nº 28, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 30-A, por linha seca medindo 26,88metros; ao leste, com o lote urbano nº 29-B, por linha seca medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 28-A, por linha seca de 26,88metros; ao Oeste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 12,00metros.

XIV - Lote urbano nº 29, com área de 645,36m²:

a) Lote nº urbano 29-A, com área de 322,68m², constante da subdivisão do lote nº 29, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 29-B, por linha seca medindo 26,89metros; ao leste, com a Rua João Frigeri, medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 27, por linha seca de 26,89metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 28-A, por linha seca medindo 12,00metros;

b) Lote nº urbano 29-B, com área de 322,68m², constante da subdivisão do lote nº 29, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 31-A, por linha seca medindo 26,89metros; ao leste, com a Rua João Frigeri, medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 29-A, por linha seca de 26,89metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 28-B, por linha seca medindo 12,00metros.

XV - Lote urbano nº 30, com área de 645,12m²:

a) Lote nº urbano 30-A, com área de 322,56m², constante da subdivisão do lote nº 30, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 30-B, por linha seca medindo 26,88metros; ao leste, com o lote urbano nº 31-A, por linha seca medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 28-B, por linha seca de 26,88metros; ao Oeste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 12,00metros;

b) Lote nº urbano 30-B, com área de 322,56m², constante da subdivisão do lote nº 30, confrontando: Ao norte, com parte do lote rural nº 10, por linha seca medindo 26,88metros; ao leste, com o lote urbano nº 31-B, por linha seca medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 30-A, por linha seca de 26,88metros; ao Oeste, com a Rua Aguida Bernardi Guewer, medindo 12,00metros.

XVI - Lote urbano nº 31, com área de 645,36m²:

a) Lote nº urbano 31-A, com área de 322,68m², constante da subdivisão do lote nº 31, confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 31-B, por linha seca medindo 26,89metros; ao leste, com a Rua João Frigeri, medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 29-B, por linha seca de 26,89metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 30-A, por linha seca medindo 12,00metros;

b) Lote nº urbano 31-B, com área de 322,68m², constante da subdivisão do lote nº 31, confrontando: Ao norte, com parte do lote

rural nº 10, por linha seca medindo 26,89metros; ao leste, com a Rua João Frigeri, medindo 12,00metros; ao sul, com o lote urbano nº 30-A, por linha seca de 26,89metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 30-B, por linha seca medindo 12,00metros.

Art. 5º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 6º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras (abertura do prolongamento da rua dos Bandeirantes) e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.338/2016-DENOMINA DE "ESTÁDIO MUNICIPAL GREMIO ESPORTIVO DA LINHA CANELA GAÚCHA" O CAMPO MUNICIPAL DA LINHA CANELA GAÚCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.338/2016

DENOMINA DE "ESTÁDIO MUNICIPAL GREMIO ESPORTIVO DA LINHA CANELA GAÚCHA" O CAMPO MUNICIPAL DA LINHA CANELA GAÚCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado de "ESTÁDIO MUNICIPAL GREMIO ESPORTIVO DA LINHA CANELA GAÚCHA" o Campo Municipal da Linha Canela Gaúcha.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº164/2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº1.068/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manut. da Coordenadoria da Saúde R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.3.0135.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

11.01.10.301.0009.2.092 – Func. e Manutenção do PACS R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.2.000.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.2.093 – Func. e Manut. da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.3.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.063 – Manutenção de Programas Bioinseticida e Outros R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.2.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL e.e

DECRETO Nº165/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
DECRETO Nº165/2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO , Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade coma a autorização que lhe confere a Lei nº1.067 e 1.070/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras R\$ 65.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) na dotação abaixo identificada:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.0015.2.093 – Func. e Manutenção da Secretaria de Água E Saneamento Básico R\$ 97.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal e.e

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LAILA JAISZA MONTEIRO, inscrita no CPF sob nº. 086.932.959-69, aprovada em 31º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de outubro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 18 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 023/2016 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 023/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 047/2016, tendo como Natascha Luize Kopper Strelow, inscrita no CPF sob o nº 095.146.859-62 e AWF Editorial Ltda- ME SUMMA + BRASIL, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 12.301.733/0001-45. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada AWF Editorial Ltda- ME SUMMA + BRASIL para: informar a sua Receita Bruta, com fundamentação legal no art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, apresentar o valor de sua receita bruta, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 18 de outubro de 2016.

Nadiete Albino Marcilio

PROCON – Schroeder/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 114/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 114/2016-PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2016-PMS

Processo nº. 190/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente a contratação de empresa especializada em transporte coletivo dentro do Município de Schroeder, para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (circular dentro do Município Schroeder)	4000	3,45	13.800,00
TOTAL R\$				13.800,00

Valor do contrato: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 20/10/2016 – Vigência: 01/01/2017 ATÉ 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.713/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.713/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Maria do Carmo Vasconcellos Pompermaier, com efeitos retroativos a 19/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 001/2016

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº001/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova a listagem dos empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local urbano, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada e dá outras providências

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA por deliberação da maioria dos seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe se conferidas, pela Lei Municipal 2.129/2015, de 07 de outubro de 2015,

Considerando a necessidade de regularização de algumas atividades e empreendimentos caracterizados como potencialmente causadores de impacto local urbano, não constantes ou não definidos de forma específica nos Anexos I, II, e III da Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA/SC;

Considerando a melhoria ambiental pontual propiciada pela regularização de tais atividades e empreendimentos, por meio da instalação e adequado funcionamento dos controles ambientais e pela celeridade na análise, vistoria e liberação da Licença, Autorização ou Certidão Ambiental;

Considerando a importância da aplicação dos princípios da eficiência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público aos processos de licenciamento, autorização e cadastramento ambiental de ações e atividades de baixo impacto e impacto local urbano;

Considerando que o Município de Schroeder, nos termos da Resolução CONSEMA Nº 89/2016 e da Resolução CONSEMA Nº 14/2012, tem competência para exercer o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e causadoras de impacto ambiental local;

E por fim, considerando a competência do Poder Municipal, prevista nos artigos 225, 23 e 30 da Constituição Federal, bem como, do COMDEMA, nos termos da Política Municipal do Meio Ambiente, prevista na Lei 2.129/2015 para deliberar, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida, na área territorial do Município de Schroeder;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO

Art. 1º Tornar obrigatório a Certidão Ambiental para as atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 02/06 e alterações previstas na Resolução CONSEMA nº 14/2012.

Parágrafo Único. As atividades mencionadas no caput além de apresentar os documentos estabelecidos em instrução normativa adotadas pela Diretoria de Gestão Ambiental e em outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) sendo a atividade autorizada desde que seja realizados os controles ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente.

Art. 2º Aprovar a listagem constante do Anexo Único da presente resolução, que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local urbano, passíveis de licenciamento, autorização, cadastro ou certidão ambiental.

Art.3º Para o licenciamento, autorização, cadastramento ou certidão ambiental, previsto nesta resolução através do anexo único, o responsável legal da empresa, além de apresentar os comprovantes dos controles ambientais e demais documentos estabelecidos em Instrução Normativa adotadas pela Diretoria de Gestão Ambiental (DIGA) e por outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar, conforme disposto no anexo único:

A) Relatório Ambiental Prévio (RAP), emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART); ou

B) Declaração de Conformidade Ambiental (DCA), emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART); ou

C) Declaração de Conformidade Ambiental Simplificada (DCAs), com dispensa da responsabilidade técnica, mas sujeita a comprovação dos controles ambientais exigidos;

CAPITULO II DOS VENCIMENTOS

Art.4º Serão adotados os seguintes prazos e vencimentos conforme o tipo de documento emitido pela DIGA:

a) Autorização Ambiental: Validade de 04 (quatro) anos, devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

b) Certidão de Conformidade Ambiental: Validade de 04 (dois) anos, devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

§1º Os prazos de validade variam conforme cada tipo de Licença (CONAMA 237/97) e serão especificados no respectivo documento.

Art.5º O empreendedor deverá atender a solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pela DIGA, dentro do prazo máximo de 04 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo Único. O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado em concordância com o empreendedor e COMDEMA.

Art. 6º O não cumprimento dos prazos estipulados nos art. 4º e 5º respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente, e o empreendedor ao arquivamento do seu pedido de licença.

Art.7º O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no art. 3º, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 8º Esta resolução aplica-se exclusivamente, para fins de licenciamento, certidão, cadastramento e autorização ambiental, de competência da Diretoria de Gestão Ambiental, não se aplicando às questões de zoneamento urbano e licenciamento, autorização ou cadastramento estadual.

Art. 9º Para o licenciamento, autorização, certidão ou cadastro dos demais empreendimentos e atividades de competência da DIGA definidas por meio de legislação específica deverão ser apresentados os estudos determinados por meio das resoluções municipais, estaduais e federais em vigor, bem como, a documentação exigida pela legislação ambiental e por Instrução Normativa emitida pela FATMA .

CAPITULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Schroeder, de 18 outubro de 2016.

Kerling Fabiane Hornburg Baesso

Presidente do COMDEMA

ANEXO I

ATIVIDADES NÃO CONSTANTES DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 006/2008, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CONSEMA 14/2012, SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELA DIGA;

01 - ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS

01.00.01 – Manejo de Palmiteiro

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (RAP)

01.52.00 – Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc).

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: 50 <= NC <= 500 (DCA)

03 – AQUICULTURA

03.31.00 – Unidade e Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (SISTEMA I)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: 1,0ha <= AI <= 2,0ha (DCA)

03.31.02 – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Mornas (SISTEMA III)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: 1,0ha <= AI <= 2,0ha (DCA)

10 – INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso. (RAP)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

11- INDÚSTRIA METALÚRGICA

11.00.01 – Fabricação de estruturas metálicas sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte 0,05 <= AU <= 0,2: pequeno (RAP)

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU >= 1,0: grande (EAS)

12 - INDÚSTRIA MECÂNICA

12.00.01 – Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição e/ou pintura, cujo processo produtivo tenha

fabricação terceirizada e/ou fique restrito à montagem de aparelhos e peças.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: AU <= 0,02 (AuA)

Porte Médio: 0,02 < AU <= 0,05 (RAP)

Porte Grande: AU > 0,05 (RAP)

12.80.00 – Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos;

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha

13 – INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES.

13.00.01 – Manutenção ou reparação de equipamentos de informática, eletrodomésticos e eletrônicos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: DCA

13.70.00 – Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha

13.90.00 – Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AI <= 0,2ha

15 - INDÚSTRIA DE MADEIRA

15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU < 0,1ha (DCAs)

15.11.00 – Desdobramento secundário de madeiras – exclusive serrarias.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte: AE <= 3.000 ha: pequeno (DCAs)

15.13.00 – Unidade de cominuição de madeira, inclusive as consideradas como resíduos sólidos.

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: QT <= 50

20 – INDÚSTRIA QUÍMICA

20.83.00 – Fracionamento de produtos químicos

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte: AU <= 0,2: (DCA)

20.85.00 – Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02ha (DCA)

26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

26.00.01 – Fabricação de alimentos sob encomenda, exceto congelados

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 (DCAs)

Porte médio: 0,05 < AU <= 0,1 (DCA)

Porte grande: AU >0,1 (RAP)

26.00.02 – Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar e/ou fornecimento de marmitas e/ou cozinha industrial

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 (DCAs)

Porte médio: 0,05 < AU <= 0,1 (DCA)

Porte grande: AU > 0,1 (RAP)

26.50.01 – Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 ha (DCA)

26.50.02 – Industrialização de produtos de origem vegetal

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

26.91.00 – Fabricação de sorvetes

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

27 - INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO

27.10.00 – Fabricação e engarrafamento de vinhos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,03ha (DCA)

27.20.00 – Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte pequeno: AU <= 0,03ha (DCA)

27.40.00 – Fabricação de bebidas não alcoólicas – exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02 ha (DCA)

27.40.10 – Fabricação e engarrafamentos de cervejas, chopes, inclusive maltes.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte pequeno: AU <= 0,02 ha (DCA)

29 - INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA

29.10.00 – Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05ha (DCA)

30 – INDÚSTRIAS DIVERSAS

30.40.00 – Fabricação de abrasivos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha (DCA)

30.90.00 – Fabricação de tênis e calçados de qualquer material, exceto em couro

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02ha (DCA)

33 - CONSTRUÇÃO CIVIL

33.50.00 – Terraplanagem, aterro e movimentação de terra

Pot. Poluidor (Solo: M Água: P Ar: P) Geral: P

Porte: 500 < VM > 1000 pequeno (AuA)

1000 < VM > 5000 médio (AuA)

VM > 5000: grande (RAP)

34 - SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

34.41.16 – Central de triagem de resíduos sólidos urbanos de coleta seletiva

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: QT <= 1 (DCA)

42 – COMÉRCIO VAREJISTA

42.00.01 – Comércio e Depósitos de Madeiras

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

43 – COMÉRCIO ATACADISTA E DEPÓSITOS

43.01.00 – Comércio atacadista e/ou depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,5 (DCA)

56 – SERVIÇOS MEDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.00.01 – Clínicas de estética ou clínicas em geral, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.02 – Farmácias e drogarias, que realizem procedimento padrão com manuseio de infectantes perfurocortantes

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.03 – Unidades de análises laboratoriais, somente postos de coleta

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.04 – Clínicas para animais, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

71 – ATIVIDADES DIVERSAS

71.00.01 – Supermercados, hipermercados, açougues, depósitos, armazenamento de qualquer tipo de alimento e congêneres.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Solo: P Água: M Geral: M

Porte único (DCA)

71.11.01 – Condomínios de casas ou edifícios localizados em municípios da Zona

Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto de atividade.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: 2 <= NH <= 10 (DCA)

71.11.06 - Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AE <= 2.000 (DCA)

71.00.03 – Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
Porte pequeno: AU <= 3,0ha (DCA)

80 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

80.00.01 – Lavação de veículos automotores e/ou lubrificação e/ou polimento e/ou troca de óleo.
Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: Geral: P
Porte único (AuA).

80.00.02 – Restaurantes, pizzarias, bar, lanchonetes, quiosques e padarias sem forno a lenha.
Porte único (AuA).

80.00.03 – Restaurantes, pizzarias, padarias e similares com forno a lenha.
Porte único (AuA).

80.00.04 – Serviços de lavanderia em geral

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: P Geral: M
Porte único (DCA)

80.00.06 – Vidraçaria, inclusive automotiva.
Porte único (Autorização Ambiental).

80.00.07 – Ferro Velho/Depósito ou Comércio de Peças Automotivas usadas.
Porte único (AuA)

80.00.10 – Oficinas mecânicas e/ou latoarias
Porte único (AuA)

80.00.11 – Reparação ou manutenção elétrica de veículos (auto-elétrica)
Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: p
Porte único (AuA)

80.00.12 – Serviços de borracharia para veículos automotores
Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (AuA)

LEGENDA

Ad= área demolida (m²)

AE = área edificada (m²)

AI = área inundada (hectares)

AU = área útil (hectares) – área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc).

AU(1) = área útil (hectares) titulada pelo DNPM

CN = capacidade nominal do equipamento (ton/h)

CP = capacidade de produção

A = capacidade média de abate/dia

C = capacidade máxima de cabeças

M = capacidade máxima de matrizes

FR = faixa de rádio frequência (kHz)

L = comprimento (km)

MP = matéria prima (ton/safra)

NC = número de cabeças

NH = número de unidades habitacionais

NL = número de leitões

NV = número de veículos

NVB = número de vagas para barcos

P = potência instalada (mW)

PA = produção anual de ROM (m³/ano)

Q = vazão máxima prevista (l/s)

Q(1) = vazão de bombeamento (m³/h)

Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)

QP = vazão de projeto em m³/s para tempo de recorrência de 50 anos

QT = quantidade de resíduos (ton/dia)

V = tensão (kV)

VC = volume coletado (ton/dia)

VM = volume movimentado (m³)

VT = volume do tanque (m³)

VUF = volume do útil do forno (m³)

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 06/2016-FAS

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra:	
						Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência So	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FLOR DE IPE	0	0,8400	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,1000	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	1,3300	3
2	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BREEZE	0	2,5500	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME (13184)	breeze	0	2,5800	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	2,7000	3
3	Creme dental composição: 1450ppm de Fluor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrasódico, Silicato de Sódio, Polietilenglicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monofluorofosfato de Sódio, peso líquido 90g	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,2900	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUANY DENT	0	1,5600	2
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ACTION	0	1,8700	3
4	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não peracvel, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 10cm.	UN	J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,4600	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME (13184)	sinus	0	2,4700	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	2,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ZAVASKI	0	1,1000	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME (13184)	limpinha	0	1,1100	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,1300	3
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	1,1900	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	ZAVASKI	0	1,3000	5
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ALTO ALEGRE	0	2,7900	1
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	ALTO ALEGRE	0	2,8000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	DOCE SABOR	0	3,1200	3
7	Arroz parboilizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	D'AVÓ	0	2,4500	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ITAJARA	0	2,4600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	TIO LORO	0	2,7500	3
8	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	PRODASA	0	2,6000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	PRODASA	0	2,6400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência So					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Café torrado e moído, tradicional, com dupla proteção na embalagem, peso líquido 500g, validade de 1 ano	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	ODEBRECH	0	6.6000	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	OURO	0	7.8600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ITAMARATY	0	8.3800	3
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEN, embalagem lata, peso líquido 350g, validade 18 meses.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME (13184)	bonare	0	1.7300	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	QUERO	0	1.7400	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BONARE	0	1.7700	3
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Lata rotulada com papel impresso, enriquecido com vitaminas A, C e D, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ITALAC	0	12.2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ITAMBÉ	0	12.2700	2
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	NINHO	0	13.4000	3
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	13.5000	4
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	ninho	0	13.5000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 3/2016				Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência So							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Caixa de leite UHT integral líquido, estabilizantes (extrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio). Não contém glúten contendo 12 unidades EMI EMBALAGEM LONGA VIDA (tetra park) COM 01 LITRO. Validade embalagem fechada 120 dias.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	REALTA	0	2,1500	1
13	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, não contém gorduras trans, sem colesterol. Embalagem de Transporte: Pet- 20 x 900 ml (18 L), validade 360 dias	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	PIRACANJUB	0	2,1700	2
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	AURORA	0	2,4000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	LEVE	0	3,0500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	COAMO	0	3,0900	2
14	Farinha de milho tipo tuba amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEVE	0	3,2000	3
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	LIZA	0	3,3000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SINHÁ	0	2,1400	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME (13184)	sinha	0	2,1500	2
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	SINHÁ	0	2,3000	3
15	ECO COMERCIO DE MATERIAS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)				0	2,4000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência So					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AURI VERDE	0	1,6900	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AURIVERDE	0	1,7000	2
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	SUDOESTE	0	1,8500	3
16	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	Q DELICIA	0	1,5000	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	OGLIARI	0	1,5300	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	OGLIARI	0	1,5700	3
17	Feijão preto, tipo 1, embalagem com 1Kg, validade de 1 ano	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	REIDA MESA	0	5,7500	1
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	JARAGUA	0	5,7800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretária de Assistência So					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP (13460)	REI DAMESA	0	5,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistente Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência So							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 16/2016

- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (11714) - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME
- (12686) - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME
- (12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP
- (13184) - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA - ME
- (13242) - ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME -
- (13249) - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP
- (13460) - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - EPP

Schroeder, 20 de Outubro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Página: 1/13

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 91/2016-PMS

Número do Registro de Preços: 75/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Capa de chuva impermeável, confeccionada em tecido PVC forrado, com capuz, manga longa e botões de pressão para fechamento. Proteção contra chuva e respingos de produtos químicos. Com C.A., tamanhos M, G e GG.XGG. Cor amarela.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	16,4000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	CAPSEG CAT	0	16,5000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Vonder	0	16,8000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	16,8000	4
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	brascamp	0	16,8000	5
2	Colete Refletivo, tipo blusão, com bolso, cor laranja. Colete de proteção de alta visibilidade, confeccionado com tecido 100% poliéster, combinado retrorefletivo em conjunto com material fluorescente, fechamento frontal em zipper, com faixas refletivas em X nas costas e H na parte frontal, com 4 bolsos.. TAMANHOS M, G, GG.XGG	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	32,8000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	33,0000	2
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VICSA	0	33,0000	3
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafety	0	33,1500	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Promotiva	0	33,1500	5
3	Luva de segurança de Raspa (couro) Punho com 15 cm e reforço interno. Costura em Nylon. De primeira qualidade. Tamanho Único. Com C.A.	PAR	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	nesi	0	11,0000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	ZANEL CA160	0	11,2700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)							
4	Bota de PVC antideslante , cor preta, cano longo, composição em PVC especial, facilita a higienização, impede a ação de bactérias e fungo. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em ângulo que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar dando maior estabilidade em terrenos com inclinação. Impermeável, alta performance física do material. Cano longa-altura entre 29 e 33 cm. Tamanhos de 37 a 46. Com C.a.	PAR	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	cartom	0	36,5000	1
ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)							
			ITALBOTAS C.		0	36,6000	2
BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)							
					0	37,0000	3
RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)							
					0	37,1200	4
COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)							
			Vonder		0	37,1200	5
DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP (13022)							
5	SAPATO DE SEGURANÇA, MODELO BLATT, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR PRETA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBITEC. Confeccionado em vaqueta, com palmilha de montagem em material não tecido. Palmilha interna removível em látex, com tecido algodão antimicrobiano. Solado de PU (poliuretano) biodegradável, antiderrapante, com a primeira camada compacta, envolvendo todo o solado que proporciona maior proteção aos agentes químicos e firmeza ao caminhar. Com sistema de absorção de impacto, barra de rolagem, ângulo de propagação no calcanhar e sistema de giro na região dos metatarsos. Sem biqueira de aço. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 36 a 46. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR		BOMPEL	0	64,0000	1
RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)							
					0	64,1000	2
ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)							
			CONFORTO C		0	64,4000	3
BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)							
					0	65,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	bompeel	0	65,7000	
6			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Cartom	0	65,7100	
1			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	39,0000	
2			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	KALIPSO CAZ	0	39,2000	
3			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	kalipso	0	39,3000	
4			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	39,7000	
5			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Promotiva	0	39,7000	
1			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	7,8500	
2			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	kalipso	0	7,9000	
3			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	KALIPSO CA3	0	8,0000	
4			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Vonder	0	8,0900	
5			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	8,0900	

6 LUVAS NITRÍLICAS, VERDE. De segurança, confeccionada em dupla camada de borracha nitrílica de alta qualidade, com resistência mecânica e química. Impermeável, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor verde. Interior liso. Medidas: 45 cm. Tamanhos: M, G, GG e XG. Com C.A. (PAR)

7 LUVAS NITRÍLICAS, VERDE. De segurança, confeccionada em dupla camada de borracha nitrílica de alta qualidade, com resistência mecânica e química. Impermeável, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor verde. Interior liso. Medidas: 33 cm. Tamanhos: M, G, GG e XG. Com C.A. (PAR)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016				Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	LUVA DE SEGURANÇA, EM MALHA, COM REVESTIMENTO TOTAL DE NITRILICO. Confeccionada em malha de algodão, com revestimento em látex nitrílico na palma, dedos, dorso, e punho em malha de algodão. Resistência a riscos mecânicos como abrasão, corte, rasgamento e perfuração. Tamanhos: P, M, G e XG. Com C.A. (PAR)	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	8,7500	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	DNNY CA3544	0	8,8000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	8,9000	3
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	plastcor	0	9,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Vonder	0	9,0600	5
9	LUVA DE MALHA 4 FIOS, COM PONTOS DE PVC NA PALMA. Luva tricotada em algodão e poliéster, na cor branca, com pigmentos em PVC na palma e face palmar dos dedos, punho com elástico. Tamanho único. Com C.A. (PAR)	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	2,5500	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VOLK CA3052	0	2,6000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Pro Se Curity	0	2,6500	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	2,6500	4
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafety	0	2,6500	5
10	LUVA NITRILICA, VERDE, COM FORRO. Confeccionada em borracha nitrilica (sintética) de alta qualidade, com resistência mecânica e química por injeção. Impermeável, forrada com algodão internamente, palma com acabamento alto relevo antididslizante, na cor verde. Forma anatômica. Medida: 31 cm. Tamanhos: P, M, G e XG. Com C.A. (PAR)	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	7,9500	1
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafety	0	8,0000	2

Página: 5/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender às necessidades da Secretária de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

11	LUVA DE SEGURANÇA, EM PVC, 55 CM, COM FORRO. Luva confeccionada em PVC, forrada com malha de algodão. Palma, dedos e dorso ásperos. Tamanho: M, G e XG. Com C.A. (PAR)	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	20,2500	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	KALIPSO CA1	0	8,0000	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	8,0900	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Vonder	0	8,0900	5
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	PLASTCOR C	0	20,3000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	20,4000	3
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	plastor	0	20,5000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Romat	0	20,9000	5
12	ÓCULOS DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA COM LENTE INTERIOR, LENTE INCOLOR, Armção em nylon resistente e flexível. Hasles tipo espátula, fixadas por meio de parafusos, com ajuste de comprimento. Lente única, confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando conjunto leve, confortável e seguro. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento antirrisco, COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE. Com C.A.	UN	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafely	0	6,5000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VICSA CA196	0	6,6000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	6,6200	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	6,6200	4

Página: 6/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Kalipso	0	6,6200	5
13	ÓCULOS DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA COM LENTE INTERIOR, LENTE CINZA, Armação em nylon resistente e flexível. Hastes tipo espátula, fixadas por meio de parafusos, com ajuste de comprimento. Lente única, confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando conjunto leve, confortável e seguro. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento antirreflexo, COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE. Com C.A.	UN	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafaty	0	6,7500	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	6,8000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Kalipso	0	6,8000	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	6,8000	4
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VCSCA CA196,	0	6,8000	5
15	PROTETOR AUDITIVO (TIPO ABAFADOR). Protetor auditivo de segurança circum-auricular, constituído por duas conchas em formato oval de material plástico rígido, conectadas por um arco metálico acolchoado e ajustável (banda de cabeça). As conchas possuem selos de ovidos (almofadas) recobertas por uma fina camada de plástico flexível e no seu interior espuma. Com arco padrão. Haste de aço inoxidável, durável. Com tecnologia de controle de fluxo de ar. Cor: cinza escuro. Regulamentação: NR 15. Atenuação: 24 dB. Com C.A.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	35,4000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	AGENA CA716	0	35,4500	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	35,8500	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Agenci	0	36,5000	4
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	agena	0	36,7100	5

Página: 7/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	MÁSCARA/RESPIRADOR DESCARTÁVEL. P2VO, COM VÁLVULA. Respirador purificador de ar de segurança, tipo filtro químicos de baixa capacidade, com formato dobrável, com a face externa azul e a interna branca. Possui sólida ultrasônica em todo seu perímetro. As laterais possuem saliências em que são costuradas as pontas de dois tirantes elásticos de cor branca. A parte superior externa do respirador possui uma peça de material moldável branco, fixada através de costagem. O respirador possui um dispositivo plástico branco, com uma válvula de exalação, localizado na lateral esquerda. Proteção das vias respiratórias do usuário contra vapores orgânicos até 50 ppm (FBC1), poeiras, nevoas e fumos. Com C.A.	UN	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	grazia	0	4,9000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	TAYCO CA213	0	5,0000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	5,0700	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Grazia	0	5,0700	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	5,0700	5
17	FILTRO (CARTUCHO) QUÍMICO, PARA RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR (MÁSCARA) TIPO PEÇA SEMI-FACIAL. Filtro Químico COBA para Vapores Orgânicos (Derivados de Petróleo e Resíduos Orgânicos) e Gases Ácidos (Soluções Ácidas).	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	20,1000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	AIRSAFETY	0	20,2000	2
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	airsafety	0	20,4000	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Carbografe	0	20,4000	4
18	PROTETOR AUDITIVO, COM CORDÃO. ATENUAÇÃO: 16dB (NRRs). Protetor auditivo de espuma moldável, TIPO INSERÇÃO. Em formato de cone, com a base plana e o topo arredondado. TAMANHO ÚNICO. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	grazia	0	3,0000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	3,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 8/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS PFF2-V, COM VALVULA de exalação. Com formato tipo dobrável, solda térmica em todo seu perímetro, apresentando lado externo na cor cinza e interno (que fica em contato com a face do usuário) na cor branca. A peça possui uma camada de microfibras impregnadas com partículas de carvão ativado finamente granulado. Nas laterais da peça dois tirantes elásticos brancos atados por solda. A parte superior interna da peça possui uma tira de espuma cinza e a parte superior externa uma tira de material metálico móvel. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	PR VT CA 368	0	3,2000	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Disiral	0	3,5000	4
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	2,4500	1
20	LUA DE SEGURANÇA, LÁTEX, NATURAL, SANFONADA, CANO LONGO. Confeccionada em látex natural, reforçada, sem revestimento interno, com superfície externa antiderrapante (na palma e nos dedos), cor natural. Cano longo com detalhe sanitizado e fechamento no antebraço, que evita penetração de líquidos no interior do EPI. Dimensões: 37 cm a 39 cm. Tamanhos: P, M e G. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovaç	PAR	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	grazia	0	2,5000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Grazia	0	2,5000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	2,5000	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	9,9500	1
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafety	0	10,0000	2
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VOLK CA1510	0	10,2500	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	10,5000	4

Página: 9/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	<p>CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, DE PVC, CANO LONGO, ANTIDERRAPANTE, COR PRETA. Cano longo, com altura média de 34,5 cm. Confeccionado em PVC injetado e impermeável. Com solado antiderrapante na cor preta e espessura de 4,5 mm. Com forro. Acabamento interior em malha de poliéster na cor preta. Proteção para os pés contra riscos de natureza leve e contra unidade proveniente de operações com uso de água. Altura aproximada do cano: 34,5 cm. Tamanhos: 33 a 46. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).</p>	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	ITALBOTAS C.	0	34,0000	1
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	calfor	0	34,5000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	34,5000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	34,5000	4
22	<p>CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, DE PVC, CANO LONGO, ANTIDERRAPANTE, COR BRANCA. Cano longo, com altura média de 34,5 cm. Confeccionado em PVC injetado e impermeável. Com solado antiderrapante na cor branca e espessura de 4,5 mm. Com forro. Acabamento interior em malha de poliéster na cor branca. Proteção para os pés contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes e contra unidade proveniente de operações com uso de água. Altura aproximada do cano: 34,5 cm. Tamanhos: 33 a 42. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).</p>	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	ITALBOTAS C.	0	37,0000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	37,5400	2
23	<p>LUVA DE SEGURANÇA, LÁTEX, NATURAL, SANFONADA, CANO LONGO. Confeccionada em latex natural, reforçada, sem revestimento interno, com superfície externa antiderrapante (na palma e nos dedos), cor natural. Cano longo com detalhe sanfonado e fechamento no antebraço, que evita penetração de líquidos no interior do EPI. Dimensões: 37 cm a 39 cm. Tamanhos: P, M e G. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).</p>	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	10,0000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	VOLK CA1510	0	10,5000	2
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	supersafaty	0	10,5000	3
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	10,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Calçado ocupacional, TIPO BOTA ATÉ O TORNOZELO, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR PRETA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo, hidrofugado. Forro em material não tecido, com fechamento através de elástico nas laterais. Palmilha de montagem fixada pelo sistema strobel, confeccionada em material não tecido, sem palmilha interna. Solado a base de PU (poliuretano) bidensidade, com sistema de efeito anti-impacto e antiderrapante. Possui biqueira de PVC. Solado de PU bidensidade, antiderrapante, com a primeira camada compacta envolvendo todo o solado, que proporciona maior proteção aos agentes químicos e limpeza ao caminhar. Com sistema de absorção de impacto, barra de rolagem, ângulo de proteção no calcanhar e sistema de giro na região dos metatarsos. Sem biqueira de aço. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 36 a 46. OBRIGATORIO POSSUIR C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	CONFORTO C	0	73,0000	1
25	Conjunt. pulverização (calça em tecido/lona) C.A. - 10.180, CAMISA / 29.254 CALÇA, proteção do tronco e membros superiores do usuário contra riscos de origem química (agrotóxicos)	UN	DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP (13022)	BOMPEL	0	73,2000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	73,8000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	75,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Conforto	0	75,0000	5
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	bompel	0	75,0000	6
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	51,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Respirador purificador de ar tipo peça sanitada, com corpo confeccionado em aluminômero na cor azul, com borda interna. O corpo do respirador possui 03 (três) aberturas: duas laterais, sendo uma em cada lado, e a outra em sua parte centro-inferior. As peças que utilizam apenas 01(um) filtro possuem 02 (dois) dispositivos plásticos pretos encaixados em suas aberturas laterais, dotados cada um, de 01 (uma) válvula de exalação em sua parte interna e de uma tampa da mesma cor, com encaixe tipo pressão. Na abertura localizada na parte centro-inferior desta peça, encontra-se fixado 01 (um) suporte plástico cinza claro, dotado de 01 (uma) válvula de inalação em sua parte traseira e de 01 (uma) rosca externa em sua parte dianteira, onde são rosqueados os filtros químicos. O corpo do respirador que utilizam 02 (dois) filtros apresenta 02 (dois) suportes plásticos cinza claro encaixados em suas aberturas laterais, dotados, cada um, de 01 (uma) válvula de inalação em sua parte traseira e de 01 (uma) rosca externa em sua parte dianteira, onde são rosqueados os filtros químicos. Na abertura localizada na parte centro-inferior destas peças, encontra-se encaixado 01 (um) dispositivo plástico preto, dotado internamente, de 01 (uma) válvula de exalação e de uma tampa da mesma cor, com encaixe tipo pressão. Todo respirador possui, na parte frontal de seu corpo, 02 (dois) pontos (saltêndas) para o encaixe de um suporte plástico preto, dotado de 04 (quatro) hastes, através das quais passam as pontas de 02 (dois) tirantes elásticos ajustáveis na cor preta. Um tirante localizado na parte superior e o outro, na parte inferior. No tirante localizado na parte superior dos respiradores, encontra-se presas duas alças plásticas na cor preta para encaixe na cabeça do usuário e no tirante localizado na parte inferior, existe uma fivela de fechamento. O respirador é utilizado com os seguintes filtros: 01 - filtro químico classe1: CIMA-1 - vapores orgânicos; CMB-1 - gases ácidos; CMC-1 - vapores orgânicos e gases ácidos; CVID-1 - amônia metilamínia; ABEK-1 - multi gases: vapores orgânicos, gases ácidos, amônia e metilamínia	UN	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)	AIRSAFETY C	0	37,0000	1

Página: 12/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME (12745)	airsafety	0	37.9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016

Página: 13/13

Número do Registro de Preços: 75/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2016

PROCESSO Nº 170/2016

- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
- (12745) - FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME
- (12971) - ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
- (13021) - RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
- (13022) - DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP

Schroeder, 20 de Outubro de 2016.

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 24-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 24/2016				ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS							
HENRIQUE JOACIR CARLOS FABRIN, Prefeito Municipal em exercício de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:							
Período/Data da Liberação dos Recursos:					10 a 14 de Outubro de 2016		
ATO LEGAL		CONCEDENTE				VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				130.738,82	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo					
Programa		• SUS - Estado					
Programa		• Saúde da Família - PSF					
Programa		• Saúde da Família - NASF					
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs					
Programa		• Epidemiologia e Controle de Doenças					
Programa		• Farmácia Básica - União					
Programa		• Farmácia Básica - Estado					
Programa		• Saúde Bucal					
Programa		• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp				94.814,84	
Programa		• Incentivo Hospitalar - SUS Estado					
Programa		• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ					
Programa		• PMAQ - Atenção Basica					
Programa		• SAMU - União					
Programa		• Media e Alta Complexidade - Mamografia					
Programa		• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS					
Programa		Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente					
Programa		• MAC - AMB Hospitalar - FAEC					
Programa		• SUS - Estado Co - Financiamento					
Programa		• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)				7.500,00	
Programa		• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)					
Programa		• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização				-	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA					
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Inventivo Hospitalar					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento					
Programa		• Atenção Básica - Saúde da Família				-	
Programa		• CAPS - Centro de Atenção psicossocial				28.423,98	

Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	-
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistencia Financeira Complementar ACE - 95%	
Programa	• Forta. Das Politicas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	-
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBF1	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Indice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Invetimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	-
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	-
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Indice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	44.008,52
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	44.008,52
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industri	
Convenio	• SDR - Seara - (TR) 241/2016 EFAICS	-
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		174.747,34

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC,	em 20 de Outubro 2016						
Henrique Joacir Carlos Fabrin							
Prefeito Municipal em exercício							
Adriana Cê Verza							
Consultora Controle Interno							
	Registra-se e Publica-se,						
	Em, 20 de Outubro de 2016						
	Claudiomar Garghetti						
	Secretário Adjunto						

PORTARIAS 532/2016 E 533/2016

Portaria nº. 532/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, considerando:

- a) Que a professora Eluana Fontana, permanece em benefício junto ao INSS;
- b) Que a troca de professor pode causar prejuízos na aprendizagem das crianças e ao andamento dos trabalhos na escola, resolve, Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 504/2016, que contrata Vaneza Regina Iohann, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, na disciplina de Educação Física e Xadrez, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora contratada, Eluana Fontana, legalmente afastada, no período de 21 de outubro a 30 de novembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 20 de outubro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em 20 de outubro de 2016.

Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 533/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e das outras previdências, resolve,

Conceder, a servidora Vanessa Sgarbossa - matrícula 241901, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 18 de outubro a 01 de novembro de 2016, mediante remuneração pelo Município e a partir de 02 de novembro de 2016, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 20 de outubro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em 20 de outubro de 2016.

Ademir Verza
Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 186/2016

DECRETO Nº 186/2016 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

“Concede Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal ADIVANE SEBEN, e dá outras providências”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e em especial à Lei nº 10.710 de 05/08/2003, Leis Municipais nº 498/2001 de 10/09/2001 e 684/2005 de 13/12/2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 19 de Outubro de 2016 a 16 de abril de 2017, à Servidora Pública Municipal ADIVANE SEBEN, ocupante do Cargo efetivo Professor I, Nível 62, do grupo 6 – MAG, 20 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 15 de Junho de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 187/2016

DECRETO Nº 187/2016 DE 20 DE OUTUBRO 2016

“Dispõe sobre período de férias da Servidora Geni Tereza Stankiewicz, referente ao exercício de 2015, e dá outras providências”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº110/1991, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida férias referente ao exercício de 2015, de 16/12/2016 a 30/12/2016 (15 dias) a Servidora Geni Tereza Stankiewicz.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 047/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 047/2016

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E PINTURA DA QUADRA ESPORTIVA DO CENTRO DE ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 980,87M².

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 09 de Novembro de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de Novembro de 2016.

O Edital e seus anexos se encontram disponíveis no site da Prefeitura www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:00 às 13:00horas.

SERRA ALTA/SC, 21 de outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Timbó

PREFEITURA

ATA CANCELAMENTO SUSPENSÃO - CREDENCIAMENTO 01 2016 FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA CANCELAMENTO DE SUSPENSÃO DE ÁRBITRO NO CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 – FME

Às onze horas, do décimo nono dia, do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Lourdes Moser e Kelly Cristina Osti Kannenberg, esta designada pela Portaria nº 1989, de 01 de junho de 2016, para determinar o CANCELAMENTO da suspensão do Sr. FÁBIO ELISIO-CPF Nº 032.507.489-51, no credenciamento/Processo Licitatório nº 01/2016 – FME, em virtude da exoneração do Sr. Márcio Elísio do cargo de Diretor Presidente da FME, mediante Portaria n. 2090, de 03 de outubro de 2016. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

KELLY C.OSTI KANNENBERG

Membro substituto

AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 65/2016 - PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROLONGAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA NICA-RÁGUA E TREVOS DA RUA MARECHAL DEODODO.

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos licitantes, participantes da Tomada de Preços nº 65/2016 - PMT, que o processo encontra-se suspenso devido ao recurso administrativo interposto pela empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP.

Após a publicação, contar-se-á 5 (cinco) dias úteis, igual período de recurso, para interposição das contrarrazões, caso haja interesse, consoante consta no art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/1993.

O recurso será digitalizado e encaminhado para o e-mail das empresas participantes do certame e, estará disponível também, mediante requerimento junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 20 de outubro de 2016.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

KELLY C.OSTI KANNENBERG

Membro substituta

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 87 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO DAS FROTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2016 PMT

OBJETO: aquisição de peças do tipo lâmina, unha, suporte, parafuso e demais peças complementares para uso na linha pesada da frota das Secretarias de Obras, Desenvolvimento Econômico e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 08 de novembro de 2016. ABERTURA: dia 08 de novembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 20/10/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 81 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes CELIA REGINA W. SANI ME, CNPJ nº 04.195.853/0001-87; BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME, CNPJ nº 12.667.876/0001-75; N.T.LUIZE - EPP, CNPJ nº 93.577.427/0001-38; JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME, CNPJ nº 13.965.228/0001-68; BOZZANO E BOZZANO LTDA, CNPJ nº 85.323.392/0001-82; M MOBILE EIRELI ME, CNPJ nº 15.764.033/0001-85; ELMO PAPELARIA LTDA ME, CNPJ nº 03.999.762/0001-31; IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, CNPJ nº 20.081.724/0001-14; SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER - ME, CNPJ nº 17.572.035/0001-06 e RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ nº 21.304.312/0001-69 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 28/10/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 20 de outubro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 2014.138

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº. 2014/138 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FOCALLE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº. 09.072.082/0001-54, a comparecer para assinatura do respectivo termo de apostilamento oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 27/10/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 19 de outubro de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

DECRETO Nº 4310, DE 30 DE SETEMBO DE 2016

DECRETO Nº 4310, DE 30 DE SETEMBO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11000	CONVENIO TRANSITO – MILITAR	45.000,00
0.11100	CONVENIO TRANSITO – CIVIL	55.000,00
0.11200	CONVENIO TRANSITO – PREFEITURA	100.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4311, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4311, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 61.736,69.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 61.736,69 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 29.557,27, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	6.691,33
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	22.865,94
	TOTAL	29.557,27

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	29.557,27
	TOTAL	29.557,27

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 32.179,42, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	22.179,42
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	10.000,00
	TOTAL	32.179,42

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	32.179,42
	TOTAL	32.179,42

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4312, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4312, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 24.383,90.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 24.383,90 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
036500	Transf. Sistema Único – SUAS/Estado	6.100,98
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
036500	Transf. Sistema Único – SUAS/Estado	18.282,92
	TOTAL	24.383,90

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4316, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4316, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 120.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	120.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4318, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4318, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 138.095,19.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 138.095,19 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 91.764,51, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	APLICAÇÕES DIRETAS DE CONSÓRCIOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.952,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	6.812,51
	TOTAL	91.764,51

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	91.764,51
	TOTAL	91.764,51

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 46.330,68, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

320000.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
329000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.330,68
	TOTAL	46.330,68

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.330,68
	TOTAL	46.330,68

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4317, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4317, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Decreta limitação de empenho conforme previsto no art.10 da Lei nº 2798, de 22 de outubro de 2015.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó/SC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f", "j", "k" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990; e

Considerando o disposto no artigo 10 da Lei nº 2798, de 22 de outubro de 2015 e alterações posteriores;

Considerando o disposto no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando que a necessidade de reavaliar a execução orçamentária e financeira das contas municipais, em especial diante do Comunicado Interno 19/2016 da Contabilidade do Município que informa déficit de arrecadação em vários vínculos e atraso nas transferências voluntárias de competência do Estado e da União inerentes ao repasse obrigatório para o Fundo Municipal de Saúde;

Considerando a necessidade de alterações orçamentárias para melhor eficiência dos serviços públicos e cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando que até o fechamento do mês de maio, os repasses efetuados através das Transferências Voluntárias vem apresentando constantes atrasos no total de R\$ 522.724,52 – Recursos da União e R\$ 181.066,04 – Recursos do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Objetivando o equilíbrio orçamentário e financeiro para o exercício 2016 fica estabelecido o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira no vínculo 10.000-recursos livres no valor de R\$ 3.830.000,00; No vínculo 10.100 - recursos para Educação no valor de R\$ 1.804.000,00 (projeção até dezembro) e no vínculo 10.200 - recursos para Saúde no valor de R\$ 1.070.000,00 mais R\$ 522.724,52 – Transferência da União e R\$ 181.066,04 - Transferência do Estado(dados até maio), a contar desta data e até a comprovação do alcance das metas de arrecadação no Relatório de Excesso de Arrecadação por Vínculo.

§1º A limitação de empenhos abrange todas as Unidades Administrativas que compõe a Administração Direta e Indireta, com exceção do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

I - A limitação de empenhos deverá atingir:

a) A suspensão da última transferência do vínculo 10.000 para todos os órgãos, de acordo com o Decreto de Desembolso nº 4069/2015, exceto o repasse para a Câmara de Vereadores.

II - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

§2º Na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação para manutenção ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício.

§3º Os procedimentos administrativos (inclusive os certames licitatórios) poderão ser revistos, suspensos e/ou cancelados pelas Unidades Administrativas no intuito de preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 2º Fixa como órgão centralizador e controlador do ordenamento de novas despesas, a Secretaria da Fazenda e Administração, o qual estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até a data de vigência do presente decreto.

Parágrafo único. A fixação do órgão centralizador não exclui a responsabilidade de cada Secretário ou Dirigente de Unidade Administrativa pela realização de despesas durante o período de limitação, ficando responsáveis pelo controle das contratações e aquisições de materiais desnecessários ou que não sejam prioridade para continuidade dos trabalhos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4319, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4319, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Declara de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, uma faixa de terras com área de 1.250,00m², para implantação de rede de drenagem pluvial e dá outras providências.

DARCÍZIO BONA, Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é o direito real que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel privada para permitir a execução das obras e serviços de interesse coletivo;

CONSIDERANDO que a servidão administrativa encerra apenas o uso da propriedade alheia para possibilitar a execução de serviços públicos.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 465/2015 no artigo 23 determina que quando não for possível dar escoamento por gravidade, através de passagem em vias públicas, às águas pluviais ou aquelas das redes de coleta de esgoto sanitário, os lotes situados à jusante deverão ser gravados de faixa sanitária para equipamentos urbanos que sirvam aos lotes situados a montante;

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no §2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO a urgência e emergência em implementar a faixa sanitária através da servidão administrativa, haja vista que se constatou no local a existência de sérios riscos à saúde pública a ponto de caracterizar foco de insalubridade, pois estas passagens de água constantemente recebem efluentes residenciais, acarretando grande presença de insetos e animais peçonhentos, gerando odores desagradáveis e, principalmente, a contaminação do lençol freático sem contar a área apresenta riscos a terceiros, inclusive de acidentes;

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser instituída, pelo Município de Timbó uma faixa de servidão administrativa (faixa sanitária), com área de 1.250,00m² do imóvel abaixo descrito e caracterizado, situado nesta cidade, conforme consta da matrícula nº 3.828, Livro 02, a saber:

Proprietário: WM – Participações e Administração de Bens Ltda.

Descrição do imóvel: Terreno Urbano, situado no lado par da Rua Ruy Barbosa, distando 55 metros da esquina com a Rua Macapá, nesta cidade, com a área de 15.908m² (quinze mil, novecentos e oito metros quadrados); extremado, em 93,50 metros de frente na Rua Ruy Barbosa; fundos em 86,20 metros com Amandus Lewin; pelo lado direito em 202 metros com Silvio Klitzke, Orlando Hochleitner, Alexandre Klitzke, Tiburcio Bonatti, Algemiho Gonçalves, Mario Krivonis, João Borges, Décio Ribas, Laudelino Vieira, Albertino Wanser e Domingo Cardoso, e, pelo lado esquerdo em 161 metros com Durvalino Farias, Heinz Kegel, Ingo Kegel e Arthur Manske. Cadastro imobiliário nº. 01.02.045.0361.001.

Descrição da Faixa Sanitária: Fica destinada uma faixa de terras do terreno com a seguinte descrição: confrontando pela frente em 8,90 metros com o lado par da Rua Ruy Barbosa distando em 16,00 metros pelo lado esquerdo, seguindo em linha reta lado esquerdo 102,31 metros de comprimento e largura de 5,00 metros, fundos confrontando com o imóvel de Mat. 9.083 contendo largura de 14,46 metros e comprimento de 42,69 metros, totalizando uma área de 1.250,00m² (um mil e duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 2º A presente instituição visa à passagem de rede de águas, razão pela qual sobre referida área não podem ser levantadas construções de quaisquer espécies, nem poderão ser opostos quaisquer embaraços que inviabilizem ou prejudiquem a referida obra.

Art. 3º A servidão administrativa será averbada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, de acordo com anuência do proprietário no Termo de Acordo Administrativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC em exercício

DECRETO Nº 4322, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 4322, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Decreta Luto Oficial de três dias no Município pelo falecimento da Sra. Laudila Maria Schuster Stolf.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; e

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. Laudila Maria Schuster Stolf, ocorrido na data de hoje;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados à comunidade timboense, e desempenhando a função de titular do Tabelião de Notas e Protestos da cidade de Timbó,

CONSIDERANDO que recebeu o título de cidadã honorária "MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO FREDERICO DONNER", pelo Poder Legislativo em sessão solene realizada em 22 de setembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º Luto Oficial de três dias no Município de Timbó/SC, em virtude do falecimento da Sra. LAUDILA MARIA SCHUSTER STOLF, ocorrido na data de hoje, mantidas todas as atividades e prazos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Distrib. Alimentos Oliveira Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.842,00 (dezenove mil e oitocentos e quarenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/07/2016.

Timbó, 20/07/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 95/2016 - Edital Pregão nº. 82/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 03 de novembro de 2016, Propostas para “contratação de serviços mecânicos e fornecimento de peças para a manutenção de veículos integrantes da frota veicular do município”, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 03 de novembro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 96/2016 - Edital nº. 83/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 03 de novembro de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Moveis e Equipamentos Médicos”, destinados as Unidades de Saúde do Município.

Abertura: 14 h e 00 min. do dia 03 de novembro de 2016

Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de novembro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 151/2016

PORTARIA Nº 151/16 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 17 de outubro de 2016, o Sr. LUIZ ADEMAR BENTO DE ANDRADE, CPF nº 518.192.959-15, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E EXPEDIENTE, conforme Portaria de nomeação nº 146/16 de 04 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 152/2016

PORTARIA Nº 152/16 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme requerimento protocolado sob o Nº 852 Lv 05 Pg 39B.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Débora C. J. Margreiter	16/04/1992 A 14/03/2000	15/10/2016 a 12/01/2017	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 15 de outubro de 2016, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE OUTUBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

Portaria 166/2016

PORTARIA 166/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816/90, alterado pela lei complementar 1765/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ELISANGELA ALTOHOF DA SILVA, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professora, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretaria de Educação e Esporte

Portaria 167/2016

PORTARIA 167/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora Pública Municipal Sra. ELIMERI APARECIDA VENÂNCIO SCHLATTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por ASSIDUIDADE EM ABONO PECUNIÁRIO, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de fevereiro de 2009/2014, para o mês de outubro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretaria de Educação e Esporte

Portaria 168/2016

PORTARIA 168/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora Pública Municipal Sra. MARIA MARLETE BINI MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por ASSIDUIDADE EM ABONO PECUNIÁRIO, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de julho de 1999/2004, para o mês de outubro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretaria de Educação e Esporte

Portaria 169/2016

PORTARIA 169/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora Pública Municipal Sra. ZENAIDE ANGELA DEITOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por ASSIDUIDADE EM ABONO PECUNIÁRIO, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de junho de 2006/2011, para o mês de outubro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretaria de Educação e Esporte

Portaria 170/2016

PORTARIA 170/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública Municipal Sra. DARCI MARIA DA LUZ KUHNEN, ocupante do Cargo Provimento Efetivo de Auxiliar de Sala, licença para tratamento de saúde por 30 dias, conforme atestado médico emitido no dia 05 de outubro de 2016.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria tem efeitos retroativos á 05 de outubro de 2016, entrando em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO 39/2016

CONTRATO 39/2016

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – SC, CNPJ nº 12.273.240.0001-49, com sede à Rua João Castilho, nº 111, nesta cidade de TUNÁPOLIS – SC, representada neste ato pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONSTRUTORA KLS EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.645.144/0001-94, estabelecida na Rodovia SC 283,s/n, casa ace, BR 158, representada neste ato pela senhora Kelly Luiza Strapazzon, brasileira, solteira residente e domiciliado na Rua Tamandaré, 151, centro, Município de Palmitos/SC portador do CPF nº 087.275.599-12 e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA COM RECURSOS VINCULADOS DO PROGRAMA DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO(FAN), em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2016, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA COM RECURSOS VINCULADOS DO PROGRAMA DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO(FAN).

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	R\$ 34.125,31	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (SESSENTA) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 34.125,31.

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, ficam condicionada a liberação dos recursos do programa será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.2.1 Independentemente dos laudos de medição os pagamentos ficam condicionados a liberação recursos vinculados do PROGRAMA DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO(FAN).

4.3 - O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS;
- Relatório dos serviços prestados;
- Registro mensal do Ponto dos funcionários conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Certidão atualizada dos documentos exigidos no edital de Tomada de Preços nº 01/2016, no item nº 5.2.

4.4 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.5 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: 5,62 do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o “Diário da Obra”.

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLAÚSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município/FUNDO poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo

administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Executa a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada pelo engenheiro da prefeitura e setor de projetos, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

TUNÁPOLIS – SC., 11 de outubro de 2016

Bruno Jose Heberle
Gestor do Fundo Municipal da Saúde
Sócia administradora

CONSTRUTORA KLS EIRELI-ME
Kelly Luiza Strapazzon

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO N º 38/2016

CONTRATO N º 38/2016

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Secretário da Saúde do Fundo Municipal de Saúde, Exmo. Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Proteses Dentárias Klein Ltda -ME, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 1319, Centro, no Município de São Miguel do Oeste-SC neste ato representada pelo senhor Vanderlei Paulo Klein, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA", firmam o presente instrumento, pela modalidade de Pregão Presencial, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, serviços inerentes para os pacientes do Programa específico Brasil Sorridente de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

Itens				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr Máx.	Vlr. Total
01	70	unid unid	Prótese total superior e inferior	363,00	25.410,00
02	85	unid	Prótese parcial removível	460,00	39.100,00
03	5,00	unid	Reforço ou grade Prótese total	90,00	450,00

04	6,00	unid	Reembasamento de Prótese total	90,00	540,00
05	4,00	unid	Conserto de Prótese	78,00	312,00
			Total geral		65.812,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2016 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 65.812,00 (sessenta e cinco oitocentos e doze reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (29,65) do Fundo Municipal de Tunápolis, para o anos 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES**7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Executar as consultas de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas usadas em todas as fases.

– A execução dos serviços de confecção de próteses totais compreenderá as seguintes fases:

- 1ª fase: 1ª moldagem e moldagem do antagonista – Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 2ª fase: Confecção da moldeira individual – Responsável: Laboratório de Prótese;
- 3ª fase: 2ª moldagem - Responsável: Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 4ª fase: Confecção do plano de cera - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 5ª fase: Registro em plano de cera - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 6ª fase: Montagem dos dentes - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 7ª fase: Prova e ajustes - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 8ª fase: Escultura, acrilização, acabamento e polimento - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 9ª fase: Adaptação da prótese e entrega - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 10ª fase: Ajustes finais se necessário - Responsável: Laboratório de Prótese.

7.2.3 A execução dos serviços de confecção de próteses parciais removíveis compreenderá as seguintes fases:

- 1ª fase: 1ª moldagem e moldagem do antagonista – Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 2ª fase: realizar estudos em deliniador e alterações necessárias no 1º modelo – Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 3ª fase: transferência das alterações feitas no modelo de estudo aos dentes do paciente – Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 4ª fase: Confecção da moldeira individual – Responsável: Laboratório de Prótese;
- 5ª fase: 2ª moldagem - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 6ª fase: Confecção do plano de cera - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 7ª fase: Registro em plano de cera - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 8ª fase: Confecção da armação metálica – Responsável: Laboratório de prótese;
- 9ª fase: Prova da armação metálica – Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 10ª fase: Montagem dos dentes - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 11ª fase: Prova e ajustes - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 12ª fase: Escultura, acrilização, acabamento e polimento - Responsável: Laboratório de Prótese;
- 13ª fase: Adaptação da prótese e entrega - Responsável: Dentista contratado pelo laboratório;
- 14ª fase: Ajustes finais se necessário - Responsável: Laboratório de Prótese.

7.2.4 A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto da ata ou contrato dela derivado, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos, a critério do gestor, que lhe assinará prazo compatível para a adoção das providências.

7.2.5 A entrega dos serviços (próteses dentárias) deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Tunápolis SC., 04 de outubro de 2016

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Próteses Dentárias Klein Ltda -ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

DECRETO 1823/2016

Decreto nº 1823/2016 de 21 de outubro de 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1275/2016;

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal determina a abrir um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	06.181.0000.XXXX	Aquisição de área para Subestação da CELESC
4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	27.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	06.181.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	06.181.0000.2.063	Manutenção da Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.00.3105	Aplicações Diretas	5.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	10.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos para Agricultura
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	2.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	5.000,00

Total R\$ 27.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial determinado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.238 de 25 de novembro de 2015; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº. 1.239 de 25 de novembro de 2015; e, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº. 1.244 de 09 de dezembro de 2015 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 21 de outubro de 2016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI 1273/2016

Lei nº 1273/2016 de 17 de outubro de 2016.

INSTITUI O DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS – SC., E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou, e considerando a sanção tácita pelo Prefeito, promulgo nos termos do Art. 45, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diagnóstico Socioambiental do Município de Tunápolis.

Art. 2º Serão consideradas áreas urbanas consolidadas, das quais trata o Diagnóstico Socioambiental, aquelas que integrarem o perímetro urbano do município de Tunápolis, fixadas em Lei.

Art. 3º Ao longo das águas correntes e dormentes, dentro da área urbana consolidada, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 5,00 (cinco) metros de cada lado.

Parágrafo Único – Nos demais locais ao longo das águas correntes e dormentes, assim como ao longo das faixas de domínio público serão obedecidas as normas vigentes da legislação superior em cada caso.

Art. 4º O diagnóstico socioambiental que trata o artigo 1º desta Lei, visa regularizar no âmbito ambiental o município, tendo como objetivo, avaliar influências socioeconômicas, condições de saneamento, áreas de risco às edificações e cursos de água presentes.

Art. 5º O diagnóstico foi desenvolvido por empresa com profissionais habilitados para tal fim, em conformidade com os elementos estabelecidos na Lei Federal nº 12.561/2012 e os enunciados de delimitação de APPs em áreas

urbanas consolidadas do MPSC, que ficará fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC, 17 de outubro de 2016.

ELÓI WINK
Presidente

LEI 1274/2016

LEI Nº 1274/2016, DO LEGISLATIVO, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 20 DA LEI 1.267 DE 13 DE JULHO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou, e considerando a sanção tácita pelo Prefeito, promulgo nos termos do Art. 45, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 1.267, de 13 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. Ao longo das águas correntes e dormentes, dentro da área consolidada do perímetro urbano, definida pelo diagnóstico Sócioambiental, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 5,00 (cinco) metros de cada lado.

Parágrafo Único – Nos demais locais ao longo das águas correntes e dormentes, assim como ao longo das faixas de domínio público serão obedecidas as normas vigentes da legislação superior em cada caso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC, 17 de outubro de 2016.

ELÓI WINK

Presidente

LEI 1275/2016

Lei nº 1275/2016 de 21 de outubro de 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	06.181.0000.XXXX	Aquisição de área para Subestação da CELESC
4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	27.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	06.181.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	06.181.0000.2.063	Manutenção da Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.00.3105	Aplicações Diretas	5.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos para Agricultura

4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	2.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas	5.000,00

Total R\$ 27.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.238 de 25 de novembro de 2015; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº. 1.239 de 25 de novembro de 2015; e, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº. 1.244 de 09 de dezembro de 2015 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 21 de outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI 1276/2016

Lei nº 1276/2016 de 21 de outubro de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a incluir no calendário oficial de eventos do município o evento ☐Congresso Evangélico☐, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no calendário oficial de eventos do município o evento ☐Congresso Evangélico☐.

Art. 2º O evento poderá ser realizado anualmente, preferencialmente durante a comemoração ao Aniversário de emancipação Política e Administrativa do Município de Tunápolis.

Art. 3º Todas as despesas, bem como a organização, divulgação e realização do evento ficarão ao encargo das entidades promotoras, sem custas a municipalidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 21 de outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

RGF - 2º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 5

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	126.691,68	0,00	0,00	0,00	0,00	126.691,68	124.000,00	0,00	
	8.095,35	0,00	1.137,00	0,00	0,00	6.958,35	1.352,00	0,00	
	4.062,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.062,80	617,40	0,00	
	8.797,49	0,00	0,00	0,00	0,00	8.797,49	13.765,80	0,00	
	92,33	0,00	0,00	0,00	0,00	92,33	600,00	0,00	
	45,48	0,00	0,00	0,00	0,00	45,48	0,00	0,00	
	40,74	0,00	0,00	0,00	0,00	40,74	0,00	0,00	
	22.245,12	0,00	843,16	0,00	0,00	21.401,96	15.348,83	0,00	
	2.010,22	0,00	893,55	0,00	0,00	1.116,67	0,00	0,00	
	1.116,47	0,00	27,00	0,00	0,00	1.089,47	2.606,73	0,00	
	10.494,67	0,00	2.035,00	0,00	0,00	8.459,67	19.898,15	0,00	
	801,01	0,00	0,00	0,00	0,00	801,01	12.012,00	0,00	
	1.593,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.593,33	0,00	0,00	
	492,63	0,00	447,36	0,00	21,76	23,51	573,34	0,00	
	880,72	0,00	76,80	0,00	34,36	779,56	0,00	0,00	
	710,27	0,00	391,13	0,00	24,40	294,74	0,00	0,00	
	25.894,09	0,00	256,02	0,00	0,00	25.638,07	1.215,25	0,00	
	5.416,52	0,00	0,00	0,00	0,00	5.416,52	0,00	0,00	
	145,37	0,00	0,00	0,00	0,00	145,37	68,75	0,00	
	8.855,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.855,34	29.360,24	0,00	
	2.716,99	0,00	1.204,66	0,00	1.218,51	293,82	0,00	0,00	
	2.437,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.437,47	0,00	0,00	
	17.833,06	0,00	8.925,03	0,00	6.411,95	2.496,08	6.902,84	0,00	
	2.204,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.204,22	0,00	0,00	
	0,00	0,00	2.182,81	0,00	939,81	(3.122,62)	0,00	0,00	
	5.059,94	0,00	204,00	0,00	0,00	4.855,94	1.019,18	0,00	
	6.837,50	0,00	721,80	0,00	297,18	5.818,52	0,00	0,00	
	8.427,16	0,00	3.110,70	0,00	2.268,27	3.048,19	0,00	0,00	

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRONTE	995,57	0,00	0,00	0,00	0,00	995,57	0,00	0,00
FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Próteses D	52.390,67	0,00	19.738,00	0,00	0,00	32.652,67	14.507,30	0,00
Fundo Especial do Petróleo	18.234,28	0,00	10.000,00	0,00	0,00	8.234,28	349,08	0,00
M. Turismo - Centro de Turismo e Cultura 782894/2013	29.246,96	0,00	0,00	0,00	0,00	29.246,96	102.170,13	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	3.660,41	0,00	1.582,00	0,00	0,00	2.078,41	30,31	0,00
Salário Educação	15.292,90	0,00	484,64	0,00	0,00	14.808,26	5.982,51	0,00
SES - Custeio Serviços e Ações de Saúde - Fundo Social	151.985,73	0,00	3.659,30	0,00	0,00	148.326,43	56.544,25	0,00
SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	1.373,48	0,00	1.940,00	0,00	60,00	(626,52)	8.295,00	0,00
SES - MAC - Próteses Dentárias	6.432,75	0,00	0,00	0,00	0,00	6.432,75	0,00	0,00
SES - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	5.645,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.645,00	0,00	0,00
SES - Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132,45	0,00
SES - Vigilância em Saúde - Epidemiologia	374,84	0,00	0,00	0,00	0,00	374,84	0,00	0,00
SF - CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	201,98	0,00	0,00	0,00	0,00	201,98	65,35	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Militar - 35%	9.582,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.582,33	1.458,00	0,00
SF - FIA - Imposto de Renda	759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	759,00	0,00	0,00
SF - FNAS - BPC na Escola	680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	0,00	0,00
SF - FNAS - CRAS - Centro Ref. em Assistência Social	0,00	0,00	1.996,87	0,00	0,00	(1.996,87)	12.057,06	0,00
SF - FNAS - IGD - Ind. Gestão Desc. Bolsa Família	7.886,21	0,00	60,00	0,00	0,00	7.826,21	0,00	0,00
SF - FNAS - IGD - SUAS	441,87	0,00	0,00	0,00	0,00	441,87	750,00	0,00
SF - FNAS - SCF/Serv.Convivência e Fortalecimento Vínculos	309,83	0,00	0,00	0,00	0,00	309,83	298,50	0,00
SF - FNAS - SST/FEAS/Piso de Atenção Básica	11.880,36	0,00	0,00	0,00	0,00	11.880,36	1.770,00	0,00
SF - FNDE - Salário Educação	2.794,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.794,96	830,00	0,00
SF - FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - VS	13.493,07	0,00	0,00	0,00	0,00	13.493,07	352,00	0,00
SF - FNS - Convênio Estruturação UBS I e II	111,10	0,00	0,00	0,00	0,00	111,10	0,00	0,00
SF - FNS - Implantação de Ações e Serviços de Saúde	68.069,23	0,00	4.158,00	0,00	0,00	63.911,23	37.147,24	0,00
SF - FNS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (ExECI	6.753,91	0,00	0,00	0,00	0,00	6.753,91	0,00	0,00
SF - FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	39.172,19	0,00	0,00	0,00	0,00	39.172,19	0,00	0,00
SF - FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	3.537,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.537,35	0,00	0,00
SF - FNS - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	119,84	0,00	0,00	0,00	0,00	119,84	0,00	0,00

Continuação 2/4

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
SF - FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRC	15.806,73	0,00	0,00	0,00	0,00	15.806,73	5.992,00	0,00
SF - FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Protes	9.866,15	0,00	0,00	0,00	0,00	9.866,15	0,00	0,00
SF - M. Turismo - Centro de Turismo e Cultura 782894/2013	42.483,84	0,00	0,00	0,00	0,00	42.483,84	0,00	0,00
SF - NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	1.543,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.543,90	0,00	0,00
SF - Outras Transf. de Convênios da União	5.144,91	0,00	5.144,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	9.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.900,00	0,00	0,00
SF - SES - MAC - Próteses Dentárias	16.281,87	0,00	0,00	0,00	0,00	16.281,87	0,00	0,00
SF - SES - Vigilância em Saúde - Epidemiologia	5.951,28	0,00	0,00	0,00	0,00	5.951,28	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à	2.737,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.737,84	517.048,55	0,00
Transferências de Convênios da União	118.681,88	0,00	0,00	0,00	0,00	118.681,88	238.531,45	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	9.628,71	0,00	0,00	0,00	0,00	9.628,71	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Remuneração Profissionais 60%	2.881,98	0,00	24.115,60	0,00	18.763,53	(39.997,15)	0,00	0,00
Transporte Escolar Estado - Ensino Fundamental	8.499,91	0,00	0,00	0,00	0,00	8.499,91	13.136,29	0,00
Transporte Escolar Estado - Ensino Médio	12.893,63	0,00	0,00	0,00	0,00	12.893,63	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	987.736,42	0,00	95.335,34	0,00	30.039,77	862.361,31	1.246.787,98	0,00
Convênio de Trânsito - Município 30%	5.754,06	0,00	0,00	0,00	0,00	5.754,06	529,20	0,00
Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	4.428,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.428,88	949,78	0,00
FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	49,68	0,00	0,00	0,00	0,00	49,68	0,00	0,00
FNS - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	17.685,74	0,00	5.955,59	0,00	0,00	11.710,15	25.202,85	0,00
FNS - Programa de Saúde na Escola - PSE	310,32	0,00	0,00	0,00	0,00	310,32	0,00	0,00
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	69.912,05	0,00	58.935,50	0,00	20.054,19	(9.077,64)	168.895,96	0,00
Recursos Ordinários	98.836,37	0,00	8.041,41	0,00	7.136,90	83.658,06	12.827,18	0,00
Recursos Ordinários - Educação 25%	24.890,03	0,00	25.083,29	0,00	4.425,82	(4.619,08)	94.456,53	0,00
Recursos Ordinários - Livres	663.308,09	0,00	200.797,22	55.744,70	34.787,33	371.978,84	1.056.802,53	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Município 30%	24.174,46	0,00	3.240,00	0,00	0,00	20.934,46	6.514,00	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 35%	3.787,63	0,00	57,00	0,00	0,00	3.730,63	0,00	0,00
SF - FEP - Fundo Especial do Petróleo	2.141,98	0,00	9.055,53	0,00	0,00	(6.913,55)	0,00	0,00
SF - FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	568,17	0,00	0,00	0,00	0,00	568,17	0,00	0,00

Continuação 3/4

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
				Do Exercício					
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
SF - FNS - Programa de Saúde na Escola - PSE	4.926,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.926,96	0,00	0,00	0,00
SF - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	1.510,00	0,00	0,00	(1.510,00)	0,00	49.060,49	0,00
SF - Recursos Ordinários	9.736,61	0,00	4.373,19	0,00	0,00	5.363,42	0,00	13.686,80	0,00
SF - Recursos Ordinários - Educação 25%	10.033,63	0,00	0,00	0,00	0,00	10.033,63	0,00	4.931,66	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	940.524,66	0,00	317.048,73	55.744,70	66.404,24	501.326,99	1.433.856,98		0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.928.261,08	0,00	412.384,07	55.744,70	96.444,01	1.363.688,30	2.680.644,96		0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TUNAPOLIS, 20/10/2016

ENOI SCHERER PREFEITO MUNICIPAL	CRISTIANE GROTH CONTADORA CRC/SC 040.480-O-5	CLEVERSON INACIO KERKHOFF TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
------------------------------------	---	--

RGF - 2º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 6

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.386.937,87	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.356.151,03	50,99
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.832.162,72	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.340.554,59	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.212.251,93	-7,40
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.664.325,44	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.605.126,33	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	13.111,71	0,08
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.621.910,06	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.147.085,65	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.680.644,96	1.363.688,30

FONTE:

TUNAPOLIS, 20/10/2016

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANE GROTH
CONTADORA CRC/SC 040.480-O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 277/2016

PORTARIA Nº 277/16, de 11 de Outubro de 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos artigos 33 e 34 da Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por ELENITA SCARABELOTTI PAZINI, ocupante do cargo de Orientadora e Supervisora Educacional, matrícula nº 1978, CPF nº 702.655.939-72, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de outubro de 2016

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 278/2016

PORTARIA Nº 278/16, de 14 de Outubro de 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 178/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado em mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 178/16.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 279/2016

PORTARIA Nº 279/16, de 18 de Outubro de 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora JOSIANE ACORDI FERNANDES CPF nº. 072.709.389-46, matrícula nº. 1875, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, no período de 19.10.2016 a 17.11.2016, referente ao período aquisitivo de 07.05.2008 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 280/2016

PORTARIA No 280/16, de 18 de Outubro de 2016.

NOMEIA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal no 1.829/2007, de 29 de março de 2007,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

I – CINTIA APARECIDA SILVEIRA BRIGIDO, brasileira, casada, Servidora Pública Municipal, como Coordenadora;

II – ROBERTO CARLOS PATEL, brasileiro, casado, Agente Administrativo, Servidor Público Municipal, representante do Conselho Municipal;

III – BEATRIZ BEZ BIROLO, brasileira, solteira, Engenheira Agrônomo, Servidora Pública Estadual, representante da Epagri;

IV – JIANE TISCOSKI RAMOS, brasileira, casada, Assistente Social, Servidora Pública Municipal, representante do Setor Técnico;

V – VALMIR PAROL, brasileiro, casado, Motorista II, Servidor Público Municipal, representante do Setor Operário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria no 209/13, de 22 de julho de 2013.

Turvo (SC), 18 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

Vidal Ramos

PREFEITURA

EXTRATO ATAS PREFEITURA 52 E 53/2016

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - O registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, EDUCAÇÃO E FUNDERURAL.

VIGÊNCIA: 20/10/2016 A 19/10/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2016

DETENTORA: ALUISIO NOVACK & CIA LTDA ME

CNPJ: 80.983.752/0001-59

LOTE 01

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda Mig com o material incluído e corte com maçarico.	73,75	29.500,00
				R\$ 29.500,00	

LOTE 02

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda com oxigênio.	33,75	13.500,00
				R\$ 13.500,00	

LOTE 03

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda elétrica com eletrodo OK46/OK48.	70,5888	28.235,53
02	400	Und.	Eletrodo ferro fundido OK46	1,4118	564,72
03	300	Und.	Eletrodo ferro fundido OK48	2,3325	699,75
				R\$ 29.500,00	

LOTE 05

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços para reforço em conchas de máquinas e implementos agrícolas com prestação de serviços de solda e corte com maçarico.	60,8337	24.333,48
02	300	KG	Chapa grossa espessura 1/2, 12,7mm	4,8782	1.463,46
03	300	KG	Chapa grossa espessura 9/16, 14,29 mm	4,419	1.325,70
04	300	KG	Chapa grossa espessura 5/8, 15,88 mm	4,5912	1.377,36
				R\$ 28.500,00	

VIDAL RAMOS, 20 DE OUTUBRO DE 2016 – PREFEITO MUNICIPAL LAERCIO DA CRUZ

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - O registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, EDUCAÇÃO E FUNDERURAL.

VIGÊNCIA: 20/10/2016 A 19/10/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2016

DETENTORA: LOTERMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

CNPJ: 07.609.312/0001-46

LOTE 04

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	300	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de TORNO.	64,5973	19.379,20
02	400	KG	Aço 1020 , dureza hb máxima 111, composição química C 0,18, Si 0,15, Mn 0,30, P 0,03, Cr 0,05 de excelente forjabilidade e soldabilidade .	9,2282	3.691,28
03	400	KG	Aço 1045 , dureza hb máxima 185, composição química C 0,43, Si 0,15, Mn 0,60, P 0,03, S 0,05 de excelente forjabilidade e boa usinabilidade.	11,0738	4.429,52
				R\$ 27.500,00	

VIDAL RAMOS, 20 DE OUTUBRO DE 2016 – PREFEITO MUNICIPAL LAERCIO DA CRUZ

Videira

PREFEITURA

ATA CMI ERRATA

ERRATA 001/2016-CMI

O Conselho Municipal do Idoso - CMI de Videira/SC, responsável pela Ata 044/2016-CMI, publicada na Edição 2072, de 31 de setembro de 2016, na página 455, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em razão de equívoco, informa a retificação da Ata 044/2016-COMAD, para:

Onde se lê:

"ATA 044/2016-CMI – Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1.Votação do logo do CMI; 2.Possibilidade de bloqueio do benefício do INSS para realização de novos empréstimos; 3.Sugestões para Campanha de conscientização acerca do abuso financeiro contra idosos; 4.Sugestões para Semana do Idoso; 5.Informes: 5.1. Ofícios que encaminharam denúncias ao CREAS; 5.2. Ofício que solicitou informações acerca da gratuidade e desconto nas passagens de ônibus para idosos; 6. Regimento Interno do CMI e Lei de criação do CMI; 7. Andamento dos trabalhos da Comissão de elaboração dos parâmetros de inscrição de entidades do CMI; e, 8.Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Registre-se que o Sr. Ademar Gaedke, coordenador do CREAS, acompanhará a reunião. Repassada a palavra à Presidente do CMI, Sra. Gláucia Perazzoli, tratando-se da votação do logo do CMI, apresentaram-se as opções. Os Conselheiros entenderam pela necessidade de complementação das imagens repassadas, o que fica a cargo da Presidente do CMI, do Conselheiro João Batista e do Sr. Ademar e será apresentado na próxima reunião. Em seguida, quanto à possibilidade de bloqueio do benefício do INSS para realização de novos empréstimos, o Sr. Ademar repassou ao Conselho as informações da Instrução Normativa INSS/PRES n. 28, de 16/05/2008, e explicou como funciona o requerimento para bloqueio. Sugeriu-se que seja divulgada essa informação para orientação, via rádio e, caso a caso, junto ao CEVI. O CMI definiu que essa campanha e a de conscientização acerca do abuso financeiro contra idosos deverão ser desenvolvidas no mês de novembro desse ano. Quanto às sugestões para Semana do Idoso, levantou-se a possibilidade de palestra acerca de Alimentação. A Conselheira Alessandra se responsabilizou por repassar a sugestão à UNIMED, para disponibilização de palestrante, e comunicar à Presidente do CMI. Ainda acerca da Semana do Idoso, repassou-se que, na data de 27/09, será a missa; na de 28/09, serão desenvolvidas atividades físicas; na de 29/09, será realizada palestra; e, na de 30/09, será realizado o matiné. Em sequência à pauta, acerca dos ofícios que encaminharam denúncias ao CREAS (Ofício 012/2016-CMI, Ofícios 013/2016-CMI e 015/2016-CMI), o Sr. Ademar repassou ao Conselho que o CREAS está trabalhando com bastante demanda, com prioridade para os casos mais urgentes, e que haverá articulação com os demais setores para atendimento. Informou-se ao CMI, de igual forma, que alguns casos estão sendo encaminhados ao Núcleo de Prática Jurídica da Unoesc, para avaliação e providências. Quanto ao Ofício que solicitou informações à empresa Ouro e Prata, acerca da gratuidade e desconto nas passagens de ônibus para idosos, repassou-se que se está aguardando a resposta. Em sequência, sobre o Regimento Interno do CMI e a Lei de criação do Conselho, repassou-se que, quando das alterações realizadas no ano de 2013,

houve a homologação das alterações na Lei (Ata 027/2016-CMI), mas não do Regimento Interno, em razão de sua reformulação ter sido feita por Ata anterior (Ata 026/2016-CMI). Informou-se, ainda nesse sentido, acerca do andamento dos trabalhos da Comissão de elaboração dos parâmetros de inscrição de entidades do CMI, em razão da não previsão de inscrição de entidades pela Lei, que ficou impossibilitada a formulação de minuta. O CMI entendeu pela necessidade de nomeação de Comissão, a fim de se atualizar a Lei de criação do Conselho e, posteriormente, proceder à adequação do Regimento Interno e elaborar as diretrizes para inscrição de entidades. A Comissão ficou formada pelos Conselheiros Gláucia, Daiane, Terezinha e João Batista. O Sr. Ademar acompanhará a Comissão. Deverá, de igual forma, ser solicitado à Procuradoria Jurídica um servidor para auxílio. Ao final, formalizou-se convite para participação dos Conselheiros no Festival de Dança, Festival de Teatro e na Semana do Idoso. Os convites serão reiterados por e-mail. A Conselheira Generci também convidou o Conselho para participar do Bingo que será realizado pelo Lar O Bom Samaritano. Registre-se que a Conselheira Angelina participou desta reunião até às 14h55min. Encerrada a reunião, às 15h09min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMI agradeceu a presença de todos. Quanto à próxima reunião do Conselho, em razão de data na 26/09/2016 estar sendo organizada a Semana do Idoso, repassou-se que haverá agendamento e repasse da informação. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gláucia Perazzoli _____, Presidente do CMI, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata."

Leia-se:

"ATA 045/2016-CMI – Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1.Votação do logo do CMI; 2.Possibilidade de bloqueio do benefício do INSS para realização de novos empréstimos; 3.Sugestões para Campanha de conscientização acerca do abuso financeiro contra idosos; 4.Sugestões para Semana do Idoso; 5.Informes: 5.1. Ofícios que encaminharam denúncias ao CREAS; 5.2. Ofício que solicitou informações acerca da gratuidade e desconto nas passagens de ônibus para idosos; 6. Regimento Interno do CMI e Lei de criação do CMI; 7. Andamento dos trabalhos da Comissão de elaboração dos parâmetros de inscrição de entidades do CMI; e, 8.Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Registre-se que o Sr. Ademar Gaedke, coordenador do CREAS, acompanhará a reunião. Repassada a palavra à Presidente do CMI, Sra. Gláucia Perazzoli, tratando-se da votação do logo do CMI, apresentaram-se as opções. Os Conselheiros entenderam pela necessidade de complementação das imagens repassadas, o que fica a cargo da Presidente do CMI, do Conselheiro João Batista e do Sr. Ademar e será apresentado na próxima reunião. Em seguida, quanto à possibilidade de bloqueio do benefício do INSS para realização de novos empréstimos, o Sr. Ademar repassou ao Conselho as informações da Instrução Normativa INSS/PRES n. 28, de 16/05/2008, e explicou como funciona o requerimento para bloqueio. Sugeriu-se que seja divulgada essa informação para orientação, via rádio e, caso a caso, junto ao CEVI. O CMI definiu que essa campanha e a de conscientização acerca do abuso financeiro contra idosos

deverão ser desenvolvidas no mês de novembro desse ano. Quanto às sugestões para Semana do Idoso, levantou-se a possibilidade de palestra acerca de Alimentação. A Conselheira Alessandra se responsabilizou por repassar a sugestão à UNIMED, para disponibilização de palestrante, e comunicar à Presidente do CMI. Ainda acerca da Semana do Idoso, repassou-se que, na data de 27/09, será a missa; na de 28/09, serão desenvolvidas atividades físicas; na de 29/09, será realizada palestra; e, na de 30/09, será realizado o matutino. Em sequência à pauta, acerca dos ofícios que encaminharam denúncias ao CREAS (Ofício 012/2016-CMI, Ofícios 013/2016-CMI e 015/2016-CMI), o Sr. Ademar repassou ao Conselho que o CREAS está trabalhando com bastante demanda, com prioridade para os casos mais urgentes, e que haverá articulação com os demais setores para atendimento. Informou-se ao CMI, de igual forma, que alguns casos estão sendo encaminhados ao Núcleo de Prática Jurídica da Unoesc, para avaliação e providências. Quanto ao Ofício que solicitou informações à empresa Ouro e Prata, acerca da gratuidade e desconto nas passagens de ônibus para idosos, repassou-se que se está aguardando a resposta. Em sequência, sobre o Regimento Interno do CMI e a Lei de criação do Conselho, repassou-se que, quando das alterações realizadas no ano de 2013, houve a homologação das alterações na Lei (Ata 027/2016-CMI), mas não do Regimento Interno, em razão de sua reformulação ter sido feita por Ata anterior (Ata 026/2016-CMI). Informou-se, ainda nesse sentido, acerca do andamento dos trabalhos da Comissão de elaboração dos parâmetros de inscrição de entidades do CMI, em razão da não previsão de inscrição de entidades pela Lei, que ficou impossibilitada a formulação de minuta. O CMI entendeu pela necessidade de nomeação de Comissão, a fim de se atualizar a Lei de criação do Conselho e, posteriormente, proceder à adequação do Regimento Interno e elaborar as diretrizes para inscrição de entidades. A Comissão ficou formada pelos Conselheiros Gláucia, Daiane, Terezinha e João Batista. O Sr. Ademar acompanhará a Comissão. Deverá, de igual forma, ser solicitado à Procuradoria Jurídica um servidor para auxílio. Ao final, formalizou-se convite para participação dos Conselheiros no Festival de Dança, Festival de Teatro e na Semana do Idoso. Os convites serão reiterados por e-mail. A Conselheira Generci também convidou o Conselho para participar do Bingo que será realizado pelo Lar O Bom Samaritano. Registre-se que a Conselheira Angelina participou desta reunião até às 14h55min. Encerrada a reunião, às 15h09min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMI agradeceu a presença de todos. Quanto à próxima reunião do Conselho, em razão de data na 26/09/2016 estar sendo organizada a Semana do Idoso, repassou-se que haverá agendamento e repasse da informação. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gláucia Perazzoli _____, Presidente do CMI, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata".

Registre-se que a Ata 044/2016-CMI foi publicada, na forma da Lei, na Edição 2048, de 28 de julho de 2016, na página 453, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Videira/SC, 19 de outubro de 2016

Daiane Rostirola
Vice-Presidente do CMI de Videira/SC

ATA Nº 010/16

ATA 010/2016-COMAD – Aosdezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller, 288, Centro, nesse Município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD com a seguinte pauta: 1. Repasse do andamento da parceria com a UNOESC para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD; 2. Andamento da Comissão de atualização do Regimento interno do COMAD; 3. Repasse das informações do "Encontro de COMADs"; 4. Repasse das informações da "Roda de Conversa com os Candidatos a Prefeito nas Eleições Municipais de 2016", organizada pelo CMDCA; 5. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada a palavra à Presidente do COMAD, Sra. Jociane de Oliveira Dutra e ao Conselheiro Francisco Rosalino Marcheti, tratando-se do repasse do andamento da parceria com a UNOESC para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD, informou-se que as alunas do Curso de Administração da UNOESC que ficaram responsáveis pelo regulamento sugeriram a elaboração de um planejamento estratégico para o Conselho. Os Conselheiros definiram que deverá ser marcada nova reunião com a Coordenação da UNOESC, a fim de se explicar que o Conselho se organizará, primeiro, internamente e, após, passará a buscar e a desenvolver projetos. Nesse sentido, os conselheiros deverão levantar sugestões de frases para o Conselho, as quais serão votadas na próxima reunião. Os Conselheiros, ainda, sugeriram a elaboração de um plano de trabalho para o COMAD e levantaram que não há orçamento previsto para o Conselho para 2017. O Conselho definiu que deverá dar início ao encaminhamento de campanhas/projetos de prevenção ao uso de álcool e drogas e buscar, junto ao CMDCA, a destinação de recursos do FIA para financiamento. Quanto ao andamento da Comissão de atualização do Regimento Interno do COMAD, explicou-se aos presentes que o Conselho é regido pelo Decreto 7.561/2002. Contudo, conforme alteração na Lei Orgânica do Município, os Conselhos devem ser instituídos por Lei, por iniciativa do Poder Público. Dessa forma, definiu-se que deverá ser encaminhada sugestão à Administração Pública, a fim de se regularizar o Conselho. A sugestão também deve conter pedido para instituição de Fundo Municipal. A elaboração de minuta fica a cargo do Conselheiro Rodolfo Pires Filho e será apresentada na próxima reunião. Em seguida, acerca do repasse das informações do "Encontro de COMADs", explanou-se como ocorreu a capacitação. Houve, além disso, distribuição dos materiais e brindes recebidos pelo COMAD por ocasião da capacitação. Em sequência à pauta, sobre o repasse das informações da "Roda de Conversa com os Candidatos a Prefeito nas Eleições Municipais de 2016", organizada pelo CMDCA, informou-se que o COMAD participou do evento, com representação da Presidente, e que o convite foi estendido aos Conselheiros. A Roda de Conversa tratou do debate acerca da política dos direitos da criança e do adolescente, da assistência social, da prevenção ao uso de drogas e da educação. Quanto aos questionamentos levantados e encaminhados aos candidatos, informou-se que somente o candidato Mario Adolfo Correa Filho encaminhou as respostas, as quais serão enviadas aos Conselheiros, por e-mail. Encerradas as discussões, às 14h40min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Reiterou-se que a próxima Reunião Ordinária do Conselho será na data de 08/11/2016. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Jociane de Oliveira Dutra _____, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA Nº 221/16

ATA 221/2016-CMDCA – Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Eleição da nova mesa diretora do CMDCA; 2. Escolha de entidade não governamental para Composição do CMDCA de Videira/SC; 3. Conselho Tutelar: 3.1. Afastamentos de Conselheiros Tutelares e chamamento de Conselheiros suplentes; 3.2. Regimento Interno do Conselho Tutelar; 3.3. Orientação da entrega de escala de sobreaviso/plantão e defolha ponto. 4. Programa Juventude Ativa: 4.1. Respostas encaminhadas em relação aos ofícios 148/2016-CMDCA e 174/2016-CMDCA; 4.2. Prestação de contas do meses de junho a setembro. 5. Comissões: 5.1. Parecer da Comissão de elaboração de edital para inscrições no FIA; 5.2. Parecer da Comissão de elaboração do plano de ação e aplicação do FIA para o ano de 2017; 5.3. Formação das Comissões Permanentes do CMDCA; 5.3. Comissão para a reformulação da Lei do CMDCA e atualização do Regimento Interno do Conselho. 6. Ofício n. 0645/2016/01PJ/VID; 7. Apresentação da relação de faltas em reuniões e de justificativas dos Conselheiros do CMDCA; 8. Sugestão de alteração do cronograma de elaboração do Plano Decenal; 9. Informes: 9.1. Ofícios recebidos e ofícios expedidos; 9.2. Repasse das informações da Roda de Conversa com os candidatos a prefeitos nas eleições de 2016; 9.3. Repasse das informações de reunião com o Procurador Geral do Município. 10. Assuntos Gerais. Registre-se que a Sra. Justina Inês Fruet de Lima, Diretora do Departamento de Ação Social, acompanhará a reunião. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, repassada a palavra à Presidente do CMDCA, Sra. Gabriela Strauss Mozz Zago, tratou-se da eleição da nova mesa diretora do CMDCA, conforme o art. 16, do Regimento Interno do Conselho. Nesse sentido, definiu-se como Vice-presidente a Sra. Luciane Maria dos Santos Gemo e como Secretária a Sra. Fabiana Woitko Arndt. Em seguida, quanto à escolha de entidade não governamental para Composição do CMDCA de Videira/SC, apresentou-se, primeiramente, as sugestões do Conselheiro Ivanor para convidar a empresa BRF ou representantes da Igreja Católica para composição no Conselho. Levantou-se também a possibilidade de convite para as APPs. O CMDCA definiu, em relação à entidade, por aguardar o retorno do pedido formulado à Procuradoria Jurídica para parecer jurídico. Quanto ao Conselho Tutelar, no que se refere ao afastamento médico da Conselheira Tutelar Juliana Weber e o chamamento de Conselheiro suplente, definiu-se que será chamada a Conselheira Tutelar Suplente, Sra. Marilene Vanz, o que fica a cargo da presidência do CMDCA. Quanto à Conselheira Tutelar Zeli do Prado, que concorreu ao cargo eletivo de vereador nas eleições de 2016, também se definiu por aguardar o retorno do pedido formulado à Procuradoria Jurídica para parecer jurídico. Acerca do regimento Interno do Conselho Tutelar, repassou-se ao CMDCA que o Departamento de Expediente da Prefeitura informou a não localização de ato administrativo relacionado à homologação do regimento interno do Conselho Tutelar. O CMDCA entendeu, nesse sentido, que o CT deverá proceder à análise do Regimento Interno que possui e encaminhar ao CMDCA para providências. Ademais, sobre a orientação da entrega de escala de sobreaviso/plantão e de folha ponto, explicou-se que a orientação entregue ao CT (Ofício 146/2016/CMDCA) traz que a entrega da escala e a folha ponto deve ocorrer no dia 1º de cada mês ou, em caso de dia não útil, na data imediatamente posterior, em atenção ao disposto no Decreto Municipal 12.704/2016. Com relação à entrega da folha ponto, entretanto, deve permanecer a entrega no dia 20 de cada mês, conforme fixado na Ata 215/2016-CMDCA. Entendeu-se, também nesse sentido, que a Comissão Permanente de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente do CMDCA, a qual será nomeada nesta reunião, ficará responsável pela análise das folhas ponto dos Conselheiros Tutelares e das escalas de sobreaviso/plantão. Em sequência à pauta, acerca das respostas encaminhadas pelo Programa Juventude Ativa em relação aos ofícios 148/2016-CMDCA e 174/2016-CMDCA, apresentou-se a documentação enviada. A resposta da Coordenação do Programa ainda informa que houve averiguação dos dados dos adolescentes participantes, especialmente em relação à idade de saída do Programa. Para os casos dos participantes que completaram 18 anos e continuaram no Programa (no total de 9 (nove), desde o ano de 2014) repassou-se que houve devolução de recurso ao FIA e que esses adolescentes foram remunerados pelo FMAS. O ofício resposta encaminhado pelo Programa deverá ser disponibilizado, via e-mail, aos Conselheiros. Quanto à prestação de contas dos meses de junho a setembro do Programa, o CMDCA definiu que deverá ser designada reunião extraordinária do Conselho para análise, a qual ficou para a data de 18/10/2016, às 8h30min. A Sra. Ilva, do Departamento de Contabilidade, deverá ser convidada para reunião. Em seguida, quanto ao Parecer da Comissão de elaboração de edital para inscrições no FIA, apresentou-se ao CMDCA a minuta de Resolução para regulamentar o registro no CMDCA de entidades governamentais e não governamentais e inscrição de programa, projetos ou serviços que tenham por objetivo a educação profissional de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Quanto à elaboração de edital para seleção de projetos, programas e serviços a serem financiados pelo Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), a Comissão levantou na reunião que há diversos modelos disponíveis, os quais consideram que o procedimento seja de responsabilidade do CMDCA ou que haja participação da Comissão Municipal de Licitações. A Comissão informou, ademais, que a partir do ano de 2017 deverá haver adequação à Lei 13.019. O CMDCA definiu, diante disso, que a minuta já elaborada deverá ser enviada aos Conselheiros, via e-mail, e que a análise será na reunião da data de 18/10/2016. Com relação ao Parecer da Comissão de elaboração do plano de ação e aplicação do FIA para o ano de 2017, a Comissão informou que a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trouxe o valor de R\$ 2.000,00 para transferência de recursos a entidades e que é necessária destinação de maior valor para essa ação, antes da aprovação do Plano de Ação e Aplicação, especialmente diante do processo de inscrição de entidades no Conselho e do lançamento de edital para financiamento pelo FIA. A Conselheira Luciane se responsabilizou em trazer para o Conselho, na reunião de 18/10/2016, qual é o procedimento a ser adotado para alteração da LDO. Informou-se ao Conselho, também nesse sentido, o recebimento do Ofício 0624/2016/01PJ/VID, do Ministério Público, em 23/09/2016, o qual trata da solicitação do MP ao CMDCA para destinação de recursos do FIA para programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente à capacitação e à formação profissional dos servidores das Instituições de Acolhimento. O Conselho entendeu, em relação à solicitação, que deverá ser informado ao MP que não há essa previsão no Plano de Ação e Aplicação do FIA para 2016 e que é possível solicitar ao Departamento de Ação Social a destinação de recursos para capacitação e formação profissional dos servidores das Instituições de Acolhimento. Quanto à formação das Comissões Permanentes do CMDCA, definiu-se que a Comissão Permanente de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente ficará integrada pelos Conselheiros Paula Denise de Almeida, Liseia Aparecida da Silva, Vania Urbano dos Santos, Fabiana Woitko Arndt, Lindamir Lenieski e pelo conselheiro representante da nova entidade que integrará o CMDCA. A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, por sua vez, pelos Conselheiros Luciane Maria dos Santos Gemo, Luana Barauna, Ivanor Lucas de Melo, Teresinha Francio, Gabriela Strauss Mozz Zago e Daiane Rostirola. Acerca da comissão para a reformulação da Lei do CMDCA e atualização do Regimento Interno do Conselho, informou-se que as pessoas nomeadas para a comissão não participam mais do Conselho. Definiu-se, dessa forma, que a reformulação da Lei do CMDCA e atualização do Regimento Interno do Conselho fica a cargo da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação. Após, acerca do Ofício n. 0645/2016/01PJ/VID, recebido do Ministério Público em 27/09/2016, o qual informa ao CMDCA a existência de pendências no Programa APÓIA, definiu-se que deverá ser solicitado ao CT quais foram as providências adotadas em relação ao noticiado. Além disso, apresentou-se ao Conselho o Ofício 0650/2016/01PJ/VID, recebido do Ministério Público em 06/10/2016, o qual remete cópia de

Notícia de Fato. O CMDCA entendeu pela necessidade de informar ao MP que a Conselheira Tutelar indicada na Notícia se encontra afastada de suas funções. Dessa forma, quando do seu retorno, haverá a instauração de comissão de sindicância. Após, apresentou-se o Ofício 0622/2016/01PJ/VID, recebido do MP em 21/09/2016, o qual requisita ao Conselho a informação acerca da aprovação da prestação de contas do Programa Juventude Ativa. O CMDCA entendeu que deverá ser aguardada a reunião extraordinária de 18/10/2016, na qual haverá a análise da prestação de contas do Programa, e ser encaminhada a competente resposta ao MP. Em sequência, acerca da apresentação da relação de faltas em reuniões e de justificativas dos Conselheiros do CMDCA, o Conselho entendeu que deverá ser encaminhada orientação à entidade APAE para encaminhamento de justificativa às faltas nas reuniões. Após, quanto à sugestão de alteração do cronograma de elaboração do Plano Decenal, o Conselho definiu que a próxima reunião da Comissão de Elaboração do Plano Decenal será na data de 19/10/2016, às 13h30min. Sobre as próximas datas do cronograma, deverá haver a organização na data de 19/10/2016. Quanto aos informes, em seguida, apresentaram-se os ofícios recebidos e expedidos pelo CMDCA desde a reunião realizada em 15/09/2016. Acerca da Roda de Conversa com os candidatos a prefeitos nas eleições de 2016, ademais, apresentou-se as respostas dos questionamentos levantados no evento, que foram enviadas somente pelo candidato Mario Adolfo Correa Filho. As respostas deverão ser enviadas aos Conselheiros e aos demais Conselhos presentes na Roda de Conversa. Em seguida, houve o repasse das informações da reunião com o Procurador Geral do Município, a qual tratou da impossibilidade da procuradoria jurídica de responder aos questionamentos relacionados ao Plano Decenal (Ofício nº 205/2016/CMDCA). Ao final, informou-se ao Conselho que a empresa Otimiza Cursos manifestou interesse em solicitar a inscrição do projeto Master Mind Teen no FIA. O Conselho definiu que deverá ser orientada a empresa quanto ao lançamento de edital pelo CMDCA. Registre-se que, quanto ao relatório apresentado pelo Conselho Tutelar ao CMDCA em 18/08/2016, acerca do registro de pessoas que procuraram, presencialmente junto à sede do Conselho, atendimento e informações, houve devolução da relação por ocasião da reunião de 18/08/2016. Ademais, é de se registrar que, quanto aos certificados de participação no curso de formação de Conselheiros Tutelares, realizado no mês fevereiro de 2016, foi elaborada lista de recebimento dos certificados expedidos, a qual está em processo de assinaturas e será arquivada junto à Secretaria dos Conselhos. Por fim, é de se registrar que a Conselheira Fabiana Woitko Arndt se ausentou da reunião às 15h e, a Conselheira Luciane Maria dos Santos Gemo, às 16h12min. Encerradas as discussões, às 16h30min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Reiterou-se, conforme o cronograma, que a próxima reunião do Conselho será na data de 18/10/2016 e que a próxima reunião extraordinária de elaboração do plano decenal será em 19/10/2016. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gabriela Strauss Mozz Zago _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA Nº 222/16

ATA 222/2016-CMDCA – Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 8h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Programa Juventude Ativa:1.1. Respostas encaminhadas em relação aos ofícios 148/2016-CMDCA e 174/2016-CMDCA;1.2. Prestação de contas dos meses de junho a setembro;1.3. Ofício 0622/2016/01PJ/VID. 2. Comissões:2.1. Parecer da Comissão de elaboração de edital para inscrições no FIA;2.2. Parecer da Comissão de elaboração do plano de ação e aplicação do FIA para o ano de 2017;3. Assuntos Gerais.Iniciada a reunião,os Conselheiros presentes decidiram por designar nova data para deliberar sobre as matérias de pauta, em razão do disposto no art. 10, § 3º, do Regimento Interno do Conselho, in verbis: "O quorum exigido para instalação em primeira convocação, será de dois terços dos conselheiros e, em segunda convocação, após quinze minutos com a presença de cinquenta por cento, mais um de seus conselheiros, exceto quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno e ao Fundo, quando o quorum mínimo será necessariamente de dois terços de seus membros". Dessa forma, designou-se a data de 26 de outubro de 2016 (quarta-feira), às 13h30min. A Sra. Ilva Farina, do Departamento de Contabilidade, deverá ser convidada para a reunião. Encerradas as discussões, às 9h08min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gabriela Strauss Mozz Zago _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 13.465/16

DECRETO Nº 13.465/16, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 14.985,00 (quatorze mil novecentos e oitenta e cinco reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0191.0 Aplicações Diretas	14.985,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	14.985,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0191 Aplicações Diretas	14.985,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	14.985,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016-CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015, torna público que fica CONVOCADA a Sra. Marilene Vans Dos Santos, eleita na 7ª (sétima) colocação, em ordem decrescente, no processo de escolha dos membros do conselho tutelar, conforme o Edital CMDCA nº 002/2015, para comparecer junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, 288 - Centro - Videira/SC, a partir do recebimento da convocação, no prazo de 2 (dois) dias, a fim de tomar posse na função de Conselheira Tutelar, em substituição da Conselheira Tutelar Juliana Weber, conforme a Resolução 041/2016-CMDCA.

A convocada deverá comprovar, no prazo acima mencionado, a participação no "Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos e Práticos, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 25/02/2016 e 26/02/2016.

O não comparecimento importará na renúncia ao mandato.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0102/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0102/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0189/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO
CPF: 029.133.939-50
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 03 de outubro de 2016.

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS CESTAS BÁSICAS PR 09/2016 - FMAS

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRA
DE CESTAS BÁSICAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016- FMAS, conforme segue:

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
1.	Farinha de trigo especial de primeira qualidade. Composição mínima do produto: organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Primeira qualidade. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 5 kg.		NÃO APRESENTOU
2.	Arroz parborizado, longo, fino, tipo 1. Composição mínima do produto: o produto deverá obedecer a portaria nº 269, de 17/11/88 e anexos do ministério da agricultura, para arroz, beneficiado e polido do tipo i, para efeito de classificação e deverá ser da safra corrente. Deverá se apresentar em bom estado de conservação, isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde. Características organolépticas: aspecto: grãos; cor: característica; odor: característico; sabor: característico. O produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido - embalagem mínima de 5 kg.		NÃO APRESENTOU
3.	Açúcar branco refinado. Composição mínima do produto: organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido embalagem mínima de 5 kg		NÃO APRESENTOU
4.	Feijão preto. Composição mínima do produto: tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. embalagem mínima de 1 kg		NÃO APRESENTOU
5.	Biscoito água e sal. Composição mínima do produto: em sua composição apresenta entre outros ingredientes farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, embalagem de 400g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.		NÃO APRESENTOU
6.	Biscoito doce sabor leite. Composição mínima do produto: produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com: farinha de trigo, açúcar, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal hidrogenada, e outras substâncias alimentícias que caracterizem o produto - embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas		NÃO APRESENTOU
7.	Farinha de milho. Composição mínima do produto: fabricada a partir de matérias-primas sãs e limpas. Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou não, livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentado, rançoso e ter no máximo, 14%p/p de umidade. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 01 kg.		NÃO APRESENTOU
8.	Alimento achocolatado em pó instantâneo. Composição mínima do produto: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, sal, emul-sificantes lecitina de soja e aromatizante. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas		NÃO APRESENTOU
9.	Massa com ovos, tipo espaguete nº5. Composição mínima do produto: seca, com ovos; fabricada a partir de matéria-pri-ma selecionada, sã, limpa e boa qualidade; enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem resistente e termossoldado, de boa qualidade, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 500 gramas		NÃO APRESENTOU
10.	Margarina cremosa . Composição mínima do produto: com sal, teor lipídico de 65% a 85%. Não deve conter em sua composição gordura do tipo trans. Embalada em pote plástico resistente de 500g, com proteção interna pós tampa (lacre). No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote e informação nutricional. Embalagem contendo iden-tificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.		NÃO APRESENTOU

11.	Doce de leite em pasta. Composição mínima do produto: leite pasteurizado e açúcar. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Deve apresentar selo SIF/SIE e/ou SIM. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Características sensoriais (organolépticas): consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente; cor castanho caramelado proveniente da reação de maillard; sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas.		NÃO APRESENTOU
26.	Leite em pó integral composição mínima do produto: sem adição De açúcar e soro, produto quilo 170,00 obtido por desidratação Do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana Mediante processos tecnologicamente adequados. Na Informação nutricional o produto deve conter carboidratos, Proteínas, gorduras totais e saturadas, sódio e Cálcio. embalagem em papel metalizado contendo Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de Validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas.		NÃO APRESENTOU
27.	Oleo de soja de primeira qualidade composição mínima do Produto: obtido de espécie vegetal, isento de ranço e Substâncias estranhas; características organolépticas: Própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: Próprio. Embalagem contendo identificação do produto, marca Do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem Mínima de 900 ml		NÃO APRESENTOU
28.	Café solúvel granulado. Composição mínima do produto: café Para preparo instantâneo, facilmente solúvel em água quente. Acondicionado em vasilhame de vidro, plástico ou metal, com Tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura. Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem Lacrada mínima de 200 gramas.		NÃO APRESENTOU
29.	Sal refinado iodado. Composição mínima do produto: cloreto De sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor Mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, Adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: Característico (salino). Embalagem contendo identificação do Produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, Embalagem mínima de 1 kg.		NÃO APRESENTOU

Em atendimento ao EDITAL 09/2016 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS DOS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do item cotado em até 05 (CINCO) DIAS após o encerramento da disputa dos lances, junto ao Departamento de Ação Social, localizado na Rua Lauro Muller, nº 288, Centro (em cima do Terminal Rodoviário), CEP 89.560-000, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, impreterivelmente.

A empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, que obteve 1ª proposta melhor classificada para o item na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, O Departamento de ação social opina pela reprovação das amostras físicas não apresentadas pela empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

Videira, 20 de Outubro de 2016.

Justina Inês F. de Lima
Membro da Comissão

Sonia Rita Gheller
Membro da Comissão

Maynara Guill
Membro da Comissão

PORTARIA Nº 0928/16

PORTARIA nº 928/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 116/16DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MARIA DORVALINA DOMINGUES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 11 de outubro de 2016 até 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 040/16

RESOLUÇÃO Nº 040/2016-CMDCA

Dispõe sobre a eleição de nova Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 16, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto 9509/10), o qual traz que "a Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário é a representação máxima do CMDCA, de conformidade com o ECA, este Regimento e demais dispositivos que regem a matéria";

Considerando o disposto no art. 17, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto 9509/10), o qual dispõe que "a Mesa Diretora com exceção do Presidente será eleita na primeira reunião do CMDCA, após a posse dos conselheiros pelo Prefeito Municipal";

Considerando Decreto Municipal 13.061/16, de 22 de junho de 2016, o qual "nomeia presidente, vice-presidente e secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente";

Considerando o Decreto Municipal 13.225/16, de 23 de agosto de 2016, o qual "altera o art. 1º, inciso I do Decreto nº 13.061/16, que nomeia presidente, vice-presidente e secretário para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; e,

Considerando, ainda, a informação (Ata 215/2016-CMDCA e o Ofício recebido com o nº 60/2016), que o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, entidade não governamental eleita para a composição do CMDCA (Ata 205/2015-CMDCA), com representação pelas Sras. Luciana Kogicovscy Argenta e Noemi Berlanda, como titular e como suplente, respectivamente, informa a sua indisponibilidade para representação no Conselho, em razão de suas atividades

internas,

RESOLVE:

Art. 1º. ELEGER, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, de 11/10/2016, nova Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, nos seguintes termos:

I - Presidente: GABRIELA STRAUSS MOZZ ZAGO

II - Vice- presidente: LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO

II - Secretária: FABIANA WOITKO ARDNT

Art. 2º. As atribuições da Mesa Diretora são aquelas constantes no Regimento Interno do Conselho.

Art. 3º. Cópia desta Resolução deve ser encaminhada à Administração Municipal.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.

Gabriela Strauss Mozz Zago

Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 041/16

RESOLUÇÃO Nº 041/2016-CMDCA

Dispõe sobre a determinação de convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual dispõe que "ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga"; e,

Considerando, ainda, o disposto no art. 42, §1º, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual disciplina que "os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares",

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, a convocação da Sra. Marilene Vans Dos Santos, eleita na 7ª (sétima) colocação, em ordem decrescente, no processo de escolha dos membros do conselho tutelar, conforme o Edital CMDCA nº 002/2015, para assumir a função de Conselheira Tutelar durante o período de afastamento médico da Conselheira Tutelar Juliana Weber.

Art. 2º. A convocada, a partir do recebimento da convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias para comparecer junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, 288 - Centro - Videira/SC, a fim de tomar posse na referida função, sob pena de renúncia ao mandato.

Art. 3º. Formalizada a posse, a convocada deverá assumir

imediatamente a função de Conselheira Tutelar, durante o período de afastamento médico da Conselheira Tutelar Juliana Weber, até a data de 19/12/2016.

Art. 4º. Em atenção ao §1º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a remuneração será proporcional aos dias de atuação no órgão.

Art. 5º. Expeça-se a competente convocação.

Art. 6º. Conforme referido no §2º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a não aceitação do exercício da suplência acarretará na renúncia ao mandato.

Art. 7º. A convocada deverá comprovar a participação no "Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos e Práticos, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 25/02/2016 e 26/02/2016.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 042/16

RESOLUÇÃO Nº 042/2016-CMDCA

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 7º, III, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual traz que "são órgãos do CMDCA: [...] III - Comissões";

Considerando o disposto no art. 25, I, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual dispõe que "as Comissões do CMDCA serão: I - Permanentes"; e,

Considerando, ainda, o disposto no art. 26, I, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual expressa que "as Comissões Permanentes serão em número de duas, assim denominadas: I - Comissão Permanente de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente",

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, os Conselheiros Paula Denise de Almeida, Lisnéia Aparecida da Silva, Vania Urbano dos Santos, Fabiana Woitko Arndt e Lindamir Lenieski para comporem a Comissão Permanente de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC.

Art. 2º. Em razão do disposto no art. 24, §1, do Decreto Municipal 9509/10, conforme a Ata 221/2016-CMDCA, fica estabelecido que o sexto Conselheiro integrante da Comissão será o representante da entidade que substituirá o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição - CSIC no Conselho.

Art. 3º. As atribuições da Comissão são aquelas constantes no Regimento Interno do Conselho (Decreto Municipal 9509/10).

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 043/16

RESOLUÇÃO Nº 043/2016-CMDCA

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 7º, III, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual traz que "são órgãos do CMDCA: [...] III - Comissões";

Considerando o disposto no art. 25, I, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual dispõe que "as Comissões do CMDCA serão: I - Permanentes"; e,

Considerando, ainda, o disposto no art. 26, II, do Regimento Interno do CMDCA de Videira/SC (Decreto Municipal 9509/10), o qual expressa que "as Comissões Permanentes serão em número de duas, assim denominadas: II - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação",

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, os Conselheiros Luciane Maria dos Santos Gemo, Luana Barauna, Ivanor Lucas de Melo, Teresinha Francio, Gabriela Strauss Mozz Zago e Daiane Rostirola para comporem a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC.

Art. 2º. As atribuições da Comissão são aquelas constantes no Regimento Interno do Conselho (Decreto Municipal 9509/10).

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 044/16

RESOLUÇÃO Nº 044/2016-CMDCA

Dispõe sobre a revogação da Resolução 012/2016-CMDCA, a qual dispõe sobre a nomeação da Comissão para Reformulação do Regimento Interno do CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Videira - SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 2º, XII, do Regimento Interno do Conselho (Decreto Municipal 9509/10), o qual trata da competência do Conselho de se pronunciar, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção

e defesa dos direitos da criança e do adolescente, respeitando os limites legais,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, a Resolução 012/2016-CMDCA, a qual a qual dispõe sobre a nomeação da Comissão para Reformulação do Regimento Interno do CMDCA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 045/16

RESOLUÇÃO Nº 045/2016-CMDCA

Dispõe sobre a revogação da Resolução 017/2016-CMDCA, a qual dispõe sobre a nomeação de Comissão para reformulação da Lei 3.215/2015, que trata da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art, 2º, XII, do Regimento Interno do Conselho (Decreto Municipal 9509/10), o qual trata da competência do Conselho de se pronunciar, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, respeitando os limites legais,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR, nos termos da Ata 221/2016-CMDCA, a Resolução 017/2016-CMDCA, a qual a qual dispõe sobre a nomeação da Comissão para Reformulação do Regimento Interno do CMDCA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 13 de outubro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

TERMO ADITIVO Nº 127/2016

Termo Aditivo nº 127/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 98/2016

Processo: PR nº 60/2016-PMV

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Objeto: Reduzir o preço do litro do leite registrado na Ata de Registro de Preços nº 98/2016, adequando-o àquele praticado no mercado, passando de R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos) para R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos).

Data: 20/10/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 045/2016

Processo de Licitação 045/2016

Modalidade: Pregão 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PRESIDENTE GETÚLIO, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 04 de novembro de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 21 de Outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0089/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0089/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção para pequenas melhorias e ampliações de moradias de famílias com renda até 02 (dois) salários mínimos mensais, mediante avaliações socioeconômicas, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 07/11/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 20/10/2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH-AJG 375/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 375/2016

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ASSUMIR A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, a partir de 19 de Outubro de 2016 Licença Sem Vencimentos para assumir a função de Conselheira Tutelar, a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSANGELA DALPISSOL, nacionalidade brasileira, divorciada, portadora da CI nº 1.881.291 e CPF nº 594.463.239-91, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeada conforme Decreto nº AM 332/07, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003939/2016 datado de 19.10.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de Outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PT RH-AJG Nº 376/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 376/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ASSUMIR A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.,

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para Conselheiros Tutelares Temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014;

CONSIDERANDO, ofício nº 01/2016 e o Processo Administrativo 004/2016, afastando temporariamente a Conselheira Tutelar a Sra. Roseli Nunes de Oliveira.

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 19 de Outubro de 2016 a Sra. ROSANGELA DALPISSOL, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 1.881.291 e CPF nº 594.463.239-91, na função de Conselheiro Tutelar, com 40(quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, e conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta designação vigore a partir desta data até o término do Processo Administrativo nº 004/2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 19 de Outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 040-2016 PMXV - PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2016 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Claudi Babinski, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.886.037/0001-76, com sede na Rodovia BR 153, S/N, Sala 02, km 100, Interior do Município de Concórdia – SC, CEP 89.715-899, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Paulo Cesar Dias Baptista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1431851436 e inscrito no CPF sob o nº 024.009.269-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para a possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Xavantina e seus Fundos, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do do PP SRP 040/2016 PMXV.

1.2 – As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação das máquinas constantes no Termo de Referência constante no Anexo "C" do PP SRP 040/2016 PMXV, servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

2.3 – A Licitante dará o seguinte Percentual de Desconto sobre as peças, conforme relação de Itens constante no Termo de Referência constante no Anexo "C" do PP SRP 040/2016 PMXV:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM O EQUIPAMENTO EM R\$	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
2	70.000,00	ÔNIBUS IVECO ANO DE FABRICAÇÃO 2014, MODELO 2014, COR AMARELA, PLACAS OKH1729, CEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	15,00
7	70.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MLW1545.	10,00
8	70.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS OKE0733.	12,00
9	70.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MMM9203.	13,00

10	70.000,00	CAMINHÃO IVECO EURO CARGO, ANO DE FABRICAÇÃO 2011, MODELO 2012, COR BRANCA, PLACAS MKL9434.	9,00
----	-----------	---	------

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.2 - O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

3.3 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.4 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por Item.

3.5 - Independentemente do disposto no Item 3, o Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 - O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Xavantina/SC.

4.2 - O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após prestação dos serviços e entrega dos materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório e Autorização de Fornecimento que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

5.2 - Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor da mão de obra e o valor das peças aplicadas. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

5.3 - O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

5.4 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

6.2 - Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

6.4 - As autorizações de fornecimento serão formalizadas pelo Município de Xavantina - SC.

6.5 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município, independente do valor, sob pena de penalização.

6.6 - O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA

7.1 - O objeto será recebido por servidor especialmente designado para este fim.

7.2 - Quando não se fizer necessária a aplicação nas máquinas das peças adquiridas pelo Município, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na Garagem da Frota do Município, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.

7.3 - Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

7.4 - O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

8.2 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.3 - A penalidade pecuniária prevista na Clausula Oitava será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

8.4 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

8.5 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

9.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

9.3 - O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

a) Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

10.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

10.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

10.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

10.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2016 e 2017.

11.2 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Xavantina - SC a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Seara - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV, para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, classificada em 1º lugar, nos Itens 02, 07, 08, 09 e 10 do Processo Licitatório nº 061/2016 PMXV, Modalidade Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de outubro de 2016.

PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA Paulo Cesar Dias Baptista	CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino. CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 040-2016 PMXV - RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2016 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Claudi Babinski, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.811.143/0001-85, com sede na Avenida Leopoldo Sander, nº 2001-E, Bairro Cristo Rei, Município de Chapecó – SC, CEP 89.804-570, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Robert de Carli, portador da Cédula de Identidade RG nº 2657651 e inscrito no CPF sob o nº 777.250.349-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para a possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Xavantina e seus Fundos, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do do PP SRP 040/2016 PMXV.

1.2 – As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação das máquinas constantes no Termo de Referência constante no Anexo “C” do PP SRP 040/2016 PMXV, servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

2.3 – A Licitante dará o seguinte Percentual de Desconto sobre as peças, conforme relação de Itens constante no Termo de Referência constante no Anexo “C” do PP SRP 040/2016 PMXV:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM O EQUIPAMENTO EM R\$	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
1	70.000,00	ÔNIBUS IVECO ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2013, COR AMARELA, PLACAS MLL5379, CEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	25,00
3	70.000,00	ÔNIBUS VW 48 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, MODELO 2013, COR AMARELA, MKX1097.	12,00
4	70.000,00	ÔNIBUS VW CAIO 60 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, MODELO 2013, COR AMARELA, MLF6337.	12,50
5	70.000,00	MOCROONIBUS MARCOPOLO VOLARE ANO DE FABRICAÇÃO 2004, MODELO 2004, COR BRANCA, PLACAS MHA7990.	11,50
6	70.000,00	CAMINHÃO MERCEDES BENS BASCULANTE, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MMD6762.	7,00
11	70.000,00	CAMINHÃO FORD CARGO 1717, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2005, COR BRANCA, PLACAS MFL4722.	10,50
12	70.000,00	CAMINHÃO FORD CARGO 1717, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2005, COR BRANCA, PLACAS MFL4842.	10,50

13	70.000,00	CAMINHÃO FORD CARGO 1722, ANO DE FABRICAÇÃO 2003, MODELO 2003, COR BRANCA, PLACAS MDN5772.	10,50
14	70.000,00	CAMINHÃO MERCEDES BENS 1621, ANO DE FABRICAÇÃO 1993, MODELO 1993, COR BRANCA, PLACAS LZR5321.	7,00
15	70.000,00	CAMINHÃO MERCEDES BENS, ANO DE FABRICAÇÃO 1989, MODELO 1990, COR BRANCA, PLACAS MAM6009.	7,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.2 - O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

3.3 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.4 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por Item.

3.5 - Independentemente do disposto no Item 3, o Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 - O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Xavantina/SC.

4.2 - O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após prestação dos serviços e entrega dos materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório e Autorização de Fornecimento que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

5.2 - Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor da mão de obra e o valor das peças aplicadas. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

5.3 - O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

5.4 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

6.2 - Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

6.4 – As autorizações de fornecimento serão formalizadas pelo Município de Xavantina - SC.

6.5 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município, independente do valor, sob pena de penalização.

6.6 - O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA

7.1 - O objeto será recebido por servidor especialmente designado para este fim.

7.2 – Quando não se fizer necessária a aplicação nas máquinas das peças adquiridas pelo Município, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na Garagem da Frota do Município, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.

7.3 - Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

7.4 - O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

8.2 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.3 - A penalidade pecuniária prevista na Clausula Oitava será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

8.4 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

8.5 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

9.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

9.3 - O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

a) Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

10.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

10.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

10.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

10.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2016 e 2017.

11.2 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Xavantina - SC a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Seara - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV, para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, classificada em 1º lugar, nos Itens 01, 03, 04, 05, 06, 11, 12, 13, 14 e 15 do Processo Licitatório nº 061/2016 PMXV, Modalidade Pregão Presencial SRP nº 040/2016 PMXV.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de outubro de 2016.

RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA Robert de Carli	CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino. CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 1541 / 2016**

LEI 1541/2016

LEI 1541/2016

"FICA INSTITUÍDO O "SETEMBRO VERDE", NO MUNICÍPIO DE XAVANTINA"

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo 56, V, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 29, V e VI da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este promulga e torna pública a seguinte Lei

Art. 1º Fica instituído o "Setembro Verde", no município de Xavantina, com o objetivo de promover a conscientização da população em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando a adoção de um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 2º Poderão ser parceiros do "Setembro Verde" quaisquer entidades voltadas ao fornecimento de crédito rural; à produção agroindustrial familiar; aos interesses das mulheres agricultoras; sindicatos ou associações de trabalhadores ou de produtores rurais; cooperativas voltadas à produção rural, entre outras que tenham por objetivo o consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 3º Para a execução do "Setembro Verde", durante o mês, as entidades poderão buscar parcerias para:

I - decorar espaços públicos, de uso comum, visando chamar atenção para a importância do tema;

II - promover exposições, debates, oficinas, palestras, atividades de lazer, eventos esportivos e culturais em diversos locais do município;

III - utilizar os meios de comunicação, como forma de promover esclarecimentos sobre o assunto;

IV - incentivar os estabelecimentos comerciais a destacar os alimentos produzidos de forma ecologicamente correta.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Xavantina, 20 de outubro de 2016

Helio Domingos Sordi
Presidente

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO 076/2016

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PRESENCIAL N. 076/2016 - SRP

PROCESSO LICITATÓRIO N. 146/2016

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL

O Município de Xaxim – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a REPUBLICAÇÃO referente ao pregão presencial, objetivando o registro de preços para eventual prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, desdobramento, substituição, revalidação, cancelamento, fornecimento e endosso de bilhetes de passagens rodoviárias nacionais, destinados a pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), na qual não houve interessados, restando à licitação DESERTA. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 30min do dia 04 de novembro de 2016, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 20 de outubro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE DÍVIDA ATIVA 004/2016 - RETIFICAÇÃO.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM

XAXIM SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE DÍVIDA ATIVA 004/2016 - RETIFICAÇÃO.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 003/2016

- Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de SC, exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais;
- Considerando que a Lei Complementar 101/2000 e lei 007/2002(CTM) estabelece como requisito essencial da responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;
- Considerando que o tributo Municipal tem por finalidade essencial ser aplicado na melhoria da infra-estrutura municipal;
- Considerando que a administração de Xaxim SC, busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
- Considerando que o departamento tributário efetuou por vários meios de comunicação levando a informação ao contribuinte das atitudes a serem tomadas no caso de inadimplência por parte dos contribuintes de tributos municipais pendentes até o exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Xaxim SC faz publicar o EDITAL:004/2016

Notificamos os contribuintes inscritos em Dívida do exercício de 2015 e anteriores, com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto Sobre Serviços ISS, Taxa de Licença para Funcionamento-ALVARÁ Contribuição de Melhorias- CTML, entre outros tributos, do Município de Xaxim SC .

Os contribuintes deverão comparecer no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Xaxim, situado na Rua Rui Barbosa 312 Centro, Xaxim SC, para emitir a guia de cota única e ou parcelar seus débitos e após efetuar o pagamento nas agências da Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

A não liquidação de suas dívidas com o ente público, até 25/10/2016 , implicará no envio das CDA-s, para a cobrança para a esfera Judicial e ou para protesto.

Portanto informamos que esta é mais uma oportunidade do contribuinte ficar em dia com a Fazenda Pública Municipal, evitando com isso transtornos futuros.

Maiores esclarecimentos, estamos à disposição na Divisão de Tributos desta Prefeitura e através dos do telefone (49) 3353-6977 e(49) 3353-5619

Xaxim SC 19 de outubro de 2016.

NEUDI ANTONIO PALUDO

Secretário da Fazenda

Prefeito Municipal de Xaxim SC.

Associações

AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2016 - AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2016

Assembleia Geral Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA AMERIOS, PARA A 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2016.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Rogério Perin, Prefeito de Flor do Sertão, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Estatuto Social da AMERIOS, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da segunda Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia de 04 de novembro, sexta-feira, com início às 8h, na Sala de Reuniões da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 8h - Abertura da Assembleia Geral Extraordinária;

II- 8h10min- Eleição e posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2016 da AMERIOS;

III- 8h:30min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/ SC, 20 de outubro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão

AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N. 10 DE 2016 - FABIO RICARDO PAIM DIAS

EXTRATO DO CONTRATO nº 10 de 2016.

CONTRATADO: FABIO RICARDO PAIM DIAS, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 027.392.119-37.

OBJETO: A prestação de serviços de coordenação, assessoria, consultoria e acompanhamento dos procedimentos de cobrança e recebimento de remessas cambiais realizados pela CONTRATANTE, compreendendo:

I – Recepção e análise dos documentos envolvidos nas operações;

II- Solicitação de correções documentais, se aplicáveis;

III- Assessoria e consultoria em tempo integral relativa ao serviço proposto;

IV – Acompanhamento e coordenação das etapas dos processos em conjunto com os demais envolvidos na coordenação;

V – Orientações quanto aos procedimentos prévios de acordo com a legislação;

VI – Assessoria junto à instituição financeira designada responsável pelo recebimento e nacionalização da remessa cambial;

VII – Confecção e emissão da Commercial Invoice ("C.I.");

VIII – Providenciar a assessoria e consultoria pertinentes ao desenvolvimento dos serviços contratados que se façam necessários;

IX – Comunicação com as empresas do exterior envolvidas na prestação de serviço;

X – Tradução de documentos.

VALOR E CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por cada Invoice que se faça necessária para a realização de cobrança ou pagamento ao exterior.

VIGÊNCIA: Fica pactuado que o contrato terá início em 14/06/2016, sem prazo determinado para seu fim.

ALTERAÇÕES: Este contrato poderá ser alterado, sempre através de Termo Aditivo.

Itajaí /SC, 14 de junho de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N. 11 DE 2016 - VSLD SERVIÇOS LTDA. EPP

EXTRATO DO CONTRATO nº 11 de 2016.

CONTRATADO: VSLD Serviços Ltda. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.711.662/0001-87

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Consultoria de Diagnóstico em Siscoserv ("Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio"). O CONTRATADO irá efetuar o cálculo tributário e apresentar um relatório com as conclusões sobre como deve ser efetuado o cálculo tributário em operação de remessa de valores ao exterior pela CONTRATANTE, referentes a compra de serviço internacional, considerando as condições previstas em contrato e as características específicas da tributação a ser deduzida dos valores a serem remetidos. O serviço, entre outros pontos, compreenderá: (i) como se deve efetuar o cálculo tributário e o recolhimento adequado dos tributos; (ii) assessoria quanto à manutenção ou alteração dos processos internos da CONTRATANTE; (iii) quais documentos devem ser utilizados como base; entre outros.

DAS AÇÕES E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES: Os serviços prestados compreenderão, entre outras que forem necessárias, as seguintes ações:

I – Analisar detalhadamente o contrato da operação internacional;

II – Alinhar os entendimentos com as áreas financeira e contábil;

III – Identificar a forma correta de se efetuar o cálculo dos tributos a serem recolhidos;

IV – Considerar itens específicos do contrato, como a dedução de despesas de viagem;

V – Apurar o valor líquido a ser remetido ao prestador no exterior.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo 50% (cinquenta por cento) desse valor no aceite da proposta e o restante na entrega do relatório final de consultoria,

DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Fica pactuado que o dia 24/08/2016 será o indicado para a execução dos serviços, com período de duração de 8 (oito) horas.

ALTERAÇÕES: Este contrato poderá ser alterado, sempre através de Termo Aditivo.

Itajaí /SC, 22 de agosto de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N. 12 DE 2016 - VSLD SERVIÇOS LTDA. EPP

EXTRATO DO CONTRATO nº 12 de 2016.

CONTRATADO: VSLD Serviços Ltda. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.711.662/0001-87.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços pelo CONTRATADO referentes à terceirização completa dos Registros no Siscoserv ("Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio") do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria em Planos de Caráter Regional e Outras Avenças firmado em 14/04/2016 com a empresa SURBANA JURONG INFRASTRUCTURE PTE LTD.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO: O CONTRATADO responsabilizar-se-á pelas seguintes ações:

I – Recebimento dos documentos;

II – Separação dos documentos para Registro;

III – Digitação dos Registros no Sistema iServices;

IV – Conferência dos Registros;

V – Transmissão dos Registros para o Sistema Siscoserv;

VI – Recebimento dos Retornos do registro.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância mensal de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), a ser paga no dia 22 (vinte e dois) de cada mês, até o mês de dezembro de 2016, mediante a emissão de nota fiscal pelo CONTRATADO.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando seus efeitos na data da assinatura do presente Termo e findando na data de 22/12/2016, podendo ser renovado por necessidade, através de Termo Aditivo mediante a vontade expressa das partes.

Itajaí /SC, 22 de agosto de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N.13 DE 2016 - MESSA GESTÃO FINANCEIRA EMPRESARIAL LTDA.

EXTRATO DO CONTRATO nº 13 de 2016.

CONTRATADA: Messa Gestão Financeira Empresarial Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.958.437/0001-75.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA referentes à "assessoria em gestão econômica e financeira voltada para as ações do Projeto INOVAMFRI", em desenvolvimento pela CONTRATANTE.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO: A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelas seguintes ações:

I – Análise de estudos econômicos desenvolvidos no âmbito das ações do Projeto INOVAMFRI;

II – Acompanhamento do movimento financeiro e do fluxo de caixa do Projeto INOVAMFRI;

III – Auxílio na elaboração e análise das prestações de contas referentes ao Convênio nº 2032/2015, firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a CONTRATANTE;

DO VALOR E DO PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), em quatro parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), que serão pagas até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação do serviço, mediante a emissão de nota fiscal pela CONTRATADA.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando seus efeitos na data da assinatura do presente Termo e findando na data de 31/12/2016, podendo ser renovado por necessidade, através de Termo Aditivo mediante a vontade expressa das partes.

Itajaí /SC, 01 de setembro de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pela Resolução nº 025/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 07 de novembro, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório ouvidoria;
- 3 – Relatório procedimentos administrativos e técnicos;
- 4 – Consulta pública para resoluções normativas;
- 5 – Edital nº 001/2016 – Eleição de conselheiros titulares e suplentes;
- 6 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 19 de outubro de 2016.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Resolução nº 025/2016)

CIGAMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2016 - CIGAMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2016
Assembleia Geral Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DO CIGAMERIOS, PARA A 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2016.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, Sr. Rogério Perin, Prefeito de Flor do Sertão, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Contratos de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da segunda Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia de 04 de novembro, sexta-feira, com início às 8h:30min, na Sala de Reuniões da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 8h:30min - Abertura da Assembleia Geral Extraordinária;
- II- 8h40min- Posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2016 do CIGAMERIOS;
- III- 9h:00min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/ SC, 20 de outubro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Presidente do CIGAMERIOS
Prefeito de Flor do Sertão

CIS/AMERIOS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2016 - CIS/AMERIOS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2016

Assembleia Geral Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DO CIS/AMERIOS, PARA A 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2016.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, Sr. Rogério Perin, Prefeito de Flor do Sertão, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Estatuto Social e no Contratos de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da segunda Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia de 04 de novembro, sexta-feira, com início às 9h e 10min, na Sala de Reuniões da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 9h:10min - Abertura da Assembleia Geral Extraordinária;

II- 9h20min- Posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2016 do CIS/AMERIOS;

III- 10h:00min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/ SC, 20 de outubro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão